

D. Francisco
de Portugal

**EPISTOLÁRIO
A D. RODRIGO
DA CUNHA
(1616-1631)**

 CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSCIENTÍFICA
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

 Edições
Afrontamento

As 114 cartas de D. Francisco de Portugal († 1632), autor de *Arte de Galanteria* – um tratado fundamental para compreender um aspecto relevante da «cultura de palácio» na corte da Península Ibérica da primeira metade do século XVII, e de *Divinos e Humanos Versos* – um título a atender no mesmo contexto cultural –, que agora se publicam, constituem um considerável documento tanto pelo que nos deixam perceber não só das agruras de um fidalgo «requerente» perdido entre burocracias e vaidades feridas, mas também, indirectamente, do zelo pastoral de um bispo que, logrando, durante muito tempo, manter-se, física e moralmente, distante – em Portalegre, no Porto e em Braga – do vai-vem burocrático entre as secretarias dos Governadores em Lisboa e as dos Conselheiros de Estado em Madrid, teve tempo para se dedicar à história de três dioceses, produzir alguma ingente obra de Direito Canónico, ser leitor atento e crítico de Poesia e mecenas de um Lope de Vega.



CITCEM

 Edições
Afrontamento

Colecção Via Spiritus – II Série

D. Francisco
de Portugal

EPISTOLÁRIO
A D. RODRIGO DA CUNHA,
BISPO DE PORTALEGRE,
DO PORTO
E ARCEBISPO DE BRAGA
(1616-1631)


EDIÇÃO, INTRODUÇÃO E NOTAS DE

José Adriano de Freitas Carvalho

 **CITCEM**
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TERRACÓTIPIA
E CULTURAL, ESTÁGIO E INOVAÇÃO

 **Edições**
Afrontamento

À memória

de

João Francisco Marques,

asylum doctrinarum incomparabilis.

Título

Epistolário de D. Francisco de Portugal
a D. Rodrigo da Cunha, Bispo de Portalegre, do Porto
e Arcebispo de Braga
(1616-1631)

Autor

D. Francisco de Portugal

Co-edição

CITCEM
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Via Panorâmica, s/n.º
4150-564 Porto
citcem@letras.up.pt

Edições Afrontamento, Lda.
Rua Costa Cabral, 859, 4200-225 Porto
www.edicoesafrontamento.pt
comercial@edicoesafrontamento.pt

Ano: 2015

Execução gráfica

Rainho & Neves Lda. / Santa Maria da Feira
geral@rainhoeneves.pt

ISBN Edições Afrontamento: 978-972-36-1427-5

ISBN CITCEM: 978-972-8351-37-1

Depósito legal: 392910/15

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através
da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia,
no âmbito do projecto UID/HIS/04059/2013

MANIFESTO DE GRATIDÃO

Para que a edição destas cartas de D. Francisco de Portugal ao seu parente, amigo e compadre D. Rodrigo da Cunha, sucessivamente bispo de Portalegre, do Porto e arcebispo de Braga, chegasse a bom termo, tivemos que recorrer não só a bibliotecas de Portugal e Castela – falando como estes dois antigos fidalgos –, mas também à benevolência de tantos amigos e colegas a quem agradeço *sub imo corde* e que, perdoar-se-me-á a glosa, vão escritos sem ordem, porque desordenadamente foram acontecendo: Maria Lucília G. Pires, Marco Paulo de O. Marques, Luís Fardilha, Victor Infantes, Cón. José Marques, João Garcia, Luís Amaral, José Luís Peset, María Eugenia Trías, Maria Idalina Resina Rodrigues, Manuel Augusto Rodrigues, Maria Cristina Cunha, Miguel Ángel Viqueira, Zulmira Coelho dos Santos. E ainda, naturalmente, à Dr.^a Ana Madureira da Biblioteca da Ajuda. Seria, porém, imperdoável ingratidão que deixasse de dizer duas palavras mais: uma, a Maria Lucília G. Pires pelo cuidado, saber e sabedoria constantemente postos no acompanhar esta edição – da transcrição às notas, da leitura das sucessivas versões por que foi passando o trabalho –, a ponto de poder eu dizer, com verdade, que todos os acertos desta publicação são seus; e outra a Marco Paulo de Oliveira Marques cujo domínio das

técnicas informáticas e interesse pela cultura portuguesa do século XVII colocou generosamente ao serviço de D. Francisco de Portugal.

INTRODUÇÃO

... quando os historiadores procuram substituir, às formas mais elaboradas de consciência de uma época, as suas próprias interpretações, arriscam-se a negar à sociedade e à cultura em análise a sua própria racionalidade¹.

I – A epistolografia portuguesa dos séculos XVI e XVII não conta com muitos exemplos de conjuntos de cartas não oficiais e não institucionais que possam, de algum modo, dizer-se «familiares», isto é, trocadas entre particulares que não se contavam entre os «grandes do mundo». Designação vulgar em Seiscentos, foi, como teremos ocasião de precisar, quanto à maneira de as escrever e ao que as diferencia das de outros géneros, classificação «teorizada» por Rodrigues Lobo, que em *Corte na aldeia* delas deu alguns exemplos. Aqui recordemos apenas as de D. Vicente Nogueira († 1654) de que nos resta uma série delas que vai de 1615 a 1649, dirigidas a várias personalidades, com especial relevo para o 1.º marquês de Niza² a propósito de

1 Diogo Ramada Curto, *Cultura escrita. Séculos XV a XVIII*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2007, 146.

2 Reeditadas por João Carlos Gonçalves Serafim, *Um diálogo epistolar: D. Vicente Nogueira e o marquês de Niza (1615-1654)*, Porto, CITCEM – Edições Afrontamento, 2011 (citaremos esta obra por D. Vicente Nogueira, *Cartas...*).

livros e bibliotecas; as de Jorge de Amaral e Vasconcelos († 1656), escritas da Índia, entre 1649 e 1656³; as, mais célebres e literárias, de D. Francisco Manuel de Melo († 1666), remetidas, em larga parte, desde a prisão⁴; o epistolário espiritual de Fr. António das Chagas († 1682)⁵; as «domésticas» do P. Bartolomeu do Quental († 1698), dirigidas, especialmente, aos PP. Manuel Vale e Francisco Rodrigues, da Congregação do Oratório de Braga⁶; as cartas do P. António Vieira, vasto conjunto em que as há de «recomendação», de «agradecimento», espirituais, «graves e levantadas», etc.⁷; a correspondência (1642-1644) de D. Joana de Meneses com o seu segundo marido, D. Diogo de Lima, que, tendo sido já editadas sob o título de «cartas de amor»⁸, poderiam exemplificar, com algum apego à letra das suas fórmulas, as «cartas namoradas» ou «cartas amorosas» de que Rodrigues Lobo, se a elas aludiu, fugiu a dar qualquer exemplo por razões do decoro da

³ Amândio Jorge Morais Barros, *Cartas da Índia. Correspondência privada de Jorge de Amaral e Vasconcelos (1649-1656)*, Porto, CITCEM – Edições Afrontamento, 2011.

⁴ D. Francisco Manuel de Melo, *Cartas familiares*, Prefácio e notas de Maria da Conceição Morais Sarmento, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990.

⁵ Fr. António das Chagas, *Cartas espirituais*, Edição de Isabel Morujão, Porto, Campo das Letras, 2000.

⁶ As cartas do fundador do Oratório português foram publicadas *Lettres du Père Bartolomeu do Quental à la Congrégation de l'Oratoire de Braga (29.IX.1685 – 22.XI.1698)*, Lecture, introduction et notes de Jean Girodon, Paris, Centro Cultural Português, 1973.

⁷ P. António Vieira, *Cartas*, Coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1925-1928 (3 vols.).

⁸ Ana Lúcia Pinheiro de Oliveira, *Cartas de amor. Correspondência de D. Joana de Meneses para seu marido, D. Diogo de Lima (1642-1644)*, Porto, 1977 (Dissertação de Mestrado em História da Cultura Portuguesa – Época Moderna, Faculdade de Letras do Porto), II vol.

personagem que devia expor a matéria⁹. A esta espécie de *short-list*¹⁰ há que juntar as 114 cartas «familiares» – duplamente familiares pelo teor e estilo e relação de parentesco entre o remetente e o destinatário – que D. Francisco de Portugal, comendador de Fronteira, escreveu a D. Rodrigo da Cunha nos anos em que, sucessivamente, este foi bispo de Portalegre, Porto e arcebispo de Braga. Copiadas, a julgar pelo tipo de letra, em anos finais de Seiscentos, conservadas agora em um volume miscelâneo da Biblioteca da Ajuda¹¹, foram editadas pela primeira vez diplomaticamente em 1946¹². São as que hoje, aqui, se oferecem. Curiosamente, é um texto quase sem história, pois, pelo que toca à sua recepção, apenas sabemos, porque o diz o seu anterior editor, que o P. José Caetano de Almeida, bibliotecário de D. João V e D. José, as viu e apreciou¹³.

⁹ Francisco Rodrigues Lobo, «Da maneira de escrever e da diferença das cartas missivas», *Corte na Aldeia*, Introdução, notas e fixação do texto de José Adriano de Carvalho, Lisboa, Editorial Presença, 1992, 90, 104 (as classificações apresentadas pertencem ao mesmo autor).

¹⁰ De epistolários impressos, evidentemente; urge, porém, inventariar – pelo menos – os de que há notícias ou que ainda existem em ms., como o que recorda D. Ramada Curto, «Uma autobiografia de Seiscentos: a *Fortuna* de Faria e Sousa» in *Cultura escrita. Séculos XV a XVIII*, ed. cit., 153, relativo à correspondência de uma mãe com um seu filho a servir no Norte de África na 1.ª metade do século XVII.

¹¹ Biblioteca da Ajuda, Cod. 51 – VI – 6, fols. 280r – 324 r.

¹² Carlos Alberto Ferreira, *D. Francisco de Portugal, autor da Arte de Galanteria Poesias. Cartas inéditas e outras fontes manuscritas para o estudo da sua vida e obra*. Coimbra, 1947 (Separata de *Biblos*, XXII, [1946]). Citaremos esta obra por *D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*.

¹³ Carlos Alberto Ferreira, *D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, ed. cit., 8. Havemos de confessar que não logramos encontrar a *História da Inquisição* em que, segundo Carlos Alberto Ferreira, o

Se um dos aspectos mais interessantes destas 114 cartas é a uniformidade do seu estilo e a unidade do seu destinatário que delas fazem um documento roçando na autobiografia que se estende de 1616 a 1631 – quase nas vésperas da morte do seu autor –, tal conjunto não deverá ser, porém, nem toda a correspondência mantida por D. Francisco de Portugal com D. Rodrigo da Cunha¹⁴ – há frequentes alusões a cartas perdidas – nem toda a correspondência que conhecemos do comendador de Fronteira. Em *Divinos e Humanos Versos* (Lisboa, 1652) incluiu o organizador da obra, Francisco Luís de Vasconcelos, outras duas cartas¹⁵: uma – «carta a um amigo» –, datada de 20.9.1620, escrita a bordo do «Galeão S. Luís», e outra,

bibliotecário real diz que «era pena que estas cartas não se fizessem conhecidas». O espólio do P. José Caetano de Almeida guarda-se, em vários maços organizados por Mons. Ferreira Gordo, na Biblioteca da Academia das Ciências (Série Azul, mss. 673-681). Referir-se-ia Carlos Alberto Ferreira aos «Apontamentos» com «referências a factos sociais e religiosos relacionados com a Inquisição» que formam o vol. 8.º (Série Azul, ms. 680) desses mss. da Academia das Ciências? Se assim foi, confessamos que, nessas centenas de apontamentos em papéis diversos e de diferentíssimos tamanhos e datas, nada encontramos que seja relacionável com as cartas de D. Francisco de Portugal a D. Rodrigo da Cunha.

¹⁴ Como facilmente se notará, apenas há uma carta de 1616, falta todo o ano de 1617, de 1618 só aparecem duas, de 1619 só temos uma, de 1620 há duas – faltas estas últimas talvez explicáveis pela larga estância da corte em Portugal, meses em que os dois correspondentes coincidiriam em Lisboa – e há falha de correspondência entre 2.5.1629 e 2.2.1630, independentemente das faltas que assinala D. Francisco.

¹⁵ D. Francisco de Portugal, *Divinos e Humanos Versos*, Introdução e notas de Maria Lucília Gonçalves Pires, Porto, Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade, 2012, 357-365, 367-375, respectivamente. Deveria pertencer ao mesmo género uma carta que, antes de 14.3.1620, escreveu para Madrid «de que em palácio se tem feito grande conta e que Bernardo Roiz e o Fontes querem-me canonizar...» (Carta n.º 5).

datável de 1624, remetida a um «Señor D. Diego»¹⁶, cartas estas que Rodrigues Lobo facilmente classificaria entre as «jocosas, ou de galantaria»¹⁷.

II – Por algumas razões que ficam sugeridas, sem qualquer pretensão de exaustividade, pretensão, aliás, sem grande sentido numa introdução a um cronológica e socialmente limitado epistolário, teremos que deixar alguns apontamentos acerca da biografia dos protagonistas de um diálogo epistolar que só se advinha por alguns ecos da «voz» do seu correspondente que se registam nas cartas a ele remetidas.

Custa a perceber por que razão Francisco Luís de Vasconcelos na «Memória da vida e obra de D. Francisco de Portugal»¹⁸ que acompanha a sua edição de *Divinos e Humanos Versos*, depois de afirmar que D. Francisco de Portugal morreu com 47 anos em 5.7.1632, não fez as contas e omite a data e o lugar de seu nascimento. Era fácil – e absolutamente seguro, tendo em conta o que era a contagem de aniversários e as dúvi-

¹⁶ Este «Señor don Diego» deverá ser o mesmo a quem D. Francisco interpela em um soneto em *Arte de Galanteria* e cuja identificação sorteamos em nota a essa passagem da obra (D. Francisco de Portugal, *Arte de Galanteria*, Ed. de José Adriano de Freitas Carvalho, Porto, Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade, 2012, 169-170).

¹⁷ Francisco Rodrigues Lobo, «Da maneira de escrever e da diferença das cartas missivas», *Corte na Aldeia*, ed. cit., 101; D. Carolina Michaëlis, *Romances velhos em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, 39, que não devia achar muita graça a semelhantes epístolas, dando como exemplos, além de alguns quinhentistas – Camões..., Simão da Silveira..., Fernando Cardoso..., F. Rodrigues Lobo e D. Francisco de Portugal –, define-as como «verdadeira manta de girões, tecida de ditos alheios, e proverbiais, naquele estilo joco-sério, conceituosíssimo, em que desbaratavam a agudeza de seu espírito...».

¹⁸ D. Francisco de Portugal, *Divinos e Humanos Versos*, ed. cit., 41.48.

das sobre naturalidades no *Ancien regime?* – encontrar 1585¹⁹ e propor Lisboa como *annus e locus natalis* de D. Francisco. Devemos a D. Barbosa Machado na sua glosa quase ao pé da letra da referida «Memória» o ter proposto esses dados «originais». Aceitemo-los como prováveis. Seguras temos as suas origens familiares, já que por seu pai, D. Lucas de Portugal, era trineto de Vasco da Gama e do 1.º conde de Vimioso. Foi precisamente seu avô paterno, D. Francisco de Portugal, que «em memória de seu avô, o conde D. Francisco», o primeiro conde de Vimioso – o das *Sentenças* –, que tomou para si e seus descendentes o apelido Portugal. Daqui, talvez, que o nosso autor tenha um dia escrito a D. Rodrigo da Cunha que o seu nome era «empresado», empréstimo que, um dia, talvez valha a pena contemplar à luz das disputas nobiliárquicas em torno da «identidade linhagística» – hegemonias e rivalidades..., direitos..., hierarquias..., símbolos..., armas heráldicas..., etc.²⁰. Por sua mãe, D. Antónia da Silva, descendia dos Almadás, senhores do morgado de Pombalinho, e dos Silvas, morgados de Monchique²¹. É por estes Silvas algarvios que se estabelece o parentesco chegado com o destinatário da correspondência que editamos. Sem entrar em pormenores, controláveis pelas fontes genealógicas que citamos, diga-se que

¹⁹ Se se tiver em conta que em 26.7.1629 remeteu a D. Rodrigo da Cunha um soneto celebrando o seu aniversário («A cumprir anos o autor», *Divinos e Humanos Versos*, ed. cit., 76), poderia admitir-se que o autor tivesse nascido à volta de 26 de Julho de 1585?

²⁰ Antonio Terrasa Logano, *La Casa de Silva y los duques de Pastrama*, Madrid, Centro de Estudios Europa Hispánica y Marcial Pons, 2012, 45-53 *et passim*.

²¹ Todos estes dados, convenientemente explanados, procedem de D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, 1953), X, 3, § 3, X, 358-360.

a avó materna de D. Francisco, D. Vicência de Castro, era irmã de D. Maria da Silva, mãe de D. Rodrigo.

Casou, sem que saibamos hoje onde e quando, com D. Cecília de Portugal – talvez a senhora que copiou o cancionerozinho que leva o seu nome –, filha de António Pereira Berredo, comendador de S. João da Castanheira, e, entre outros destacados postos que serviu, General da Armada de Portugal, e de D. Mariana de Portugal, senhora esta representante de outro ramo dos Portugal que descendia de D. Martinho de Portugal, embaixador a Clemente VII, bispo do Funchal e Primaz da Índia²².

Poeta por natureza – «foi nele natureza a arte da Poesia», diz o organizador de *Divinos e Humanos Versos* – e «soldado siempre por profesión»²³ –, coisas que, segundo ele, «fidalgo de pouca renda»²⁴, se coadunavam mal com o sustento da família – mulher, oito filhos e «família» de criados e servidores, uma casa que exigiria todas as suas rendas e uma administração que, infelizmente, nos escapam –, pelo que, alguma vez, fugiu às duas tentações – «eu tive tentações de soldado, mas aquietaram-me os versos do romance velho: *para tales mancebias muy viejo sois ya don Bueso*. Também por aqui devo de estar quieto nos versos»²⁵... Tirando as generalidades que sublinha Francisco Luís de Vasconcelos – «Embarcou-se por soldado nas armadas deste Reino e três vezes foi capitão de galeões» –, estamos mal informados sobre D. Francisco soldado, cuja actividade militar, se exceptuarmos a sua participação,

²² D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, ed. cit., X, 15, § 1, X, 520-526..

²³ D. Francisco de Portugal, *Arte de Galanteria*, ed. cit., 166.

²⁴ Carlos Alberto Ferreira assinalou os rendimentos – parcos e, num caso, parquíssimos – das comendas de D. Francisco (*D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, ed. cit., 7).

²⁵ *D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, ed. cit., Lisboa, 21.8.1621.

com honra, na armada de socorro à Baía (1624-1625), a julgar pelas cartas a D. Rodrigo e outra documentação complementar, deverá ter terminado, por motivos que expõe na correspondência que se publica, à volta de 1620²⁶. Quase diríamos que o seu último embarque como soldado²⁷ foi o que documenta aquela carta de galantaria que escreveu a bordo do galeão S. Luís em 20.9.1620 e em que ia por capitão de um dos navios, tendo para isso, em atenção a que «tem feito grandes despesas nas armadas passadas», pedido, três meses antes (3.6.1620), que se lhe pagassem 3.000 reis de mercês que se lhe deviam²⁸. No ano seguinte, propuseram-lhe os governadores do Reino ir servir na armada da Índia num «dos primeiros lugares dela», proposta que, dadas as evasivas dos governadores e as condições pouco claras de meios financeiros e companheiros, atento ao sustento dos filhos e à sua honra, resolveu, talvez mediante conselho do então bispo do Porto a quem o pedira (10.10.1621), não aceitar e

²⁶ No alvará de lembrança da sucessão de seu filho herdeiro, D. Lucas de Portugal, na sua comenda de Fronteira passado a 20.9.1623, publicado por Carlos Alberto Ferreira, diz-se que, até essa data, se tinha D. Francisco «embarcado em quatro armadas e servindo em duas delas como capitão de hum navio...» (*D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, 34-35).

²⁷ Por uma carta do vice-rei, marquês de Alenquer e conde de Salinas, a Filipe IV, editada por Carlos Alberto Ferreira, parece poder deduzir-se, com alguns riscos, que a primeira armada – ou uma das primeiras – em que se terá embarcado foi a que se preparava em Junho de 1617, pelo que pedia que lhe pagassem certas dívidas em vista «da muita despesa que há-de fazer» nessa viagem, petição que, mediante informação do vice-rei, marquês de Alenquer, se achou justa. (*D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, 7-8).

²⁸ Petição publicada por Carlos Alberto Ferreira em *D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, 13.

partir para Madrid²⁹. Se, como muitos outros fidalgos seus contemporâneos, soube aproveitar, vencendo dificuldades, as mercês oferecidas por Filipe IV aos que se embarcassem na armada de socorro à Baía, os anos que documentam estas cartas ao arcebispo Cunha mostram-no, sobretudo, como «requerente» de pagas e mercês por serviços militares à Coroa. Devia ter lido a página do *Aviso de privados y doctrina de cortesanos* em que Fr. Antonio de Guevara lembra que quem vai à corte deve ir «no a vengar injurias, sino a procurar mercedes»³⁰. E, apesar de tantas ocasiões em que nestas suas cartas se queixa de nada fazer de jeito e de estar decidido a deixar os versos ou mandá-los vender pelos cegos, sabemos que foi poeta e leitor de poetas toda a sua vida e, a começar pelo arcebispo seu parente, sempre encontrou quem o lesse e em geral o tivesse em conta de excelente poeta que fez da «Senhora Célia» a sua *musa perennis*, para ele, como confessa a D. Rodrigo, uma «quimera» e para nós hoje um mistério...

Não interessa glosar aqui nem o texto das cartas nem as notas com que tentamos aclarar algumas das suas notícias e alusões, mas convém anotar que em 22.5.1622 já escrevia desde Madrid – «onde é tudo ãa vez lama e outra pó» – e pelo tom – «Aqui me tem V. Sr.^a em Madrid já azevieiro, e já enfadado»... – podemos pensar que tinha chegado um pouco antes, teria visitado o Conselho de Portugal presidido pelo duque de Villahermosa, filho da D. Catarina de Aragão – essa dama dos altos amores de seu tio D. Manuel de Portugal e de Camões – e tinha palpado já as agruras dum requerente – lembremo-nos do que delas evoca o P. António Vieira no *Sermão da Terceira Domingo da Quaresma* (1655) – numa cidade populosa, com uma corte de burocracia complexa e hierática, com a vida –

²⁹ Cartas de 10.10.1621 e 30.10.1621.

³⁰ Fr. Antonio de Guevara, *Aviso de privados y doctrina de cortesanos*, Madrid, VI, Viuda de Melchor Alegre, 1673, V, 134.

material e espiritual – a desenrolar-se sob o signo das «reformas» presididas por um rei, Filipe IV, de 17 anos e orientadas por D. Baltasar de Zuñiga e o seu cada dia mais escutado sobrinho, D. Gaspar de Guzmán, conde de Olivares e, dentro em pouco, duque de S. Lúcar la Mayor – o conde-duque, sem mais –, e com um palácio real – o velho e sempre reformando Alcácer de Madrid³¹, pois D. Francisco já não verá o palácio de «Buen Retiro», começado a inauguração somente nos começos de Dezembro de 1633³² – a abarrotar de inquilinos, de altos dignatários com as suas liturgias e de uma corte apinhada de requerentes³³. Provavelmente era a primeira vez que se assomava à capital espanhola, pois um projecto de viagem, aludido, em carta ao bispo Cunha (16.10.1618) que, ao parecer, poderia ser sua companhia, deverá ter ficado adiado ao saber-se das alterações – «estas revoltas» – no governo em 1618 (queda do duque de Lerma, do confessor real e ascensão do duque de Uceda, etc.) e por «algumas empossibilidades de portas adentro» e ainda, talvez, por avisos – verdadeiros ou falsos, não interessa aqui – de que Filipe III e o príncipe Filipe e sua mulher, a princesa Isabel de Bourbon, e altos magnates e damas viriam – agora seria certo – no ano seguinte a Lisboa³⁴. Deverá ter sido esta ocasião de corte real em Lisboa que não só permitiu a D. Francisco «[ressuscitar] la galanteria en este Reyno» – assim o escreverá em 1626 Tomás Late no prólogo a *Tempestades y batallas* –, mas também contactar com gente –

³¹ José Manuel Barbeiro, *El Alcazar de Madrid*, Colegio Of. de Arquitectos de Madrid, 1992.

³² Jonathan Brown y John H. Elliott, *Un palacio para el Rey, El Buen Retiro y La Corte de Felipe IV*, Madrid, Taurus, 2003 (versión castellana revisada y ampliada, 70-73 *et passim*).

³³ J. H. Elliott, *El condeduque de Olivares*, Barcelona, Editorial Crítica, 1991, 113.

³⁴ Fernanda Olival, *D. Filipe II*, Lisboa, Temas e Debates, 2008, 277-317, estudou esta «tão adiada visita a Portugal».

senhores e damas castelhanos – que voltará a encontrar em Madrid e o acolherão como mestre da arte de galantear em palácio, circunstância que há-de aproveitar, com críticas e elogios, em *Arte de Galanteria*.

Não sabemos se chegou a tempo de assistir às, por tantos motivos inolvidáveis, festas de Aranjuez, em 15 de Maio de 1622, em que se celebrava o aniversário do Filipe IV, mas cremos que, se lá tivesse estado, seria estranho o seu silêncio. Cedo deverá ter-se desiludido da vida de cortesão requerente – «os ministros não dão borrifos»... , «não querem ver [a sua] pitição...» – e, assim, o seu «negócio» – a renovação da sua comenda em seu filho... – «anda ronceiro», tal como os seus versos, sem se decidir a «entrar em palácio» (6.6.1622)... Estaríamos por que «entrou», isto é, foi autorizado, por ser dos «cavalleros muy conocidos», a frequentar a antecâmara da rainha³⁵, quando entrou por dama de Isabel de Bourbon a filha do conde de Basto, dia em que «teve lugar» com D. Ana Maria Manrique, futura duquesa de Aveiro (13.7.1622). Vai-se avistando com grandes «ingenios» – especialmente o conde de Villamediana, a quem estimou e por quem parece ter sido estimado – e avistando de longe Lope de Vega e Luis Góngora... Por agora, festas, apenas as da canonização dos quatro santos espanhóis, em Julho e, em Setembro, as do casamento de D. Isabel de la Cueva, dama que teria conhecido em Lisboa em 1619, e em Outubro as do badaladíssimo casamento de D. Leonor Pimentel... Em 1623, quase todo o ano, para além do que ia soando sobre as campanhas – militares e diplomáticas – de «abertura» do que veio a chamar-se a «Guerra dos trinta anos» (1618-1648) – o grande cenário europeu da política espanhola do seus dias –, ocupa-se com notícias sobre o casamento – ao fim e ao cabo frustrado para os noivos e

³⁵ Dalmiro de la Valgoma y Díaz Varela, *Norma y ceremonia de las reinas de la Casa de Austria*, Madrid, Real Academia de Historia, 1958, 105-107.

frustrante para os que dele eram partidários, como era o conde de Gondomar – da infanta Maria de Áustria com o príncipe de Gales, futuro Carlos II de Inglaterra, festas estas de largas celebrações literárias, entre as quais cabe aludir aqui ao ridicularizado – por F. de Quevedo e outros poetas – *Elogio descriptivo a las fiestas que su Magestad del Rey Felipe IIII hizo por su persona en Madrid a 21 de Agosto de 1623 años, a la celebración de los conciertos entre el Serenissimo Carlos Estuardo, Principe de Inglaterra y la Serenissima Maria de Austria, Infanta de Castilla* (Madrid, Viuda de Alonso Martin, 1623) que lhes dedicou J. Ruiz de Alarcón y Mendoza.

Estas cartas que nos chegaram, se são muito interessantes pelas notícias que dão – uma selecção, como sempre, que nos oferece a visão que o remetente tinha do seu entorno –, não o são menos pelos seus silêncios... Nelas – nas remetidas desde Madrid desses anos – raramente alude D. Francisco a outros portugueses que, como ele, frequentavam o palácio real, tendo até alguns nele cobijado postos honoríficos. Se refere Pedro da Silva, outro requerente como ele, ou D. Gonçalo Coutinho e Henrique Correia de Lacerda, ambos à procura de empregos..., ou D. Dinis de Faro, por razões da sua prisão..., Rui Teles, seu amigo, de que chora a morte, D. António de Meneses, amigo de ambos os correspondentes..., ou ainda, com remosques, o poeta Miguel da Silveira..., e alguns castelhanos – alguns mesmo com pretensões, *pro pane lucrando*, de serem portugueses e disfrutarem de assento no Conselho de Portugal... –, esquece, por exemplo, D. Fernando Pessoa, D. Luís Coutinho..., D. Rodrigo da Silveira – feitos «Gentilhombres de Boca» em Maio de 1622³⁶ – e, mais notórios, D. Duarte de Bragança, marquês de Flechilla, grande

³⁶ Gerónimo Gascón de Torquemada, *Gaceta y nuevas de la corte de España desde el año de 1600 en adelante*, Madrid, Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía, 1991, 122.

senhor português tão presente na vida de corte destes anos, e um parente deste, D. Francisco de Bragança..., poetas como Francisco de França e Costa, premiado em Julho de 1622 no certame poético em louvor dos quatro santos espanhóis... Mesmo de entre as damas portuguesas da rainha Isabel de Bourbon só recorda, por estes anos, D. Francisca de Távora, essa cantada e decantada dama do palácio de Filipe IV, esquecendo, por agora, a sua chegada parente D. Maria Coutinho, sendo preciso recorrer à *Arte de Galanteria*, em larga medida um livro de recordações, para avivar o que esquece nas cartas e em *Divinos e Humanos Versos*...

Regressa a Lisboa entre fins de Dezembro de 1623 e Janeiro de 1624, a 21 já dá notícias desde Lisboa onde espera gozar o sol... Nada escreve de versos: e tão «ociosíssimo» anda que «nem os melros que já começam a dar gritos não despertam as musas» (2.3.1624). Assegura os rendimentos da mulher e a sucessão de seu filho na comenda, por um alvará de 7.2.1624³⁷. Gozando, como esperava ao chegar de Madrid, o sol de Lisboa, vai noticiando conflitos..., desafios... de gente conhecida. Os governadores do Reino, na sequência de decisões confirmadas em 8.8.1623, fazem-lhe, como refere em 1.6.1624, nova proposta para que embarque, mas já está a «afiar» a nova jornada a Madrid, pois o que lhe propunham os governadores tinha-o por «mais de mercenário que de soldado». Por isso, dias depois, avisa: «Em terra fico». É juiz da irmandade de Nossa Senhora do Socorro³⁸... Depois, «aqui tudo ferve em guerra»... Talvez, por isso, e porque continuaria «ociosíssimo», nada parece

³⁷ Publicado por Carlos Alberto Ferreira em *D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, 39.

³⁸ Como se lê em documentação transcrita por Carlos Alberto Ferreira em *D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, 41-44.

ter acrescentado «àqueles muros de cristal» de *D. Belianis de Grécia*, como, em 22.6.1624, dizia propor-se fazer..., mas responde com brio ao apelo urgente do socorro à Baía... Faltam cartas da Baía..., faltam para nós, pois sabemos que, mesmo de pêsames, de lá escreveu a D. Rodrigo e a João Saldanha da Gama por morte de gente da família... Os lances da sua participação nos combates e na viagem de regresso em que a sua generosidade no campo de batalha, a sua liberalidade e cavalheirismo ficaram registadas³⁹... Mas é curioso notar que a quem escrevia «cartas de galantaria» a bordo de um galeão, os balanços do oceano, ao regressar do Brasil no galeão «Santa Ana»⁴⁰, também não o impediram de escrever uma obra inteira – *Tempestades y batallas de um cuidado ausente* (5.10.1626) –, mesmo que depois, ao prepará-la para a publicação, certamente tenha reutilizado muitos poemas que são – ou julgamos hoje que são – de outras circunstâncias. Poderes e mistérios em volta da Senhora Célia que lhe inspira a obra...

Mas há que esperar pela volta a Madrid em 1626 para assistir a nova fase da sua vida de requerente – «ando após ũa jornada de Madrid que tenho por de pior digestão que a da Baía, porque não sei mais Costa da Guiné que o Conselho de Portugal» (2.5.1626)... – e às fracas tempestades secas – «desavergonhamento» – causadas pela edição de *Tempestades y batallas* que, pelos cuidados de um inglês apareceu sem o seu nome e que, até hoje, desapareceu das bibliotecas... Se não chegou a tempo da entrada do cardeal F. Barberini em Madrid (24.5.1626) como legado de Urbano VIII e

³⁹ Pode ver-se a documentação publicada por Carlos Alberto Ferreira citada na nota anterior e ainda o que narra Francisco Luís de Vasconcelos em «Memória da vida e obra de D. Francisco de Portugal» in *Divinos e Humanos Versos*, ed. cit., 44-45.

⁴⁰ Na sua edição de *Divinos e Humanos Versos*, Maria Lucília G. Pires assinalou com rigor os poemas que D. Francisco reutilizou em *Tempestades y batallas*..., ou que, pelo menos, aparecem nas duas obras.

como diplomata em ordem a regular as relações com França, também não assistiu ao baptizado faustosíssimo da infanta Eugenia (7.6.1626)⁴¹. Mas porque nunca aludirá à presença do cardeal em Madrid (festas..., sessões públicas de «conclusões» académicas..., audiências a muitas personagens, incluindo alguns portugueses, concedidas por F. Barberini⁴²..., representações teatrais, sendo alguma de assunto histórico português⁴³..., despedida do cardeal)? Porque omitirá qualquer alusão a personagens como um D. Diogo de Meneses, conde da Ericeira, «gentilhombre de boca» de Filipe IV, membro da Junta de Obras y Bosques, curiosa personagem que ao falecer, com 90 anos, em 1635, foi considerado «de los más miserables cavaleros que se ha conocido. Dicen que dejó trecientos mil ducados, y por parecer moço se teñia la barba y la cabeza hasta dos días antes que muriese»⁴⁴? As suas pretensões apresentadas ao Conselho de Portugal decorrentes das mercês prometidas aos alistados nas jornadas da recuperação da Baía – mais uma vez a

⁴¹ Cassiano del Pozo, *El diario del viaje a España del cardenal Francesco Barberini*, Ed. de Alessandra Anselmi; trad. de Ana Minguito, Aranjuez, Ediciones Doce Calles, 2004, 121-129; G. Gascón de Torquemada, *Gaceta y nuevas de la corte de España...*, ed. cit., 226, 227, 242; António de Oliveira, *D. Filipe III*, Lisboa, Temas e debates, 2008, 204, 330-331.

⁴² Cassiano del Pozo, *El diario del viaje a España del cardenal Francesco Barberini*, ed. cit., 236, 238, 240, referentes 16, 18, 21 de Julho de 1626, anota as audiências concedidas a D. Francisco de Bragança, a D. Manuel de Meneses, general da armada portuguesa, e a D. Duarte de Bragança, respectivamente.

⁴³ Cassiano del Pozo, *El diario del viaje a España del cardenal Francesco Barberini*, ed. cit., 235, regista, em 15 de Julho, a representação de uma comédia, atribuída a Luis Belmonte Bermúdez, sobre o socorro a Portugal contra a armada inglesa durante o vice-reinado do cardeal Alberto.

⁴⁴ Gerónimo Gascón de Torquemada, *Gaceta y nuevas de la corte de España desde el año de 1600 en adelante*, ed. cit., 376; António de Oliveira, *D. Filipe III*, ed. cit., 288.

sucessão da sua comenda, do que obteve alvará para neto seu, herdeiro de seu filho, que noticia em 5.10.1626 –, desfavorece-o, sem que agora personalize, como no passado no Doutor Mendo da Mota, as suas queixas... Vai permanecendo na capital de Espanha, e pesa-lhe, pela gratidão que lhe devia na solução de alguma das suas pretensões, a morte de D. Maria de Guzmán, a filha única do Conde-duque, falecida, de sobreparto, aos 17 anos. E entre festas e jogos de galantaria de palácio – a toma dos chapins por D. Maria Coutinho, disputas sobre cartas de motes, por exemplo –, vai, passeando pela Calle Mayor, onde havia, como hoje, «muitas galas para bispos»..., permanecendo em Madrid até fins de Janeiro de 1627... São, ao parecer, as suas últimas experiências palacianas – «as delícias da corte e o aplauso das damas» – que saberá aproveitar em *Arte de Galanteria*...

Se sempre parece ter sido dado à melancolia, depois do regresso de Madrid sente-se velho e cansado..., sentimento que nem a esperança de ter assegurado o futuro dos filhos – «enfim, senhor, o remo dos filhos cuida que está bem remado, o meu mui de galé tem sido» (5.10.1626) – consegue dissipar... Vai lendo o *Adonis* de G. B. Marini, relendo as *Sátiras* de Sá Miranda – esse poeta que, como que sua Bíblia, se comprazia em citar –, projectando algum poema sobre «as saudades de Nossa Senhora não ao pé da cruz [...] senão nos três dias do sepulcro»... Depressa se terá desenganado quanto ao modo – tempo e condições – da efectivação dessas esperanças, pois, desde começos de Março de 1627 até Agosto desse ano, não aceita, por razões financeiras e de honra, com, cremos, o beneplácito de D. Rodrigo, os termos das propostas que lhe fazem os governadores para embarcar na armada que partia para a Índia. Os governadores interpretam as suas escusas como «enjeitar» cumprir as condições das mercês aplicadas à sua comenda... Em consequência, vindo de Bouro, é preso na Misericórdia de Lisboa, donde escreve em 9.7.1627.

Preso com variáveis condições, vai compondo a *Arte de Galanteria* – livro repassado, como já sugerimos, de nostalgia do velho Portugal e, contrastando-as, das suas memórias de Palácio – e outras pequenas obras que virão a lume em *Divinos e Humanos Versos*⁴⁵. Então todas as suas preocupações vão marcadas pela vida de preso no castelo de Almada para onde o transferem, com ferros e guardas à vista, em Abril de 1628, talvez pouco depois de ter, uma vez mais, recusado ir à Índia ao comando duma nau quando, segundo ele, o posto para que o rei o elegera era de capitão-mor de três naus (11.4.1628). Oscilando os rigores da prisão – das miseráveis condições da cela e dos grilhões até a idas à pesca na companhia de Diogo de Paiva de Andrade –, vai continuando a compor *Arte de Galanteria*. Só por meados de Outubro do ano seguinte verá atenuadas, por ordem de Madrid, as condições do seu encarceramento. Apesar de, a partir de Janeiro de 1629, as suas cartas estarem datadas de Lisboa, cremos que só depois de Julho de 1630, mediante diligências de sua mulher e de D. Rodrigo da Cunha (26.7.1630), terá sido posto em liberdade. Estes anos de encarcerado (1627-1629) fazem dele outro representante dum grupo de escritores seus contemporâneos ou quase – D. Francisco de Quevedo..., D. Francisco Manuel de Melo..., P. António Vieira... – que na prisão escreveram alguma parte – no caso de Manuel de Melo, uma larga parte – da sua obra literária. Preocupado, como sempre, com o futuro dos filhos e, agora, com o casamento da que cremos ser a sua filha mais nova, Maria Antónia, com o seu parente D. Paulo da Gama –

⁴⁵ À obra poética de D. Francisco de Portugal recolhida por Francisco Luís de Vasconcelos há que juntar, por agora, a que publicou Carlos Alberto Ferreira e a *Fábula de Iphis e Anaxarete, dedicada à Senhora Célia*, editada por Maria Hermínia Maldonado, «Uma fábula burlesca de D. Francisco de Portugal», in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 35 (1980), 283-322.

assunto para que queria a opinião de parentes, e, em primeiro lugar, a do que era arcebispo de Braga – e com outros «temas» miúdos, morreu quase repentinamente, em 5.7.1632, ocasião em que lhe descobriram na carne as marcas das penitências que praticava. Profundamente devoto de S. Francisco e da Virgem Maria – recordem-se, a par do soneto que dedicou ao santo de Assis, os que fez por ocasião dos seus votos de romeiro a N.^a Senhora de Guadalupe e a N.^a Senhora do Cabo Espichel, e o projecto de ir a N.^a Senhora a Branca de Braga, e ainda a obra que concebeu com citações sacras sobre as saudades da Virgem ao pé do sepulcro de Cristo –, era, quando morreu, ministro da Ordem Terceira franciscana no grande convento dos Observantes em Lisboa. Gostamos de pensar que aquelas oitavas «Despidome daqui de toda a cosa...» – fama..., amores..., amizades..., guerras..., torneios e desafios..., jogos de canas..., touradas..., caça..., jogo..., versos e músicas..., livros... – foram os seus últimos versos e as suas despedidas do mundo, do *seu* mundo de arte e corte assim enunciado⁴⁶... Nessa igreja lisboeta do santo de Assis, pela muita «devoção que tinha a essa ordem», quis ser enterrado e nela esteve alguns anos até ser trasladado, como mandara, ao convento de Santo António, de que era padroeiro, na Vila de Fronteira, a da sua comenda, essa comenda que tantos desenganos lhe custara manter e legar a seus sucessores. Efemeramente, pois não teve esse neto em quem deveria recair a sua herança e, em consequência, duas gerações depois, a comenda de Fronteira passou para outro ramo da família... *Sic transit...*

Da biografia de D. Rodrigo da Cunha, facilmente

⁴⁶ Publicou-as, segundo um ms. da B.A., Carlos Alberto Ferreira, *D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, 62-64

reconstituível através da bibliografia que, mais ou menos extensamente, por motivações mais ou menos institucionais atinentes aos dois bispados e dois arcebispos que regeu, ficou citada em nota às cartas⁴⁷ que recebeu de D. Francisco de Portugal, só nos interessa destacar alguns aspectos menos conhecidos – ou mesmo desconhecidos – da sua personalidade de literato e de prelado na moldura cronológica dessa correspondência (1616-1631).

A D. Rodrigo há que situá-lo, familiarmente, num dos ramos da árvore frondosa dos Cunhas – mais extensa, como sugere o autor da *História genealógica da casa real portuguesa*, do que a dos Silvas, o que já é dizer muito... – do antiquíssimo morgado de Tábua, de que foi herdeiro e que passou, depois, a seu sobrinho, D. António Álvares da Cunha, poeta, historiador e homem de armas, fundador e secretário perpétuo da Academia dos Generosos e membro da *Royal Society*. Nascido em Lisboa (Setembro de 1577), era filho de D. Pedro da Cunha, comendador de Bornes, general das galés de Portugal, governador de Ceuta, capitão-mor de Lisboa e, sublinham familiares e genealogistas, patriota seguidor do Prior do Crato, pelo que morreu, agrilhado, na Torre de Belém depois da tomada de Lisboa pelas tropas do duque de Alba. Sua mãe, Maria da Silva, dos Silvas alcaides-mores de Silves, era irmã de D. Aires da Silva, bispo do Porto († 1578), descendentes de João Fernandes da Silva, regedor da Casa de Suplicação, que, chamando-se D. Fernando Coutinho, veio a ser bispo de Lamego, *orator* de João II

⁴⁷ Convém ter ainda presente a obra de Mons. José Augusto Ferreira, *Fastos episcopais da Igreja primacial de Braga (Séc. III-séc. XX)*, Braga, Edição da Mitra Bracarense, 1932, magna obra que, como declara o seu autor, tem, até 1635, por guia a *Historia eclesiástica dos arcebispos de Braga*, apresentando no t. III, 144-156 um sumário das principais etapas biográficas de D. Rodrigo da Cunha.

junto de Alexandre VI em 1495 e posteriormente bispo de Silves⁴⁸. Depois de estudar Humanidades com a Companhia de Jesus em Santo Antão, onde teve por mestre de Retórica o P. Diogo Monteiro, o conhecido autor da *Arte de orar* (Coimbra, 1630) – uma das mais significativas obras da espiritualidade «barroca» entre nós –, doutorou-se em Direito Canónico em Coimbra (30.7.1604).

Como já aludimos e deixamos anotado, a mãe de D. Rodrigo, D. Maria da Silva, era irmã de D. Vicência de Castro, avó de D. Francisco de Portugal e mãe de D. André de Almada, célebre professor de Teologia em Coimbra, a quem, contradizendo, aparentemente pelo menos, a documentação publicada pelo Prof. Avelino de Jesus da Costa, o futuro prelado faz seu padrinho de doutoramento. Notas familiares estas que, acentuadas por outras espalhadas pelas 114 cartas, pretendem sublinhar, desde esta perspectiva, o carácter familiar, por vezes até, salvaguardadas as pautas e formalidades do tempo, íntimo, desta correspondência entre dois parentes muito chegados e ocupando posições sociais de diferente relevo. Aliás, nessa centena de cartas facilmente nos aperceberemos de outros aspectos da «retórica» das cartas familiares – mostra-se escrevendo..., sublinha as ânsias de se encontrar com D. Rodrigo..., o seu desejo de o ver aproximar-se de Lisboa como seu arcebispo e amigo..., o prazer de receber as cartas do seu parente..., promete visitas..., e, como vimos, vai «avisando» dos acontecimentos políticos e sociais e até de pequenas misérias da corte, etc.⁴⁹.

⁴⁸ D. Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, II, Lisboa, Ignacio Rodrigues, 1747 (aliás, Coimbra, Atlântida Editora, 1966), 24, onde, depois de interessantes dados biográficos, refere a *Oratio de obedientia* proferida pelo bispo de Lamego e o seu *incipit*.

⁴⁹ Adaptamos aqui as perspectivas de Céline Dauphin y Danièle Poiblan, «La correspondencia familiar como objecto histó-

Se nos escapam as suas ocupações de 1604 a 1608, ano este último em que foi feito deputado do Santo Ofício, em Lisboa, sabemos que essa nomeação inaugura um *cursum honorum* em que, depois de inquisidor na mesma Mesa de Lisboa (1615), se regista, no mesmo ano, a sua elevação a bispo de Portalegre (1615-1618), e depois, sucessivamente, a bispo do Porto (1618-1627), arcebispo de Braga (1627-1635), arcebispo de Lisboa (1635-1643), carga pastoral esta que compaginava, por nomeação real, com a de conselheiro de Estado e adjunto da vice-rainha, Margarida de Áustria, duquesa de Mântua e, depois de 1640, governador do Reino até à entrada de João IV. Naturalmente não nos interessam aqui os quatro últimos anos como arcebispo de Braga e os em que regeu a Sé de Lisboa, já que a derradeira carta de D. Francisco, um bilhete de poucas linhas e de carácter inteiramente literário, é de 22.12.1631. De qualquer modo, de um e de outro lado da fronteira, D. Rodrigo sempre gozou da consideração do Poder. Em Lisboa, o marquês de Alenquer, vice-rei e poeta – «um vice-rei que faz trovas» – recebeu a dedicatória da sua *Explicação dos jubileos do anno de 1619* (Coimbra, 1620), e em Madrid, nos círculos do Conselho de Portugal, mesmo se «muito português», era tido, como mostrou J. Pedro Paiva, como um «amigo».

Podemos, então, fixar-nos em alguns aspectos – pastorais e literários – que, das suas ocupações, transluzem através das cartas que lhe dirigiu D. Francisco de Portugal.

Porque de cartas dirigidas a um bispo se trata, recordemos antes de mais o que diz respeito à sua actividade pastoral. Apesar de algumas lacunas, a correspondência que se publica sugere que D. Rodrigo foi

rico» in Antonio Castillo Gómez – Verónica Sierra Blas, *Cinco siglos de cartas de cartas. Historia y prácticas epistolares en las épocas moderna y contemporánea*, Huelva, Universidad de Huelva, 2014, 203-221.

um bispo residente – um dever episcopal reforçado por Trento – e pouco cortesão, pois, mesmo se em alguma ocasião – em 1621..., em 1627... – parecia ou corria o rumor de que esteve prestes a ir à corte – por antonomásia era então Madrid –, cremos que nunca lá terá ido antes de 1638, tal como em 1629 não «baixou» a Tomar à reunião dos bispos portugueses que se diziam preocupados com o aumento dos cristãos-novos – a verdade era, porém, de natureza fiscal –, e em Lisboa, na corte vice-reinal, a fiar-nos no seu correspondente que tantas vezes desejou vê-lo aproximar-se da capital do Reino, raramente por lá terá andado antes de ser elevado a seu arcebispo. Seria, contudo, interessante apurar o peso relativo que nessa residência, sobretudo como arcebispo de Braga, teve o dever pastoral e a defesa das suas preeminências primaciais...

Infelizmente, sobre o seu zelo pastoral em Portalegre as cartas de D. Francisco são omissas, mas uma das últimas que lhe terá escrito nos dias em que se passava ao Porto mostra-no-lo «já entrouxando livros que é enxoval de bispos», o que lhe permite, mais do que uma alusão à biblioteca de D. Rodrigo – tema a que haveremos de voltar –, um elogio das Letras do antístite⁵⁰ seu parente em contraste com as de

⁵⁰ Diogo Pereira Sotto Mayor, *Tratado da Cidade de Portalegre*, Introd., leitura e notas de Leonel Cardoso Martins, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, 97-98, 142-143, que escreve sobre D. Rodrigo, bispo de Portalegre, quando este pastoreava a diocese, apenas refere, concretamente, os 3.000 reais que deu aos pobres na tarde da sua entrada na cidade (14.2.1616), as grandes reformas feitas na catedral (dourados, azulejaria «de laçaria e rosas», as novas cadeiras capitulares – benefícios que fizeram dela a «mais peregrina peça que há em toda Espanha») e sumariamente a visita que mandou fazer ao seminário de colegiais edificado por D. Fr. Amador Arrais em que parece apenas se ter reformado o trajo dos colegiais «segundo se usa em colégio da Universidade de Coimbra».

outros. Nada se nos diz sobre as relações do antigo aluno de Santo Antão com os jesuítas de Portalegre, por cujos estudantes foi recebido com um discurso em latim e a representação de uma écloga «eloquente e graciosa». Aliás, a este respeito, pelas cartas de D. Francisco perpassa um silêncio que cobre as três dioceses que regeu até 1631. No Porto, porém, sabemos que, por duas vezes, visitou a diocese, pois a tal se refere D. Francisco em carta de 7.8.1621 e em outra de 24.11.1622, dados que, algum dia, convirá confirmar e completar. Destes trabalhos descansava em uma quinta onde, segundo D. Francisco, «não devem faltar rouxinóis» (22.5.1622) que, a julgar pelas referências, em outras cartas, ao rio Leça, deverá ser a Quinta de Santa Cruz que nessa localidade começou a edificar D. Rodrigo Pinheiro. De Braga não há sinais na correspondência que com o arcebispo manteve D. Francisco, como, aliás, parece não os haver em outra documentação, embora se conheçam visitas canónicas por ele ordenadas a três igrejas da arquidiocese⁵¹. O desejo de D. Francisco de ir em romaria a Nossa Senhora a Branca, em Braga, manifestado em 16.10.1627, poderia bem ser a sua resposta a uma alusão do arcebispo às obras que, nesse ano da sua entrada na cidade, se fizeram, como diz o autor do *Santuário mariano*, na ermida dessa antiquíssima imagem. E se vemos o arcebispo de Braga ter «seus desvanecimentos de soldado» (7.8.1627) e, pouco depois, deixar «a lança de aço» e tornar «ao bago de oiro» (29.8.1627) – alusões que, com riscos, interpretamos num amplo quadro de encargos de Filipe IV a D. Rodrigo da Cunha de vigiância do porto de Viana do Castelo que, supunha-se, ameaçavam os ingleses – tal actividade recaía, não no arcebispo, mas no senhor de Braga que também era.

⁵¹ Avelino de Jesus da Costa, «Centenários natalícios dos arcebispos de Braga D. Frei Baltasar Limpo e D. Rodrigo da Cunha», *Bracara Augusta*, XXXIII [1979], 74-76.

Talvez, se a estas ténues referências somássemos outras dispersas por alguma historiografia – «diz-se [que] gastou [em Portalegre] em benefício do bispado mais do que lhe importaram as rendas dos três annos, em que n'elle presidiu»⁵²... e em Lisboa, «não teve baixellas, nem ornato no seu palácio; porque tudo deu aos pobres, e por elles se fez pobre, e vivendo pobremente, morreo pobre; de sorte, que a cama, em que morreo, não era sua, nem se lhe achou dinheiro algum para os gastos do funeral, em que foi preciso vender os poucos moveis, que tinha no seu palácio, verificando-se o que elle muitas vezes repetia: *Se quando eu morrer me acharem seis vinténs, não quero, que me enterrem em sagrado*»⁵³ – pudéssemos admitir que, com tópicos ou sem tópicos de hagiografia – não é o bispo Pater pauperum? –, procurou D. Rodrigo da Cunha, no governo das suas quatro dioceses, aproximar-se do perfil do bispo ideal que tivera em Fr. Bartolomeu dos Mártires e em S. Carlos Borromeo o seu «exemplar».

No entanto, através das diferentes cartas que lhe dirigiu D. Francisco de Portugal, é possível sugerir alguns aspectos mais da sua culta personalidade.

Antes de mais, o leitor e crítico de poesia que facilmente se percebe ao longo desta correspondência.

Amigo de poetas como o hoje quase desconhecido Bernardo Roiz, que tanto se fiava do juízo literário de D. Rodrigo, e o notável Fernão Correia de Lacerda, frequentemente referido nesta correspondência e algumas vezes até respondendo a notícias de D. Rodrigo que o teve como visita em Braga, que o protegeu – se não chegou mesmo a pensar dar-lhe algum benefício

⁵² José Augusto Ferreira, *Fastos episcopais da Igreja primacial de Braga (Séc. III- séc. XX)*, ed. cit., 146, que não indica a fonte deste «diz-se», mas cremos que é o Conde de Monsanto, no seu *Catálogo dos bispos de Portalegre*, que cita pouco antes.

⁵³ D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, II, 13, § 2, ed. cit., XI, 486.

eclesiástico (23.8.1631) –, e de quem possuía, na sua biblioteca, três tomos das suas poesias⁵⁴. D. Rodrigo, porém, a julgar pelas reiteradas citações que, declaradamente ou não, faz D. Francisco da sua obra na sua correspondência, deverá ter sido um atento leitor de Sá de Miranda, e a confirmá-lo de algum modo temos não só que, em 1627, ofereceu ao seu parente a edição recentíssima das *Sátiras* do poeta do Neiva (Porto, 1626), o que D. Francisco agradece com um comentário – «não há faltar do que é tão bom» (27.4.1627) – revelador do apreço em que tinha o presente do livro e da poesia –, e seria muito interessante saber a mão que teve D. Rodrigo nesta edição feita à sombra da sua catedral –, mas também que na sua *Historia ecclesiastica dos arcebispos de Braga* cita, ao tecer o elogio do arcebispo D. Duarte, filho de D. João III, um trecho da carta do poeta do Neiva a seu irmão Mem de Sá⁵⁵. De que D. Rodrigo leu e apreciou a obra camoniana pode ser um bom índice a quantidade de citações com que de *Os Lusíadas* e das *Rimas* esmalta D. Francisco as cartas que lhe envia, o que nada nos admira sabendo que várias são as edições camonianas que pelos anos em que lhe escreve D. Francisco lhe são dedicadas: *Os Lusíadas*, em 1607 e em 1609 por Pedro Craesbeeck, e, em 1612, por Vicente Álvarez, as *Rimas (Segunda parte)* por Pedro Craesbeeck em 1616, a *Comedia de Enfatriões*, em 1615, por Vicente Álvarez..., o que talvez nos sugira um certo mecenatismo e nos explique a costela camoniana de seu sobrinho e herdeiro D. António Álvares da Cunha... Mas o bispo Cunha foi um cuidado leitor – «os versos não os sigo há dias e de cá foi reparada a dureza desse, a V. Illm.^a

⁵⁴ D. Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, II, ed. cit., 22.

⁵⁵ D. Rodrigo da Cunha, *Segunda parte da Historia Ecclesiastica dos arcebispos de Braga*, Braga, Manuel Cardoso, 1635 (Ed. fac-símile com nota de apresentação de José Marques, Braga, s.e., 1989), cap. LXXVII, 334-335.

não se lhe esconde nada...» (18.10.1631) – e muitas vezes o primeiro leitor dos versos de D. Francisco de Portugal e através das cartas deste podemos seguir não só as circunstâncias que ditaram muita da produção poética do comendador de Fronteira, mas também, algumas vezes, como mostra a citação anterior, os comentários que D. Rodrigo fazia aos poemas enviados. São notas que nos dizem do seu amor à «propriedade» (6.7.1623), ao que julgava ser «abuso de toantes» (24.3.1623), à «clareza» (22.10.1622), qualidade que, para ambos, poeta e bispo, era – nem preciso seria lembrar as polémicas em torno de Góngora – qualidade poética do tempo de «Maria Castanha» (25.11.1623), ainda que, em outras circunstâncias, D. Rodrigo tenha, como veremos, louvado a «clareza conceptual» de Lope de Vega, outro poeta que admirava e de quem o dizia D. Francisco amigo (8.12.1622) e que lhe retribuiu dedicando-lhe obras e elogios como a um seu mecenas... Não há, contudo, que julgar o arcebispo-bispo um leitor «passivo» de poetas admirados e de obras dedicadas, pois, em algumas ocasiões, suspeitámo-lo à espera da edição das justas poéticas celebradas, em 1622, sob a direcção de Lope, em honra dos santos espanhóis que acabavam de ser canonizados e a solicitar, com curiosidade, em 1631, os sonetos celebrativos do tiro que Filipe IV deu a um touro que – alguns e entre eles alguns de poetas portugueses – vieram a ser recolhidos por J. Pellicer em *Anfiteatro de Filipe el Grande...*

A correspondência de D. Francisco de Portugal ainda nos deixa entrever D. Rodrigo não só leitor de novelas de cavalarias – pelo menos D. Francisco crê que *Olivante de Laura* pode existir na biblioteca do bispo (11.11.1621), mas também lhe evoca, como livro seu conhecido, *D. Belianis de Grécia* (22.6.1624), e, além de lhe pedir o soneto de Vasco de Lobeira a *Amadis de Gaula*, ainda lhe alude a alguma personagem desta novela, o que poderá passar por um índice de quanto

lhes era familiar a ambos⁵⁶ –, mas ainda como apreciador do teatro espanhol do seu tempo. As referências que faz ao actor e empresário teatral Sánchez, el Bueno, sugerem, para além de conhecimento, apreço, e as que faz a Lope de Vega, nem sempre tão simpáticas como esperaríamos, revelam-nos a grande conta em que D. Rodrigo tinha Lope, a ponto de «El Fenix de los Ingenios», retribuindo-lho em dedicatórias e elogios, o considerar seu mecenas, assunto a que dedicaremos alguma atenção em apêndice.

Seria interessante poder desentrouxar aqui os livros que D. Francisco, em 23 Fevereiro de 1619, imaginou estar o bispo de Portalegre a «entrouxar» no momento em que organizava a passagem da sua casa episcopal de Portalegre para o Porto. Infelizmente, para além das obras que por estes anos lhe foram dedicadas e de outras que o foram mais tarde⁵⁷, apenas sabemos que

⁵⁶ Note-se, para o que valer numa futura história da leitura dos livros de cavalaria em Portugal, que também o jesuíta P. Nuno da Cunha, assistente da Companhia em Roma, e afastado parente de D. Rodrigo, apreciava tais obras, segundo declarava D. Vicente Nogueira ao marquês de Niza: «Mande-me V. S. a folha, ou duas folhas, que me faltam da Senhora Condessa sua mãe, que o Padre assistente grão curioso de todos os Amadises e Floriseles tem já lá as folhas antecedentes e espera isto que falta» (*apud* João Carlos G. Serafim, *Um diálogo epistolar: D. Vicente Nogueira e o marquês de Niza (1615-1654)*, ed. cit., 185; carta de 28.9.1648).

⁵⁷ Sem contar as edições das obras camonianas que assinalamos, as *Sátiras* de Sá de Miranda, alguns livros de cavalarias que apontamos em notas, as obras de Lope em que luzia o seu nome em dedicatórias e elogios, três tomos das obras poéticas do seu amigo Fernão Correia de Lacerda (D. Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, II, ed. cit., 22), D. Rodrigo possuiria, dedicados, exemplares de Álvaro Velasco, *Quaestionum Juris Enphyteutici...*, Ulyssipone, P. Craesbeeck, 1611; Cristóbal de Avendaño, *Sermones sobre los Evangelios de la Quaresma, predicados en la corte de Madrid*, Lisboa, António Álvarez, 1624; mais tarde deveria ter Fr. Ignacio Coutinho, *Promptuario espiritual sobre los evangelios das festas dos santos, mãe de*

comprou, ao parecer por 100.000 reis, os livros que tinham sido de D. Pedro Castillo († 1613), bispo de Leiria, Inquisidor-mor, Vice-rei de Portugal, como conta, um tanto escandalizado, o grande bibliógrafo e bibliófilo D. Vicente Nogueira⁵⁸. De qualquer modo, D. Rodrigo estaria orgulhoso dos seus livros, pois, seguramente com o seu aval, foi publicado no Porto, em 1627, o Índice da sua biblioteca⁵⁹.

III – Ao tratar-se de cópias datáveis dos fins do século XVII, a maior parte dos aspectos materiais – tipo de papel..., modo de o dobrar..., de escrever o endereço..., etc.⁶⁰ – e formais – etiquetas («estilos», na linguagem de F. Rodrigues Lobo) que iam da elegância e legibilidade da caligrafia às marcas de respeito e fórmulas de cortesia – das cartas de D. Francisco escapam-nos hoje. Apenas sabemos que, como muitos nobres desses tempos, tinha – ou julgava ter – má letra – e talvez nele não fosse um tique de *status*⁶¹, o que,

Deos..., Lisboa, Lourenço Craesbeeck, 1636 e as *Crónicas* de D. Duarte e D. Afonso V publicadas por sua ordem em 1643; possuía ainda, porque os exemplares da B. N. de Portugal ostentam a sua marca de posse, os *Libri quatuor de Antiquitatibus Lusitaniae* (Lisboa, 1593) de André de Resende, e ainda, em ms., os *Diálogos de varia doctrina illustrados com emblemas* de Vasco Mousinho Quevedo.

⁵⁸ «E que donde um bispo Castilho, tantos anos presidente do Paço, inquisidor geral, e duas vezes Viso-rei morreu com cem mil reis de livros que comprou D. Rodrigo da Cunha, haja hoje um advogado da Suplicação [Clemente Félix] que tenha livreria de príncipe», *apud* João Carlos G. Serafim, *Um diálogo epistolar: D. Vicente Nogueira e o marquês de Niza (1615-1654)*, ed. cit., 373 (carta datada de Roma, 5.3.1650).

⁵⁹ D. Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, II, ed. cit., 22, que, segundo se expressa, viu a obra.

⁶⁰ Antonio Castillo Gómez, «Sociedad y cultura epistolar en la historia (siglos XVI-XX)» in Antonio Castillo Gómez – Verónica Sierra Blas (Dirs.), *Cinco siglos de cartas...*, ed. cit., 34-38.

⁶¹ A partir de afortunadas sugestões de Fernando Bouza («Entre cortesanos y discretos. Cultura nobiliaria y poder en la España de los Austrias», *Imagen y propaganda*, ed. cit., 198-199, 205,

como previne tantas vezes, o obrigava a mandar copiar as obras – até pequenos textos como um soneto – antes de as enviar a D. Rodrigo e que, em alguma ocasião, pedia desculpa por não ter guardado as margens do papel (22.6.1624).

Mas há outros aspectos «da maneira de escrever» destas cartas que convirá valorizar.

Mesmo conhecendo a dificuldade de classificar um género literário como o da carta – matéria de debate⁶² – valerá a pena admitir, retomando algo que já ficou aludido, que não é de enjeitar que D. Francisco aceitasse ver classificadas as suas «cartas familiares» entre as «domésticas» e «civis» que, respeitando tanto a brevidade, «não podem os retóricos dividi-las em partes»⁶³. E, como explica o autor de *Corte na aldeia*, essa brevi-

e «Vidas de palacio. Las biografias manuscritas como manual de corte», *Corre manuscrito...*, ed. cit., 229, em *País e nobres — II — A descendência portuguesa de um texto célebre: a “Instrucción” de Juan de Vega a seu filho Hernando de Vega (1548)*, Porto, CIUHE, 2009, 74-77, discutimos essa *vexata quaestio* da «má letra», tantas vezes alardeada por nobres e aristocratas e que, muitas vezes também, não seria mais – ou seria pouco mais – do que um dos tópicos autodefinidores de um *status* social; Diogo Ramada Curto, «Uma autobiografia de Seiscentos: a *Fortuna* de Faria e Sousa», in *Cultura escrita. Séculos XV a XVIII*, ed. cit., 157-158, colocou, a partir do exemplo da bela letra desse eterno aspirante a «secretario de señores» – e que verdadeiramente talvez nunca o tenha sido – que foi Faria e Sousa, o acento da questão na «clivagem entre as práticas da escrita de escrita de província e de corte».

⁶² Delphine Hermès, «Carta de don Francisco de Quevedo sobre casarse. Hacia unas capitulaciones matrimoniales entre una rendición de veras y una petición de burlas» in Antonio Castillo Gómez – Verónica Sierra Blas (Dirs.), *Cartas, Lettres, Lettere. Discursos, prácticas y representaciones epistolares (siglos XIV–XX)*, Alcalá de Henares, Universidad de Alcalá, 2014, 552, nota 9, apresenta uma importante síntese sobre este debate em torno do que muitos consideram um «género ambíguo».

⁶³ Francisco Rodrigues Lobo, «Da maneira de escrever e da diferença das cartas missivas», *Corte na Aldeia*, ed. cit., 95.

dade é nelas conseguida pela atenção à «propriedade», ainda que, algumas vezes, essas cartas «breves e cortesãs» pequem por usar, não de metáforas e translações que se diriam «nascidas com a mesma língua» ou de provérbios que, de «tão usados e naturais», andam como que a ela «pegados», mas, sim, outras «humildes e populares ou inovadas»⁶⁴. Exemplos de uns e de outras, o leitor facilmente topará com o camoniano «dir-lhe-ei “Mana, que mente”»..., «Segundo Lope da Veiga não responde não é bom para escopeta»..., e «musas de abanamosca»..., «dar coca»..., «D. André não é chumbado»..., «o soneto se fizera de choldabolda»..., «tomo os meus gazeios»..., «bulir com a loiça», etc., que, mesmo pecando contra os preceitos de Rodrigues Lobo, denotam essa brevidade familiar das cartas entre amigos, e para mais parentes chegados. Há, porém, outro aspecto dessa brevidade cortesã – arriscaremos dizê-la brevidade erudita – que, como salta à primeira leitura dessa correspondência, é a amiudada utilização de versos de outros poetas. D. Francisco raramente os emprega como «autoridades», mas quase sempre como respeitáveis «metáforas e translações» que eram como que «nascidas com a [sua] mesma língua» de poeta e leitor de poetas. E desde este ponto de vista, quase estaríamos por afirmar que, dadas as circunstâncias em que escrevia – na corte de Madrid..., em viagem..., na prisão –, o comendador de Fronteira, que os cita ou a eles alude constantemente, possuía de memória o Sá de Miranda das élogos e cartas e o Camões épico, o que lhe permitia integrá-los *naturalmente* – glosemos Rodrigues Lobo – no seu discurso. Por outro lado, as citações que traz de T. Tasso..., L. de Góngora – de cuja obra seguiu os avatares editoriais –, Lope de Vega..., F. de Quevedo... e alguma que outra cujo autor não logramos identificar – algumas, de tão estro-

⁶⁴ Francisco Rodrigues Lobo, «Da maneira de escrever e da diferença das cartas missivas», *Corte na Aldeia*, ed. cit., 93-94.

piadas pelo copista, cremo-las inidentificáveis – revelam-no um leitor da poesia «moderna» sua contemporânea. G. B. Marino, cuja obra apreciou – e cremos que o seu correspondente assentia no mesmo apreço – é apenas um exemplo mais. Em qualquer dos casos parece-nos notável o jogo intertextual que nos surpreende ao longo das 114 cartas, inclusivamente quando nos damos conta de que, em virtude da concomitância da escrita da carta e a elaboração de outra obra sua, o autor, alguma vez, se autocita. É, por exemplo, o que se verifica com as cartas que escreve desde o castelo de Almada e o texto de *Prisões e solturas de uma alma*.

Estas últimas considerações permitem-nos introduzir a outro aspecto do discurso epistolar de D. Francisco-poeta atinente ao que pode dizer-se a sua concepção de poesia. Nem preciso seria dizer que não há que esperar que das suas considerações breves e ocasionais se possa formar um *Hospital das Letras* ainda que possa vir a discutir-se o que deve a D. Francisco de Portugal um D. Francisco Manuel que conheceu os *Divinos e Humanos Versos*..., leu *Arte de Galanteria* em manuscrito e glosou algumas das suas páginas em *A visita das fontes* e, dadas as suas relações com D. Lucas de Portugal a quem enviou, em forma de carta, um «juízo das obras poéticas» do pai, até poderá ter conhecido os originais de muitas destas cartas a D. Rodrigo. De qualquer modo, para D. Francisco «o deleitar é intento da poesia» (6.6.1622), o que parece afastá-lo dos programas Humanistas ou Humanistas *a lo divino* que, adaptando o verso horaciano, encaravam o *delectare* como simples instrumento do *prodesse*... Compreende-se assim que proponha a poesia não sob o domínio da *Scientia* – ele próprio dizia, talvez com alguma verdade, que não tinha nenhuma (8.6.1622), se encararmos a «ciência» necessária ao poeta na perspectiva do *De genealogia deorum* de G. Boccaccio que propugnava por um certo profissionalismo de dedicação plena –, mas dessa *Ars* que, como aos soldados

(21.8.1621), exige de quem a pratica juventude – «os anos sem serem muitos desviam destes jogos e destas danças» de fazer versos (1.6.1624) – e não *negotia*. «As musas querem ânímos contentes» (11.11.1621; 28.8.1622) e «nos versos a verdade é que para nenhũa coisa é boa isto que chamam mulher e filhos» (21.8.1621), repetindo, anos mais tarde, que «nem os melros despertam as musas, não sei que é isto; é mortificar de cãs e de mulher e filhos...» (2.3.1624). Mulher e filhos por quem se impunha os trabalhos que, com tantos desenganos, passava para assegurar no presente e no futuro os seus rendimentos comendatícios e não davam lugar a esse *otium* de que necessitava para ser poeta a tempo inteiro e que é como que a marca da nobreza em tempos de paz cuja genealogia, afirmação e transformação traçou M. Fumaroli para a primeira metade de Seiscentos⁶⁵. A sua poesia – a conhecida, evidentemente – integralmente de circunstância, poesia que transfigura personagens e acontecimentos que evoca cuja arte é inseparável da conversação mundana⁶⁶ – pensemos nos sonetos oferecidos a algumas damas, por exemplo, a D. Ana Maria Manrique, depois de com elas ter tido «lugar» em cerimónia do palácio real de Madrid – a ponto de até os seus mesmos poemas mais longos escritos na prisão parecem relevar dessa falta de conversação... Como acabamos de sugerir, as circunstâncias de que brotam têm como principal, se não mesmo fundamental, referente, não a corte no sentido mais corrente, mas o seu *nidus* próprio, entenda-se, o palácio real – soberanos,

⁶⁵ Marc Fumaroli, *La República de las Letras*, Barcelona, Acantilado, 2013, 7-43, 219-222.

⁶⁶ Marc Fumaroli, *La República de las Letras*, ed. cit., 178; Marie-Laure Acquier et Emmanuel Marigno (Dir.), *poésie de cour et de circonstance, théâtre historique, la mise en vers de l'événement dans le monde hispanique et européen, XVI-XVIII siècles*, Paris, L'Harmattan, 2014, 13, 18-19-19.

príncipes, damas, galantes, mortes de celebridades, festas, cerimónias, rituais e até uma poética de formas e metros próprios... – onde se cria e desenvolve uma cultura específica – a «cultura de palácio» –, expressão esta com que D. Francisco, em *Arte de Galanteria*, sintetiza um saber que, sob o signo da *ars*, se define, para quem por direito de sangue ou de ofício frequenta o palácio, como o comportamento de todos e de cada qual – saber estar presente e saber estar ausente..., estar próximo ou afastado... – na etiqueta e no superar com *buen aire* as faltas próprias e alheias..., no ritual de cada cerimónia..., nos jogos galantes e nos «lugares» – «aquella universal perdición de los juicios, pasmo de las potencias del alma, miedo de los que entienden y facilidad de los que no saben, piedra de tocar del oro del entendimiento y fuego a que más se apura lo verdadero y se conoce lo falso, en que pocos dejan de ser alquimistas» (*Arte de galantería*) – , nas cartas de motes..., na conversação e no silêncio... Uma «arte» em que, como indicam os testemunhos contemporâneos e o seu próprio, o autor destas cartas foi um mestre consumado e exigente, ainda que, como ele mesmo reconhece, talvez demasiado nostálgico perante as «ruínas» que ainda pôde contemplar da antiga corte portuguesa... Alguns dos seus comentários que sobre tais matérias – «as impertinências de palácio» – faz, desde Madrid, a D. Rodrigo da Cunha podem confirmá-lo.

Esperemos que estas notas e as notícias que fomos pondo ao longo de um pouco mais que uma centena de cartas cuja brevidade não permite, à partida, suspeitar do complexo mundo que esconde uma correspondência entre dois grandes fidalgos – um comendador e outro duas vezes bispo e duas arcebispo – que, além do mais, eram amigos, parentes e compadres e talvez cúmplices num discreto anticastelhanismo de ordem prática patente em desenganos e desabafos de D. Francisco.

APÊNDICE

D. Rodrigo da Cunha, mecenas de Lope de Vega

Para além dos «negócios» pessoais, que, a seguir as suas cartas, se resumiriam em pouco mais que fazer requerimentos ao Conselho de Portugal em Madrid e dar algum memorial para ajudar a vencer as resistências dos «tiranos»... esses «mancebos» de que dependia a sucessão e, depois de 1625, a renovação em mais uma vida da sua comenda, D. Francisco de Portugal teve, alguma vez, de desempenhar-se de encargos que lhe fazia o bispo do Porto. Entre eles houve o de entregar, em mão, a Lope de Vega, uma carta que, por seu intermédio, lhe escrevia o prelado. Antes, porém, de cumprir tal encargo, D. Francisco, logo nos primeiros tempos da sua primeira estância em Madrid – entre meados de Maio e fins de Julho de 1622 –, transmitindo ao bispo do Porto as suas primeiras impressões sobre a cidade, refere não só que já fora bem acolhido por um grande poeta e grande senhor castelhano, o conde de Villamediana, um admirador recente de algumas damas portuguesas parentes do comendador de Fronteira, mas também que lhe «mostraram» – a palavra é sua – Lope de Vega e Luis de Góngora. Estes, curiosamente, não lhe pareceram mais que dois «clérigos engorgueirados»... Pouco depois, assistiu à célebre justa poética em honra dos quatro santos espanhóis canonizados por Gregório XV nesse ano – Santo Isidro, Lavrador, S. Inácio de Loyola, S. Francisco Xavier e santa Teresa – de que era «lector» o mesmo Lope de Vega. E, nos começos de Agosto, assinalando o assassinato do conde de Villamediana, informa D. Rodrigo da Cunha de que tinha ido duas vezes a casa de Lope entregar-lhe a sua carta e, não o encontrando, a deixara «a hũa velha, que responde ao cão do nosso Camões» e que para a resposta determina de o «desencartar». Não logrei qualquer outra informação sobre

estes dois, e diferentíssimos, vigilantes dos dois poetas – o cão de Camões e a velha de Lope –, mas até meados de Setembro não conseguira D. Francisco encontrar Lope em casa, agora, ao parecer, para o cumprir pessoalmente: «Segundo Lope da Veiga responde mal não é bom pera escopeta... protestado tenho de o achar em casa pela criação de seus livros...». De qualquer modo, o que importa assinalar é que a sequência de tais notícias denota o cuidado de D. Francisco em informar sobre um poeta apreciado pelo bispo do Porto, apreço que pode ainda ser-nos sugerido pela categoria social do mensageiro que D. Rodrigo lhe enviava – poeta, da grande nobreza lusitana e seu chegado parente.

Não encontramos, nem nas cartas de D. Francisco a D. Rodrigo da Cunha nem nas edições da correspondência de Lope [A. González Amezua..., A. Carreño] – para esta data, há duas a D. Vicente Nogueira –, qualquer outro testemunho sobre a sequência desta correspondência que, ao parecer, originava D. Rodrigo da Cunha. Podemos, porém, suspeitar das suas consequências..., pois em Março do ano seguinte (1623), D. Francisco pondera a D. Rodrigo: «Lope da Veiga faz bem em se acolher a tal sagrado como o de Vossa Senhoria; a primeira vez que o topar farei os meus officios...». Em que se traduziria esta protecção que é como há que entender a expressão «acolher-se a tal sagrado», do bispo português ao grande dramaturgo madrileno? Concretamente, não sabemos, mas sabemos que Lope de Vega na *Decimoctava parte de las comedias*⁶⁷, cuja «Tassa» é de

⁶⁷ Lope de Vega, *Decima octava parte de las comedias de... dirigidas a diversas personas*, Madrid, Juan González, 1623, 51v-52r; Thomas A. Case, *Las dedicatorias de las partes XIII-XX de Lope de Vega*, Estudios de Hispanófila, University of North Carolina, 1975, 196-197, reproduz, com a correcção devida, a errata da dedicatória em que aparecia «Rodrigo de Mascareñas» por «Rodrigo de Acuña».

6.12.1622⁶⁸ – o que indica que o livro, cuja data de edição é 1623, terá aparecido e sido posto à venda nos começos desse ano – publicava *El Divino Africano*, «tragicomédia famosa» dedicada precisamente a D. Rodrigo da Cunha, bispo do Porto. Compreendemos, portanto, que em Março, D. Francisco se dispusesse a «fazer os seus ofícios» junto de Lope, isto é, a cumprimentá-lo em nome de D. Rodrigo –, pois já teria, se não o sabia já por carta do próprio bispo, conhecido a dedicatória da obra.

Trata-se de uma das chamadas «comédias de santos» em que, neste caso, se dramatiza a conversão de Santo Agostinho, seguindo Lope, como já se demonstrou, muitas vezes à letra, as «Confissões»⁶⁹. Como muitas outras que acompanham as outras peças desta e das outras diferentes *Partes* das edições das comédias preparadas pelo próprio dramaturgo, a dedicatória reveste a forma de carta. Por lapso, Lope dirige-se «al ilustrísimo y reverendo señor D. Rodrigo Mascarenhas, obispo de Oporto», «entitulação» que o editor corrigiu no índice do volume, mas que, infelizmente, persiste em alguma edição moderna. A carta-dedicatória é um rasgado elogio de D. Rodrigo da Cunha em que Lope, depois de ter insinuado um certo paralelismo de virtudes e engenho entre o bispo de Hipona e o bispo do Porto, «la parte que de la historia que me toca por los versos, quise honrar del claro nombre de V. S. Ilustríssima, ya por las causas que dexo referidas, ya por el resplendor de su antigua nobleza y sangre tan

⁶⁸ Dois dias depois – simples coincidência? –, isto é, em 8.12.1622, D. Francisco, referindo-se à suas diligências por encontrar o poeta, informa a D. Rodrigo sobre o amigo: «Lope da Veiga, amigo de V. S.^a, tenho dado coca de tavanês».

⁶⁹ Hugo Lezcano Tosca, «San Agustín en la literatura religiosa de Lope», *CRITICÓN*, 107 (2009), 137-150; Juan Udaondo Alegre, «De la conversión del santo a la de todo el Imperio: *El divino Africano* de Lope de Vega», *eHumanista*, 24 (2013), 214-239.

conocida, no solo en Portugal, y en Castilla, pero ocupando *Quidquid Oceanus vagis complexus undis, ultimo fluctu tegit*, por tantos Capitanes y Letrados insignes», citação de Séneca que pode traduzir-se assim: «Quantos o Oceano, rodeando-os com suas águas errantes, tem cobertos com as mais afastadas ondas». Contudo, o que interessa destacar é que, logo depois de este apontar ao tópico das «Armas e Letras» que ornavam familiarmente o bispo do Porto, pondera Lope: «Esta [dedicatória] pues sea muestra pequeña de mi agradecimiento grande». Que agradeceria o poeta ao bispo do Porto? Uma carta, mesmo que elogiosa? É difícil de aceitar tal interpretação, sabendo quanto Lope, apesar do seu êxito ímpar como autor teatral, sempre esteve, por razões várias – lances biográficos, mortes, doenças de familiares – dependente da boa vontade de amigos e de mecenas, como o duque de Sessa e o conde de Lemos. De qualquer modo, a dedicatória conclui com a promessa de «mayores cosas» e o «ofrecimiento de los debidos loores» de D. Rodrigo, *Si tan sublime preço cabe em verso* (*Lus.* I, 40), «como dixo nuestro lusitano Camões, porque en mi ánimo y agradecida voluntad *Semper honor, nomenque tuum, laudesque manebunt* (Virgílio, *Ecol.* V, 78; *Aen.*, I.609).

Se não conseguimos concretizar as razões de tão reiterado e ampuloso «agradecimiento grande», podemos adiantar que o poeta castelhano virá a cumprir a sua promessa.

Antes, porém, lembremos que D. Rodrigo da Cunha não é o único português que recebe tal atenção elogiosa de Lope por meio da dedicatória de uma comédia sua, pois há mais dois⁷⁰ portugueses que com ele a partilham – o irrequieto Cristóvão Ferreira de Sampayo, que virá a ser o autor de *Vida y hechos del príncipe perfecto don Juan, rey de Portugal, segundo del*

⁷⁰ Três, se quiséssemos contar como português, à maneira de Barbosa Machado, o flamenco Manuel Soeiro.

nombre (Madrid, 1612), então apenas vizinho e amigo íntimo de Lope, que lhe dedica, em 1620, *Los españoles en Flandes*, e, mais tarde, Manuel Faria e Sousa, outro íntimo amigo do poeta que em 1625 lhe dedicará *El marido más firme*. E, se o bispo do Porto não é o único português a ser aplaudido por Lope, é, contudo, o único prelado português a ser contemplado com tal honra, honra que comparte com o grande pregador D. Plácido de Tosantos, bispo de Guadix, o único prelado espanhol a quem o dramaturgo dedicou, em 1621, *La madre de la mejor*.

De 1623 a 1629 não conhecemos notícias directas que relacionem Lope de Vega com D. Rodrigo da Cunha. D. Francisco de Portugal, nas cartas de Madrid de 1626-1627 – nas que nos chegaram, evidentemente – em que se preocupa, sobretudo, das mercês a que tem direito pela sua participação na «Jornada» de recuperação da Baía, não alude sequer ao poeta castelhano e suspeitamos que tal silêncio poderá significar que nem mesmo chegou a cumprimentá-lo em nome de D. Rodrigo..., apesar de se revelar leitor de alguma obra sua.

De qualquer modo, o que importa neste momento é fazer notar que desde 27 de Fevereiro de 1629, Lope podia confirmar a alta estima em que D. Rodrigo o tinha ao saber que em *Super primam partem Decreti Gratiani commentarii*⁷¹, ingente obra de canonística, o agora arcebispo de Braga lhe tecia o seguinte elogio: *Quod* [o que deve fazer o príncipe para defender a Religião] *firmissimum erga fidem patrocinium per polito carmine espressit nostra aetatis Homerus, Hispaniae Cignus, Lupus a Vega Carpius, tum variis in locis, tum praecipue in quadam tragaedia inscribitur infelicitates a Regis Alphonsi Casti ubi regum, atque imperato-*

⁷¹ Bracarar Augustae, Ioannis Rodereici, 1629. A licença da Inquisição é de 21.10.1626 e a de publicação data de 24.10.1626; a taxa é de 27.2.1629.

*rum gladios pro sanctissimae Fidei defensione acuendos, et stringendos esse ostendit*⁷². Posta a circular nesses fins de Fevereiro de 1629, tendo em conta que a elaboração desses *Decreti Gratiani Commentarii* é anterior aos finais de Outubro de 1626 – data das aprovações e licenças –, este público elogio de Lope pelo arcebispo de Braga aproxima-nos desses anos em que lhe escrevia e o mandava cumprimentar por intermédio de D. Francisco de Portugal. Ter-se-á notado seguramente que, como Homero, também *quandoque bonus archiepiscopus bracaesnsis dormitat...*, já que exemplifica o seu elogio a Lope com uma obra teatral que lhe não pertence..., pois, como é bem sabido, as *Desgracias del Rey Alfonso el Casto* é obra de Mira de Amescua...

Ora, numa sequência cronológica cuja concatenação precisa não sabemos explicar, em *Laurel de Apolo*, poema acabado de escrever pela Primavera de 1628⁷³, e editado em 1630 (Madrid, Juan González), cujas licenças de publicação, assinadas por José de Valdivieso e por Juan de Jáuregui são, respectivamente, de 14 de Outubro e de 22 de Novembro de 1629, Lope de Vega, permitindo que o seu grande amigo e defensor Francisco de López de Aguilar Coutinho, omitindo o «despiste» do exemplo, estampasse, como um dos inúmeros para-textos que acompanham a edição deste célebre poema, entre muitas outras, as elogiosas palavras de D. Rodrigo que acabamos de citar, retribuí-as, por assim dizer, e dando ao arcebispo de Braga o primeiro lugar entre os literatos lusitanos do seu tempo coroados por Apolo escreve:

⁷² *Super Primam Partem Decreti Gratiani*, cp. XCVII, sic. XV, n.º 2, fol. 863.

⁷³ Caetano Alberto de la Barrera, *Nueva bigliografía de Lope de Vega*, Madrid, Atlas, 1973, I, 282 (a 1.ª ed. desta obra é de 1890).

*Dejando a Marte,
mira la Fama de Minerva el arte,
con tu nombre, ilustrísimo Rodrigo,
primero archipastor de Lusitania,
real Acuña, cuyos rayos sigo,
dulce Mecenas de mi rude Urania,
sin Amadores, sin Osorios, fuera
tu ingenio sol y Portugal su esfera.*⁷⁴ (III, vv. 50-57).

Leiamos o elogio sem nos preocuparmos demasiadamente com a realeza dos Cunhas..., com a possível teia metafórica a que preside a musa Urânia..., ou com os «rayos» iluminantes do arcebispo que, à falta de «Amadores» e «Osorios»⁷⁵, fariam dele o «sol» de Portugal e fixemo-nos em que Lope apresenta D. Rodrigo da Cunha como o «dulce Mecenas» da sua «rude» poesia. Mesmo que «dulce» por oposição a «rude» não permita caracterizar qualitativa ou quantitativamente o mecenatismo de D. Rodrigo para com Lope, podemos sempre guardar como dado positivo a sua existência, o que, cremos, ainda não foi destacado pelos biógrafos do arcebispo⁷⁶ ou pelos comentadores mais recentes desse largo poema de Lope. E aqui não parece que valha a pena considerar a hipótese de estarmos perante um convite ironicamente formulado e não uma realidade calculável em boas palavras e,

⁷⁴ Lope de Vega, *Laurel de Apolo* (Edizione, note, catalogo, indici di Christian Giaffreda. Introduzione di Maria Grazia Profeti), Firenze, Alinea Editrice, 2002), III, vv. 50-57.

⁷⁵ Christian Giaffreda nas «Note al testo» de estes versos de *Laurel de Apolo* (ed. cit., 344) pensa, cremos que sem razão, que por «Amadores» e «Osorios» há que entender «altre aristocratiche casate» cuja falta a família de D. Rodrigo poderia suprir.

⁷⁶ D. Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, III, Lisboa, Ignacio Rodrigues, 1752, 641-616; Luís António Oliveira Ramos, «Notas e comentários sobre D. Rodrigo da Cunha (1577-1643)» Braga, 1979 [Separata de *Bracara Augusta*, XXXIII (1979)].

talvez, em alguns ducados, se bem que Lope fosse, como adverte Antonio Carreño, «amigo de aristocratas sin concesiones o mecenazgo por parte de éstos»⁷⁷...

E a certeza de que há que rejeitar esta última hipótese, fosse qual fosse o modo por que o arcebispo de Braga se revelava um «Dulce mecenas», pode ser confirmada pela dedicatória que nesse ano de 1629 recebe D. Rodrigo da Cunha da *Isagoge a los reales estudios de la Compañía de Jesús*⁷⁸, poema com que Lope celebra a inauguração, em Fevereiro desse ano, dos «Reales Estudios» da Companhia em Madrid, cuja criação tanta oposição levantara por parte das universidades espanholas, especialmente as de Salamanca e Alcalá de Henares⁷⁹. Entre os seus primeiros professores conta-se o P. Francisco de Macedo que, por essa data, ainda não passara à Ordem Franciscana em que virá a ser o célebre e irrequieto e um tanto intriguista Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo.

Nessa dedicatória, anunciada na portada da obra, mas integrada no poema, Lope, depois de convidar ao silêncio a Natureza circundante do Manzanares, exclama:

*Tú, Rodrigo ilustrísimo, tú solo
de mis musas Apolo,
primero archimandrita lusitano,
oye mis versos con semblante humano,
pues tantas veces a mi lira atento
humillaste tu claro entendimiento,*

⁷⁷ Antonio Carreño, «Introducción» a Lope de Vega, *Obras completas, Poesía*, V, Madrid, Biblioteca Castro, 2004, XI.

⁷⁸ Lope de Vega, *Isagoge a los Reales estudios de la Compañía de Jesús. Dedicada al Ilustrísimo y Reverendísimo Señor Don Rodrigo de Acuña, Arzobispo y señor de Braga* (sin lugar ni año) [Madrid, 1629]. V. Caetano A. de la Barrera, *Nueva biografía de Lope de Vega*, ed. cit., I, 282.

⁷⁹ Juan Antonio Martínez Comeche, «La fundación de los Reales Estudios en la *Isagoge* de Lope: ¿testimonio o recreación

*honrando de mi pluma la bajeza
la dignidad real de tu grandeza,
que a ti se debe por tan altas partes
este compendio de admirables artes.
Tú, honor de los Acuñaas, tú la gloria
de aquel blasón que, a la inmortal memoria
de letras y armas dio tantos laureles,
inspírame el espíritu que sueles;
tú siempre mi Mecenas
a rústicas avenas,
ahora al grave asunto,
en cuyo inmenso círculo de ciencia
será mi ingenio indivisible punto
si tú, que la mayor circunferencia
llenas de humanas letras y divinas,
admites impresiones peregrinas⁸⁰.*

Independentemente da diferença de extensão, teremos notado a essencial semelhança dos dois textos laudatórios do mesmo ano – a breve, mas encomiástica, ficha literária e a não menos elogiosa dedicatória –, finalizando ambos pela mesma metáfora: a esfera / circunferência literária e social que, brilhando, iluminava o arcebispo Cunha que, em ambos os casos, é pelo poeta declarado seu mecenas. Mas Mecenas, como? Porque «*a ti se debe por tan altas partes / este compendio de admirables artes*» que era, precisamente, a *Isagoge*? Porque «*admites impresiones peregrinas*»? Teria, então, efectivamente, D. Rodrigo, como defende Martínez Comeche⁸¹, encomendado o poema a Lope? Ou, simplesmente – e já não era pouco – «admitido», quer dizer, patrocinado a impressão do poema que, depois,

— *literaria?*» in *CRITICÓN*, 51 (1951), 65-74.

⁸⁰ Citamos por *La vega del Parnaso* (Madrid, Imprenta del Reyno, 1637), ed. facsímil preparada por Melquíades Prieto y Esperanza Gómez, con Prólogo de Felipe B. Pedraza Jiménez (Madrid, Editorial Ara- Iovis, 1993), fol. 220r-220v.

⁸¹ Juan Antonio Martínez Comeche, «La fundación de los Reales Estudios en la *Isagoge* de Lope: testimonio o recreación litera-

como se esperava, lhe dedicou Lope? Ou o arcebispo de Braga encomendou o poema e sufragou a sua edição? Em qualquer caso, terá merecido que Lope o declarasse seu mecenas. Claro que esta leitura ao pé da letra da dedicatória de *Isagoge* pode enfermar de dificuldades cronológicas por falta de documentação arquivística, sendo que nem os historiadores da Companhia de Jesus na Península Ibérica – Francisco Rodrigues e Antonio Astrain⁸² – nos revelam qualquer indício que nos relacione D. Rodrigo com a Companhia nestes anos.

Não será, contudo, esta a última vez que Lope se lembrará de D. Rodrigo da Cunha em relação à sua obra literária. Em *La Vega del Parnaso* (Madrid, Imprenta del Reyno, 1637), volume miscelâneo cuja aprovação estava a ser escrita por José de Valdivielso no dia da morte do poeta (26.8.1635), Lope reuniu várias comédias, epítáfios como o que dedica à morte de Gabriel Pereira de Castro, canções, rimas sacras, éclogas, cabendo aqui destacar dentre estas, a longa autobiográfica *Égloga a Claudio* [Ponte], e reimprime a *Isagoge a los Reales Estudios*... O que interessa, porém, agora é chamar a atenção de que, em *Égloga a Claudio*, Lope recorda:

*Y quando la sagrada Compañia
Fundava sus estudios, las lecciones
de tan altivos varones
canté con osadía,
y al gran Pastor las consagré de Acuña,
que el cayado mayor de Luso empuña.⁸³*

— *ria?*» in *CRITICÓN*, 51 (1951), 67, 70.

⁸² Francisco Rodrigues, *História da Companhia de Jesus na Assis-tência de Portugal*, III, Porto, Apostolada da Oração, 1944; Antonio Astrain, *Historia de la Compañia de Jesús en la Asis-tencia de España*, V, Madrid, Razón y Fe, 1912;

Mesmo se obrigatória, dado o carácter bio-bibliográfico do poema em que surge, esta última referência a D. Rodrigo da Cunha permite recordá-lo como uma das personalidades portuguesas que mais elogiada foi pelo Fenix de los Ingenios e até a única que ele celebra como seu mecenas. Infelizmente, como já prevenimos, se não temos qualquer documento não literário que nos permita concretizar esta relação, temos, para além da carta que, em 1622, D. Rodrigo lhe escreveu e que D. Francisco de Portugal lhe fez chegar, a certeza de uma outra carta do arcebispo Cunha ao poeta. Cita José Ortiz de Villena como fecho das palavras com que apresenta «a los aficionados de Fray Lope Felix de Vega Carpio» *La Vega del Parnaso*⁸⁴, livro aparecido em 1637, isto é, cerca de dois anos depois da morte do poeta (26.8.1635). Qualquer que seja a ordem cronológica dos acontecimentos – morte de Lope..., edição de *La Vega del Parnaso...*, carta de D. Rodrigo... – ao citar a missiva como de «el Señor D. Rodrigo de Acuña meritíssimo arçobispo de Lisboa» – fora eleito à volta de Março de 1635⁸⁵ –, Ortiz de Villena permite pensar, como hipótese, que se trata de uma carta escrita nos últimos anos de vida do poeta madrileno. Nela, documento importante para José Ortiz dado o relevante lugar que lhe concedeu, D. Rodrigo assumiria a defesa da poesia de Lope, já que aos seus versos presidiria, a juízo do arcebispo, uma «claridad conceituosa», acertada síntese mediadora de célebres polémicas que o «Fenix de los Ingenios» teria certamente apreciado. Para além das circunstâncias em que foi formulado, tal juízo confirma-nos D. Rodrigo como um leitor e atento crítico da poesia sua contemporânea que, como procuraremos mostrar, nos revelam muitas das cartas de D. Francisco de Portugal.

⁸³ Citamos por Lope de Vega, *La vega del Parnaso*, ed. cit., 97v.

⁸⁴ Lope de Vega, *La vega del Parnaso*, ed. cit. (preliminares, s. p.).

⁸⁵ José Pedro Paiva, *Os bispos de Portugal e do Império. 1495-1777*,

Resta ainda que para nós são um mistério os caminhos ou os elos que teceram os laços de admiração mútua entre o poeta castelhano e o arcebispo português, laços que, qualquer que tenha sido a sua fórmula, redundaram em apoio mecenático por parte do poderoso arcebispo e senhor de Braga. Como das relações literárias de D. Rodrigo pouco mais conhecemos do que as que manteve com D. Francisco de Portugal e com Fernão Correia de Lacerda⁸⁶, não podemos arriscar o que possam ter pesado um Dr. Miguel da Silveira, um Francisco de França e Costa, um António Lopes da Vega, poetas da roda de Lope em Madrid, mas atrevemo-nos a propor que talvez seria de pensar no P. Francisco de Macedo, então ainda membro da Companhia de Jesus, poeta em latim e em espanhol e professor nos «Reales Estudios», elogiado na *Isagoge* e em *Laurel de Apolo*⁸⁷, e, sobretudo, nesse assombro de erudição que já era D. Vicente Nogueira, a quem Lope, como já recordamos, escreveu algumas vezes, que promoveu e patrocinou a edição lisboeta de alguns autores espanhóis – Francisco de Figueroa..., Garcilaso de la Vega..., D. Diego Hurtado de Mendoza⁸⁸...

—Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, 422.

⁸⁶ D. Francisco nas suas cartas refere que Bernardo Roiz, um hoje desconhecido poeta, tinha em grande conta o juízo de D. Rodrigo pelos seus versos, mas nada mais sabemos dessa relação.

⁸⁷ O P. Francisco de Macedo passa por ser, segundo as suas próprias palavras no prólogo ao seu poema *Trifavus Macedi*, amigo chegado de Lope – «*familiariter usus fui Madriti*» (cit. por P. Ilídio de Sousa Ribeiro, *Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo. Um filósofo escotista português e um paladino da Restauração*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1950, 164).

⁸⁸ Martim de Albuquerque, «*Biblos*» e «*Polis*». *Bibliografia e ciência política em D. Vicente Nogueira (Lisboa, 1586 – Roma, 1654)*, Lisboa, Vega Universitária, 2005, 23-24, precioso estudo em que, em «Apêndice documental», se reproduzem, em fac-símile, as dedicatórias destas e de outras obras dedicadas a

– e a quem Lope tributou um dos mais belos e, ao parecer, sinceros elogios em *Laurel de Apolo* que me atrevo a citar:

*Entre los cuales [literatos lusitanos], si favor me diera
la décima divina moradora
de aquella fuente, que al nacer de la aurora
en sus ondas de plata reverbera,
don Vicente Noguera
tuviera asiento entre latinos graves,
laurel entre toscanos,
palma entre castellanos,
por la dulzura del hablar suave,
y entre franceses y alemanes fuera
florida primavera;
que como ella de tantas diferencias
de alegres flores se compone y viste,
así de varias lenguas y de ciencias,
en que la docta erudición consiste,
¿qué libro se escribió que no lo viese?
¿Qué ingenio floreció que no le honrase?
¿En qué lengua se habló que no supiese?
¿Qué ciencia se inventó que no alcanzase?
Oh Musas castellanas y latinas,
francesas, alemanas y toscanas,
coronad las riberas lusitanas
de lirios, arrayanes y boninas,
no quede en vuestras fuentes cristalinas
laurel que en ellas su hermosura mire,
donde Dafne amorosa no suspire
por no bajar a coronar la frente
deste de todos vencedor, Vicente.⁸⁹*

Este grande literato e poliglota, membro ilustre da «República das Letras» europeia do século XVII tal

—D. Vicente Nogueira.

⁸⁹ Lope de Vega, *Laurel de Apolo*, ed. cit., III, vv. 166-193; D. Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, III, Lisboa, Ignacio Rodrigues, 1752 (aliás, Coimbra, Atlântida Editora, 1966)

como a vem definindo M. Fumaroli, cuja correspondência é um monumento de saber bibliográfico e uma mina de informações sobre o comércio europeu do livro antigo, nunca se esqueceu do grande poeta castelhano e em alguma das suas cartas ao marquês de Niza não deixa passar ocasião em que possa elogiá-lo como poeta e ser humano: «Folgo muito que V. S. tenha tudo de Lope. Era o maior poeta que teve nem terá Espanha, mas inda melhor homem que poeta. E tirado alguma fragilidade da carne – a que são sujeitos os tais grandes engenhos – no mais não tinha tanta malícia, como um minino de cinco anos, e a sua pena bendita não havendo nunca escrito ũa sátira e chovendo contra ele muitas cada dia»⁹⁰. Infelizmente, o grande bibliófilo, se valorizou a biblioteca de D. Rodrigo da Cunha (à volta de 1630?) e anotou a origem e o preço de algum dos seus fundos⁹¹, nada nos diz sobre as relações literárias do prelado com o grande poeta que ele próprio tanto admirava e, como veremos, tão admirado foi por Lope...

E depois de tantas questões que fomos pondo sem as poder resolver, poderá ainda perguntar-se se o mecenatismo do arcebispo Cunha para com Lope de Vega não teria sido um modo de corresponder à sua admiração pelo dramaturgo. Sabemos que, em 1621, o famoso actor e empresário Sánchez, el Bueno, para quem Lope escreveu, em 1615, *El mayor imposible*, representava com aplauso em Lisboa, como noticiava ao bispo do Porto, em tom que revela conhecimento e apreço por parte do prelado, o seu primo D. Francisco de Portugal. A própria atribuição, por D. Rodrigo, a Lope de uma obra de Mira de Amescua pode sugerir um despiste originado na leitura desses volumes de *Flor de comedias* em que as de Lope emparelhavam

—785, publica integralmente estes elogiosos versos.

⁹⁰ D. Vicente Nogueira, *Cartas...*, 164; 185.

⁹¹ D. Vicente Nogueira, *Cartas...*, Carta ao Marques de Niza

com as do Dr. Mira de Amescua e de outros *ingenios*... E, segundo o mesmo comendador de Fronteira, o célebre teólogo D. André de Almada, parente chegado e amigo de ambos, era um conhecido apreciador de comédias espanholas. Poderão estas notas introduzir à explicação por que a primeira obra que Lope dedicou a D. Rodrigo da Cunha foi uma das suas «comédias de santos», *El divino Africano*?

De qualquer maneira, tais relações estão bem documentadas e, no seu quadro, D. Rodrigo da Cunha, bispo do Porto e arcebispo de Braga, foi, estamos em crer, a personagem portuguesa a quem, consagrando-o como seu mecenas, Lope dedicou mais obras suas. Se não conhecemos os moldes e as razões imediatas desse favor, sabemos que D. Rodrigo não foi – nem podia ter sido por distância e meios – um mecenas como o foram um duque de Sessa – acudindo, ao seu secretário e alcoviteiro, com algum auxílio financeiro e socorro nas faltas de coche ou tapeçarias... –, ou um conde de Lemos que, se dava pouco dinheiro⁹², podia prometer empregos...

Por outro lado, a questão de micro-história literária que acabamos de abordar deverá ter permitido pôr uma questão que pensamos nunca ter merecido atenção quer por si mesma quer no quadro do «intercâmbio cultural entre Portugal e Espanha», para o dizer com o título da famosa conferência de Ricardo Jorge em 1921.

—(Roma, 5.3.1650), ed. cit., 337.

⁹² «Adiciones a la biografía de Lope de Vega» (Carta n.º 13 ao duque de Sessa) in Caetano A. de la Barrera, *Nueva biografía*

CRITÉRIOS DA EDIÇÃO

Tratando-se de uma cópia feita, provavelmente, na segunda metade do século XVII – talvez, melhor até, no último quartel do século – por um copista não muito culto, a julgar pelos erros de compreensão de nomes de autores e de citações literárias – o critério editorial que, por princípio, nos pareceu devia impor-se-nos foi o da actualização da grafia do texto que, embora de signo conservador, fosse de molde a torná-lo acessível ao leitor de hoje. Por outro lado, o texto já tinha tido, em 1946, uma benemérita edição diplomática que, obviamente, tivemos presente e da qual, porém, como assinalámos em nota, nos afastamos, alguma vez, quanto à leitura e interpretação, sendo que, nesses casos, a divergência se deve ao facto da cópia, feita, quase seguramente, por ditado, apresentar erros de leitura de quem ditava e/ ou de quem transcrevia e ser quase totalmente omissa de pontuação. Assim,

1 – Mantivemos, tanto quanto possível, as alternâncias gráficas *algũa* / *alguma*; *pelo* / *polo*; *galião* / *galeão*; *milhor* / *melhor*; *Alanquer* / *Alenquer*; *Correa* / *Correia*; *Anrique* / *Henrique*; *amenhã* / *amanhã*; *ilustrado* / *elustrado*; *Ilustríssima* / *Eiustríssima*, etc.;

2 – Tentámos dar alguma coerência ao uso das maiúsculas e minúsculas;

3 – Acentuámos de acordo com as normas actuais;

4 – Em alguns casos de evidente oralidade, ou que assim nos pareceram – resultantes da contracção da preposição *com* ou *a* com o artigo ou vogal seguinte, como, por exemplo, *cos* por *com os* (por exemplo: «cos judeus»); *o* por *ao* (em casos como «o [ó] conde D. Diego da Silva se mandou...»); *aver* por *a haver* (por exemplo: «tornou aver sol») –, desenvolvemos, assinando-o, a contracção sem o qual seria um tanto difícil a compreensão do texto;

5 – Se mantivemos certas contracções da preposi-

ção *de* em *deste...*, *daquele...*, *doutro...* não as mantivemos em casos como *del Rei*; *darmada...*; *destado...*; *dalenquer...*; *que* (em «que é o primeiro»);

6 – Exceptuando os casos de alternância já exemplificados, os apelidos foram transcritos de acordo com a grafia actual *Távora* por *Táborá...*; *Zúñiga* por *Súñiga*, etc.;

7 – Os versos e outras citações:

a) sempre que a transcrição do copista permitia, com mais ou menos dificuldade, a sua compreensão, foram mantidos na lição oferecida pelo texto, colocando em nota a sua versão correcta de acordo com as edições utilizadas em que se encontram;

b) nos casos em que a transcrição do copista resultava incompreensível (ou quase) optamos por citar no texto a versão correcta e remeter para nota a transcrição oferecida pela copista;

c) na transcrição de versos e citações empregamos o itálico, substituindo, assim os () com que, muitas vezes, o texto destaca o texto citado;

8 – Pelo que diz respeito à pontuação tentámos reduzir ao mínimo a nossa intervenção – um mínimo que, dada a quase falta de pontuação do manuscrito, foi mais profunda do que desejaríamos, resistindo, contudo, à tentação de colocar algumas vírgulas onde hoje as esperaríamos;

9 – Corrigimos, sem mais aviso, erros que, seguramente, são distrações do copista, embora tenhamos, em algum caso menos claro, apontado a correcção feita;

10 – Pusemos entre [] alguma palavra que faltava ou estava exigida pelo sentido.

Abreviaturas

AHN – Archivo Histórico Nacional (Madrid),
Sección Toledo

BA – Biblioteca do Palácio da Ajuda (Lisboa)

BGUC – Biblioteca Geral da Universidade de
Coimbra

BNM / BNE – Biblioteca Nacional de España (Madrid)

BNL / BNP – Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa)

D. Francisco
de Portugal

CARTAS DE
DOM FRANCISCO
DE PORTUGAL
ESCRITAS AO SENHOR
ARCEBISPO DE LISBOA,
DOM RODRIGO
DA CUNHA



Inda que as novas de V. Sr.^a nos vêm agora de tarde em tarde, como são boas sempre vêm em tempo. Tenha V. Sr.^a muita saúde, que com ela tudo se passa. A calma vai cá terrível, que fará na serra? Lá virá Dezembro e os lombos de porco em que V. Sr.^a se forrará¹, a quem dou as emboras do novo sobrinho. As musas andam por aqui ensoadas² de maneira que não há ver um verso. António Gomes³ emprime as suas

¹ Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portugueza*, Porto, Ernesto Chadron e Bartholomeu H. de Moraes, 1873-1874, regista, *sub voce*, «forrar-se» quer no sentido de agasalhar-se, quer, figuradamente, como fornecer-se..., precaver-se contra o frio.

² Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portugueza*, ed. cit., *sub voce*, traz «ensoar» como, figuradamente, «mover», «abalar», e «ensoamento» como referente ao perder do viço das plantas, ao ficarem murchas, conjugação de sentidos que pode ajudar à compreensão do termo neste contexto.

³ D. Francisco deverá estar a referir-se a António Gomes de Oliveira, poeta de certa fama nos seus dias, que, por então, cuidaria da impressão dos seus *Idílios marítimos* (Lisboa, Pedro Craesbeck, 1617), obra que, a crer em D. Francisco Manuel de Melo (*Hospital das Letras*, ed. de J. Colomès, Paris, Centro Cultural Português, 1970, 80-81), «o Gôngora, sendo soberbo e desabrido assaz, respeitou notavelmente», talvez porque nela apreciou as marcas da sua própria poesia (J. Ares Montes, *Góngora y la poesia portuguesa del siglo XVII*, Madrid, Editorial Gredos, 1956, 99-100, 333-337, *et passim*).

obras, não sei se é bem aconselhado; de Dom Francisco Rolim⁴, posto que está perto não sabemos parte; os seus partos são sempre móvitos⁵ e assim dou o Camões por seguro. Um Pereira Corte Real⁶, capitão de um galião que este ano veio da Índia, traz a vida do arcebispo de Braga em oitava rima para se despachar; Anrique Correia⁷ a gaba, porém eu [o] tenho por

⁴ D. Francisco Rolim de Moura (1572-1640), grande fidalgo, toureiro, genealogista e, para o que nos interessa aqui, notável poeta «moral, político e filósofo nos seus versos e nas prosas», no dizer de F. Manuel de Melo (*Cartas familiares*, ed. de Maria da Conceição Morais Sarmiento, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1980, 414). Entre as obras que deixou manuscritas contavam-se umas *Advertencias a alguns erros de Luiz de Camões* – hoje, ao parecer, desconhecidas –, que poderão ter motivado a crítica de D. Francisco de Portugal.

⁵ Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portuguesa*, ed. cit., *sub voce*, «móvito»: «parto intempestivo, prematuro, aborto».

⁶ É possível que se refira a João Pereira Corte Real, «muito experimentado na arte de navegar, que aprendeu em multiplicadas vezes que passou às Índias Oriental e Occidental», publicando, em 1622 (Madrid), um *Discurso sobre la navegación de las naos de la india de Portugal*, registado por D. Barbosa Machado (*Bibliotheca Lusitana*, II, Lisboa, Officina de Ignacio Rodrigues, 1747 [aliás, Coimbra, Atlântida, 1966], 720). O Abade de Sever não regista, porém, o poema aludido por D. Francisco, referente, provavelmente, à vida do arcebispo de Braga, D. Fr. Bartolomeu dos Mártires. Note-se, para o que valer, que um Juan Pereira Corte Real colaborou em *Anfiteatro de Felipe el Grande, Rey Catolico de las Españas, Monarca Soberano de las Indias de Oriente y Occidente. Siempre Augusto, Pio, Felix, y Maximo. Contiene los elogios que han celebrado la Suerte que hizo en el Toro en la Fiesta Agonal de treze de Otubre deste año de MDCXXXI. Dedicale a Su Magestad Don Joseph Pellicer de Tovar* [...] Com privilegio. En Madrid por Juan Gonçalez [1631], 52r (citamos pela ed. fac-simil oferecida por Antonio Pérez Gómez, Cierza, 1974); Bartolomé José Gallardo, *Ensayo de una Biblioteca Española de Libros Raros y Curiosos* [Edición Fac-simil], Madrid, Editorial Gredos, 1968, III, 1115-1119.

⁷ Supomos tratar-se de Henrique Correia da Silva, personagem que D. Francisco nomeará em outras ocasiões. Era alcaide-

milhor enforcador que trovador. Afora isto, traz uns trezentos e tantos sonetos pera exprimir. Enfim, ele fez por todos. Se V. Sr.^a não tem comprado os quarenta mil reis de peras vergamotas não lho gabarei. Se os houver de comprar de pano, não espere V. Sr.^a pola cor de Luís Queste⁸ que eu só pela que V. Sr.^a escolher espero, e os moços vão-se-me homiziando em casa, aonde fica doente o afilhado⁹ de V. Sr.^a e não sei se serão bexigas de que este ano há boa novidade. Eis aqui de que servem filhos e lá suas fatigas¹⁰.

–mor de Tavira e comendador de S. Pedro de Marialva na Ordem de Cristo e, segundo Felgueiras Gayo, vedor da Fazenda no Conselho de Estado e Capitão-General de Mazagão, Casou com D. Maria de Meneses ou de Castro, f.^a de D. Antão de Almada e de sua mulher D. Vicência de Castro, pelo que viria a ser tio, por afinidade, de D. Francisco, pois a mãe do nosso autor era irmã de D. Maria de Meneses ou de Castro, tal como o era de D. André de Almada (Manuel J. Felgueiras Gayo, *Nobiliário de famílias de Portugal*, IV, Braga, Edições de “Carvalhos de Basto”, 1989, 445; C. Alão de Morais, *Pedatura Lusitana*, III, 2, Porto, 1945, 14).

⁸ Confessamos não saber explicar esta «cor» – se é que era cor o que estava no original –, mas sabemos que no *Cancioneiro de D. Cecilia de Portugal* – dama que com alguma probabilidade poderá identificar-se com a mulher de D. Francisco – há um «soneto em português e casteellano a uma dama chamada Angela Queste» (*Cancioneiro de D. Cecilia de Portugal*, Introdução e notas de António Cirurgião, Lisboa, Ed. da *Revista Ocidente*, 1972, 40-41).

⁹ Refere-se ao seu filho D. António de Portugal que, mais tarde, como escreverá seu pai ao padrinho, entrará na Ordem dominicana no convento de Almada.

¹⁰ Poderia tratar-se de uma reminiscência de Sá de Miranda quer em «Carta a António Pereira», vv. 263-265: «Na vila o vilão se abriga / Onde tem nome e herança / Vive i de sua fatiga», quer, mais provavelmente, de «Epitallamio pastoril», vv. 516-517: «Esa restitucion que acenais / (Que son los hijos!), ai las sus fatigas!» (*Poesias*, Ed. de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Halle, 1885 [aliás, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, ed. *fac-simile*], 247 e 522 respectivamente).

As novas das valias do arcebispo¹¹, pontos de honra de Dom Estêvão¹² deixo a melhor prosista; as que a Senhora Dona Ana dá de Belflorão são culpá-lo de

¹¹ O Comendador de Fronteira estará a aludir à considerável aceitação de D. Aleixo de Meneses, antigo arcebispo de Goa, junto de Filipe III que, entre muitos outros sinais de apreço, o elevou a arcebispo de Braga (1612), vice-rei de Portugal (1614-1615) e a membro e presidente do Conselho de Portugal (1615-1617). Ao ocupar estas últimas funções, D. Estêvão de Faro, que já fora do mesmo Conselho (1605-1607) e para ele voltara a ser nomeado em 1615, em 1616 renunciou ao lugar enfrentando-se com D. Aleixo. Conta D. António Caetano de Sousa: «He bem de advertir o motivo por que largou [D. Estêvão] o lugar do Conselho, que exercia na Corte de Madrid, e foy, porque El Rey fizera presidente d'elle ao Arcebispo Dom Aleixo de Menezes, a quem elle no mesmo Conselho disse, que elle não estava em Tribunal com um homem tão levado da cobiça». Note-se como a acusação de D. Estêvão contrasta com a prática da caridade do arcebispo que narram crónicas e fastos (*História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, VIII, 12 [Nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, 1953], IX, 377; *Segunda parte da Historia Ecclesiastica dos arcebispos de Braga*, Braga, Manuel Cardoso, 1635 [Ed. facsimil com Nota de apresentação de José Marques, Braga, s.e., 1989], caps. XCIX-CI, 435-450; José Pedro Paiva, *Os bispos de Portugal e do Império, 1495-1777*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, 186, 378-379, 411, 578; Santiago Luxán Meléndez, «Los funcionarios del Consejo de Portugal: 1580-1640», in *Cuadernos de Investigación Histórica*, 12 [1989], 197-228).

¹² Trata-se de D. Estêvão de Faro († 1628), que foi 1.º conde de Faro (1617), comendador de Santiago e de Cristo, do Conselho de Estado de Portugal (1605-1607; 1615-1616), Vedor da Fazenda, sempre carregado de honras e, como sugere D. Francisco, sempre inclinado a brios e primores de que D. António Caetano de Sousa traz alguns exemplos, entre eles o que evocamos em nota acima. Casou com D. Guiomar de Castro, da casa dos barões de Alvito (*História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, VIII, 12, ed. cit., IX, 376-379; Santiago Luxán Meléndez, «Los funcionarios del Consejo de Portugal: 1580-1640», in *Cuadernos de Investigación Histórica*, 12 (1989), 197-228).

desatado¹³; ela também se desata se for com esta ũa canção que fiz a umas jenelas fechadas¹⁴. Sou mais confiado do necessário; se não for, será porque é comprida e não é boa. Fernão Correia¹⁵ nem sabemos dele nem há que esperar dele. O Senhor Dom André¹⁶ dá

¹³ Não pudemos atinar com o sentido desta alusão ao «herói» da IV e V parte de *D. Belianís de Grecia*, novela de cavalarias de que D. Francisco, em carta de 22.6.1624, dirá ter mandado copiar «uns capítulos» a pedido de uma dama da corte de Madrid.

¹⁴ A canção veio a ser incluída em *Divinos e Humanos Versos*, colecção poética de D. Francisco de Portugal mandada publicar por seu filho e herdeiro, D. Lucas de Portugal, sob os cuidados do poeta Francisco Luís de Vasconcelos (Lisboa, Officina Craesbeckiana, 1652). Conf. D. Francisco de Portugal, *Divinos e Humanos Versos*, ed. de Maria Lucília G. Pires, Porto, Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade, 2012, 103,105.

¹⁵ Fernão Correia de Lacerda, jurisconsulto, homem de armas e «hum dos poetas mais célebres do seu tempo», segundo D. Barbosa Machado (*Bibliotheca Lusitana*, II, ed. cit., 22), quem indica que D. Rodrigo da Cunha possuiria dois tomos das suas obras poéticas. Entre estas, que na sua quase totalidade, ficaram inéditas – cremos que apenas um romance que lhe é atribuído se imprimiu em a *Fenis Renascida* – contava-se o poema heróico *Império Lusitano*, a que D. Francisco há-de aludir. Vitor Manuel P. Aguiar e Silva, *Maneirismo e barroco na poesia lírica portuguesa*, Coimbra, Centro de Estudos Românicos, 1971, 51, 250, 266, 268, 32 *et passim* destacou o lugar que ocupa na poesia da primeira metade de Seiscentos.

¹⁶ D. André de Almada († 1642), filho de D. Antão de Almada Soares, senhor do morgado dos Soares, «foi insigne Theólogo e lente de Prima em Coimbra a que se lhe igualou a sua cadeira de Véspera em que duas vezes se jubilou; foi Vice reitor da Universidade muitas vezes, e ultimamente governador della [1638-1640]; viveo recolhido como Porcionista no Collégio de S. Paulo sem nunca pretender outros despachos de que era merecedor, foi grande cortezão, e tratou sempre de levar boa vida fora de cuidados para o que lhe servio de retiro a sua quinta da Geiria no campo de Coimbra» (C. Alão de Moraes, *Pedatura Lusitana*, III, 2, ed. cit., 14). Em *Anedotas portuguesas e memórias biográficas da corte quincentista* (Leitura do texto, Introdução, notas e índices de Christopher L. Lund, Coimbra, Livraria Almedina, 1980, 157-158), esclai-

grandes novas de luzes: parte-se depressa para

rece-se, com um toque de maledicência, que foi Doutor em Teologia por privilégio real, pois, como era exigido, nunca quis ser clérigo e D. Barbosa Machado precisa ainda que era perpétuo decano da Universidade (*Bibliotheca Lusitana*, I, ed. cit., 134-136). Apesar do que afirma o próprio D. Rodrigo da Cunha em capítulo autobiográfico em *Catálogo e história dos bispos do Porto* (III, c. 42) e repete em *Segunda parte da História Ecclesiastica de Braga* (Braga, Manuel Cardoso, 1635, c. CVI, ed. cit., 469-474), D. André de Almada, seu primo e grande amigo, não terá sido o seu padrinho de doutoramento em Coimbra como se assinala em documentação publicada (Avelino de Jesus da Costa, «Centenários natalícios dos arcebispos de Braga D. Frei Baltasar Limpo e D. Rodrigo da Cunha», *Bracara Augusta*, XXXIII [1979], 68-69, 108). As *Anedotas portuguesas e memórias biográficas da corte quinhentista*, ed. cit., 157-160, recordam-no também na sua simpatia e na sua ponta de sua vaidade; António G. Ribeiro de Vasconcellos, *Francisco Suarez. Doctor Eximius. Collecção de documentos. Maio. 1597-1897, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1897, LXXXI-LXXXIII, CXXIX, et passim* apresenta alguma documentação em torno da carreira académica de D. André, à sua fama como professor e à alta opinião em que era tido por Francisco Suárez. Aponte-se ainda que a mãe de D. Francisco era irmã de D. André de Almada. Anotemos, como simples anedota que poderá traduzir a ressonância social da sua cativante personalidade, que Félix Machado da Silva e Castro, 1.º marquês de Montebelo, pintor, mestre de pintura e genealogista, que em *Tercera parte de Guzmán de Alfarache* – uma continuação da novela de Mateo Alemán –, depois de encontrar em Santarém um «cavallero que passava a Lisboa, catredático [*sic*] de prima en la Universidad de Coimbra» que se lhe revela D. André de Almada, «cavallero, en quien la sangre, el entendimiento, y las letras corrían parejas», dele faz um protagonista de alguns capítulos da sua obra, como excelente contador de «cuentos» de amor e amizade (Félix Machado da Silva e Castro, *Tercera parte de Guzmán de Alfarache*, ed. G. Moldenhauer, *Revue Hispanique*, LXIX, 155, 1927, 1-340, ed. reproduzida em fac-símil «Clásicos Sevillanos», Ayuntamiento de Sevilla, 2010, com estudos preliminares por Pablo del Barco e Victor Infantes, 175-189). Manuel Augusto Rodrigues (Dir.), *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*

Coimbra; Frei Vicente¹⁷ está feito lente de Prima, dizem que vai devagar por tua queda que deu. O teólogo diz que são castigos de Deus, Ele guarde a V. Sr.^a
Lisboa, 29 de Agosto de 616

(1290-1772), Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 2003, 3-4, oferece dados importantes sobre a sua carreira académica e a sua obra.

¹⁷ Deverá referir-se a Fr. Vicente Pereira, O. P., lente de Prima de Teologia na Universidade de Coimbra; segundo D. Barbosa Machado (*Bibliotheca Lusitana*, IV, Lisboa, Ignacio Rodrigues, 1752, 785-786), ocupava tal cátedra desde 1617, mas, a julgar pela informação de D. Francisco, talvez haja que antecipar um pouco essa data, o que parece confirmar-se em M. Augusto Rodrigues (Dir.), *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*, ed. cit., 37.

Duas cartas de V. Eilm.^{a18} tive, alegrei-me com boas novas de sua saúde, porém não se satisfazem minhas saudades senão pelos olhos. Virá a Páscoa e irei sem dúvida; o Senhor Dom João¹⁹ também a não põe. Enfim, lá seremos a ver a V. Eilm.^a, que a chuva não deve de deixar de abrandar. Mando para Manuel Vélez o romance e esta canção que broutou Março. Lá a verá o Senhor António da Gama²⁰ a quem beijo as mãos e

¹⁸ Porque, talvez, a carta, deslocada cronologicamente no conjunto original, aparecia entre as escritas a D. Rodrigo sendo já arcebispo de Braga, circunstância em que, como veremos, devia ser tratado por «V. Ill.ma», o copista continuou a dar-lhe este tratamento em lugar do de «V. Senhoria».

¹⁹ É possível que este D. João – nomeado ainda em outras cartas – seja, como pretende Carlos Alberto Ferreira (*D. Francisco de Portugal, autor da Arte de Galanteria. Poesias. Cartas inéditas e outras fontes manuscritas para o estudo da sua vida e obra*, Coimbra, 1947 [Sep. de *Biblos*, vol. XXII], 10, obra que citaremos por *D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*), um irmão de D. Francisco que, segundo D. António Caetano de Sousa *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, X, 4, § III, ed. cit., 360, morreu moço. Note-se, porém, que embora Caetano de Sousa não dê qualquer irmão com esse ou outro nome que tenha sido monge beneditino, um D. João, monge de S. Bento, será por D. Francisco referido como seu irmão em carta de 20.7.1628.

²⁰ Não sabemos se este António da Gama é o casado com D. Isabel da Silva, irmã de D. Rodrigo da Cunha, sendo, assim, cunhado do arcebispo (D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, XII, 13, 2, § II, ed. cit., 487), ou, como veremos mais adiante, o homónimo filho de ambos, António da Gama cuja morte regista G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, Madrid, Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía, 1991, 67): «A primero [de Agosto de 1619], a las cinco de la tarde, quando yvan el Rey y Sus Alteças em Lisboa a ganar el Jubileo de la Porciúncula, sobre acercarse a uno de los coches de las Damas en que yva la Capela, Dama de la Reyna Nuestra Señora, dos cavalleros fidalgos, portugueses, mayorzgos de a ocho mil ducados de renta, tuvieron palabras y se desa-

tenho escrito. Há muitos dias que não ando poeta devoto de Jerónimo Dias²¹. Assim a Coresma vai cá sem peixe, posto que se pode pescar no Rossio. Francisco Correa morreu, António Correa não se enforca. Guarde Deus a V. Sr.^a a quem Dona Cecília beija as mãos e todos pedimos a bênção.

Lisboa, 19 de Março de 618

fieron; y en dejando a Su Magestad en la iglesia de San Francisco, se salieron al campo, donde el uno de ellos murió luego, que fue Don Antonio de Gama y Acuña, de edad de 20 años, sobrino del Obispo de Oporto, que havia ydo a Lisboa a las Cortes con su tio, y no tenía su madre otro hijo. El matador se llama Don Jorge Manuel, de 28 años, el qual se escapó».

²¹ Será Jerónimo Dias, natural de Esposende, capelão das beneditinas de N.^a Sr.^a das Candeias em Moimenta da Beira, autor de um *Officio do Glorioso S: João Baptista com hymnos muito eloquentes dedicado às religiosas do mesmo convento*, Lisboa, 1634? (D. Barbosa Machado. *Bibliotheca Lusitana*, II, ed. cit., 498).

O tempo não vai de validos nem de poetas. Dom Gonçalo²² veio dos Vaqueiros em ferros de El Rei; fica no Limoeiro com esses poucos criados que tinha também presos; como o Conde Dirlos²³ tem jurado não

²² D. Gonçalo Coutinho († 1634), fidalgo português, Comendador de Vaqueiros na Ordem de Cristo, homem de armas, Conselheiro de Estado sob Filipe IV, Governador e Capitão General de Mazagão (1624-1627). Poeta, altamente celebrado por António Álvares Soares (*Rimas várias*, Lisboa, 1628 [aliás, Valencia, La fonte que mana y corre..., 1963, 63]) e, em 1631, por Jacinto Cordeiro (*Elogio de los poetas portugueses*, Ed. de Antonio Pérez Gómez, Valencia, La fonte que mana y corre, 1959, 109) – das *Poesias Várias* que deixou ms. só em contados casos aparecem testemunhos nos cancioneros –, genealogista da família dos condes de Marialva que era a sua, foi ainda, como veremos, autor de uma larga novela de cavalaria. Sempre consagrado «camonista» a ponto das duas primeiras edições das *Rimas* (Lisboa, 1595, 1598) lhe terem sido «dirigidas», Diogo Bernardes (*O Lima*, «Carta» XXVII) cantou-lhe, topicamente, o seu gosto pelo *otium cum litteris* disfrutado, precisamente, na sua quinta de Vaqueiros, essa propriedade donde, preso, o conduziram à cadeia do Limoeiro (Lisboa), lance biográfico a que D. Barbosa Machado não se refere (*Bibliotheca Lusitana*, II, ed. cit., 392-393), mas que Carlos Alberto Ferreira documenta (*D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, 11).

²³ Alude a um extenso romance tradicional de que há diversas variantes cuja personagem é o conde Dirlos e que D. Francisco poderia ter lido quer em *Cancionero de Romances en que estan recopilados la mayor parte de los romances castellanos que fasta agora se an compuesto*, Anvers, En Casa de Martin Nucio, s.a. (Edición facsímil con una introducción por R. Menéndez Pidal, Madrid, 1945), 6r-28v, quer em folhetos de cordel, como se regista em *Nuevo diccionario bibliográfico de pliegos sueltos poéticos. Siglo XVI* (Edición corregida y actualizada por Arthur L. Askins y Victor Infantes), Madrid, Editorial Castalia, 1997, 774-776. De qualquer modo, cremos, aqui, como em outras ocasiões, que D. Francisco adapta, com algum humor, dois momentos do referido romance – «Como

comer em manteles nem fazer a barba e o mau é que ela que é branca. Já V. Sr.^a saberá as revoltas da corte, a ida do conde de Lemos e a ocasião dela²⁴. Do correio de hoje veio nova certa da ida do duque de Lerma que pedindo licença a El Rei ele lha deu facilmente²⁵.

sin la condesa se vido [conde Dirlos] / navegando por la mar / movido de muy gran saña / movido de gran pesare / diciendo que por ningun tiempo / della lo haran apartare / sacramento tiene hecho / sobre un libro misale / de jamas volver en Francia / ni en ella comer pane [...] las barbas y los cabellos / nunca los quiso afeytar / tienelos fasta la cinta» (ed. cit., 9v-10r; 11r).

²⁴ G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 55: «A los 2 [de Septiembre de 1618] el Conde de Lemus pidió licencia a Su Majestad para dejar la Presidencia de Ytalia y retirarse a sus tierra; y Su Majestad se la dió, y partió de esta corte a los 22». Trata-se de D. Pedro Fernández de Castro (1575?-1622), alta e poderosa figura da nobreza galega, casado com uma filha do Duque de Lerma. Foi vice-rei de Nápoles, presidente do Conselho de Itália, posto em que, por arrastamento, sucumbiu, num contexto espanhol e europeu difícil, às intrigas palacianas do Duque de Uceda, seu cunhado, e Fr. Fr. Luis de Aliaga, O. P., confessor de Filipe III, contra o duque de Lerma. O rei, perante o pedido de D. Pedro Fernández de Castro a retirar-se para a Galiza, terá secamente respondido: «Conde, si queréis retiraos, podéis hacerlo quando quisierais» (Mónica Martínez García, *Pedro Fernández de Castro. O gran Conde de Lemos*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 2005, 96).

²⁵ D. Francisco de Sandoval y Rojas (1550 /1560-1625), marquês de Denia e duque de Lerma, poderoso valido de Filipe III que, enfrentando, desde c. 1607, acusações de corrupção financeira e política e de debilidade no combate nas diversas frentes de guerra em que se batia Espanha, viu acumularem-se, entre 1617 e 1618, «los capítulos de “la crónica de [su] caída anunciada”». Criado cardeal em Março de 1618 – o que não foi sem murmuração – e, por mais essa razão, obrigado a renunciar a todos os ofícios que detinha na corte – passados ao duque de Uceda, seu filho e, com o confessor real, Fr. Luis Aliaga, principal urdidor da queda de seu pai –, e exposto às acusações de alta corrupção que os seus próprios «validos»

Uns dizem que governará o duque de Uceda²⁶, outras que também o botam. Tudo desta vida para em desenganos e nem isto basta para nos não enganarmos. A minha ida á corte²⁷ tenho dilatado assim por estas revoltas como por algumas empossibilidades de portas a dentro; contudo ou com capa de baeta ou sem ela não passará de Janeiro. Folgarei de V. Sr.^a ainda não ter ido para ir de melhor vontade. Para as musas não são bons cuidados de filhos e assim tenho tornado por detrás. Essas oitavas parecerão bem ao Senhor Dom André, se as fizera António Gomes houvera-lhe de

também enfrentavam, foi obrigado a «despedir-se» do serviço real em 4.10.1618. Morreu exilado em Valladolid. (G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 50, 56; Antonio Feros, *El duque de Lerma. Realeza y privanza en la España de Felipe III*, Madrid, Marcial Pons, 2002).

²⁶ D. Cristóbal Gómez de Sandoval (1581? – 1624), duque de Uceda, filho do duque de Lerma a quem, por meio de intriga palaciana e de alguma cedência «apaziguadora» de seu pai, sucedeu, em Junho de 1618, na privança de Filipe III. Em 1619, acompanhou o soberano na visita a Portugal, ocasião que parece ter dado azo a enfrentamentos entre a vaidade de Uceda e a «altiveza» do duque de Bragança, D. Teodósio, com motivo de cortesias. Condenado por corrupção, veio a ser preso primeiro em Torrejón e, após um breve período em que se acreditou na sua reabilitação, em Alcalá de Henares onde morreu (Antonio Feros, *El duque de Lerma. Realeza y privanza en la España de Felipe III*, ed. cit., 397, 399, 409-411, 420-422, *et passim*; Pero Roiz Soares, *Memorial* (Leitura e revisão de M. Lopes de Almeida), Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1953, 430-432; António de Oliveira de Cadornega, *Descrição de Vila Viçosa*, Introd., proposta de leitura e notas por Heitor Gomes Teixeira, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982, 54-59, com algumas variantes retoma as referências de P. R. Soares).

²⁷ O ms. tem «ida da corte», o que, nos parece descuido de copista, pois por «corte» há-se entender-se a corte de Madrid, para onde o autor só viria a partir em 1621, talvez porque, entretanto, estivera a corte em Lisboa, em 1619.

chamar idílio²⁸. Fico ao serviço de V. Sr.^a a quem Deus guarde.

Lisboa, 16 de Outubro de 618

²⁸ «Examinando» António Gomes de Oliveira em *Hospital das Letras* (ed. cit., 80), D. Francisco Manuel, pela boca de T. Bocalino, aponta: «Esse nome idílio é frequente em os nossos poetas italianos, entre os quais se fez grande lugar Jerónimo Preti, um dos famosos modernos que, na minha pátria, ajuntam as consoantes». Sobre a originalidade e situação deste poeta na poesia lírica da primeira metade do século XVII, Vitor Manuel P. de Aguiar e Silva, *Maneirismo e barroco na poesia lírica portuguesa*, ed. cit., 217, 394, 395, 493.

Já V. Sr.^a estará entrouxando livros²⁹ que é enxoval de bispos e não de todos, porque as Letras acham-se em poucos. As que vieram de V. Sr.^a no-lo levaram ao Porto, ainda que pera quem está em Lisboa é tudo ausência, para quem, por algum caso, pode ir fartar-se a sua fazenda lhe ficara que sentir, se os particulares de V. Sr.^a não se puseram diante dos meus próprios? Fico com mais ũa filha, não no digo sem vergonha. Ao Senhor António da Gama³⁰ mando dois sonetos para riscar que dei em fazer desavergonhadamente; de Fernão Correia veio aqui um soneto à morte da marquesa de Caracena³¹, não me pareceu mau. Eu fico ao serviço de V. Sr.^a a quem Deus guarde.

Lisboa, 20 de Fevereiro 1619³²

²⁹ Alusão aos preparativos da mudança de D. Rodrigo da Cunha da diocese de Portalegre de que foi bispo entre 1615 e 1618, para a do Porto onde, nomeado em Novembro de 1618, fez a sua entrada em 14.4.1619 (*Segunda parte da Historia Ecclesiastica dos arcebispos de Braga*, cp. 106, ed. cit., 470).

³⁰ Refere-se seguramente a António da Gama, «fidalgo de grandes partes», sobrinho de D. Rodrigo, pois a irmã deste, D. Isabel da Silva, estava casada com António da Gama, comendador de Santa Maria dos Azougues (Montemor-o-Novo), que, em Agosto de 1619, já teria falecido, pois Alão de Morais dá o filho como tendo já herdado, nessa data, a casa de seu pai. Como já assinalámos, o sobrinho de D. Rodrigo morreu, com cerca de 20 anos, durante a visita de Felipe III a Portugal, em um desafio com D. Jorge Manuel, «o Bacalhau», por um «lugar» junto ao coche de Victoria de Bourbon, conhecida como Mme. Capella, dama da então princesa Isabel de Bourbon, futura rainha de Espanha, como mullher de Filipe IV (C. Alão de Morais, *Pedatura Lusitana*, III, 2, ed. cit., 131; D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, XIII, 2, §2, ed. cit., XII, 487; G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 67).

³¹ Carlos Alberto Ferreira, em uma das suas preciosas notas a estas cartas (*D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr*

Com más completas e más lampreias terá entrado a Coresma, nem vão dias para sair de casa, nem há pregador por que se possa molhar ũa capa. Isto é o que por cá vai. V. Sr.^a está adonde *entra en el mar turbado el Duero*³³ e tem-nos ambos por tributários e Fernão Correa que é mantimento de todos os tempos que inda que já não é poeta é sempre amigo. Não sei nova que se possa escrever e deixo de mandar ũa carta que escrevi a Madrid de que em palácio se tem feito grande conta e que Bernardo Roiz³⁴ e o Fontes³⁵ querem-me

Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha, ed. cit., 12-13), indica tratar-se de D. Isabel de Velasco y Mendoza, que foi a primeira mulher do primeiro marquês de Caracena († 1626), mas cremos, por uma questão de cronologia, tratar-se da segunda, D. Joana de Noronha, dama da rainha Margarida de Áustria, da família dos portugueses condes de Linhares, falecida em 25.11.1618 (G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 57; D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, VI, 4, §1, ed. cit., V, 124).

³² A carta, no ms., vem datada de 20.2.1629, o que deverá ser distracção do copista, pois a marquesa de Caracena morreu, como se disse, em 25.11.1618.

³³ Francisco de Sá de Miranda, Écloga «Celia», v. 52 da dedicatória ao infante D. Luís, *Poesias*, ed. cit., 295.

³⁴ Apesar de Diogo Barbosa Machado (*Bibliotheca Lusitana*, I, ed. cit., 537) dizer que do seu «talento admirável em todo género de composições métricas, [...] se puderão formar vários volumes», destacando uns «Tercetos ao santíssimo nome de Jesus», e de Jacinto Cordeiro o recordar no seu *Elogio de los poetas portugueses* (Ed. de Antonio Pérez Gómez, Valencia, La fonte que mana y corre, 1959, 125), Bernardo Roiz († 1631) é hoje, ao parecer, autor esquecido como já o foi por D. Francisco Manuel em *Hospital das Letras*, não, porém, sem o ridicularizar em *Visita das fontes* (Ed. de G. Manuppella, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1962, 181-183, 506-507).

³⁵ Barbosa Machado (*Bibliotheca Lusitana*, II, ed. cit., 148-149) lembra Francisco de Fontes não só como «insigne gramático,

canonizar, porque me parece que para a Coresma outra cousa foram azevias e salmonetes. Fico ao serviço de V. Sr.^a e Dona Cecília melhorada, mas ainda doente, a quem Deus guarde.

Lisboa, a 14 de Março 620.

suavíssimo poeta e não menos valeroso soldado», mas também como, no dizer de D. Francisco Manuel, um «acérrimo defensor e suave amigo» de Justo Lísio e E. Puteano.

Em todo o tempo são boas uvas e mais moscatéis e Fernão Correa até em Dezembro dá fruto. V. Sr.^a lhe devia de encomendar os *Treunfos de Portugal*³⁶, pois já não é vagamundo e é rezão que o seu engenho dê que enveijar aos italianos.

Aos versos fúnebres³⁷ me desporei, à canção me enclino mais. Da carta para a Senhora Dona Joana de Mendonça³⁸, que lá estará com as outras faz o marquês de Alanquer³⁹ grande estimação. V. Sr.^a a julgará

³⁶ D. Francisco refere a obra de Fernão Correia que, de acordo com Barbosa Machado (*Bibliotheca Lusitana*, II, ed. cit., 22), veio a ser conhecida por *Imperio Lusitano*, poema heróico em que se tratava da história portuguesa até aos dias do autor. Carlos Alberto Ferreira, em nota a esta carta indica a existência de um ms. na Biblioteca de Évora, que Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, *Carálogo dos manuscritos da Biblioteca Pública de Évora*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, II, 76, regista sob a cota Cod. CXIV /2-3.

³⁷ É apenas uma possibilidade que estes versos fúnebres a escrever, sejam, como propõe Carlos Alberto Ferreira (*D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, ed. cit., 14-15), os que com o título de *Hermosura fúnebre meditada* vêm em *Divinos e Humanos Versos*, ed. cit., 261-274.

³⁸ Não logramos descortinar a identificação desta dama que várias vezes aparece nesta correspondência, tal como a ela se alude (se é a mesma...) em «Carta a um amigo» (20.9.1620) publicada em *Divins e humanos versos*, ed. cit., 359.

³⁹ Refere-se a opinião de D. Diego de Silva y Mendoza (1564-1630), filho segundo dos duques de Pastrana e príncipes de Éboli, o português Rui Gomes da Silva e Ana de Mendoza, que, pelo seu 2.º e 3.º casamento, veio a ser conde de Ribadeo e Salinas, título este último por que é mais conhecido enquanto poeta e, como teremos ocasião de comprovar ao longo desta correspondência, autoridade em matérias da cultura de palácio. Vivendo na órbita do duque de Lerma, era membro do Conselho de Portugal e seu presidente (1605-1616) quando foi criado, em 1616, marquês de Alenquer, título este que, fazendo-o Grande em Portugal, tornava politicamente mais

milhor que os meus sentimentos que isto são os meus versos, não ousa a rever por me não correr, porque, Senhor, quanto a mim *quem me loa, me amonesta*⁴⁰. Fico ao serviço de V. Sr.^a a quem Deus guarde.

Lisboa, 12 de Dezembro 620

aceitável, pensava-se, a sua nomeação, nesse mesmo ano, como vice-rei de Portugal (1617-1621), funções que, como lembrará D. Francisco, exerceu, malquistado, até 1621 (Trevor J. Dadson, *Diego de Silva y Mendoza, poeta y político en la corte de Felipe III*, Granada, Editorial Universidad de Granada, 2014, 61, 66, 99, 132, 139, *et passim*; Fernanda Olival, *D. Filipe II*, Lisboa, Temas e Debates, 2008, 202-209, 301, 333 *et passim*; António de Oliveira, *D. Filipe III*, Lisboa, Temas e Debates, 2008, 67, 68, 70, 71, 85, *et passim*). Como poeta, de «clara y profunda afinidad con el conde de Villamediana», é considerado «una de las claves para la interpretación de la poesía del siglo XVII» peninsular (L. Rosales, *Poesías de D. Diego de Silva y Mendoza, conde de Salinas y marqués de Alenquer 1564 / 1630*, Madrid, 1944, Separata de *Escorial*, n.º 47, 109; D. Diego de Silva y Mendoza, *Antología poética 1564-1630*, Edición de Trevor J. Dadson, Madrid, Visor, 1985, em que, prudentemente, não se incluí o soneto «Muda y tierna elocuencia derramada» que, pertencendo – enquanto não houver outras seguras provas em contrário – a D. Francisco de Portugal (*Divinos e Humanos Versos*, ed. cit., 55), tem sido atribuído quer ao conde de Salinas quer a Francisco de Quevedo, segundo Isabel Pérez Cuenca, «Algunos casos de atribuídos y apócrifos en las ediciones de la poesía de Quevedo» in *La Periola*, 4 [2000], 267-283, y Trevor J. Dadson, «Posibles adiciones al corpus poético del conde de Salinas», in *RILCE*, 5, 1, [1989], 57-84; Antonio Carreira, «Algo más sobre textos y atribuciones en la lírica aurea» in *Voz y Letra*, 2 (1991), n.º 2, 39.

⁴⁰ É um verso da «Reposta de Francisco de Sá de Miranda à outra de Jorge de Montemaior», v. 15 – «Quanto a mi, quien

Eu sabia que V. Sr.^a andava visitando. O trabalho não se escusa nem ao bispo nem aos amancebados. Que tornasse V. Sr.^a ao Porto com saúde festejo muito; nesta casa todos ficamos com ela e pidimos ũa bênção a V. Sr.^a. As novas da corte lá se saberão melhor; nesta terra há poucas: aos governadores se fazem já pasquinadas, eles ainda não governam⁴¹. Veja V. Sr.^a o que será depois, *en toda a parte hay dellas Pascoalas*⁴²; a Senhora Ramalha não acharia a V. Sr.^a já em estado de crismada, nem sei se de versos outenta outavas já têm jeito. A verdade é que a mulher que mete a caminho; eu fizera o de buscar a V. Sr.^a, que pouca emenda hão mister as cousas de Fernão Correa. Aqui vemos comédias de Sánchez, el Bueno⁴³, com arrezoadas compa-

— *me loa, me amonesta*» (*Poesias*, ed. cit., 455).

⁴¹ É possível que D. Francisco aluda aos novos governadores de Portugal – Martim Afonso Mexia, bispo de Coimbra, D. Diogo de Castro, conde de Basto, e D. Nuno Álvares de Portugal – que, nomeados, oficialmente, por comunicação à Câmara de Lisboa de 23.7. 1621, só entraram a governar em 1 de Setembro desse ano (António de Oliveira, *D. Filipe III*, ed. cit., 418).

⁴² D. Francisco cita, com ligeiras variantes gráficas (devidas à cópia ter sido feita por ditado?), um verso de F. de Sá de Miranda, Écloga «Andrés», v.395: «Que en todas partes se ha i de las Pascualas» (*Poesias*, ed. cit., 335).

⁴³ Não parece fácil garantir que, dentre os vários autores e actores de apelido Sánchez, este Sánchez, el Bueno, seja o famoso comediante e autor para quem Lope de Vega escreveu, em 1615, em Segóvia, *El mayor imposible* (Cayetano A. de la Barrera, *Nueva biografía de Lope de Vega*, Madrid, Atlas, 1974 (BAE), I, 161-162, 171-172, 302-303; II, 68, 126). Cronologicamente, por referência à carta de D. Francisco, é possível considerar essa hipótese. De qualquer modo, Narciso Díaz de Escovar, «Comediantes de otros siglos: La bella Amarilis» in *Boletín de la Real Academia de Historia*, 98 (1931), 323-362, apresenta-o como formando parte da companhia de Andrés de la Vega, admitindo que possa identificar-se com Francisco Sánchez, el Teatino, «buen cómico, que había pertenecido a la

nhia. Vem velho, mas merece o que lhe chamam. Eu tenho dado a través com as musas; com este soneto me despidi dos versos, de que tenho pouca saudade; deve ser porque são maus. Fico ao serviço de V. Sr.^a a quem Deus guarde e Dona Cecília beja as mãos.

De Lisboa, a 7 de Agosto de 621

compañía de Juan Pérez de Tapia y murió asesinado en la calle

de Cantarranas de Madrid, bastantes años después» (p.336). Em *Genealogía, origen y noticias de los comediantes de España* (Edición de N. D. Shergold y J. E. Varey), London, Tamesis Books Limited, 1985, não encontramos qualquer dado a

Se todas as visitas foram como as dos bispos não houvera tantos desastres no mundo. Por esta parte dele há alguns acontecimentos e não bons; lá chegarão. A V. Sr.^a, chegou sempre com saúde a sua casa, não sei nova que dar. A nossa armada saiu hoje, e com novas de holandeses⁴⁴ eu tive tentações de soldado, mas aquietaram-me os versos do romance velho: *para tales mancebias muy viejo sois ya don Bueso*⁴⁵. Também por aqui devo de estar quieto nos versos. A verdade é que para nenhũa destas cousas é bom isto que chamam mulher e filhos. A todos juntos bote V. Sr.^a a sua bênção e mande-me em que o sirva, a que Deus guarde.

Lisboa, 21 de Agosto de 621

— acrescentar aos hipotéticos que apontamos.

⁴⁴ Provavelmente D. Francisco refere-se a movimentos da armada portuguesa que, tal como a cantábrica, faltara, em 6.8.1621, à reunião em Cádiz; o general D. Francisco de Toledo saiu daquele porto e, em 10 de Agosto, repeliu, tomando alguns navios inimigos, a armada holandesa que preparava o ataque, ainda que o rico comboio holandês tivesse escapado (G. Gascón de Torquemada (*Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 108; José María Blanco Nuñez, *Reconquista da Bahia, 1625. Portugueses e espanhóis na defesa do Brasil*, Lisboa, Tribuna da História, 2006, 13).

⁴⁵ D. Francisco parece recorda, adaptando-a, uma passagem de um romance recolhido por Juan Nicolás Böhl de Faber in *Floresta de rimas antiguas castellanas*, Hamburgo, Perthes y Besser, 1821, II, 343, n.º 319: «En la ante cámara solo / del rey Don Alfonso» [...] «Alzó Doña nufla el rostro / y respondió: Viejo para tales mancebias / poca carne traheis, Don Bueso». O poema vem igualmente em *Romancero general, en que se contienen todos los romances que andan impresos, aora nuevamente añadido y enmendado*, Madrid, por Juan de la

Não sei que novas darei, que o tê-las boas de V. Sr.^a é o que sempre desejo, que esta vontade nunca se dará das pontas⁴⁶. O mais tudo está por terra e a fortuna primeiro que tudo, mas se não foram os filhos menos filósofo houvera de ser o Senhor Dom André. Das *musas, vergonzosas zagalejas*⁴⁷, em mi não há já mais, que à vergonha com úas endechas me entreguei; não as mando neste correio por não ter quem mas escreva, porque sequer quero que vão de boa letra. Temos capelão-mor, Dom João da Silva⁴⁸; vai a procissão para a sua rua, maus endícios da predistinação do Olivares⁴⁹ com tão mau gosto. Sua Majestade, diz João de Saldanha⁵⁰ que lhe contam, que se for necessário a idade boa é. Dom Gonçalo, segundo se conta,

—Cuesta, 1604, 80v-81r.

⁴⁶ Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portuguesa*, ed. cit., *sub voce* «Ponta» indica: «dar das pontas [das asas]: fugir, acoller-se, voar».

⁴⁷ Francisco de Sá de Miranda, Écloga «Andrés», variante do v. 299, *Poesias*, ed. cit., 330.

⁴⁸ D. João de Silva (1586-1634), filho de D. Juan de Silva, 4.º conde de Portalegre, arcebispo de Ocaña, Deputado do Santo Ofício, Capelão-mor de Filipe IV em Portugal, tendo recusado o bispado de Viseu (D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, IX, 3, ed. cit., X, 78).

⁴⁹ D. Francisco alude à ascensão política que então se acentuava do 3.º conde de Olivares, D. Gaspar de Guzmán (1587-1645), futuro duque de San Lúcar la Mayor (1622) e poderoso e famoso valido de Filipe IV (J. H. Elliott, *El Conde-Duque de Olivares. El político en una época de decadencia*, Barcelona, Editorial Crítica, 1991 [6.ª ed.]).

⁵⁰ Cremos, com alguma reserva, que D. Francisco nomeia ou a João de Saldanha, comendador de Salvaterra e Alcains, na Ordem de Cristo, ou a seu neto João Saldanha da Gama, filho herdeiro de Luís Saldanha e de D. Maria da Silva, sobrinha de D. Rodrigo da Cunha (Manuel J. Felgueiras Gayo, *Nobiliário de famílias de Portugal*, IX, ed. cit., 246; D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, VI, 5, §3, ed. cit., V, 206; XIII, 2, §2, ed. cit., XII, 487).

faz brasões⁵¹ em favor da pátria, mas com mau sucesso. A verdade é que o *siglo* que não está de homens de engenho. Eu fico ao serviço de V. Sr.^a a quem Dona Cecília beija as mãos e todos pidimos a bênção. O marquês de Alenquer, edilatino⁵² de Belém, nos dizem que se vai, outros que o meterão no Limoeiro⁵³, ele diz dichos e a senhora Dona Joana quer ir passear a Madrid. *Más he dicho que pensaba*⁵⁴. V. Sr.^a guarde Deus mil anos.

De Lisboa, 4 de Setembro de 621

⁵¹ Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portuguesa*, ed. cit., *sub voce* indica: «Figuradamente: honra, glória».

⁵² Não sabemos por que chamará o autor ao marquês de Alenquer «edil latino» (se a nossa leitura estiver correcta), expressão que o copista, provavelmente por ditado, facilmente transcreveu «edilatino», sabendo porém, que o marquês, em razão das suas funções de Capitão General da Gente de Guerra em Portugal (1617-1622) vivia numa quinta em Belém (P. Roiz Soares, *Memorial*, ed. cit., 446, 449;).

⁵³ Desde a sua perspectiva de severo anti-castelhanista, P. Roiz Soares, *Memorial*, ed. cit., 449, ao tratar de «como se foi o marques dalanquer para Castela e da fama que deixou e do que fez neste Reino, como o deixou destruído» evoca, em tintas severas, o descontentamento e suspeições em torno da sua pessoa e governo. Além da bibliografia já acima indicada, Carlos Alberto Ferreira em nota a esta carta transcreve uma ordem de Filipe IV, assinada por Cristóvão Soares (27.10.1621), relacionada com a prisão do ex vice-rei aqui aludida que não sabemos se terá sido efectiva e com outras questões com que os governadores do reino impediam a sua partida para Madrid (*D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, 16; Fernanda Olival, *D. Filipe II*, ed. cit., 208-209; Trevor J. Dadson, *Diego de Silva y Mendoza, poeta y político en la corte de Felipe III*, ed. cit., 132, 145, 151-193, *et passim*, não refere este lance, mas discute as acusações de que foi vítima esse «vice-rei que fazia trovas»).

⁵⁴ Poderá pensar-se em uma reminiscência de Garcilaso: «Canción, yo é dicho más que me mandaron / y menos que pensé» («Canción» II, vv. 65-66, in *Obras completas*, ed. de Elías L Rivers, Madrid, Editorial Castalia, 1968, 36).

Por aqui verá V. Sr.^a quão desencaminhadas andam todas as cousas. Os senhores governadores me disseram que Sua Majestade queria mandar à Índia homens tão feitos e honrados que pudessem servi-lo nos primeiros lugares dela e que eu era um dos que lhe parecia o poderiam fazer. Perguntei-lhe se me nomeava Sua Majestade e quem eram os companheiros. Responderam-me que posto que Sua Majestade não repartia praças que podia cuidar que ia para as milhores e outras circunstâncias que não são para cartas. Pedi-lhe tempo para me aconselhar com parentes, que então responderia a El Rei. A matéria era de opinião de pessoa e de remédio de filhos. A estes senhores por cá lhe parece que não posso dizer de não a El Rei, que devo dar a pitição que me pedem os governadores, de maneira que dando-se-me o que pedir deixe meus filhos remediados e não se me dando não escandalize os ministros com um não. Nestes apertos estou. V. Sr.^a que é⁵⁵ o primeiro que me houvera de encaminhar estas rezõis, a quem digo o que tem passado até hoje e escreverei o que passar; V. Sr.^a ma faça de avisar do que lhe parece e se tenho errado nisto. Aqui as desconvidades da jornada, a comodidade dos filhos. Então eu nas cousas tamanhas desejo de não errar. Queira Deus que, depois de me aconselharem devagar, acerte. Ele guarde a V. Sr.^a e me encaminhe.

Lisboa, 10 de Outubro de 621

⁵⁵ O ms., talvez o copista, escreveu «que o primeiro» que há que ler, cremos, «qué», quer dizer, «que é» e assim o trascrevemos.

Milhor choro eu endechas do que as escrevo⁵⁶. Não foi guerreando com as do marquês⁵⁷, foi polo sujeitar de longe. Algumas dizem algũa coisa, outras não quererão dizer nada. V. Sr.^a as julgará. Dom Gonçalo melhor encaminhado vem do que foi: brancas tinha ele para se não enganar já com amigos valendo-se. A carne é fraca e tão fraca que antes. Anrique Correa torna a ir a militar aderências, o marquês de Castelo Rodrigo⁵⁸ o pagará. Cá vão cruéis calmas; morreu a mulher de Dom Lopo da Cunha⁵⁹ de sobreparto de um filho; em minha casa também houve móvito, mas haja saúde. Tudo pára na morte. E o senhor Dom André na sua quinta de Livante⁶⁰ anda com maus olhos e Dom Jerónimo Coitinho está destampado⁶¹ por a morte de

⁵⁶ Maria Lucília Pires pensa que é possível identificar estas endechas com as únicas que, depois de publicadas em *Tempestades y batallas*, voltaram a sê-lo em *Divinos e humanos veros* (ed. cit., 129-131).

⁵⁷ Deverá aludir ao poeta marquês de Alenquer.

⁵⁸ Alude D. Francisco a Manuel de Moura Corte Real († 1652), 2.º marquês de Castelo Rodrigo, filho de célebre Cristovão de Moura, Vedor da Fazenda no Conselho de Portugal, embaixador a Roma e personagem muito estimada pelo infante D. Carlos, irmão de Filipe IV. Inconstante e caprichoso, é um dos seus principais, senão mesmo o principal, protagonistas das venturas e desventuras de Manuel Faria e Sousa, como este conta na sua *Fortuna*, autobiografia editada e anotada por Ed. Glaser (Aschenдорffsche Verlagsbchh Handlung, Munster Westfalen, 1975).

⁵⁹ Será D. Lopo da Cunha, Senhor de Assentar, que depois de 1640 ficou em Espanha onde feito conde de Assentar e do Conselho de Guerra? (D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, VII, 5, ed. cit., IX, 224).

⁶⁰ Segundo o testemunho de C. Alão de Morais citado em nota anterior, a quinta de D. André de Almada ficava em «Geiria no campo de Coimbra».

⁶¹ Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portuguesa*, ed. cit., *sub voce* traz «Destampado» com o sentido de «desproposito», «louco», «extravagante».

seu neto, o maior. O seu não ter carne nem sangue veio a parar em ser tudo carne por onde é também a mor doença de velhos. Livre-nos Deus de saudades velhas que guarde a V. Sr.^a como deseja.

Lisboa, 18 de Setembro 621

Dona Cecília e toda a família pedimos ũa bênção a V. Sr.^a depois de beijar as mãos. Tudo por cá são más fortunas: a mais próspera nau que veio há muitos anos da Índia queimarão os turcos na Iriceira⁶², notável lástima tem sido para esta terra e descrédito dela. Enfim, aqueles brios portugueses de antanho são já acabados; com cada perda de estas se choram de novo estas faltas. V. Sr.^a no Rio Leça também há-de sentir estas saudades⁶³, pois não é o Lima que tem tanta vertude de esquecer⁶⁴. Ora, Senhor, por aqui não falta quem fale em V. Sr.^a para esta repulsa de negociação dos judeus⁶⁵. Quando assim seja,

⁶² Carlos Alberto Ferreira em nota a esta carta transcreve documentação relacionada com a queima da nau da Índia, «Nossa Senhora da Conceição», capitaneada por D. Luís de Sousa (*D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sōr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, 16-17), que, provavelmente, é a mesma nau que, segundo P. Roiz Soares, *Memorial* (ed. cit., 446, 447), atacada pelas velas turcas, se queimou, por negligência e descoordenação de socorros, diante de Peniche nas mesmas datas.

⁶³ Deverá aqui e em outras ocasiões destas cartas D. Francisco referir-se à Quinta de Santa Cruz, junto ao rio Leça, grande obra a que se dedicou, com desvelo, o bispo D. Rodrigo Pinheiro, como narra D. Rodrigo da Cunha que no seu *Catálogo e História dos Bispos do Porto*, Porto, João Rodrigues, 1623, II P., XXXVI 303-305, se ocupa largamente desta «obra verdadeiramente real» e da beleza natural e amenidadedo sítio.

⁶⁴ Possível alusão aos dois primeiros versos da Écloga VII, «Nise», de Diogo Bernardes: «Junto do Lyma, claro, e fresco rio, / Que Lethes, se chamou antigamente...» (*O Lima*, ed. cit., 49).

⁶⁵ Sem poder precisar qual a negociação em causa – podemos supor a que, por parte dos cristãos novos, propunha liberdade de comércio e perdão geral, ou, então, a do levantamento da suspensão dos autos de fé solicitada a Filipe IV, – baste remeter

lembre-lhe a V. Sr.^a que hei-de ir ocupar o lugar de um acrescentado, que de outra maneira Madrid não é para mim. Dali se me pede *Olivante de Laura*⁶⁶; se porventura se achar nessa casa detrás de alguma arca far-me-á V. Sr.^a muita mercê mandar-mo, posto que nas casas dos bispos mais certos serão missais. De tudo se Deus serve. Ele guarde V. Sr.^a a quem mando este soneto, não por bom senão por verdadeiro.

De Lisboa, de Outubro de 1621.

para Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva, *História da inquisição portuguesa, 1536-1821*, Lisboa, Esfera dos livros, 2013, 151-152; J. Lúcio de Azevedo, *História dos cristãos novos portugueses*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, s.d. (1975), 180, 216. Em qualquer caso, nenhum destes autores refere o rumor sobre D. Rodrigo vir a ser chamado a intervir na «repulsa» da «negociação» que ofereciam os cristãos-novos.

⁶⁶ Refere-se à *Historia del invencible cavallero Don Olivante de Laura, príncipe de Macedonia que por sus admirables hazañas vino a ser Emperador de Constantinola, agora nuevamente sacada a luz...*, Barcelona, Claudio Bornat al Aguila Fuerte, 1564, de Antonio de Torquemada, livro que no «exame» de novelas feito em *D. Quijote de la Mancha* (I, 6) foi tida por «disparatado y arrogante» (Henry Thomas, *Las novelas de caballerías españolas y portuguesas*, Madrid, CSIC., 1952, 108-109).

Tudo o tempo faz esquecer. A nau queimada já não dá lugar a outras novidades e a morte do Caldeirão, que posto que tão desejada, dizem que lastimou aos maiores inimigos; ele se soube aproveitar dela⁶⁷ e não tão bem António Cabral que assim sem no saber o enterraram. Quão grandes os juízos de Deus são. Manuel dozouro⁶⁸ também lá vai. Tudo é morrer, tenha V. Sr.^a muita vida. Com um próprio que Dom Francisco de Bragança⁶⁹ enviou ao inquisidor geral se

⁶⁷ O Senhor da Comenda de Fronteira alude aqui a D. Rodrigo Calderón (1576?-1621), pequeno fidalgo castelhano que, pela sua inteligência, alto bom gosto, corrupção e favor do duque de Lerma, chegou a conde de la Oliva e marquês de Siete Iglesias, tendo sido uma das mais importantes personagens do reinado de Filipe III até cerca de 1618. Acabou, por manifesta vontade do conde-duque de Olivares e de Filipe IV de dele fazer um caso exemplar de Justiça no começo do novo reinado, decapitado na Plaza Mayor de Madrid (21.10.1621). A falta de clemência real – virtude que, no pensamento político do tempo, sempre devia ornar um bom príncipe – para com um criminoso que, arrependido, morreria como um «romano y un apóstol», motivou sérias críticas, o que acabou por retirar à sua condenação o efeito social e político pretendido (Antonio Feros, *El duque de Lerma*, ed. cit., 458 *et passim*; Santiago Martínez Hernández, *Rodrigo Calderón. La sombra del valido. Privanza, favor y corrupción en la corte de Felipe III*, Madrid, Centro de Estudios Europa Hispánica y Marcial Pons Historia, 2009, 303-307, *et passim*).

⁶⁸ Deverá entender-se Manuel de Osouro, isto é, Manuel de Osório, personagem que não logramos identificar.

⁶⁹ D. Francisco de Bragança [† 1634], filho de D. Fulgêncio de Bragança, Dom Prior de Guimarães, e, como tal, neto do 4.º duque de Bragança, o célebre D. Jaime. Educado por seu tio D. Teotónio de Bragança, arcebispo de Évora, ocupou uma série de honrarias (do Conselho de Portugal, 1618-1632, por exemplo) e lugares eclesiásticos, sendo um deles, desde 1617, o de Deputado do Conselho Geral do Santo Ofício, o que explica a referência feita na carta. Foi uma das personalidades consultadas, em 1621, por Filipe IV sobre a melhor fórmula

fala aqui em cadafalso apressadamente⁷⁰; parecem ficam cessando as rezões de V. Sr.^a em passar os portos. A perda é só minha, que na vontade de V. Sr.^a tenho sempre certas grandes mercês. Desse Porto virá V. Sr.^a a nos governar. O conde da Vidigueira fica ileito vizo-rei em quarto lugar; pede conviniências que quicá que lhas não concedam⁷¹. Menos anos lhe foram a melhor conviniência; também dizem que pede homens dos que não prestam para nada, pudera eu ser, com filhos

governativa para Portugal – vice-rei ou governadores? –, segundo BL.Egerton Ms. 1.1135, *Papaeles vários de Portugaal, Tomo I*, fl. 24r-29r, citados por Trevor J. Dadson (*Diego de Silva y Mendoza, poeta y político en la corte de Felipe III*, ed. cit. 198). Em 25.6.1622 celebra a missa das festas da Companhia de Jesus em Madrid em honra da canonização de Santo Inácio de Loyola (D. Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, II, ed. cit., 121-122; D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, VI, 10, ed. cit., V, 372.374; Santiago Luxán Meléndez, «Los funcionarios del Consejo de Portugal: 1580-1640», in *Cuadernos de Investigación Histórica*, 12 (1989), 197-228; G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 126).

⁷⁰ Cremos que D. Francisco se refere à notícia, remetida de Madrid a 3.11.1621, com a autorização de Filipe IV para a Inquisição poder celebrar, «sem dilação», autos de fé – o rei havia-os suspendido –, o que veio a verificar-se em 28 de mesmo mês em Lisboa, Coimbra e Évora (J. Lúcio de Azevedo, *História dos cristãos novos portugueses*, ed. cit., 180; José Lourenço D. de Mendonça – António Joaquim Moreira, *História dos principais actos e procedimentos da Inquisição em Portugal*, Lisboa, Typographia de J. B. Morando, 1845, 262, 298, 316).

⁷¹ São aqui aludidas as exigentes condições que D. Francisco da Gama, 4.º conde da Vidigueira († 1632), punha para aceitar a ir ser, pela segunda vez, vice-rei da Índia, como acabou por se verificar em 1622, pois. no dizer do gazetilheiro A. Almansa y Mendoza (*Obra periodística*, Carta n.º 8, Edición y estudio de Henry Ettinghausen y Manuel Borrego, Madrid, Editorial Castalia, 2001, 233), «hízole su majestad muchas mercedes», mercês que P. Roiz Soares, *Memorial*, ed. cit., 452-453, detalha: «treze abitos de Cristo para poder lá [na Índia] e h? delles

no hay sino cerrar los ojos; nas margens do Ganges também se podem chorar cantando saudades. V. Sr.^a engana-o afeição, por isso gaba o soneto. As musas querem ânímos contentes e eu vou achando nas minhas fontes em *pouca nieve muchos desengaños* e já Torcato dissera pelo outro era *envelibo nigli afeti di*

para dar logo aqui a quem elle quizesse e que pudesse fazer lá outros tantos fidalgos, derão-lhe mais as saboarias de Estremós que rendem sessenta mil reis, mais trezentos mil reis de tença a sua mulher, mais quatro mil cruzados dajuda de custo e nove mil que lhe dessem aqui logo do seu ordenado, mais lhe quitarão quatro mil e quinhentos cruzados que devia de direitos na cassa da Índia, mais húa liziria que foi de dona Lourença de Távora que rende perto de mil cruzados, mais Urmuz para sua filha segunda vender ou renunciar logo na peçoa que quizer, mais que a condeça sua molher possa administrar o estado de seu marido enquanto estiver auzente, mais que os ouvidores que saírem das suas terras lhe será levado en conta o tempo como se servira S. Mge., que as demandas que trás se despachem logo na meza do paço com elle e as que se não poderem defrir estejam paradas até o conde vir, deramlhe mais cento e cincoenta mil cruzados que el Rey mandou pedir emprestados aos mercadores para fazer armadas na Índia...». O jesuíta p. Manuel Xavier diz que foi da «chave dourada» e o primeiro vice-rei que se chamou de Excelencia na Índia (Manuel Xavier, *Compendio universal de todos os viso reyes, governadores, capitães mores, capitães de naus, galeões, urcas, e caravellas que partirão de Lisboa para a Índia oriental e tornarão da Índia para Portugal, com os nomes de todos, dias, mezes e horas em que partirão deste Reyno, ordenado e feito por...*, in *Oriente Português*, IXV (1917), 11; D. Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, II, ed. cit., 156-157; D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, X, 4, ed. cit., X, 334-335; Ivone Correia Alves, *Gamas e condes da Vidigueira. Percursos e genealogias*, Lisboa, Edições Colibri, 2001, 241). Em cartas seguintes, D. Francisco fará ainda alusão, sem grandes simpatias, a algumas desventuras de armas e governo deste vice-rei, seu próximo parente, que em Madrid era tido por «gran soldado» (José F. Ferreira Martins, *Os vice-reis da Índia. 1505-1917*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1935, 103-104, 121-122).

*padre e de marito*⁷². Se os fragmentos de *Olivante* se puderem cá remedear estima-lo-ei, porque era apitite a que eu desejava de satisfazer. O tempo choroso. Dom António de Ataíde⁷³ mandou El-rei que se fosse para sua casa e que Dom Francisco de Lima saísse com a armada; os rapazes cantam-lhe; está inocente, mas

⁷² Embora um pouco estropiada, a citação, aplicada por D. Francisco às suas circunstâncias, pertence à *Gerusalemme Liberata* (X, 39) de Torquato Tasso: «Arcano, uom d'alta nobiltà famosa, / di già nell'arme d'alcun pregio avante, / Ma, or congiunto a giovanetta sposa, / E lieto omai de' figli, era invilito / Negli affetti di padre e di marito».

⁷³ D. Francisco refere-se à desventura por que passou D. António de Ataíde († 1647) – 1.º conde de Castro Daire e 5.º conde da Castanheira, embaixador à Alemanha, um dos governadores de Portugal (1631), etc. –, pois «não deixou de experimentar armada contra si a malícia dos seus émulos accusando-o de que pelo seu descuido fora abrasada pelos Turcos a Náo Conceição, que voltava da Índia preciosamente carregada no anno de 1621 quando como General da Armada a estava esperando para a conduzir ao porto de Lisboa» (D. Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, I, ed. cit., 111-112). A nau, incendiada diante de Ereiceira, era comandada por D. Luís de Sousa, desastre sobre que publicou Carlos Alberto Ferreira um interessante documento (*D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, 17). Registemos, sem que saibamos explicá-lo cronologicamente, que G. Gascón de Torquemada (*Gaceta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 110), noticia que, em 25.8.1621, «mandó Su Magestad a Don Antonio de Atayde, Capitán general de Armada real de Portugal, que saliese en busca de los Olandeses que andan alterando los puertos y haciendo los daños que pueden, y que pelease con ellos; sacó de Portugal lucidísima gente», nova que repete quase *ipsis verbis* A. Almansa y Mendoza, *Obra periodística*, Carta n.º 4, ed. cit., 205; D. António Caetano de Sousa (*História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, II, 7, § 3, ed. cit., 302-303) e Barbosa Machado registam ainda, a par do seu brilhante *cursus honorum*, a sua grande «aplicação às Humanidades». O próprio D. Francisco de Portugal recorda-o em *Arte de Galanteria* como poeta e cortesão.

mofino. Tenho, tenho dito o que sei. O que desejo são sempre boas⁷⁴ novas de V. Sr.^a a quem Deus guarde.
Lisboa, 11 de Novembro de 621

V. Sr.^a sempre me faz mercês; eu as tenho por tão enfalíveis como quem conhece o ânimo de V. Sr.^a e como quem lho não desmerece com o seu ânimo. Por cá tudo são desastres: Francisco Roiz Lobo morreu afogado no Tejo⁷⁵, que até nas águas há engratidões na desgraça. Foi poeta e, enfim, entre nós era só o que emprenha; mortes de fogo também não faltaram⁷⁶. De dar e tirar a vida servem os elementos. A Dom Rodrigo Caldeiron não faltam versos castelhanos nem portugueses inda que maus. Eu também atirei ao alvo⁷⁷, mas erre como costume. V. Sr.^a o verá neste

⁷⁵ Desta notícia se serviu Carlos Alberto Ferreira (*Francisco Rodrigues Lobo. Fontes inéditas para o estudo da sua vida e obra*, Coimbra, 1943, 9) para determinar com precisão a data da morte do autor de *Corte na Aldeia*.

⁷⁶ José Lourenço D. Mendonça – António Joaquim Moreira, *História dos principais actos e procedimentos da Inquisição em Portugal*, ed. cit., 262-263, registam um auto de fé, em 28.11.1621, em que saíram alguns condenados a «morte de fogo».

⁷⁷ Se a ascensão política e social de Rodrigo Calderón foi alvo de crítica e sátira inmisericordes, as circunstâncias da sua morte, «su devoción y arrepimiento, así como la humildad y el coraje con los que afrontó su condena, movieron a muchos a commiseración, incluso a quienes le habían lanzado desde sus afilados cálamos descarnadas sátiras años atrás» (Santiago Martínez Hernández, *Rodrigo Calderón. La sombra del válido*, ed. cit., 303-307). D. Francisco, como indica, também contribuiu para o que já se chamou o *Romancero de Don Rodrigo Calderón* – com tal título editou D. Antonio Pérez Gómez muitos dos romances e, em apêndice, muitos dos poemas de circunstância em torno da morte do marquês de Siete Iglesias (Valencia, «...La fonte que mana y corre...», 1955) – com um soneto «A la muerte de D. Rodrigo Calderón» in *Divinos e Humanos Versos*, ed. cit., 77, soneto XXIX, que, curiosamente, é o último poema da colectânea publicada por D. Antonio Pérez Gómez (p. 156); em vista de um futuro «cancioneiro» português em torno do marquês de Siete Iglesias, lembremos ainda mais dois sonetos sobre o assunto: o que «A un hombre, que aviendo subido a grande lugar, vino publicamente a morir

⁷⁴ Transcrevemos assim a dupla nasalidade com que a palavra aparece grafada no ms.: «bomãs».

soneto, porque vai de outra letra para que se leia bem.
Fico ao serviço de V. Sr.^a como sempre, a quem Deus
guarde e toda esta casa pede a bênção.

De Lisboa, 6 de Dezembro 621

por justicia degollado con grande valor» dedicou Francisco de França e Costa, *Jardín de Apolo*, Madrid, Juan Gonzalez, 1624 (son. XI, p. 6r, segundo a ed. de Coimbra, Off. de Manoel Dias, 1658, que reproduz fielmente, incluindo a paginação, a 1.^a), e outro «Á morte do s.or D. Rodrigo» de Francisco de Sá de Meneses, o autor de *Malaca conquistada*, publicado com outras poesias suas, por Luís de Sá Fardilha, *A nobreza das Letras: os Sá de Meneses e o Renascimento português*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian – F.C.T., 2008, 355.

Aqui me tem V. Sr.^a em Madrid já azevieiro⁷⁸ e já enfadado. Tudo visto e a estes nadas e a tudo se pode dizer *não é assim quando lá vou*⁷⁹. O caminho é desacomodado e os ministros não dão borrifos e chorarei com Manzanares, que assim fazem outros.

Motes achei em palácio aonde não ouse de entrar, porque hei-de ser mau de sair. De Vilhamediana⁸⁰ estou buscado, pareceu-me tão bem discreto falando como poetando e Lope de Veiga⁸¹ me mostraram e Dom Luis de Góngora⁸²: são dous clérigos engor-

⁷⁸ Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portugueza*, ed. cit. *sub voce*: «Azevieiro: Ruão, bargante, rufião».

⁷⁹ Francisco de Sá de Miranda, Écloga «Basto», v. 325, *Poesias*, ed. cit., 392: «Quando neste vale estou, / Todo outro que aparece, / Muito melhor me parece; / Não é assi quando lá vou»

⁸⁰ Refere Juan de Tassis y Peralta, 2.º conde de Villamediana. Personagem muito em vista na corte de Filipe III e dos começos da de Filipe IV por muitos e díspares motivos – grande senhor, avultada fortuna, amor ao luxo, amores de vários tipos e alturas, esplêndida liberalidade, roçando, por vezes, em ousada magnificência, e grande poeta e colecionador de arte –, as suas sátiras – a que há-de aludir D. Francisco em outra ocasião – sobretudo em verso, que, muitas vezes, eram autênticas invectivas, valeram-lhe o desterro em 1618. Como se vê por esta correspondência, D. Francisco de Portugal conheceu-o e admirou-o, anotou a sua amizade com o autor de *Soledades*, submeteu à sua apreciação alguns poemas seus e lastimará a sua desastrada e misteriosa morte em Agosto de 1622 (E. Cotarelo y Mori, *El conde de Villamediana. Estudio biográfico y crítico*, Madrid, Visor Libros, 2003 (facsimile da ed. de Madrid, 1886) e Luis Rosales, *Pasión y muerte del conde de Villamediana*, Madrid, Gredos, 1969).

⁸¹ Alude ao famosíssimo Lope de Vega (1562-1635) que, efectivamente, como se sabe, se fez sacerdote em 1614 (Cayetano A. de la Barrera, *Nueva biografía de Lope de Vega*, ed. cit., I, 141, 147-148, 149-150.

⁸² D. Luis de Góngora (1561-1627), embora clérigo desde muito jovem (1577), só foi ordenado sacerdote em 1617, por exigência de ter sido nomeado capelão real por Filipe III (Miguel Artigas, *Don Luis de Góngora y Argote. Biografía y*

gueirados⁸³. Enfim, Senhor, aqui, como dizia nosso tio ao Senhor Dom André, *en cada mesón* há milhares poetas que os gabadinhos da nossa terra. Pola via de Lisboa escrevo esta a V. Sr.^a; polas outras vias que me aponta farei diligência e escreverei, em quem tenho por mui certas todas as mercês. Vou entrando com mau pé, porque os governadores me dizem não querem ver ũa pitição que lhe deixei e os ministros de cá estão peste, fome, guerra. Com cabedal de paciência me armo, se bastar. Menos cudei eu que me devessem meus filhos, mas são muitos⁸⁴. Irei sendo mais prático, darei novas a V. Sr.^a. Mande-nos mui boas de sua saúde, se fez bem de se retirar à quinta aonde não devem faltar rouxinóis. Se há por aqui em que sirva para os nadas tenho cabedal e para grandes felicidades de V. Sr.^a desejos.

Madrid, 22 de Maio 622

estudio crítico, Madrid, Typografía de la “Revista de Archivos”, 1925, 28, 44, 55, 56, 150).

⁸³ A dificuldade da caligrafia do copista e a estranheza da palavra levou Carlos Alberto Ferreira a ler «engargeicados» (D. Francisco de Portugal, *Cartas escritas ao s̄or Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, 99, 20); parece-nos, porém, que o grande erudito, reanalizando a passagem, aceitaria ler «engorgeirados», o que, apesar de tudo, tem algum sentido enquanto, como gente do tempo, usavam «gorgueira», «peça do antigo trajo que ornava a garganta, e era encrespada e engomada» (Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portuguesa*, ed. cit., *sub voce*).

⁸⁴ Sem que possamos determinar as datas dos seus nascimentos, sabemos que D. Francisco tinha, até esta data, oito filhos (D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, X, 3, § III, ed. cit., X, 361).

Vão tão devagar estas cartas ao Porto que escrevendo por todos os correios me parece que chegam lá mui poucas; contudo Dona Cecília me mandou ũa de V. Sr.^a por este correio passado. Festejo as boas novas que V. Sr.^a me dá de sua saúde; assim seja sempre. Aqui houve justa literária; deram-se os prémios diante de El Rei; secretário deles Lopo da Veiga⁸⁵; os nossos portugueses ficaram em branco⁸⁶; eles queixam-se real-

⁸⁵ O correspondente de D. Rodrigo da Cunha noticia-lhe a justa poética com que Madrid, entre outros festejos, celebrou, na tarde de 26 (27?).6.1622, a canonização de Santo Isidro, Lavrador, padroeiro da cidade. Lope de Vega – «lector» do certâmen e não seu secretário, como muitas vezes então já se dizia, o que contrariava *El Fenix*, pois o secretário fora Francisco Testa, que era o mais antigo do Ayuntamiento de Madrid – publicou a *Relación de las fiestas que la insigne villa de Madrid hizo en la canonización de su bienaventurado hijo, y patron San Isidro, con las Comedias que se representaron, y los versos que en la Justa Poetica se escribieron*, Madrid, Viuda de Alonso Martin, 1622 (José Simón Díaz, *Impresos del siglo XVII*, Madrid, CSIC, 1972, n.º 1269, 296). Nesta justa, que, aliás, foi acompanhada por outras festejando, pelos mesmos dias, a canonização de Santo Inácio de Loyola, S. Francisco Xavier e Santa Teresa de Jesus, colaboraram os poetas lusitanos Miguel da Silveira, António López de Vega, Francisco de França e Costa, e Afonso Ribeiro Pegado e, se é português, Jorge de Lima (*Noticias de Madrid 1621-1627*. Edición de Ángel González Palencia, Madrid, Sección de Cultura e Información, Artes Gráficas Municipales, 1921, 28; G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 126; Sousa Viterbo, *Poesias avulsas de Affonso Ribeiro Pegado colligidas e anotadas*, Lisboa, Off. Typ., 1906; Cayetano A. de Barrera, *Nueva biografía de Lope de Vega*, ed. cit. I, 253-254).

⁸⁶ Por qualquer razão, D. Francisco esqueceu-se de que Francisco de França e Costa [F. de Francia y Acosta] foi contemplado no «combate cuarto» da justa, como diz o próprio Lope, se mal não lemos, em «Premios de la fiesta y justa poética en la canonización de San Isidro» que vem na *Relación de*

mente, que dizem que fizeram bons versos⁸⁷. É aqui dos mais cientes o poeta de Ciruliquo⁸⁸. Estes homens vão-se após a fonfarrice⁸⁹, sendo assim que o deleitar é intento da poesia. V. Sr.^a dirá: *quem te viu filósofo elo-*

las fiestas acima citada: «Ya de Francisco de Francia / el lúcido entendimiento / viene con su pompa y lustre, / causa a tan dulces efectos, / honrando el reino de Ulises, / de vivos ingenios reino, / como de gloriosas armas / y de orientales trofeos» (Lope de Vega, *Relación de las fiestas en la canonización de San Isidro* in *Obras escogidas*, Estudio preliminar, biografía, bibliografía, notas y apéndices de Federico C. Saínz de Robles, II, Madrid, Aguilar, 1991 [4.^a reimpresión], 1145)

⁸⁷ Em uma *Relacion de las fiestas que se han hecho en estas corte a la canonizacion de cinco santos copiada de una carta que escribio Manuel Ponce en 28 de Junio de 1622*, reimpressa por C. B. Mendiola in *Revue Hispanique*, XLVI (1919), 583-606, sublinha-se quanto não só «el doctor Miguel de Silvera á quien deben las ciencias universales su mayor estimacion y perfecto conocimiento, pues no solo es insigne en ellas, como lo fueron los que con excelencia las alcanzaron, mas es eminente y capaz, no como un particular, sino como todo un siglo de hombres ilustres : en el la filosofia tuvo eminencia, la medicina enseñanza, la jurisprudencia decoro, la matemática consumado maestro, la latinidad eloquencia, la poética observancia, perfeccion y magestad», mas também «Antonio Lopez de Veiga, que despues de diez y ocho años de continua y honrosa asistencia en las Universidades donde consiguió la enseñanza de los Canones y Leyes y la suma perfección de la Retórica y Poética, nos há dado continuadas prendas en sus escritos en tantos años de comunicacion. Sea su mayor elogio el libro que tiene impreso de sus rimas, en tres lenguas, que mi alabanza es ofensa de la que merecen sus méritos», dignos de ter sido premiados, que só o não terão sido porque os «ecelentísimos y rectos jueces» (Príncipe de Esquilache, marqueses de Cerralbo e de Velada), julgaram «los premios señalados [...] eran corta satisfacion de lo que merecieron sus escritos» (604-605).

⁸⁸ Nomeia Miguel da Silveira († 1636), referido em nota anterior, autor, entre outras obras, de *El Machabeo* (Napoli, Eg. Longo, 1636), nascido em Celorico da Beira.

⁸⁹ Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portugueza*, ed. cit. *sub voce*, regista «fonfarrão», o mesmo que «fanfarrão», daí o mantermos o «fonfarrice» usado no texto.

*cuente?*⁹⁰. Para isto não há mister mais que a voz de todos. O Vilhamediana foguetadas⁹¹ tem e inda milhores na prosa. É grande amigo de Góngora e ambos grandes opostos de Veiga. Eu ando ronçeiro; comecei a entrar em palácio e então cantarão as musas. Bem sabe V. Sr.^a que também nisto há acertos; poucos tenho que perder nesta parte que nas outras estimo-os mais que a mi. No meu negócio vou devagar, porque me conselham que me convém assim. Não deixo de esperar ũa boa hora, posto que todas têm ido más para meus intentos. V. Sr.^a mos favorece tão bem que me dá com que me corteje, pois me enriquece com mercês suas por que lhe bejo as mãos. Polo correio que vem escreverei mais. Desavenças com Itália se afirmam e o saboiano, cabeça, confederado com Veneza e não desfavorecido de França sobre a Baltolina⁹², mas El Rei vê

⁹⁰ Cremos que com ligeira adaptação, o autor cita um verso célebre de Garcilaso de la Vega, *Écloga II*, vv. 396-397: «Quién te hizo filósofo eloquente, / siendo pastor d'ovejas y de cabras?» (*Obras completas*, ed. cit., 95). Este verso, agora correctamente citado, também aparece, como assinalou Maria Lucília G. Pires, em «Carta a um amigo» de 20.9.1620 (*Divinos e Humanos Versos*, ed. cit. 362).

⁹¹ O texto parece ter exactamente «fuguetadas», palavra que Carlos Alberto Ferreira (*Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, ed. cit., 20), interpretou, com dúvidas, como «afugentados»; atrevemo-nos, porém, a crer que D. Francisco queria traduzir com essas «fuguetadas» (grafia actualizada, ainda que Fr. Domingos Vieira registre «fugareiro» e «fugareo») os artificios brilhantes e, muitas vezes, estrondosamente mordazes das suas sátiras.

⁹² Valtelina, vale suíço onde, em 1620, os católicos se revoltaram contra os protestantes e, mediante pedido seu, Espanha, a partir de Milão, ocupou essa zona reputada como estratégica passagem militar unindo os domínios espanhóis em Itália e os da Flandres. Voltou a ser ocupada pelos franceses em 1624, donde, com alternâncias várias, foram expulsos em 1637 (J. H. Elliott, *El Conde-Duque de Olivares. El político en una época de decadencia*, ed. cit., 74, 83-84, 231, 512, *et passim*; Victor L. Tapié, *La Guerre de Trente Ans*, Paris, SEDES, 1989, 154-155).

amenhã touros; houve, Domingo, carreiras⁹³ bem pouco para ver. Parece tudo: tanto vai do que se vê o que se ouve. V. Sr.^a veja o que me manda de seu serviço, a quem Deus guarde.

Madrid, 6 de Junho de 622⁹⁴

⁹³ O único dia em que, de acordo com G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit. 127, houve «carrera» – corrida de cortesãos a cavalo – foi na tarde de Domingo, 3 de Julho, depois da procissão em acção de graças pela «bula de Su Santidad, para que en público ni en secreto no pueda ninguna persona defender la opinión afirmativa de que Nuestra Señora fue concebida en pecado original, y que se rece de la Concepción...», pelo que as aludidas por D. Francisco teriam sido tão pouco para ver que não mereceram ser assinaladas pelo gazeteiro; mas....

⁹⁴ Atendendo a que a justa poética a que se refere D. Francisco se celebrou na tarde de 26.6.1622, e a data da «carreira» que se seguiu à procissão de 3.7.1622 referida em nota anterior, a data desta carta não parece poder estar correcta. Deverá ser dos primeiros dias de Julho – provavelmente de 6 de Julho de 1622.

Por todos os correios tenho escrito a V. Sr.^a, mas como vão encaminhadas as cartas por Lisboa forçado hão de tardar; a de vinte e três de Abril tive no passado. Dará Deus a V. Sr.^a sempre boa saúde e acabá-la-ão de prefeçoar os ares da quinta que, segundo o nosso doutor, são mais sãos. Eu estou inda nesta corte como de emprestado e assim o poderei dizer a V. Sr.^a que de nenhuma cousa se trata mais que do que anda diante dos olhos; disto dos montes da eternidade não há nenhuma memória. A poesia está aqui mui subida e mui fundada; não faltam engenhos. Eu ainda não botei as mãozinhas fora; irei sabendo deles e enviando a V. Sr.^a o que colher. Num romance dei duas palavras a Manzanares⁹⁵ que não mando por me parecer pueril; a um soneto que fiz ao Caldeirão me dizem se fez aqui ùa censura a pitição de um português; dizem-me que louva o engenho e condena a ciência: deve de cuidar que tenho algũa; ainda assim disse a um castelhano que na prosa me atrevia eu com o que mandara censurar e nos versos com o que censurou por mais douto que fosse. Aqui se me ofereceu já um professor da arte castelhana a reposta. Tenho dito a V. Sr.^a o que por aqui há, e estou mui certo de que me fará em toda a parte muitas mercês. Se nesta há em que sirva a V. Sr.^a fá-lo-ei com grande gosto.

Madrid, 8 de Junho 622

⁹⁵ Há boas razões para supor que o romance, hoje desconhecido, seria, entre inúmeros poemas sobre o mesmo assunto, um mais que punha ironicamente em confronto a pequenez do caudal do rio Manzanares, atravessado embora por alguma soberba ponte, com a grandeza da cidade que banha, Madrid.

Aqui arde o mundo, porém não palácio, que neste particular só são frios estes castelhanos. Na entrada que fez nele a filha do conde de Basto⁹⁶ tive lugar⁹⁷ com a Senhora Dona Ana Maria Manrique⁹⁸ de que

⁹⁶ Atrevemo-nos a sugerir que refira D. Joana de Castro († 1631), filha do 2.º conde de Basto, D. Diogo de Castro († 1618), igualmente pai do 3.º conde do mesmo título, D. Lourenço de Castro (D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, XIII, 2, ed. cit., XIII, 49-50).

⁹⁷ «Ter lugar», expressão de galantaria de palácio, dizia-se da admissão oficial, mediante um complicado ritual, de um «galán» – casado ou solteiro (não interessam aqui cronologias e vacilações a este respeito), mas sempre frequentando os círculos próximos da casa da rainha – a «servir» uma dama de palácio (acompanhar, mandar tochas, conversar, render preitesia, dançar, mostrar-se cativado pela beleza, enviar cartas de motes, celebrar em poemas, etc.) em determinadas e reguladas cerimónias de carácter público em que se autorizava, mediante anúncio, a «haver lugares». Em *Arte de Galanteria*, onde tratou desenvolvidamente do tema, diz D. Francisco, ponderando a complexidade da situação, serem os «lugares» «aquella universal perdición de los juicios, pasmo de las potencias del alma, miedo de los que entienden y facilidad de los que no saben, piedra de tocar del oro del entendimiento y fuego a que más se apura lo verdadero y se conoce lo falso, en que pocos dejan de ser alquimistas» (*Arte de galantería*, Edição e notas de José Adriano de Freitas Carvalho, Porto, Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade, 2012, 97-98).

⁹⁸ Ana María Manrique de Cárdenas, dama da princesa e depois rainha Isabel de Bourbon, desde 1615 (Henar Pizarro Llorente, «Isabel de Bourbon: De princesa de Francia a reina de España, 1615-1623» in José Martínez Millán, María Paula Marçal Lourenço, Coord., *Las relaciones discretas entre las monarquías hispana y portuguesa: Las casas de las reinas – siglos XV-XIX*, Madrid, Ediciones Polifemo, 2008, I, 276). D. Francisco há-de nomeá-la em outras páginas de *Arte*. Em *La gloria de Niquea*, representada nas festas de Aranjuez (1622) Ana Maria Manrique foi Florisbella que «un dragón volante llevaba entre las alas» (Antonio de Mendoza, *Fiesta que se hizo en Aranjuez a los nos del rey nuestro señor D. Felipe III* in *Obras*

saí com esse soneto que lhe ofereci. Tem parecido bem, por isso o mando a V. Sr.^a, e outro a certa tenção que também não deixo cá pelo que tem de brando⁹⁹. V. Sr.^a emende-os, que eu não tenho feito outra coisa

poéticas, Edición y prólogo de Rafael Benítez Claro, I, 18, 19, 22, 25). Seguimos sem saber apurar a data em que a vemos responder ao marquês del Carpio e ao conde Sástago em uma carta de motes de vários galantes conservada em AHN., *Osuna, CT. 543, D. 12*. Casou, em 5.4.1629, com D. Jorge de Lencastre, 1.º duque de Torres Novas, primogénito do duque de Aveiro, festa que não se realizou, como era habitual no casamento das damas da Rainha, no palácio real devido a questões de preeminências (G. Gascón de Torquemada (*Gazeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante...*, ed. cit., 280, 299); D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, XI, 6, 72). O soneto que lhe foi oferecido por D. Francisco talvez seja o que foi recolhido em *Divinos e Humanos Versos*, n.º 22, (ed. cit., 70) – «A una dama de palacio: De más a más, en uno y otro estado» –, já que o que Carlos Alberto Ferreira (*D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, ed. cit., 22), indica foi dedicado a D. Maria Manrique, que, como veremos, é sua irmã.

⁹⁹ O correspondente de D. Rodrigo deverá referir-se ao seu soneto que vem em *Divinos e Humanos versos* com o n.º 23 (ed. cit., 71) e que é o fecho de *Arte de Galanteria* (ed. cit., 188) – «A una dama de palácio: Oh más de templos que de palacios dina» –, pois este, em algumas cópias ms. utilizadas por Carlos Alberto Ferreira (*D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, ed. cit., 22), é dedicado a D. Maria Manrique, dama que na complexa teia da homonímia desses tempos, é identificável com D. Maria de Cárdenas Manrique de Lara, futura marquesa de Cañete, irmã de D. Ana María Manrique de Lara a quem foi, como vimos, oferecido o soneto anterior, ambas filhas da 5.ª duquesa de Nájera, D. Luisa Manrique de Lara, e de Bernardino de Cárdenas y Portugal, 3.º duque de Maqueda (D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, XI, 6, 73). D. Maria de Cárdenas Manrique também figurou na festa de Aranjuez (Antonio de Mendoza, *Fiesta que se hizo en Aranjuez a los nos del rey nuestro señor D. Felipe III* in *Obras poéticas*, ed. cit., I, 18, 19).

que leve o gato. A censura, não pude nunca haver à mão, se a tivera já a mandara a V. Sr.^a para que me defendera. Fernão Correa deu-se aos ofícios e não do entendimento. Lástima é que o poema fique emperfeito que eu vejo com os mesmos olhos com que V. Sr.^a o julga. Prenda-o V. Sr.^a que só assim ficará aplicado. Henrique Correa no-lo promete nesta corte com as primeiras águas. V. Sr.^a mande-me nela em que o sirva, a quem Deus guarde.

Madrid, 26 [25?] de Julho 622

Sem carta de V. Sr.^a me achei este correio. Rodeiam tanto as que vão e vêm por Lisboa que nem vão nem vêm. Que haja boa saúde desejo sempre; Deus a dará a V. Sr.^a. Aqui não há novas que de contar seja; os reis folgam. Enfim, tudo são mocidades. Isto da morte do Grão Turco¹⁰⁰, rotas de Alemanha¹⁰¹, por lá o refirirão os cegos. Eu ando ainda sem fazer nenhum negócio. Os governadores parece que tomaram à sua conta a minha ociosidade: atégora me não tenho valido de cá, vi-lo-ei a fazer, que me cansam tantas cirimónias dos conselheiros de Estado; saberá V. Sr.^a que o treunfo saiu dos Silvas de Toledo¹⁰². Tenho-me eu com os seus ver-

¹⁰⁰ Deverá aludir à morte de Osmán II, massacrado pelos seus janízaros em 1622 (Jean Delorme, *Chronologie des civilisations*, Paris, PUF, 1949, 227).

¹⁰¹ Parece-nos que D. Francisco «resume» assim algumas derrotas (Höchst, Obernoi, por exemplo) dos exércitos protestantes comandados por E. Mansfeld e Christian de Brunswik, em Junho e Julho de 1622, pelos exércitos imperiais chefiados pelo conde de Tilly durante a primeira fase da Guerra dos Trinta Anos (Victor L. Tapié, *La Guerre de Trente Ans*, ed. cit., 140;).

¹⁰² É possível que D. Francisco se refira a qualquer acontecimento «triunfante» envolvendo algum dos ramos mais importantes da família Silva, de Toledo: os marqueses de Montemayor, os conde de Cifuentes e, ultimamente, os condes de Portalegre (Portugal), pelo casamente de D. Juan de Silva, embaixador de Filipe II na corte de D. Sebastião, com a 4.^a condessa desse título, D. Filipa da Silva. O mais provável, porém, é que vise a nomeação de algum destes últimos Silvas de Toledo, condes de Portalegre, para qualquer alto cargo em Portugal, como por exemplo, a do eclesiástico D. Juan de Silva (1586-1634), já capelão mor de Portugal desde 25.8. 1621, como Deputado do Santo Ofício de Lisboa e membro do Conselho Geral da Inquisição, função esta de que tomou posse em 11.3.1622. Recorde-se que no ano seguinte (1623), o conde de Portalegre, D. Diego de Silva será nomeado um dos governadores de Portugal (Fernando Bouza Álvarez, «Corte es decepción. Don Juan de Silva, conde de Portalegre» in José Martínez Millán [Dir.] *La corte de Felipe II*, Madrid,

sos e não com esses que mando feitos a tua queda da Senhora Dona Francisca de Távora¹⁰³; vai visto pelo

Alianza Editorial, 1998, 451-499, especialmente, 452-454; D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, IX, 3, ed. cit., X, 76-78; G. Gascón de Torquemada, *Gaceta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 110; António de Oliveira, *D. Filipe III*, ed. cit., 418).

¹⁰³ O soneto vem em *Divinos e Humanos Versos* (n.º XXI, ed. cit., 69) sob o título «A la caída de una dama de palacio». Francisca de Távora e Castro, filha herdeira de Martim Afonso de Castro e de D. Margarida de Távora (irmã esta de Cristóvão de Moura, o famoso ministro de Filipe II, 1.º marquês de Castelo Rodrigo e vice-rei de Portugal) foi uma das damas mais brilhantes e cantadas da corte de Filipe III e de Filipe IV. «Menina» da infanta Maria de Áustria quando, em 1622, tomou parte nas festas de Aranjuez, representando o mês de Abril, e ainda, se é a mesma, Lucarno em *La gloria de Niquea* (Antonio de Mendoza, *La fiesta que se hizo en Aranjuez...*, in *Obras poéticas*, I, ed. cit., 12), foi dama da rainha Isabel de Bourbon (D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, V, 6, 182,184; Henar Pizarro Llorente, «Isabel de Bourbon: De princesa de Francia a reina de España, 1615-1623» in José Martínez Millán, María Paula Marçal Lourenço, Coord., *Las relaciones discretas...*, ed. cit. 344). L. de Góngora, em um romance de 1621/ 1622 celebrou-a, juntamente com Margarida de Távora e Maria Coutinho, como uma de «Las três Auroras del Tajo» (L. de Góngora, *Obras completas*, Recopilación, prólogo y notas de Juan Millé y Giménez – Isabel Millé y Giménez, Madrid, Aguilar, 1961, 238-239); D. Antonio de Mendoza lembra «La divina portuguesa /blasón de Mora y Castro...» (*Obras poéticas*, ed. cit. II, 54) e o conde de Villamediana, além de um soneto em que canta essas mesmas «rosas vivas del Tajo», cantou-a apaixonadamente, em várias composições, como «Francelisa», essa «Francelisa» que, na suposição de que o poético nome velasse os amores do conde pela rainha francesa Isabel de Bourbon, tanta tinta fez correr e que veio, segundo parece, a conceder os seus amores a Filipe IV (Conde de Villamediana, *Poesía impresa completa*, Edición de José Francisco Ruiz Casanova, Madrid, Cátedra, 1990, 130, 497, 670, 688; *Poesía inédita completa*, Edición de José Francisco

Vilamediana e gabado por Dom Antonio de Mendonça, da chave negra¹⁰⁴, que é o poeta de palácio e justamente, porque faz trovas discretas. O marquês de Alenquer é entrado, com que vem a não faltar mais que Fernão Correia, A censura do soneto do Caldeirão me têm pormetido; enviá-la-ei, para que V. Sr.^a a mande responder por um confeitiro desse lugar. Fico nesta ao serviço de V. Sr.^a mui prestes, que Deus guarde.

Madrid, Agosto 1622¹⁰⁵

Ruiz Casanova, Madrid, Cátedra, 1994, 212-217; Luis Rosales, *Pasión y muerte do conde de Villamediana*, ed. cit., 43-77; E. Cotarelo y Mori, *El conde de Villamediana. Estudio biográfico y crítico*, ed. cit., 114, 173-206). Como veremos, D. Francisco de Portugal há-de dedicar-lhe, pelo menos, mais um soneto. Casada, em 1630, com Fernão Teles de Meneses, senhor de Unhão, ainda chegou a ser, depois de viúva, camareira-mor da rainha Maria Francisca Isabel de Sabóia.

¹⁰⁴ «Este día [22.8.1623] hizo el Rey merced de quatro Hábitos a quatro de su Cámara, para calificar más este oficio, y que con el Hábito y sus llaves negras, exerçan y sirvan. Son Juan de Marbán; Don Antonio de Lossa; Don Antonio de Mendoza; y Don Cristóval Tenorio, Paje que fue del Conde de Olivares, a quien el Conde casó con hija del Alcalde Aguilera con cinquenta mil ducados de dote» (G. Gascón de Torquemada, *Gaceta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 168). Não encontramos qualquer referência a esta distinção, pelo que supomos ser a «chave negra» insígnia reservada aos servidores efectivos da câmara real, como o secretário D. Antonio de Mendoza.

¹⁰⁵ A carta é seguramente anterior a 19 [21?] de Agosto, pois o conde de Villamediana ainda pôde apreciar o soneto de D. Francisco referido na carta.

Anojado escrevo a V. Sr.^a, porque a morte do conde de Villamediana entristeceu as musas e fez grã falta aos engenhos¹⁰⁶, em faltando ao Góngora tornarão os versos ao *Lima que mais brando ali corria*¹⁰⁷. Quero referir o sucesso que foi lamentável. Domingo, dezanove deste, recolhendo-se o conde com o filho do marquês de Carpio no seu coche, às outo horas de ùa noute de luar, um homem a quem davam costas cinco, lhe deu ùa estocada que, atravessando-lhe o braço, lhe cortou duas costas do peito, com o que o deixou morto sem confissão (*o mais gentil pastor que a corte*

¹⁰⁶ Refere, equivocando-se no dia, ao assassinato de D. Juan de Tassis y Peralta, 2.º conde de Villamediana: «A los 21 [de Agosto de 1622], a boca de noche (que serian las ocho), yva el Conde de Villamediana, Correo Mayor de España, con Don Luis Méndez de Haro, hijo del marqués del Carpio, en un coche por la Calle Mayor, y enfrente de la Calle de los Boteros que sube a la Plaça, se llegó un hombre emboçado al coche y dió tal herida al Conde de Villamediana, y con tan extraordinária arma, que rompió un braço y dos costillas y le pasó por los pechos al hombro, de manera que le cabía un braço por la erida. Cayó luego muerto por el estrivo del coche sin poder decir Jesús, dicen algunos que dió muestras de contrición, pero no llegaron a tiempo de poderle absolver. Depositáronle aquella noche en San Phelipe, y aunque se hicieron grandísimas pesquisas y diligencias, no se pudo hallar rastro del matador» (G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 130). Para as possíveis causas do assassinato, sempre variamente julgadas, mas, como diz D. Francisco, «tirando a causa suprema», E. Cotarelo y Mori, *El conde de Villamediana. Estudio biográfico y crítico*, ed. cit.133-166; Luis Rosales, *Pasión y muerte del conde de Villamediana*, ed. cit., 119-141, apresentam duas perspectivas cronologicamente diferenciadas que, se bem se considera, não se excluem.

¹⁰⁷ Citação do segundo verso da Écloga XIV, «Sylvia», de Diogo Bernardes: «Cantava Alcido hum dia ao som das agoas / Do Lyra, que mais brando ali corria...» (*O Lima*, ed. cit., 99).

*viu*¹⁰⁸). Já por aqui bolem os epitáfios fúnebres¹⁰⁹. Eu inda não provei a mão sendo seu afeiçoado. Dos juízos da morte há confusão, mas todos tiram a causa suprema de quem se não poderá livrar nem um bispo. Grosseiros foram, por certo. A Lope da Veiga fui buscar duas vezes com a carta de V. Sr.^a, não o achei, mas a ùa velha deixei a carta que responde ao cão do nosso Camões¹¹⁰; para a reposta ditremino de o desencartar; parciais tem no modo de poetar, mas muito delgados, por *el monte agravan, dejan la prosa*. Eu não fiz mais versos que os que tenho enviado a V. Sr.^a. A verdade é que esta profissão quer ânimo menos enfadado; esse soneto foi feito assim depressa, mais o mando por mandar algũa coisa que por bom. No meu requerimento têm os governadores mostrado grão zelo, pois me não querem ver a minha petição sem ordem; de cá não tenho nenhuma para ma não verem. V. Sr.^a me tem feito mercê e que assim não receio mais tempo de requerente. Aqui se faz junta¹¹¹ de todos os presidentes e validos; diz o Alenquer que inda que é de todas as conservas¹¹² que não há-de sair nada doce deles.

¹⁰⁸ D. Francisco adapta um verso da Écloga I de L. de Camões, *Rimas*, ed- cit., 340: «porque assi o destino o permitiu, / e assi levou consigo / o mais gentil pastor que a corte viu».

¹⁰⁹ E. Cotarelo y Mori, *El conde de Villamediana. Estudio biográfico y crítico*, ed. cit.133-166, apresenta uma vasta selecção destes poemas.

¹¹⁰ Não logramos encontrar uma explicação para este «cão do nosso Camões»... Será uma expressão para aludir, como parece poder deduzir-se do contexto, a alguém que protegia ou vigiava a casa?

¹¹¹ Refere-se a chamada «Junta Grande de Reformación», organismo de reforma económica e social – de forte acento moralizante – que, criada, por Olivares, nos começos de Agosto de 1622, teve a sua primeira reunião, na presença do próprio Filipe IV, em 11 desse mês (J. H. Elliott, *El Conde-Duque de Olivares. El político en una época de decadencia*, ed. cit., 132-143).

¹¹² Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portuguesa*, ed. cit., *sub voce* «Conserva»: «Companhia, sociedade de navios que

Dom Hierónimo Coitinho¹¹³, afirmam, vai neste correio feito presidente do Paço; o Senhor Henrique Correa dava passos e o visconde¹¹⁴ os negava; não se pode contentar a todos. Fernão Correa parece que não pode ajuntar pai e poeta; para tudo é bom companheiro. Não sei se não excecutar a jornada; haverá ourelo¹¹⁵. Fico ao serviço de V. Sr.^a a quem peço mui boas novas de sua saúde e que me mande em que o sirva que também na Calle Mayor há galas de bispos.

Madrid, 8 de Agosto 622¹¹⁶

viajam juntos», o que permite alcançar o sentido translaticio em que D. Francisco emprega a palavra.

¹¹³ Deverá ser D. Jerónimo Coutinho († 1630), Comendador de Olivença na Ordem de Avis, Presidente do Desembargo do Paço, conselheiro de Estado, não tendo aceitado a sua eleição para vice-rei da Índia (D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, XIV, 5, ed. cit., XII, 200; VIII, 6, ed. cit. 253-254).

¹¹⁴ Por estas datas, e ainda por muitos anos, o visconde por antonomásia era o de Vila Nova de Cerveira, por o que aqui se poderá entender D. Lourenço de Lima Brito e Nogueira, 7.º visconde desse título, Presidente do Desembargo do Paço, do Conselho de Portugal, titular que, desejando manter a memória da antiguidade e singularidade do seu título, recusará, em 1623, ser elevado a conde, título que lhe concederia automaticamente a grandeza em Portugal. Contudo, Filipe IV, respeitando-lhe a vontade, mandou-o cobrir, conferindo-lhe, assim, a grandeza (D. António Caetano de Sousa, *Memórias históricas e genealógicas dos Grandes de Portugal*, Lisboa, Publicações do Arquivo Histórico de Portugal, 1933, 433, 435).

¹¹⁵ Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portuguesa*, ed. cit., *sub voce* «Ourelo: extremidade lateral do pano, quasi sempre de lá grosseira, o ourelo serve principalmente para evitar que o panno se desfie». Aqui no sentido de final seguro para a jornada em que medita?

¹¹⁶ A data não deve estar correcta, pois, tendo em conta que D. Francisco põe a morte do conde de Villamediana a 19 de Agosto – o eventual erro aqui não interessa –, só poderia ter escrito esta carta depois desse dia ou, melhor, depois de 21 desse mês. Será de 28?

V. Sr.^a está bem acompanhado, que o Senhor Dom André não é chumbado¹¹⁷; enveja tenho às sextas que já agora serão serãos. Com obrigação de requerente não há nada bom e com má resposta tudo é pior. Aqui tudo se vai na nova de Flandes, vitória do Cordova¹¹⁸ que não há dúvida senão que é de boa raça. A junta grande se acaba com este mês; tudo o que é manteo de abanos, vestidos guarnecidos voou e tudo o mais agorenta¹¹⁹. Já andamos previnidos às guelas. Eu há dias que não empunhei os versos à morte de Vilhamediana; vi alguns, entre eles me pareceo melhor esta décima. Um soneto meu não sei se chegará às mãos de V. Sr.^a; torno a rescrever, pera que¹²⁰ foi o que com que

¹¹⁷ Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portuguesa*, ed. cit. *sub voce*: «Chumbado: figuradamente: sério, grave».

¹¹⁸ D. Francisco alude, provavelmente, à vitória que Gonzalo Fernández de Córdoba, comandante do exército católico do Palatinado, obteve, junto de Fleurus (Flandres), em 28.8.1622, sobre o exército protestante chefiado pelo duque Christian de Brunswick-Wolfenswick. A notícia, confirmando a vitória, terá chegado a Madrid em 21.9.1622 dando ocasião a largas recompensas a Fernández de Córdoba e a ida, em acção de graças, de Filipe IV a Nossa Senhora da Atocha, além da comédia de Lope *La nueva victoria de Don Gonzalo de Córdoba*, logo representada (o ms. autógrafa é de 8.10.1622), em que o duque é uma das principais personagens (G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 132, 133; Caetano A. de la Barrera, *Nueva biografía de Lope de Vega*, II, ed. cit., 29, 31; Victor L. Tapié, *La Guerre de Trente Ans*, ed. cit., 134, 140; Geoffrey Parker, *The Thirty Years War*, London, Roulledge and Kegan Paul, 1984, 67; J. H. Elliott, *El Conde-Duque de Olivares. El político en una época de decadencia*, ed. cit. 190).

¹¹⁹ Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portuguesa*, ed. cit. *sub voce*: «diminuir, encurtar, abater...».

¹²⁰ Assim traz o ms., cremos que ou por distração do copista ou porque D. Francisco assim o usava; de qualquer modo o sentido deste «pera que» é, como exige o sentido, causal.

ganhei a opinião. A Senhora Dona Isabel de la Cueva¹²¹ se esposou, tivemos lugares em que não faltaram desalumbamentos, que os castilhanos estão mais boçais que se foram de Arraiolos. Lope da Veiga busquei com a carta duas vezes, deixei-lha, procurarei a reposta e mandar-lha-ei a V. Sr.^a a cujo serviço fico mui prestes. Pero da Silva¹²² fica respondido com a comenda para a filha.

De Madrid, 2 de Setembro 622

¹²¹ Trata-se de de D. Isabel de la Cueva y Benavides, dama das infantas Isabel Clara Eugenia e Catalina Micaela e depois da casa da princesa e rainha Isabel de Bourbon cujo séquito já integrara aquando da visita de Filipe III a Portugal, em 1619 (Henar Pizarro Llorente, «Isabel de Bourbon: De princesa de Francia a reina de España, 1615 – 1623» in José Martínez Millán, María Paula Marçal Lourenço, Coord., *Las relaciones discretas...*, ed. cit., 346). Em carta provavelmente datável de 1620, D. Francisco, com humor e desgana, dizia que a estar a senhora Dona Isabel de la Cueva *en otro muro asida no ay paciencia que baste*, porque eu de melhor vontade, se pudera ser, a sofrera casada que mudada («Carta a um amigo» in *Divinos e Humanos Versos*, ed. cit. 357), o que, em interpretação da linguagem da galantaria, queria dizer que tinha mudado de galante. Talvez o novo «muro» fosse Juan Francisco de Benavides, seu tio, 2.º marquês de Jabalquinto, com quem casou, celebradas então esplêndidas festas palacianas em 25.9.1622 (A. de Almansa y Mendoza, *Obra periodística*, Carta n.º 9, ed. cit., 241; G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante...*, ed. cit., 133; *Noticias de Madrid*, ed. cit., 36), a cujos esposais assistiu D. Francisco, em fins de Agosto ou começos de Setembro, como um dos galantes admitidos aos «lugares» nos festejos. D. Isabel de la Cueva, por herança de sua mãe, dona de honor da rainha Isabel de Bourbon, veio também a ser marquesa de Villareal de Purullena.

¹²² Será este Pero da Silva, grafado em carta posterior como Pedro da Silva, o Pedro Vieira da Silva que foi colegial de S. Paulo (Coimbra) e desembargador do Porto e que veio a ser secretário de Estado de D. João IV e, depois de viúvo, bispo de Leiria? Se puder ser, foi casado com D. Leonor de Noronha, filha de Martim de Távora, de Campo Belo (V. N. de Gaia). Tiveram

Segundo Lope da Veiga responde mal não é bom para escopeta, segundo as Caldas; portestado tenho de o achar em casa pela criação de seus livros, a que já vi agora com as festas destes santos¹²³ que não mando a V. Sr.^a por não ter por quem.

O marquês de Castelo Rodrigo entrou no nosso Conselho no seu lugar de viador¹²⁴ da Fazenda¹²⁵; o Villahermosa¹²⁶ não ficou contente, porque é mau

várias filhas, todas freiras em Santa Mónica em Lisboa (C. Alão de Morais, *Pedatura Lusitana*, III, 2, 345). Ou será o Pero da Silva que foi chanceler-mor da Índia e cujo filho, António da Silva, embarcou na nau «Conceição» rumo à reconquista da Baía? (P. Roiz Soares, *Memorial*, ed. cit., 468).

¹²³ Pelas mesmas datas em que se festejou a canonização de Santo Isidro, com o certâmen que já ficou referido, celebraram-se as festas e respectivas justas poéticas pela elevação aos altares de outros três santos espanhóis – Santo Inácio de Loyola, S. Francisco Xavier e Santa Teresa de Jesus – que, com S. Felipe Neri formavam o célebre conjunto dos cinco santos canonizados por Gregório XV em 12.3.1622, cuja notícia chegou à corte de Madrid em 6. 4.1622, tendo-se logo programado os respectivos festejos (G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante...*, ed. cit., 133; *Noticias de Madrid*, ed. cit., 36; José Simón Díaz, *Impresos del siglo XVII*, ed. cit., n.º 1267, 293).

¹²⁴ Haverá que entender «vedor».

¹²⁵ «Hicieron al marquês de Castelrodrigo, hijo de don Cristóbal de Mora, veedor de la hacienda en el Consejo de Portugal» (A. de Almansa y Mendoza, *Obra periodística*, Carta n.º 9, ed. cit., 244). D. Francisco parece anunciar a mercê, pois, de acordo com G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante...*, ed. cit., 141, só se terá tornado efectiva em 17.1.1623.

¹²⁶ D. Carlos de Borja (1582-1647), filho de D. Juan de Borja e da célebre dama D. Francisca de Aragão, foi, por herança de sua mãe, conde de Ficalho, e, por seu casamento, duque de Villahermosa. Vedor e presidente do Conselho de Portugal entre 1606-1615 e 1616-1639 (J. M. de Queiroz Velloso, *Uma alta figura feminina de Portugal e Espanha nos séculos XVI*

começarem a bulir com ele; por aqui queira Deus se melhore a minha pertensão. Dom Baltezar de Suñiga¹²⁷ morreu em sete dias de um tabardilho; geralmente foi sentido que não é pequeno milagre num valido. Nos papéis lhe sucede o Olivares, na presidência de Itália Monterrey¹²⁸. Vamos aos versos¹²⁹: Não será este o primeiro *soberano* que

e XVII – D. Francisca de Aragão, Barcelos, Portucalense Editora, 1931, 123-124; Santiago Luxán Meléndez «Los funcionarios del Consejo de Portugal: 1580-1640», in *Cuadernos de Investigación Histórica*, 12 (1989, 197-228).

¹²⁷ Notícia a morte de D. Baltasar de Zúñiga (1561?-1622), Comendador Mayor de León, antigo embaixador às cortes de Bruxelas, Paris e do Império (Praga), conselheiro de Estado. O seu domínio da política internacional e a grande aceitação que gozava junto de Filipe IV desde os últimos anos do reinado de seu pai, pareciam destiná-lo a tornar-se o valido do jovem rei. A sua morte precipitou a definitiva ascensão do conde de Olivares, seu sobrinho, com quem tinha colaborado na queda do duque de Lerma (J. H. Elliott, *El Conde-Duque de Olivares. El político en una época de decadencia*, ed. cit., 44, 66-103, et passim). Logo que morreu, diz G. de Torquemada depois de enumerar as honras que lhe foram feitas pelos reis, «mandó Su Magestad al Conde de Olivares, tomase los papeles que tenía Don Baltasar de Çuñiga, y aunque lo reusó, obedeció mandándosele segunda vez» (*Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 135).

¹²⁸ «A los 8 – regista G. de Torquemada – hiço el Rey merced de la presidencia de Ytalia al Conde de Monterrey, cuñado del Conde de Olivares, y luego se partió al Escorial a besar la mano al rey» (*Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 135). Trata-se de D. Manuel de Azevedo y Zúñiga, 6.º conde de Monterrey que, no dizer de J. H. Elliott, «se haría famoso por las ganancias que consiguió mediante los cargos que fue ostentando» (*El Conde-Duque de Olivares. El político en una época de decadencia*, ed. cit., 122 et passim).

¹²⁹ Atendendo ao léxico comentado (por nós destacado), cremos que D. Francisco pondera as observações que o seu correspondente fizera ao soneto «No fue defeto, gracias son mayores», publicado posteriormente em *Divinos e Humanos Versos*

esteja mal ajeituado¹³⁰ neste mundo; eu cuidava que com as *desanimar* o ficaria salvando, porque não se construem mal dizendo *não foi defeito* essa falta de cor, *graças* são que animam a desanimar; *Soberano con que divina desmentis lo humano* logo disse que fora o soneto feito e assim de repente, por onde pudera passar a palavra; *Ideias* que ainda que de cousas imaginárias, nos poetas são mui ordinárias estas licenças e mais tendo a emenda tão fácil; *que variando objectos se mejora*: pôr arculo¹³¹ ficara verso mais elustrado. Ora, aqui vai outro soneto a um retrato¹³² em que me parece que me não forro¹³³ mais que no primeiro quarteto. Quis fugir do comum e não pude. V. Sr.^a me mande mui boas novas de sua saúde, que na Boa Vista tão bem acompanhado muito para envejar são os dias e se eu soubera que a academia estava tão em seu ponto fora mais atento e realmente que não cudei que eram tão meúdos os teólogos. Fico mui prestes ao serviço de V. Sr.^a a quem Deus guarde.

Madrid, 22 de Outubro 622

(Soneto n.º V), ed. cit., 53), do qual transcrevemos as passagens que nos parecem ter merecido a troca de comentários e opções finais do autor: «No fue defeto, gracias son mayores / que el alma al desanimar dan soberano, / con que divina desmentis lo humano / cuando en muerta color matais de amores. // No agavia estremos lo que gloria crece, / ni es falta lo que ilustra la hermosura, / que variando ideas se mejora».

¹³⁰ Poderá talvez entender-se «a(dj)ectivado»? O contexto permite-o.

¹³¹ A palavra não parece encontrar-se dicionarizada. Será «ásqua»?

¹³² Como indica Maria Lucília G. Pires, o soneto enviado nesta data a D. Rodrigo é o que, conservando o título – «*A um retrato* – aparecerá, sob o n.º VI, em *Divinos e Humanos Versos* (ed. cit., 54).

¹³³ Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portuguesa*, ed. cit., *sub voce*, regista: «Forrar: ganhar», o que permite sugerir que o autor pensa que só nesse 1.º quarteto alcançava o soneto perfeição poética.

Corro-me de não me melhorar de novas de meu negócio; em nenhuma hei medo que pareça pouca agência o que é pouca fortuna. Contudo confesso que não sou de uns que vencem com a emportunação indo contra o poeta ferrarês¹³⁴ e ando tão filósofo que me desejo nos montes que até nos entretenimentos da corte tem lugar *quando neste vale estou*¹³⁵. V. Sr.^a, com um romancinho tenho pago as outonadas das musas de Manzanares¹³⁶, não no mando por humilde, mas quero¹³⁷ mandar que nas visitas tudo se lê bem. Aqui há poucas ou nenhuma comendas vagas e

¹³⁴ Poderá referir-se quer a Ludovico Ariosto († 1533), quer a Torquato Tasso († 1598), quer ainda ao autenticamente ferrarês Battista Guarino († 1612), já que, se apenas este último nasceu em Ferrara, todos viveram na corte dos Este, duques de Ferrara. No entanto, a tradição poética parece ter feito de Ariosto o «o poeta ferrarês» por antonomásia e Sá de Miranda refere-se-lhe, precisamente, como «el ingenioso ferrares» («Reposta á outra carta de Montemayor», *Poesias*, ed. cit., 457, v. 64). Dado, porém, que não fomos capazes de encontrar em *Orlando furioso* (se, efectivamente, esta era a obra do «poeta ferrares» que D. Francisco tinha em mente), o verso ou versos a que o correspondente de D. Rodrigo faz alusão, como simples sugestão – mesmo sabendo as dificuldades inerentes –, é possível perguntar se o nosso autor não estará a acenar a uma passagem da *Gerusalemme Liberata* (V, 72) em que, em alguns ms., com um verso – «Per l'importunità d'essi s'accende» – se indica, melhor que nas lições impressas, que pela «emportunação» alguns cavaleiros «ostinati» lograram «vencer» uma disputa com o exaltado «Capitano», Goffredo di Buiglione (Para a respectiva passagem e variante assinalada, veja-se: *Gerusalemme Liberata* ..., *Edizione critica sui manuscritti e le prime stampe*, a cura di Angelo Solerti e cooperatori, Firenze, G. Barberà, Editore, 1895, 196).

¹³⁵ Francisco de Sá de Miranda, Écloga «Basto», v. 325, *Poesias*, ed. cit., 392, verso que D. Francisco já citara em carta anterior.

¹³⁶ Também este romance, como outro já referido em carta anterior – se não é o mesmo – não parece ter chegado até nós.

¹³⁷ No ms. «mas quero» está repetido, sem, ao parecer, justificação estilística, pelo que o eliminamos.

muito boas repostas. Com a morte de Dom Baltezar creceu o trabalho ao Olivares que, diz-se, é poltrão, contudo dá audiências todos os dias, mas entre os lançois. Do conde de Lemos morto se deu a comenda à Senhora Dona Maria de Gusmão¹³⁸, que agora vai a procissão por outra rua. Os Holandeses se diz por aqui, em nova, choram os nossos fazendo-lhe levantar o cerco de Bergas ou como é a sua graça¹³⁹. V. Sr.^a ficará mui só sem o Senhor Dom André que já parece que se enfastiou de comédias, pois não baxou a Lisboa; aqui se esperam os que lá ficaram e de hoje é entrado Dom António de Meneses¹⁴⁰, nosso amigo.

¹³⁸ «A los 19 [de octubre], murió el Conde de Lemus en esta Corte; de recayda, porque llegó a estar ya levantado; y habiendo dicho todas las Ordenes el Responso en su casa, le depositaron aquella noche a las once en el Convento Real de las Descalzas Franciscas. Salieron dada la una después de medianoche de las exéquias; yva descubierto, vestido de blanco y con su manto de capítulo, cuello abierto, espada dorada. Lleváronle los Cavalleros de su Hábito, que es el de Alcántara. Halláronse quantos Grandes y Señores havia en la Corte; llevaban capirotos sobre las cabeças Don Francisco de Castro su Hermano, que le sucedió, y Don Andrés de Castro; yvan en medio de Don Duarte de Portugal y el Conde de Venavente; yvan con el cuerpo todas las religiones y docientas hachas. Proveyó el Rey luego su Encomienda en mi señora Doña María de Guzmán, hija del Conde de Olivares; es de La Çarça, y vale cinco mil ducados. Dejó el Conde de Lemus, después de muchas mandas que hiço, lo restante de todos sus bienes libres a mi señora Doña Catalina de Sandobal su muger» (G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 135-136; A. de Almansa y Mendoza (*Obra periodística*, ed. cit., Carta 9, 245).

¹³⁹ Refere-se ao cerco de Berguen, no Brabante, pelo exército espanhol, comandado por Ambrósio Spinola, em Julho de 1622 e levantado nos começos de Outubro, contrariando a fortuna da batalha de Fleurus, já acima referida.

¹⁴⁰ É possível que, como indica Carlos Alberto Ferreira (D. Francisco de Portugal, *Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, ed. cit., 27-28), possa identificar-se com D. António de Meneses († 1626), da Casa dos Marqueses

A Senhora Dona Lianor Pimentel se furtou aos sonetos do marquês de Alanquer¹⁴¹; está *em otro*

de Vila Real, que, segundo Barbosa Machado, «teve igual espírito para as armas, como génio para as Musas, das quais foy excelente cultor, e singular Mecenas dos Poetas». Celebrado por Jacinto Cordeiro (*Elogio de poetas lusitanos*, ed. cit., 117), das suas *Várias obras, poeticas* parece apenas conhecer-se hoje a vaga referencia do Abade de Sever (*Bibliotheca Lusitana*, I, ed. cit., 330).

- ¹⁴¹ Sobre D. Leonor Pimentel y Monroy, filha dos marqueses de Távora, enquanto dama da infanta D. Maria que veio a ser rainha de Hungria, sabemos que, «dama de aventajado entendimiento», teve, já dama de Isabel de Bourbon, um importante papel nas festas de Aranjuez, em 1622, no momento do jogo final com a própria rainha (Antonio de Mendoza, *La fiesta que se hizo en Aranjuez...*, in *Obras poéticas*, I, 8, 24-25). Em *Arte de Galanteria* D. Francisco ilustra com algumas respostas suas o jogo galante palaciano dos «motes». D. Diego de Silva y Mendoza, conde de Salinas e marquês de Alenquer, foi o seu correspondido galã com extremos de que nos espanta a tolerância, durante 15 anos, por parte das camareiras (maior e menor), guarda-damas (masculino e feminino), porteiros e toda a parafernália de funcionários, regulamentos palacianos e ordens reais sobre o recolhimento, distâncias de galãs e galanteio das damas. Ainda que tal situação possa ter sido vista como «escandalosa» – desde o palácio, seguramente que o era –, não cremos que tenha, alguma vez, chegado a considerar-se qua D. Leonor e D. Diego viviam «amancebados». Se em 1617, nas vésperas da partida do conde de Salinas para Portugal como vice-rei, esteve a ponto de casar com esse seu velho galanteador (três vezes casado, duas vezes viúvo, e pai de um filho), o casamento surgia como a regularização de uma extremada situação de galanteio, mas não como a solução de «una situación pecaminosa», como transparece de uma carta de D. Diego, dessa data, ao confessor de Filipe III, queixando-se da pressão que lhe era feita para casar (pressão, mas não obrigação), coisa que, diz o conde de Salinas, nunca se exigira, a menos de haver «precedido conocidos amores» – a expressão é importante –, a outros galãs (Trevor J. Dadson, *Diego de Silva y Mendoza, poeta y político en la corte de Felipe III*, ed. cit., 12, 43, 84, 102-103, 107, 109, 120-121, 290, 291 *et passim*; «Nuevos datos para la biografía de D. Diego de Silva y

*muro asida*¹⁴²; dizem que ao tirá-la seu marido, o conde de Benavente, disse a El Rei: Dê-me Vossa Majestade a mão, que já sei que vou velha e feia¹⁴³. Todos disseram amem. Dom Dinis¹⁴⁴ dura na prisão,

Mendoza, conde de Salinas», in *Criticón*, 31 (1985), 59-87 em que se publica a referida carta (pp.74-75); «El conde de Salinas y Leonor Pimentel: cuando se juntan el amor y la poesía» in *Spanish Golden Age poetry in motion. The Dynamics of creation and conversation*, London, Tamesis, 2014, 185-212). Note-se que D. Francisco parece aludir ao fim do galanteio Salinas /Leonor Pimentel ao dizer, em 1622, que D. Leonor «se furtou aos sonetos do marquês de Alenquer»... Efectivamente, em teoria pelo menos, o galanteio, segundo se explica em *Arte de Galanteria*, terminava obrigatoriamente com as capitulações matrimoniais da desposada com o seu noivo, que, neste caso, era o conde de Benavente. Às honras e palacianas celebrações que sempre a rodearam, juntamos, não menos gloriosa, o ter Lope Vega dedicado, em 1621, *La Filomena* a esta dama de quem conhecemos alguns poemas e certamente possuidora de alta cultura literária (Caetano A. de la Barrera, *Nueva biografía de Lope de Vega*, ed. cit., I, 240-241), não tivesse ela sido discípula de seu tio e tutor D. Diego Sarmiento de Acuña, conde de Gondomar.

¹⁴² O ms. traz «ainda» e substituímo-lo por «asida», já que D. Francisco, como em outras ocasiões – uma delas, em carta anterior, aludindo ao casamento de D. Isabel de la Cueva – serve-se dessa expressão – «en otro muro asida» – que mais não é, como já anotou Maria Lucília Pires (*Divinos e Humanos Versos*, ed. cit., 357), senão o resultado da sua leitura de Garcilaso, «Égloga I», v. 136: «aunque fuesse de piedra, / viendo mi amada yedra / de mí arrancada, y en otro muro asida» (*Obras completas*, ed. cit., 73).

¹⁴³ D. Leonor Pimentel veio a casar, em 20.10.1622, apadrinhada pelos infantes D. Carlos e D. Maria, com o seu parente Antonio de Pimentel y Quiñones, conde de Benavente, notável acontecimento palaciano de que A. de Almansa y Mendoza (*Obra periodística*, ed. cit., Carta 9, 244) oferece um breve resumo (G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 136; Trevor Dadson, *Diego de Silva y Mendoza, poeta y político en la corte de Felipe III*, ed. cit., 114, 122). D. Leonor faleceu em 31.3.1656.

¹⁴⁴ Carlos Alberto Ferreira, em nota a esta carta (D. Francisco de Portugal, *Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom*

dizem que num rol que a nora mandou ao conde de Faro houve adição de 16 saias de mangas; o dinheiro de Caminha¹⁴⁵ o pagará. Fico ao serviço de V. Sr.^a com saúde a quem Deus guarde.

Madrid, 21 de Outubro 622

Rodrigo da Cunha, ed. cit., 28) identifica, com alta probabilidade, esta personagem com D. Dinis de Faro, mas – parecidos de propor a correcção – era filho de D. Estêvão de Faro, 1.º conde de Faro (1628) e de sua mulher, D. Guiomar de Castro. D. Dinis († 1633) veio a ser o 2.º conde de Faro, casando com D. Madalena de Lencastre, filha dos terceiros duques de Aveiro, o que poderá ajudar a perceber a nota, baseada num nobiliário da Biblioteca da Ajuda, que traz o benemérito autor referente à prisão de D. Dinis: «o filho do Conde de Faro, foi levado preso por um alcaide de corte à Alameda donde o deixou com guardas, por querela do Duque de Aveiro, de haverse casado com engano com a sua filha». Por sua vez estas notícias poderão explicar que Filipe IV, em 7. 2.1630, em alvará passado a D. Madalena de Lencastre, lhe tenha confirmado o casamento (D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, VIII, 13, ed. cit., IX, 377-379).

¹⁴⁵ Referir-se-á a D. Miguel de Meneses († 1637), 4.º marquês de Vila Real, criado duque de Caminha por Filipe IV em 1620? (D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa*

Bem sei que também as musas querem suas férias e vou-lhas eu dando tão largas que por pouca fazenda dependurarei a lira por fugir de cantar mal e profiar também, porque com os anos *e del mio vanieggjar vergogna è 'l fruto*¹⁴⁶. Ao do requerimento vou com entrada do marquês de Castelo Rodrigo; tornei a fazer pitição de novo e tornou-se-me a responder que vistos os autos da Índia oferecer-me a ir sem mercê nehũa a ela Sua Majestade se não havia por desservido de mim neste particular e que assim servindo mais poderia requerer e com esperança de me nomearem a quantidade das armadas. Lutarei agora, quando falte esta aí, a caminho de Lisboa. Com o não chover está este lugar enfermo e Sua Majestade é ido aos montes de Toledo a caçar ussos; não deve de lhe lembrar que os reis godos que não são bem afortunados com eles. O novo governo agravou mais a carega¹⁴⁷ dos requerentes; muitos se vão e Pedro da Silva está de caminho e não está o paço tão apititoso para filhas nele que queira trazer a sua, sendo em Portugal tamanho casamento, que com as novas premáticas tudo estará reduzido a menos. Também duvidei na palavra *chãa*¹⁴⁸ com o que me emplicaram com o Rastro, que com este nome se entitulavam aquela gentalha. Espero que

— *Real Portuguesa*, III, 8, § 2, ed. cit. II, 295).

¹⁴⁶ Grafamos, de acordo com a ed. de *Rime, Trionfi e Poesie latine* (Rime, soneto 1,v.12), a cura di F. Neri, G. Martellotti, E. Biachi, N. Sapegno, Milano, Riccardo Ricciardi, 1951, 3), a citação que faz D. Francisco do célebre verso de Petrarca: «*e del mio vanigiar vergonha è il fruto*».

¹⁴⁷ «Carega» está por «carga».

¹⁴⁸ Carlos Alberto Ferreira leu «*chava*», mas, bem examinada a grafia, é possível ler «*chana*», o que, como em outras ocasiões destas cartas, o [n] representaria a nasalidade em *chãa*, palavra que bem poderia encontrar-se, já, talvez, como arcaísmo, no Rastro de Madrid...

ache esta a V. Sr.^a com mui boa saúde a cujo serviço fico mui prestes.

Madrid, 11 de Novembro de 622

A pologa¹⁴⁹ do soneto me não chegou cá.

¹⁴⁹ Tal palavra não se encontra dicionarizada e provavelmente é um erro da cópia. De qualquer modo, se D. Francisco não escreveu «apologia», o contexto pode permitir esse sentido.

Já Vossa Sr.^a. deve de ter acabado esse fadário de saber das manhas de suas ovelhas. V. Sr.^a remedeia-as¹⁵⁰ e outros trosquiam-nas.

Ao cumprir de anos da rainha se ordena aqui canas de Inverno sendo fruta de Verão¹⁵¹. Veja V. Sr.^a que tais elas serão em parte donde é tudo ũa vez lama e outra pó. A mulher de Dom Baltezar de Suñiga¹⁵² foi tão discreta que morreu a tempo; o duque de Prestana¹⁵³ se tomara desaparentado, assim se acha quem *sobre coisas vãs faz*

¹⁵⁰ O ms. traz «remedeas» em que «as» representa a contracção da desinência da forma verbal com o pronome pessoal forma de complemento «as», donde havia que ler «remedeiás», Daí a nossa transcrição.

¹⁵¹ Não conhecemos outra referência a este jogo cavaleiresco pelo aniversário da rainha Isabel de Bourbon, que o celebrava a 22 de Novembro. Como D. Francisco a elas alude em termos de futuro próximo, é possível que estas canas tenham sido as que regista, sem alusão à efeméride, G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 138: «A los 28 [de Noviembre de 1622], hubo toros y cañas con libreas en la Plaza Mayor de Madrid, y por ser los dias cortos comieron los Reyes en la Plaza; cayó con el cavallo a la entrada de las cañas Don Luis de Mendoza, sobrino del Duque del Infantado, y murió al quinto dia». D. Francisco em carta de 8.12.1622 refere-se de novo a estes regozijos.

¹⁵² «Antes de esto había muerto [20.11] doña Francisca Clourel [Otilie Claërhout], mujer de don Baltasar de Zúñiga, de pesar de la muerte de su marido. Acompañó su cuerpo hasta el Paular de Segovia el obispo de aquella ciudad e iglesia. Sintióse mucho en palácio su muerte, y su majestad fue servido, después de algunos dias, entrase por menino un hijo suyo, y una hija suya por menina, haciéndoles algunas mercedes por los méritos de sus padres» (A. Almansa y Mendoza, *Obra periodística...*, carta 10, ed. cit., 252).

¹⁵³ Deve referir-se ao 3.º duque de Pastrana, Rui Gómez de Silva Mendoza y la Cerda († 1626), que, de acordo com os comentários de D. Francisco, se considerava, por vão, «desaparentado», isto é, sem parentes, pelo que o remoque talvez se refira às capitulações de casamento do seu primogénito, Rodrigo de

*fundamento*¹⁵⁴; o conde de Olivares ouve na cama, também ali deve de papeliar das chaves douradas¹⁵⁵; enfim, não há mais defrença no tempo que de Sandovais a Gusmões. Que mágoa terá a alma de Vilhamediana de se perder estes assertos críticos! O marquês de Alenquer está tão oucioso que faz versos; aí lhe envio a V. Sr.^a essa definição das lágrimas feita por ele¹⁵⁶ aonde não falta do *Lima que mais brando ali*

Silva Mendoza y Guzmán, com a filha de D. Baltasar de Zúñiga, cada um de sete anos, celebradas em 21 de Setembro desse ano, capitulações que deverão ter-se rompido, pois Rodrigo de Silva Mendoza, veio a casar com uma filha dos duques de Medina Sidónia (G. Gascón de Torquemada, *Gaceta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 132; A. Almansa y Mendoza, *Obra periodística...*, carta 10, ed. cit., 241); Antonio Terrasa Logano, *La Casa de Silva y los duques de Pastrama*, Madrid, Centro de Estudios Europa Hispánica y Marcial Pons, 2012, 207-208.

¹⁵⁴ D. Francisco, com ligeira adaptação, cita um verso do célebre soneto «Horas breves do meu contentamento» de Diogo Bernardes em *Rimas várias. Flores do Lima* (Reprodução fac-símile da edição de 1597), Nota introdutória de Aníbal Pinto de Castro, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, 75v.

¹⁵⁵ Segundo os anotadores de A. Almansa y Menozza, *Obra periodística*, ed. cit., 241, n. 189, era a chave atribuída a um grande senhor que tinha acesso aos aposentos reais, que, como uma insígnia, traziam, normalmente, pendente no peito ou metida no cinto, como ilustram tantos retratos de Grandes desta época, como, por exemplo, o retrato do Conde-Duque (1624) por Velásquez (M. M., Nova York).

¹⁵⁶ O soneto deverá ser o que em *Obras do marquês de Alenquer* (BGUC, ms. 316) vem com o n.º 10 – *Estas lágrimas vivas que corriendo...* –, também seleccionado por L. Rosales, *Poesías de D. Diego de Silva y Mendoza conde de Salinas, marqués de Alenquer* in *Escorial*, n.º 47 (1944) n.º 6, 112, e também por Trevor. J. Dadson, D. Diego de Silva y Mendoza, *Antología poética -1564-1630*, ed. cit., 46. identificação que nos parece preferível à proposta por Carlos Alberto Ferreira (D. Francisco de Portugal, *Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, ed. cit., 29).

*corria*¹⁵⁷; dizia por ele o Correio Maior¹⁵⁸ que fazia trovas discretas, porém que não tinha nada de *aquello de sublime*; o soneto parece-me de cavaleiro; nas costas deste envio ãas voltas que fiz a este mote de Graci Sánchez¹⁵⁹ que também são choradas delas por outro modo. No meu requerimento não passei adiante, nas saudades, sim, que se foi Pedro da Silva e deixou-me só. Deus o leve que não vai bem são. V. Sr.^a em conciencia deve de escomungar Fernão Correa que siga o seu poema, que é lástima que se fique assim ãa coisa tamanha. Não sei mais. Fico ao serviço de V. Sr.^a mui prestes a que Deus guarde.

Madrid, 24 de Novembro de 622

¹⁵⁷ Cita novamente o segundo verso da Écloga XIV, «Sylvia» de Diogo Bernardes: «Cantava Alcido hum dia ao som das agoas / Do Lyra, que mais brando ali corria...» (*O Lima*, ed. cit., 99).

¹⁵⁸ O Correio Mayor a que se refere D. Francisco era o falecido conde de Villamediana.

¹⁵⁹ D. Francisco anuncia o seu poema glosando um *villancico* de Garcí Sánchez de Badajoz – «Secaronme los pesares / los ojos del corazón, / que no puedo llorar, no» –, incluído em *Divinos e Humanos Versos*, (ed. cit., 143-144) e em *Arte de Galanteria* (ed. cit., 124-125).

Hoje, véspera de Nossa Senhora da Conceição, que parte o correio pera Portugal se me deu carta e livro de V. Sr.^a que encaminhei logo ao marquês de Alenquer aproveitando-me primeiro da doutrina dos teólogos, que eu a tudo chamo romance. Se como V. Sr.^a ensina a ganhar jubileus espirituais¹⁶⁰, ensinara os temporais não fora muito atrás do marquês o Senhor Henrique Correa que tão sequioso anda de governos como se ainda não fora já caminhando para a morte a sassenta. Muito devo a V. Sr.^a, que vejo estas temporalidades tão senhor de mim que só pera as esquecer me lembram. Passo a novas. Aqui houve canas e touros aos anos da rainha, melhor fora ao seu parto, mas Sua Majestade já Dom Pedro de Toledo chorava no seu nascimento o ser alvo e louro. Quarta-feira há outros touros com todos os famosos¹⁶¹, porém eu não edificado de nenhuma coisa dos castelhanos.

Em palácio se faz ũa comédia polas meninas da rainha, pera ver será¹⁶²; por Dom António de Men-

¹⁶⁰ Alusão à obra de D. Rodrigo da Cunha, *Explicação dos jubileos do anno de 1619*, Coimbra, Nicolau Carvalho, 1620, dedicada ao marquês de Alenquer, e depois, em face do jubileu de 1621, acrescentada e publicada no Porto, por João Rodrigues, em 1622, igualmente dedicada ao mesmo titular (D. Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, III, ed. cit., 643).

¹⁶¹ G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 139, regista uma corrida de touros na Plaza Mayor de Madrid em 19.12.1622, que poderá ser esta, a qual, segundo D. Francisco, estava ainda a ser programada.

¹⁶² María Luisa Lobato, em «Nobles como actores. El papel activo de las gentes de Palacio en las representaciones cortesanas de la época de los Austrias» in Bernardo J. García, María Luisa Lobato, Coord., *Dramaturgia festiva y cultura nobiliaria en el Siglo de Oro*, Vervuert, Iberoamericana, 2007, 98, regista uma comédia de D. Antonio de Mendoza – *Querer por solo querer* – representada pelas «meninas» da rainha Isabel de Bourbon, em Novembro de 1622. A menos que D. Francisco tenha escrito «se faz» que traz o ms. em lugar de «se fez» ou se refira

donça¹⁶³ é composta e diz ele que estão aquelas senhoras tão afeiçoadas ao grave que para vir ũa fegura só a levantar um pano não quer fazer sem um soneto. Milhor faz ele as redondilhas, porém ninguém se conhece. Dizia o conde de Vilhamediana que era poeta leigo¹⁶⁴, mas, realmente, que faz bons versos. Com Dom Luis de Góngora me encontrei um dia destes, não acabava de me persuadir que era ele o dono daqueles sóis que lemos, muito pior é que João de Bairros. Lope da Veiga, amigo de V. Sr.^a, tenho dado coca de tavanês¹⁶⁵. Enfim. Senhor, tudo visto e muito menos. No casamento de Inglaterra¹⁶⁶ se fala aqui com mais fervor; de castelhanos

a uma repetição da mesma peça, não encontramos qualquer referência que ilustre a notícia desta carta que coloca a representação da comédia de D. António depois de 8 de Dezembro.

¹⁶³ D. Antonio de Mendoza (c.1586-1644), poeta lírico e dramático. Se *La fiesta que se hizo en Aranjuez* (1622) como que o introduziu em palácio, *Querer por solo querer* (1622) consagrou-o como autor de teatro para palacianos representado por actores palacianos. Foi, logo em Março de 1623 nomeado secretário e «Ayuda de Cámara» de Filipe IV, e, pouco depois, recebeu o hábito a Ordem de Calatrava e, em 1625 a comenda de Zurita na mesma Ordem. Foi ainda, mais tarde, Secretário da Inquisição e da «Cámara de Justicia». Prebendas e cargos que fizeram deste poeta dos fins do «culteranismo» um íntimo da vida de palácio (Rafel Benítez Claros, «Prólogo» à sua edição já citada das suas *Obras poéticas*).

¹⁶⁴ No original está «leyo», mas parece-nos evidente que há que ler leigo. Aliás, em um papel contendo a sua opinião sobre vários poetas do seu tempo, o conde de Villamediana exarava precisamente: «El Mendoza: Pulido lego» (BNM, ms. 7526, citado por Luis Rosales, *Pasión y muerte del conde de Villamediana*, ed. cit., 154-155).

¹⁶⁵ Com esta, hoje estranha, expressão, combinando o sentido de «coca» em «dar coca» (atrair alguém) com o de «tavanês» (inquieto, trefego), comunica D. Francisco o quanto tem sido diligente em procurar Lope de Vega (Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portuguesa*, ed. cit., *sub voce*).

¹⁶⁶ Refere-se ao projecto de casamento do então príncipe de Gales, futuro Carlos I de Inglaterra, com a infanta Maria de Áustria, irmã de Filipe IV, numa tentativa diplomática de

a calvinistas pouco vai: cinco vimos queimar¹⁶⁷, que também por cá se fazem estas baivilhas¹⁶⁸. As musas andam tão enganidas¹⁶⁹ que nem um fruto dão e o frio é tamanho que nem ao responder a um português que o não costumou ou a um negro novo. V. Sr.^a mande-me mui boas novas suas que eu venho no partido da mão alheia e em que o sirva, a quem Deus guarde.

Madrid, 8 de Dezembro de 622

garantir a neutralidade inglesa no conflito entre os rebeldes protestantes de Boémia e o Imperador Fernando de Áustria, a quem, por laços familiares e por interesse no combate contra as Províncias Unidas, queria Espanha favorecer (J. H. Elliott, *El Conde-Duque de Olivares. El político en una época de decadencia*, ed. cit., 80; António de Oliveira, *D. Filipe III*, ed. cit., 188-190). D. Francisco dará mais algumas notícias sobre um assunto que apaixonou a sociedade espanhola em 1623.

¹⁶⁷ Não consta que nesta data tenha havido qualquer auto de fé em que tivessem sido condenados à morte cinco calvinistas, condenação que, dados os nossos reflexos culturais, é a mais imediata interpretação que ocorre na leitura desta passagem; o que nos parece, porém, até pelo número de condenados, é que, escrevendo encima dos acontecimentos, D. Francisco, num acentuar da sua pouca simpatia pelos castelhanos, quase equiparando-os a pecadores – «pouco vai de castelhanos a calvinistas» –, alude à condenação de cinco castelhanos por homossexualidade que regista G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 139: «A los 5 [de Diciembre de 1622] quemaron por el pecado nefando cinco hombres muy moços, todos pacientes; el primero fue Mendoncilla, un bufón llamado por mal nombre el Marión; el segundo fue un Moço de Cámara del Conde de Villamediana; el tercero, un esclavillo mulato; el quarto, outro criado del Conde de Villamediana; y el último fue Don Gaspar de Terrazas, paje del Duque de Alva».

¹⁶⁸ Baivilhas é palavra que não logramos encontrar dicionarizada, mas é possível que no original estivesse «barvilhas» e «fazer a barba» era expressão vulgar no campo semântico popular da perseguição e condenção de cristãos novos, protestantes, etc., pelo Santo Ofício.

¹⁶⁹ Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portuguesa*, ed. cit., *sub voce* «Enganido»: friorento, inteiriçado.

Por melhor tenho o desejar boas festas que dá-las, mas é fruta de Natal como coscorões e não se escusa. V. Sr.^a tenha mui alegre saúde neste e noutros muitos. Eu cudei de tirar de reis sequer a nomeação do que havia de servir, porém o Conselho parou nũa carta de El Rei pera os governadores me nomearem nos lugares da armada que não espero nenhuma, bem creia V. Sr.^a. Aquele grande duque de Uceda tem parado em vice-rei de Barcelona¹⁷⁰ e o seu officio de mordomo-mor passou ao Infantado e o de cavalaria maior deixado ao Olivares¹⁷¹. Com estas desconsoações dos grandes consola o tempo os pequenos. As musas andam com frieiras tais neves chovem; entre outras ninharias fiz essas seis redondilhas mandadas a ùa dama com uma coisa de cheiros¹⁷², por pouca as mando a V. Sr.^a. Touros tivemos¹⁷³ e máscara se espera e por mais que

¹⁷⁰ Efectivamente, passado um mês de ter sido condenado em «veinte mil ducados, y ocho años de destierro de la Corte y veinte leguas, y que cumplidos no entre en ella sin particular licencia de Su Magestad, y en todas las costas» (22.11.1622), a D. Cristóbal Gómez de Sandoval, duque de Uceda, em 20.12.1622, «(en revista), se dió por libre, y que pueda libremente venir a besar la mano a Su Magestad, y el Virreynado de Barcelona, el qual no quiso aceptar». Veio a falecer, preso, em Alcalá de Henares, em 31.5.1624 (G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 138, 139, 196).

¹⁷¹ Sempre bem informado, D. Francisco sabia que «a los 20 [de Diciembre] se publicaron las Mercedes siguientes: Al Conde de Olivares, Cavalleriço Mayor del Rey. Al Duque del Infantado, Mayordomo Mayor del Rey, con las mesmas preeminencias que lo tuvo el Duque de Alva viejo» (G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 139).

¹⁷² D. Francisco remete a D. Rodrigo as suas redondilhas – «Enviando unos olores a una dama de Palacio» – que se recolheram em *Divinos e Humanos Versos*, ed. cit., 136.

¹⁷³ «A los 19, hubo toros en la Plaza Mayor de Madrid; comieron

os pregadores bracejam e bradam o casamento de Inglaterra dá-se por feito. V. Sr.^a me mande em muitas coisas de seu serviço, a quem Deus guarde.

Madrid, 23 de Dezembro 622

los Reyes en la Plaza, no hubo desgracia, y hicieron los de a cavallo muy buenas suertes, particularmente Don Pedro de Barros, que esperó al toro con un rejón al salir del toril, y dióle en tan buena parte que al instante cayó muerto a los pies del cavallo» (G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 139).

*Não há mal que me não venha*¹⁷⁴: fico tão mal tratado de um catarro que não posso escrever de mão própria. Ficará de ganho a V. Sr.^a ser a letra mais legível. Todavia fico sangrado ũa vez e não desmalencolizado, posto que o mal parece de pouco cuidado. Eu o tenho e esta manqueira de me não descuidar do que me dóie. Aqui não há novas que de contar sejam sendo tudo contos de Trancoso quantos passam nesta terra. De Fernão Correia tive ũa carta por um homem que, sendo muito feio, lhe chamam «elle gentilhomem»¹⁷⁵; diz-me que pariu com sua mulher; não deviam de ser outavas. Não sei mais que diga que fico ao serviço de V. Sr.^a de quem desejo boas novas, a quem Deus guarde.

Madrid, 9 de Fevereiro de 623

¹⁷⁴ Apesar do correntio da expressão, pode sugerir-se que D. Francisco adapta às suas circunstâncias em Madrid o segundo verso de um mote que glosou Camões: «Perdigão perdeu a pena, / não há mal que lhe não venha» (Luís de Camões, *Rimas*, texto estabelecido, revisto e prefaciado por Álvaro J. da Costa Pimpão, Coimbra, Atlântida Editora, 1973, «Redondilhas – b: Letras e motos», 92).

¹⁷⁵ Cremos que se trata de um despiste do copista: no original estaria «el Gentilhombre», o que poderia explicar a sua «tradução» – de outiva? – por «elle gentilhomem».

Quem a V. Sr.^a lhe disser que não cudei que morria *dir-lhe-ei «mana, que mente»*¹⁷⁶. Quatro sangrias são mil na nossa terra e deitam-se-me a dever, de maneira que não fiquei gente e vou convalescendo desabridamente, mas o ânimo está mui ao serviço de V. Sr.^a; inda assim aos chapins da Senhora Dona Francisca de Távora fiz este soneto¹⁷⁷; visto estar com as veias rasgadas pode-se-lhe dessemular algũa fraqueza pela novidade do sujeito. Não sei nenhuma nova de que avise a V. Sr.^a, a quem Deus guarde.

Madrid, 23 de Fevereiro de 623

¹⁷⁶ D. Francisco aproveita um mote glosado por L. de Camões, *Rimas*, «Redondilhas – b: Letras e motos», ed. cit., 58.

¹⁷⁷ Não parece que o soneto tenha sido incluído em *Divinos e Humanos Versos*.

Aqui me parece que se morre de requerente como de tabardilho. Deus nos acuda e dê a V. Sr.^a muita vida e saúde. Ormuz é agora tudo¹⁷⁸; ao¹⁷⁹ conde Dom Diogo da Silva¹⁸⁰ se mandou aprestar o socorro da Índia, que também os mui de dentro parem ratos. Eu vou pairando nesta tormenta em que se esquecer não farei pouco. O duque de Pastranha¹⁸¹ vai embaixador

¹⁷⁸ Segundo P. Roiz Soares, *Memorial*, ed. cit., 452, a notícia tinha chegado Lisboa em dia de Reis de 1623, mas só a 20 «llegó nueva a la Corte que el Persiano, con ayuda de corsarios ingleses, havia por mar tomado a Ormuz, plaça importantíssima en la India» (G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 141; J. H. Elliott, *El Conde-Duque de Olivares. El político en una época de decadencia*, ed. cit., 222-223). Note-se que Ormuz tinha sido tomada em Fevereiro de 1622.

¹⁷⁹ O ms. traz «o conde...» que, pensamos, há que ler «ó conde», isto é, «ao conde...», como pede o contexto da frase e, por isso, assim transcrevemos.

¹⁸⁰ D. Diego de Silva (1579-1640), 5.º conde de Portalegre (1601), gentilhomen da Câmara de Filipe IV e seu Mordomo-Mor em Portugal, veio a ser, juntamente com o conde de Basto, um dos governadores de Portugal (25.9.1623 – 6.4.1627). «Ministro de grande cuidado, suave modo, e alta discrição» não foi, por razões que expõe D. Francisco Manuel, afortunado no desempenho da reorganização da armada portuguesa, nem no seu governo (Francisco Manuel de Melo, «Epanáfora política» e «Epanáfora trágica», in *Epanáforas de vária história portuguesa* [1660], Introdução e apêndice documental por Joel Serrão, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977, 10-11, 177 *et passim*; A. de Almansa y Mendoza, *Obra periodística*, Carta n.º 9, ed. cit., 277; António de Oliveira, *D. Filipe III*, 418; José Adriano de Freitas Carvalho, *Pais e nobres – II – A descendência portuguesa de um texto célebre: a Instrucción de Juan de Vega a seu filho Hernando de Vega – 1548*, Porto, Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade, 2009, 288 - 292).

¹⁸¹ Trata-se, obviamente, de uma das várias grafias que o copista usa para Pastrana.

trasordinário a Roma¹⁸², dizem que ao casamento de Inglaterra, eclisiásticos no tocante ao erário que também lhe querem dar seu São Martinho. Não ando mimoso das musas como V. Sr.^a verá neste soneto feito à Senhora Dona Maria de Gusmão¹⁸³. V. Sr.^a mande-me em que o sirva. Deus guarde a V. Sr.^a.

Madrid, 24 de Fevereiro 623

¹⁸² Como D. Francisco, A. Almansa y Mendoza, *Obra periodística*, Carta n.º 10, ed. cit., 254, faz-se eco de que «dícese el duque de Pastrana va a Roma por embajador», sem, contudo, especificar a finalidade da missão, Há, porém, que observar que o duque só veio a partir, «a la ligera», quer dizer, sem grande acompanhamento dada a pressa, em 30.3.1623 (G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 149); Antonio Terrasa Logano, *La Casa de Silva y los duques de Pastrama*, ed. cit., 208-210.

¹⁸³ Não logramos identificar este soneto dedicado a D. María de Guzmán, que, apesar da homonímia com outras damas de palácio, supomos ser a filha herdeira do conde-duque de Olivares, a quem D. Francisco sempre se mostrou grato por sua intercessão pelas pretensões de mercês que o Comendador de Fronteira julgava devidas pelos seus serviços militares e na «carreira das Índias». Menina da rainha Isabel de Bourbon, desde 1622 (Henar Pizarro Llorente, «Isabel de Bourbon: De princesa de Francia a reina de España, 1615 – 1623» in José Martínez Millán, María Paula Marçal Lourenço, Coord., *Las relaciones discretas...*, ed. cit., 366), foi criada marquesa de Heliche em 1624 e, carregada de mercês, celebrou as capitulações do seu casamento, nesse mesmo ano, com o marquês de Toral, seu parente, com esplêndidos festejos, vindo o casamento a realizar-se, em 1625 (A. Almansa y Mendoza, «Relación 11» in *Obra periodística*, ed. cit., 415-428; G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España...*, ed. cit., 204, 211-212). Nestas cartas fará ainda D. Francisco referências a outras poesias que dedicou a esta dama, a quem, aliás, também dedicou Francisco de Francia y Acosta (F. de França e Costa) o seu *Jardín de Apolo*, Madrid, Juan Gonzalez, 1624, interessante livrinho de poemas cuja publicação, aprovada por Lope de Vega, teve edição fac-simile, em Cieza, «La fonte que mana y corre...», 1969 (*El ayre de la almena*, Textos literários rarísimos, XXIII).

Neste mesmo dia que são dez de Março em que parte o correio me dão tã de V. Sr.^a. Por um correio em direitura, se me não mintir, irei pela reposta; também escreverei por ele. Quatro sangrias me custou a febre que neste lugar não é pouco sangue, deixaram-me tal que se pode dizer por mi *sin nombre no me conocen*; veja V. Sr.^a o que eu passaria de imaginações em poder de tã cabra¹⁸⁴. Enfim, Senhor, eu fiquei também cabra, posto que são, louvores a Deus. Aqui houve máscara em que entrou El Rei, mui luzida, ao dia de Entrudo¹⁸⁵, bugi-

¹⁸⁴ Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portuguesa*, ed. cit., *sub voce* «Cabra» não apresenta qualquer pista que permita precisar o sentido da palavra neste contexto, mas por aproximação podem sugerir-se sentidos que, em outras expressões que regista, vão de selvagem a obtuso.

¹⁸⁵ «A los 26 (domingo de Carnestolendas), hiço Dom Luis de Haro, hijo del Marqués del Carpio, Gentilhombre de la Cámara de Su Magestad, una máscara de dia, y para ella invitó a Su Magestad y al Señor Infante Don Carlos su hermano; los quales aceptaron y le honraron saliendo en ella, fue de las más lucidas fiestas que se an visto en la Corte, que no refiero por andar ympresa» (G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante...*, ed. cit., 145; A. Almansa y Mendoza, «Carta 10» in *Obra periodística*, ed. cit., 257). Pode ver-se a sua discrição em *Mascara y fiesta que se hiço en Madrid, a 26 de Febrero de 1623*, Madrid, Viuda de Cosme Delgado, 1623.

ganga de que se contam monstros; agora corre El Rei lanças e torneia que assim vai alterando o bem com o mal. Nós estamos todos eclesiásticos nas valonas¹⁸⁶. Desluzida ficou a corte; não falta quem traga teixsto de Bandarra; a este perpósito o nosso Camões diz, *Lá vai não seja ora pordigio que declare que o bárbaro cultor meus campos are*¹⁸⁷. A Índia tem passado por mim como tudo. O Conselho dizem que está manífico, mas as mercês são poucas e os fidalgos nenhum barbado. O Mota¹⁸⁸ é o todo havendo de ser só a parte. No abuso

¹⁸⁶ Refere-se o autor ao uso masculino de um «cuello grande y vuelto sobre la espalda, hombros y pecho» imposto pelos «Capítulos de reformación» em que se determinavam sérios limites aos usos sumptuários, muito especialmente no vestuário. A lei, conhecida por «Pragmática de los trajes», foi publicada, impressa em várias cidades, em 11 de Fevereiro de 1623 para começar a ser cumprida em 1 de Março do mesmo ano – o próprio Felipe IV deu o exemplo –, ainda que pouco depois, em razão da visita do príncipe de Gales, tenha sido suspensa. A sua implementação rigorosa, tendo dado azo a enfrentamentos violentos, teve logo de ser corrigida, como assinalam A. Almansa y Mendoza, «Carta 10» in *Obra periodística*, ed. cit., 250, e G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante...*, ed. cit., 143, 144, 146-147.

¹⁸⁷ O copista alterou o texto camoneano, *Rimas*, ed. cit., «Écloga VIII», 308: «Não seja ora pordigio que declare / Que o bárbaro cultor meus campos are».

¹⁸⁸ Alude ao Doutor Mendo da Mota de Valadares, Lente de da Universidade de Coimbra, Desembargador da Casa da Suplicação, e, durante muitos anos (1614-1632), membro influente do Conselho de Portugal em Madrid (D. Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, III, ed. cit., 460; Santiago Luxán Meléndez, «Los funcionarios del Consejo de Portugal: 1580-1640», in *Cuadernos de Investigación Histórica*, 12 (1989), 197-228). Francisco Luís de Vasconcelos na sua «Memória da vida e obra de D. Francisco de Portugal» que antepôs à sua edição de *Divinos e Humanos Versos* refere quanto «o Doutor Mendo da Mota, ministro naquele tempo do Conselho de Portugal, lhe dificultava a pretensão» relacionada com a su comeenda de Fronteira (*Divinos e Humanos Versos*, ed. cit., 43.

dos toantes não deixei de empear¹⁸⁹, fez-me não reparar muito nele; *Entre Sesto i Abido* de Francisco de Sá¹⁹⁰ e *Escrito está en mi alma vuestro gesto* de Garcilaso¹⁹¹, com estes dois faróis bem se caminha. V. Sr.^a mande-me em que o sirva, a quem Deus guarde.

Madrid, 10 de Março 623

¹⁸⁹ Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da lingua portugueza*, ed. cit., *sub voce*, regista: enredar, tropeçar.

¹⁹⁰ Cita o *incipit* do soneto de F. de Sá de Miranda «Á morte de Leandro»: «Entre Sesto i Abido, el mar estrecho» (*Poesias*, ed. cit., soneto XIV, 76).

¹⁹¹ Primeiro verso de um soneto de Garcilaso de la Vega (*Obras completas* [soneto n.º V], ed. cit., 7).

Digamos como Francisco de Sá: *muchas cosas se sostienen, porque unas van ansi, porque otras vienen*¹⁹². O príncipe de Gales¹⁹³ se veio meter nas mãos destes castelhanos como se Ormuz fora dos portugueses. Rebuçado esteve atégora em casa do seu embaixador trasordinário aonde têm passado mistiriosas cousas nas vistas dos reis e dos validos. Ūa é mui adequada aos bispos que é dizer o ingrês que não se cansem na des-

¹⁹² Seguindo a edição de 1614 da obra de Sá de Miranda, ou algum ms. com ela relacionado, D. Francisco cita, com algumas variantes – suas ou do copista –, uma passagem da Écloga «Andrés» (vv. 415-416): «mas que enmendar; mil cosas se sostienen / porque unas van a si, porque otras vienen» (*Poesias*, ed. cit., 336).

¹⁹³ Carlos Stuart, príncipe de Gales – futuro e trágico Carlos I de Inglaterra –, acompanhado de Lord Buckingham chegou a Madrid, com universal surpresa – «por la posta y encubierto» –, em 17.3.1623, com o propósito de negociar pessoalmente, desenvolvendo contactos diplomáticos que se vinham efectuando, o seu casamento com a infanta Maria de Áustria, irmã de Filipe IV. D. Francisco Manuel resumiu lapidar e vivamente quer a chegada, quer alguns lances da pretensão do príncipe, pois tudo se desenrolou «por pouco diverso modo de aquelle que se acha nos fabulosos livros de cavalarias, donde se escrevem por este modo, os famosos casamentos dos Príncipes de Grécia, Trapizonda e de Cataio». O enlace, como se disse em nota anterior, era encarado como um meio de normalizar e reforçar as relações de paz entre Espanha e Inglaterra no contexto da política europeia desses tempos em que se desencadeou a «Guerra dos trinta anos». A partir desse dia foram organizados grandes e constantes festejos e espectáculos em honra do príncipe (A. Almansa y Mendoza, «Relación 1», in *Obra periodística*, ed. cit., 330-332; G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante...*, ed. cit., 146, 147-148; Francisco Manuel de Melo, «Naufragio da armada. Epanaphora tragica», *Epanaphoras de varia historia portugueza*, ed. cit., 204; J. H. Elliott, *El conde-duque de Olivares. El político en una época de decadencia*, ed. cit., 213-215, 216-223; António de Oliveira, *D. Filipe III*, ed. cit., 190-199).

pensação, que seu pai a dará. Faz entrada Domingo à mão direita de El Rei debaxo de páleo, de São Jerónimo a palácio¹⁹⁴. Notáveis festas se ordenam¹⁹⁵, os requerentes vendo, satisfazendo nossa pobre obrigação. Porque se adivinhou que folgaria que o fizessem do Conselho de Estado o conde de Gondomar o fizeram logo¹⁹⁶, mas por mais mentiras que chovam segura está a minha cabeça. Nisto de ser cristão se fala se ele deixa o viver à sua vontade. Mais mistérios devinos que humanos parecem os desta acção, quiçá por estes meios queira Deus tornar aquele reino à sua fé em que tão observantes foram. Num dia desta Quaresma amanheceu aqui ūa imagem de Nossa Senhora que estava em um nicho com muitas cutiladas e adagas; chorou-se nos pulpetos, mas passou¹⁹⁷. A

¹⁹⁴ A entrada oficial e solene do Príncipe em Madrid teve lugar em 26.3.1623 (A. Almansa y Mendoza, «Relación 1», in *Obra periodística*, ed. cit., 330-332; «Carta 12», «Relación 5» in *Obra periodística*, ed. cit., 329-346, 259-275; G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante...*, ed. cit., 146, 147-148, 149).

¹⁹⁵ G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante...*, ed. cit., 146, 147-148, 150; A. Almansa y Mendoza, «Relación 1», in *Obra periodística*, ed. cit., 330-332; «Carta 12», «Relación 5» in *Obra periodística*, ed. cit., 259-275, 347-354, 532-536, respectivamente. V. também A. Almansa y Mendoza, «Relación 2», ob. cit., 351; António de Oliveira, *D. Filipe III*, ed. cit., 190-199; M.^a J. del Rio Barredo, *Madrid, Urbs regia*, Madrid, Marcial Pons, 2000, 162-165).

¹⁹⁶ «Este dia [22 de Marzo] juró el Conde de Gondomar por Consejero de Estado» (G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante...*, ed. cit., 147). O conde de Gondomar, Don Diego Sarmiento de Acuña, diplomático e grande bibliófilo, tinha sido embaixador em Londres de 1613 a 1618 e de 1620 a 1622 (Fernando Bartolomé Benito, *Don Diego Sarmiento de Acuña, conde de Gondomar. El Maquiavelo español.*, Somonte-Gnero (Gigón), 2005, 71-102, 109-117).

¹⁹⁷ Não lográmos qualquer outra referência a este acontecimento.

Senhora Dona Joana verá estas festas que se prometem tais que poderão desenquietar a um perlado; eu a fui ver nos primeiros; as peressas¹⁹⁸ de sua vinda, tais rezões me deu que lhe disse que só um erro via ali que era o ter tardado tanto. O Senhor Henrique Correa joga de fora e aconselha por ministros. Lope da Veiga bem faz em se acolher a tal sagrado¹⁹⁹ como o de V. Sr.^a; a primeira vez que o topar farei meus oferecimentos. V. Sr.^a viva mil anos e mande-me em que o sirva, a quem Deus guarde.

Madrid, 23 de Março de 623

Acho-me com duas cartas de V. Sr.^a e assim não posso deixar de me prometer boas Páscoas, dê-lhas Deus a V. Sr.^a como desejo e serão mui cheias de contentamento. Aqui só de festas se trata, que querem converter este inglês a puras canas. O casamento parece que não pode deixar de ser e eu depois disto visto creio aos pés juntos em Henrique Frusto²⁰⁰. A verdade é que terra que deu de si Dom Gilão, o Cuidador²⁰¹ tudo dará. Eu tornei a fazer certa pitição a estes senhores ou pelo tempo ser pio ou por me deixarem achar aleluia, nesta suspensão guardaram-me a reposta para melhor tempo. Não deixo de cuidar em que me poderão mandar embarcar. Quiçá que me engane. As premáticas quebram-se, mas não os erários, que ontem se começaram as cortes; a Índia respirará com ajuda destes hereges, prometem grandes cousas – *Ma non fee de hinhon que a Dio la niegua*²⁰². Só com as musas ando de brigas e não bastam tantas flores

¹⁹⁸ No ms. uma emenda impertinente não permite ler com segurança. Carlos Aberto Ferreira leu «perezas», mas é possível ler «peresas», isto é, «peressas». Entenda-se, «pressas». «Pressas» tem algum sentido referido à urgência de D. Joana de Mendonça em aparecer em Madrid para ver as festas.

¹⁹⁹ Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portuguesa*, ed. cit., *sub voce*: «Sagrado: asilo, o resguardo, o respeito devido a pessoas, ou cousas sagradas, e santas, veneráveis», donde a expressão vulgar «Acolher-se a sagrado», refugiar-se em lugar ou junto de pessoa que, por sacro, tinha o privilégio de conceder protecção. D. Francisco voltará a utilizar, metaforicamente como aqui, a expressão.

²⁰⁰ Henrique Frusto seria, em alguns códices, o pseudo-autor de uma trilogia novelística cavaleiresca em torno de D. Duardos de Bretanha, príncipe de Inglaterra, cuja tradução para português seria de Gomes Eanes de Zurara e cujo verdadeiro autor é D. Gonçalo Coutinho, obra a que D. Francisco há de referir-se (Aurelio Vargas Díaz-Toledo, *Os livros de cavalaria portuguesas dos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Pearlbooks, 2012, 76).

²⁰¹ A alusão de D. Francisco remete para «D. Guilán, el cuidador», «herói» de *Amadis de Gaula* que, tendo libertado da prisão uma série de donzelas e cavaleiros, parte á procura de Amadis retirado na Penha Pobre (Liv. II, XLVIII, L, *et passim*). Note-se que, em Março de 1624, na carta que a um «castelhano sobre las impertinencias de palacio», carta que veio a ser incluída em *Divinos e Humanos Versos* (ed. cit., 372), D. Francisco voltará a «rever» esse «D. Guilán, el Cuidador».

²⁰² Será possível «traduzir» esta frase em italiano, com algum deslize em catelhano, por *Ma non v'è fede in uomo che a Dio la nega?* De qualquer modo, não descobrimos a quem cita D. Francisco. Citará a T. Tasso?

como as de uma Primavera para enverdecer um ânimo descontente. V. Sr.^a sirva-se de mim em prosa, a quem Deus guarde.

Madrid, 8 de Abril de 623

Festas sem carta de V. Sr.^a não me têm parecido a mim. O certo é que as Páscoas são contra um requerente. Quem levara esta armada pela água abaixo, tomara eu! Veja V. Sr.^a: inda em que se deseja estes partidos, que tal deve de ser *Vidi, e conobbi pur l'inique corte*²⁰³. O casamento se afirma com a despenção que é vinda; festas tem havido, mas molhadas. Com isto digo; de Fernão Correa tive ũa carta e um soneto à vinda deste ingrês; se a letra não fora sua cudava que era de João Velho de Condeixa, inda assim venero-o como mestre, mas isto também esquece. Na minha musa não tem luzido nada esta Primavera. Ela em todo tempo é de Estio. Aqui houve cartéis²⁰⁴ e outras coisas de que o visconde e o conde dos Arcos²⁰⁵ darão elegante relação. Canas se esperam, mas os ingleses bebem canadas. V. Sr.^a mande-me mui boas novas suas e em que o sirva, a quem Deus guarde.

Madrid, 10 de Maio de 623. Aqui morreu Rui Teles²⁰⁶ em breves dias, eu era seu amigo, entristiceu-me; aproveitou-se bem da morte, está no Céu.

²⁰³ O que está no ms. é *Vidi yonobis alfin la imníqua corte* que parece, mesmo assim, corresponder ao verso de T. Tasso (*Gerusl* 7, 12).

²⁰⁴ O ms. tem «coarteis» que corrigimos para «cartéis», isto é, os cartazes aunciando justas, máscaras e outros jogos cavaleirescos.

²⁰⁵ O visconde deve ser o de Vila Nova de Cerveira de quem D. Francisco já fez menção; o conde dos Arcos é, muito provavelmente, o seu filho D. Luís de Lima de Brito e Nogueira, criado conde desse título por Filipe IV em 1620 (D. António Caetano de Sousa, *Memórias históricas e geneológicas dos Grandes de Portugal*, ed. cit., 155, 157).

²⁰⁶ Dos vários Rui Teles [de Meneses? da Silva?] que regista D. António Caetano de Sousa pertencentes às casas de Unhão e Figueiró, principalmente, não encontrámos nenhum que cronologicamente pudesse corresponder à informação de D. Francisco. Carlos Alberto Ferreira, sempre tão atento a estas questões geneológicas, também não o identifica.

*Vou-me de dia em dia, de ano em ano*²⁰⁷ sem fazer nada nesta corte, que os ministros têm-me conhecido que devem de cuidar que não presto eu para nada. As calmas entram, eu não saio e não bastou inculcar-me para grumete e negociar com má fortuna, tem estes acintes. Enfim, Senhor, eu faço o que posso, contentar-me-ei com que nestas faltas *saibam que eu não falto*²⁰⁸ do mau sucesso das naus do Vidigueira²⁰⁹. Saberá V. Sr.^a já lá do breve²¹⁰ *sino que tras se ensaña*

²⁰⁷ D. Francisco volta a citar um verso do soneto «Onde porey meus olhos que não veja» de Diogo Bernardes, *Flores do Lima*, soneto LXXIII, v. 12, ed. cit., 45v.

²⁰⁸ Poderá ser uma reminiscência sua de um verso – «Se eles faltarem, saibam que eu não falto» – de umas trovas «del más que conde» D. Francisco de Portugal, que, não fora ter sido fiel e desafortunado partidário do Prior do Crato, teria sido o 3.º conde de Vimioso, publicadas em *Arte de Galanteria*, ed. cit., 37.

²⁰⁹ Deverá referir-se à perda, em combate com os holandeses e ingleses em Moçambique, de duas das naus que o conde de Vidigueira levava para a Índia (P. Roiz Soares, *Memorial*, ed. cit., 453, 458; C. R. Boxer, *Dom Francisco da Gama, conde da Vidigueir e a sua viagem para a Índia no ano de 1622. Combate naval de Moçambique em 23-25 de Julho de 1622*, Lisboa, Imprensa da Armada, 1930. O caso deu origem, em 26.7.1623, a uma «Consulta sobre a exposição oferecida por D. Maria Coutinho acerca da acção naval na qual comandava seu pae, o conde da Vidigueira» (Federico F. de La Figanière, *Catalogo dos Manuscritos portugueses existentes no Museu Britannico*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854, 207, também citado por Carlos Alberto Ferreira em comentário a esta carta).

²¹⁰ O breve com a dispensa papal para celebração do casamento entre a católica infanta Maria de Áustria e o anglicano príncipe Carlos Stuart, foi passado a 12.4.1623, mas as suas condições, demasiado severas, só foram aceites na esperança de uma sua suavização, o que não aconteceu, tendo sido, aliás, reiteradas pela Junta de teólogos espanhóis consultada sobre o assunto (J. H. Elliott, *El Conde-Duque de Olivares. El político en una época de decadencia*, ed. cit., 219, 221; R. Rodríguez-

*amor en nos no es prueva estem*²¹¹. O casamento do inglês cada dia se faz e desfaz, o núncio grita, os castelhanos têm pavor a moça será calvinista. Desfavorecido ando das musas e não bastou o florido de Aranjuez para as despertar, contudo a vista das águas do Tejo chorei num romance²¹² que por humilde o não mando; o mesmo pudera acontecer a este soneto feito *a ãa cinta negra de ãa mão lastimada*²¹³. V. Sr.^a mande-me muito boas novas de sua saúde a cujo serviço estou mui prestes.

Madrid, 24 de Maio 623

-Moñino Soriano, *Razón de Estado y dogmatismo religioso en la España del XVII. Negociaciones hispano-inglesas de 1623*, Barcelona, Labor Universitaria, 1976, 115, 156, 189).

²¹¹ Não cremos que D. Francisco tenha estropiado estes versos de F. de Sá de Miranda a ponto de deixar a citação sem sentido. O que o copista não deve ter compreendido seria: «No parece sino que Dios se ensaña, / Amor en nos no ve, prueva el temor» (Écloga «Célia», vv.26-32, *Poesias*, ed. cit., 297). Como em outras ocasiões, o correspondente de D. Rodrigo deve ter recorrido à edição 1614 das obras de Sá de Miranda, pelo que os versos citados são apresentados como variantes por D. Carolina Michäelis. Note-se que D. Francisco traz a mesma citação em «Prisões e solturas de uma alma» (*Divinos e Humanos Versos*, ed. cit., 345), cuja identificação por Maria Lucília G. Pires foi a chave-mestra que, neste caso como em muitos outros, nos permitiu ler e localizar tão deformada citação.

²¹² Como já assinalou Carlos Alberto Ferreira, D. Francisco poderá referir-se ao romance «Aqui donde humilde anima / el Tajo siempre arrogante ...», publicado, com o n.º XXIII, em *Divinos e Humanos Versos* (Conf. edi. cit., 178).

²¹³ É o título do soneto que foi, mais tarde, recolhido em *Divino e humanos versos*, soneto XVII (Conf. ed. cit., 75).

V. Sr.^a até por mão alheia me faz mercês que nisto todas lhe são próprias como a ocupação seja com saúde logo se sofrerá; dê-a Deus a V. Sr.^a mil anos. Aqui houve mais touros com seu ouropel. Já disse o Góngora que *en las calles de Madrid arrabales son del Prado*²¹⁴. Canas se esperam segunda-feira²¹⁵, eu sou tão português que me não podem parecer bem festas sem folias do ameal²¹⁶. O inglês já passará o Verão neste lugar, que, como El Rei o quer acompanhar, está mui entrado ao sol pera a jornada. No casamento há cada dia novidades, ele ora ri ora chora. Sacam-lhe que diz que não vindo seu pai no capitulado se ficará em Espanha, é como se um príncipe pobre fora mais que um franchinote.

Dom Afonso²¹⁷ dentro de quinze dias e de estada seolveu, e assacam-lhe que com o fogo no rabo.

²¹⁴ D. Francisco cita dois versos (9-10) de uma «letrilla» de L. de Góngora («Musas, si la pluma mia»), *Obras completas*, ed. cit., 330.

²¹⁵ Efectivamente, a 5 de Junho, ensaiavam já alguns cavaleiros as máscaras anunciadas para o dia 12 seguinte, mas, tendo adoecido o duque de Buckingham, personagem chave no séquito do príncipe de Gales, Filipe IV adiou-as, «cosa que sintió el Pueblo mucho». Vieram a realizar-se a 26 desse mês na Plaza Mayor de Madrid (G. Gascón de Torquemada, *Gaceta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 158, 159, 163).

²¹⁶ Embora difícil, a leitura mais provável é, como transcreveu Carlos Alberto Ferreira, «ameal», palavra que, a menos que seja sobrenome familiar, não encontramos dicionarizada. Deverá ler-se «arenal»? Era no «arenal» de Madrid que tinham lugar as festas populares que apreciava D. Francisco.

²¹⁷ Alude, muito provavelmente, a D. Afonso Furtado de Mendonça, antigo reitor da Universidade de Coimbra, membro (1605-1608) do Conselho de Estado de Portugal, arcebispo de Braga desde 1618 e, como há-de referir D. Francisco, governador de Portugal entre 1626 e 1630 (D. Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, I, ed. cit., 36-37; António de

Grandes tiranos são estes. O Senhor Henrique Correa acompanha e não me parece que vai tão filósofo que deixe de lhe pesar de ir para a sua quinta (*amigos do meu sinal não vão eles nesta conta*²¹⁸). Estes ministros não acabam de me despenar. Quanto a mim, não me querem responder bem e correm-se de me responder mal. Eu, trás o fio que *sofre o sesudo*²¹⁹, vou estando mais castelhano do que quisera. Nestes dias li dois cantos do Doutor Silveira, poeta de Cirulico por outra versão *Judas Macabeo*²²⁰; conta o estilo aparatoso, mas todo um e, segundo meu juízo, tem muito daquilo a quem os italianos chamam *gonfio*, mas bons versões e, com licença de V. Sr.^a, todos estes versificadores espanhóis tratam mais do brilhante que das cousas. Lido parece algũa coisa, entendido não é nada. Eu, se tinha que danar, também estou danado, posto que o material de requerente pode ser o culpado. Fico mui ao serviço de V. Sr.^a sem ter feito nada de novo mais que mais que o romance do Tejo que, por cumprido, não mando, a quem Deus guarde.

Madrid, 9 de Junho de 623

Oliveira, *D. Filipe III*, ed. cit., 418; Santiago Luxán Meléndez «Los funcionários del Consejo de Portugal: 1580-1640», in *Cuadernos de Investigación Histórica*, 12 (1989), 197-228)

²¹⁸ Francisco de Sá de Miranda, Écloga «Basto», vv. 569-570, *Poesias*, ed. cit., 177.

²¹⁹ Parece-nos reminiscência de um verso de Sá de Miranda, Écloga «Basto», v.145: «Sofre, que sofre o sesudo» (*Poesias*, ed. cit., 161).

²²⁰ O «poeta de Cirulico» é, como já se asinalou, o Dr. Miguel da Silveira, autor de *El Macabeo* (Napoli, Egidio Longo, 1638) poema heróico, em 20 cantos, dedicado ao antigo genro do Conde-Duque, D. Ramiro Felipe Nuñez de Guzmán, duque de Medina de las Torres e vice-rei de Nápoles. «Remedado del Tasso – diz E. Asensio –, es muy inferior a su fama». D. Francisco leu-o ainda em ms. em que levaria o título de *Judas Macabeo* (Eugenio Asensio, «España en la épica portuguesa del tiempo de los Felipes – 1580 – 1640», *Estudios portugueses*, Paris, Fundação C. Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1974, 455-493 [470]).

Não posso acolher à mão um pião destes do Porto e assim me aconteceu neste, que fazendo minhas deli-
gências se me sumia. Ora está vindo correio de Lisboa
não pode faltar. V. Sr.^a tenha mui boa saúde que o
Douro com estas calmas não deve de ser mal assom-
brado. Eu fico com suspeitas se que se me viu a minha
petição que estes senhores me empatam por galante
modo. Grandes tiranos são de certeza. Avisarei, que
pode ser desminta esta suspeita. A fornicção simples
tem feito em Sevilha grã seita²²¹, uns dizem cinco,
outros quinze mil; os clérigos domastistas²²² estão pre-
sos na Inquisição. Pelo número grande boa procissão
de açoutados é esta para os ingleses.

²²¹ Não encontramos referências, nestes termos, a este aconteci-
mento noticiado pelo Comendador de Fronteira. Tendo em
consideração os números aventados, a cidade e a data, D.
Francisco estará a fazer-se eco do grande alvoroço causado pela
publicação, em 6.6.1623, em Sevilha e respectiva diocese, do
Edicto de gracia contra os «alumbrados» em que havia, como
em outros depois de Trento, um referência a ser pecado a «for-
nicção simples», sem contar que, desde sempre e quase sem-
pre, nos casos de iluminismo se misturavam acusações de
carácter sexual. A consequência imediata, que se prolongou
por um mês, foi que «la riada de voluntarios “confitentes” que
acudia al Castillo de Triana y a San Pablo – donde se instaló
una sucursal – fue enorme», a ponto de os inquisidores não
poderem «dar abasto, aun trabajando día y noche, a la gente
que acudia». (Álvaro Huerga, *Historia de los alumbrados. IV –
Los amubrados de Sevilla: 1605 – 1630*, Madrid, FUE., 1988,
186, 187; Juan Carlos Galende Díaz, «Documentación inqui-
sitorial: el edicto de fe. Revisión diplomática» in *Acta historica
et archaeologica medievalia*, 25 [2003 -2004], 792-793; Claire
Guilhem, «Dévaluation des discours féminins»; Jean-Pierre
Dedieu, «La simple fornication», cp. em «La défense du
mariage chrétien» in Bartolomé Bennassar, *L’Inquisition espa-
gnole, XVème – XVIIème siècle*, Paris, Hachette, 1979, 226;
326-336, respectivamente).

²²² Há que entender «dogmatistas».

Em Macau²²³, sessenta portugueses com a gente da
terra tiveram úa notável vitória dos holandeses. Para
aqui, segundo contam, também temos forneira²²⁴. Eu
ando mui enxovalhado destes ministros, mas mui ao
serviço de V. Sr.^a a quem mando essas poucas redon-
dilhas feitas a uma febre da Senhora Dona Maria de
Gusmão²²⁵; os tons tenho encomendado, também

²²³ O copista pôs «Mação». D. Francisco deverá referir-se, com
um atraso desacomumado... ao combate de que se teve notí-
cia em Madrid em 13.6.1623: «Este día [13] llegó correo de
Lisboa al Consejo de Portugal, con aviso que al Puerto de
Macao (en la China), habían llegado quince navios Olandeses
con intento de ganar aquella ciudad a los Portugueses, que es
el más rico comercio de Oriente, y quedarse en ella, y en la
amistad de los chinos. A los cuales se opusieron sesenta solda-
dos portugueses, con algunos mercaderes y esclavos que allí
había, y alguna otra gente de la ciudad, y dieron en los Olan-
deses (que eran dos mil y trecientos), con tanta osadía y valor
que, haviéndoles muerto más de setecientos, se retiraron los
demás muy maltratados» (*Gaçeta y nuevas de la corte de España
desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 159).

²²⁴ Alusão à «Padeira de Aljubarrota», mítica figura que, segundo
D. Francisco, em Espanha se aproveitava para fazer humor:
«Estáble bien a una dama tocas negras; pidió licencia a la
infante para sacarlas en día público. Vióla el rey y preguntó a
su hija: ¿Quién se le ha muerto en Portugal a Hulana que
tanto luto trae? Respondió: Pienso, Señor, que la hornera de
Algibarrota» (*Arte de galantería*, ed. cit., 71-72). Maria Cris-
tina Pimenta, *A Padeira de Alubarrota (Entre ontem e hoje)*,
Fundação Batalha de Aljubarrota, 2007, estudo muito intere-
sante dos diversos olhares portugueses sobre esta figura ao
longo da sua história literária (épocas e géneros).

²²⁵ As redondilhas, sem título, e que, segundo Carlos Alberto
Ferreira em nota a esta carta, se encontram em um ms. da
Biblioteca da Ajuda intituladas «A húa febre da Senhora D.
Maria de Gusmão dandolhe o sol» foram publicadas como
fecho de «Prisões e solturas de uma alma» incluídas em
Divinos e Humanos Versos, ed. cit., 354-355. Supomos, apesar
dos percalços da homonímia, que esta senhora é a filha do
conde duque de Olivares, de que já se fez menção.

irão no próprio, que a Manuel Vélez²²⁶ não se lhe pode tirar a boa enclinação. Fernão Correa velho me pareceu nesse seu soneto. Guarde Deus V. Sr.^a.

Madrid, 21 de Julho de 623

²²⁶ Não foi possível encontrar qualquer dado sobre este músico já referido que, se mal não lemos, não regista Mariano Soriano Fuertes, *Historia de la Música Española*, Madrid-Barcelona, 1856, nem o *Dictionary of Music and Musicians* (Ed. Stanley Sadie, London, Grove, 2002 (2.^a ed.)).

V. Sr.^a tenha mui boa saúde que nós temos por cá mui boas calmas. Eu tenho chegado a se me ver a minha consulta no Conselho e posto que alguns daqueles mancebos tratam de me desencaminhar, eu tenho grande fé em que encima se me há-de fazer rezão. Esperança não falta. Músicos também são poetas no mentir; atégora não tenho colhido os tons, mas apertarei e irão. Na palavra *realces* o que tem de mal é o ser castelhana, segundo agora andam validas as estrangeiras; do *monarca* usam todos os italianos, o conde de Villamediana, a quem, por muitas vezes, ouvi que no falar puramente a língua espanhola era o primeiro, diz na sua *Europa: Nuevo priviene estambre de monarcas*²²⁷, e na sua *Comédia de Aranjuez: Salve o monarca deste i de aquel mundo*²²⁸ e de Trocato me lembra achamos enxemplos; então em Petrarca também o há; *ames que i nel pensar de monarquá; tu nelble*

²²⁷ Apesar de circular e ter sido publicada como obra de Villamediana a *Fábula de Europa* é, como mostrou há muitos anos J. M. Rozas, «Marino frente a Góngora en la *Europa* de Villamediana» in *Sobre Marino y España*, Madrid, Editora Nacional, 1978, 69-88, a tradução muito livre de *Europa* de G. B. Marino. Servindo-nos de *Obras de D. Juan de Tarsis, conde de Villamediana, Correo Mayor de Su Magestad, recogidas por el Licenciado Dionisio Hipolito de los Valles...*, Madrid, Diego Diaz de la Carrera, 1634, em que se publica a *Fábula de Europa*, encontramos o v. copiado por D. Francisco: «Ya el judicioso terno de las parcas / Nuevo previene estambre de Monarchas» (314). Note-se que o copista escreveu «Mueve previene...» em vez de «Nuevo previene...».

²²⁸ O v., tal como está citado, não se encontra em *Comedia de Aranjuez [La gloria de Niquea]*, mas é provável que possa ser uma variante de «Al gran monarca deste, i de aquel mundo» que declama «Abril» representado por D. Francisca de Távora (Conde de Villamediana, «La gloria de Niquea», in *Obras de D. Juan de Tarsis, conde de Villamediana, Correo Mayor de Su Magestad*, ed. cit., 9; *Poesia impresa completa*, ed. cit., 1157).

negro del monarca amor, diz o máximo²²⁹. Porém, V. Sr.^a vale mais que todos estes teixtos; riscarei e mandarei o romance do Tejo pelo primeiro que, por ser mais comprido que esse não tenho quem mo escreva, não vai, nem outro romancinho em que eu acho novidade, porque espero de o mandar com toada. A Senhora Dona Joana desafinada está sobre lhe mandarem a sua consulta ao Reino, tirania por certo. Estes castelhanos me têm pidido ũa cabeça de motes; se vier à luz, mandá-la-ei. Os ingleses ainda andam às escuras, posto que na procissão de *Corpus* se arrodilhou o príncipe²³⁰, menos há mister para Deus lhe pôr os olhos no ânimo. Quiséramos as vítimas. Esta carta vendem os cegos. V. Sr.^a mande-me em que o sirva, a quem Deus guarde.

Madrid, 6 de Julho de 623

Aqui não há respirar com calma e por este são arrebetou. O príncipe de Gales consertado, tudo

²²⁹ Supondo que pontuamos correctamente, cremos que o «máximo» está referido, como seu aposto, às duas frases anteriores – dois versos, provavelmente – com que D. Francisco conclui o seu comentário a favor do uso poético de «monarca». Ao parecer, estranhara-o D. Rodrigo, o que talvez queira dizer que estes versos que, segundo o autor da carta, diziam o «máximo» sobre o uso de «monarcas» eram do próprio D. Francisco. De qualquer maneira, estropiadas como estão pelo copista não nos foi possível estabelecer uma «versão» compreensível.

²³⁰ Dado que o príncipe Carlos Stuart era anglicano o seu gesto foi muito notado e comentado: «Al pasar la procesión [del *Corpus Christi*, 15.6.1623] por la puerta de palacio, hizo su majestad gran cortesía a la reina, que estaba en el balcón principal con la infanta y el infante cardenal, y la misma cortesía hizo al príncipe de Gales, que estaba con su gente en los balcones de su cuarto, los cuales hicieron grandes cortesías a su majestad y grandes humillaciones y adoraciones, adorando de rodillas el santísimo sacramento cuando pasó» (A. Almansa y Mendoza, *Obra periodística*, Carta n.º 12, ed. cit., 269; G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 163).

torna a ferver em festas; veio em tudo o que El Rei quis. Desposado irá a dar execução ao promerido, então virá pela moça, a que é galante aquela trova que o Quevedo fez²³¹.

²³¹ Dentre os poemas conhecidos – na verdade, três romances – que F. de Quevedo dedicou aos festejos da corte em honra do príncipe de Gales, apenas em um – se mal mal lemos – se alude ao idílio entre «La infanta doña Maria, vivo milagro...» e «el príncipe britano» («Las cañas que jugó Su Majestad cuando vino el Príncipe de Gales» in *Obras completas*. II, *Obras en verso*, Estudio preliminar, edición y notas de Felicidad Buendía, Madrid, Aguilar, 1967,361), mas não cremos que seja esta a «trova» a que aludia Francisco de Portugal. Nem A. Redondo, «Fiesta y literatura en Madrid durante la estancia del príncipe de Gales, en 1623» in *Edad de Oro*, XVII (1998), 119-136, nem Zaida Vila Carneiro, «La repercusión en la poesía española de la visita a España del príncipe de Gales, Carlos Estuardo, en 1623» in *La tinta en la clepsidra*, ed. de Sònia Boadas, Félix E. Chávez y Daniel García Vicens, Barcelona, MRR, 2012, 89-96, nos deram qualquer pista. Seria mesmo de F. de Quevedo a trova aludida?

Eu estou de novo respondido para a Índia que estes senhores não se fartam de me meter lanças. Tudo o que me não deram outra vez me dão agora, porém eu estou velho emperrado. O Senhor conde de Olivares sem dúvida me fará rezão e para que V. Sr.^a veja quão fino eu sou pedindo-me a Senhora Dona Maria de Gusmão lhe mandasse o meu memorial que mo queria despachar lhe não mandei outro nenhum mais que esse romance²³². Aos castelhanos²³³ tem-lhe parecido bem, mas Dom Lucas tomara antes a comenda²³⁴. A esse romancinho meu fez Nicolau de Ozy²³⁵ esse tom,

²³² O romance cujo *incipit* é «Memorial de los servicios», juntamente com a carta galante com que o remeteu à senhora, talvez portuguesa, que servira de intermediária entre o requerente D. Francisco e D. Maria de Guzmán, a filha do conde duque de Olivares, que se interessou pelo memorial de serviços para lhe ser confirmada a sucessão na comenda de Fronteira, vem em *Arte de Galanteria*, ed. cit., 176-178.

²³³ D. Lucas de Portugal é o filho herdeiro do Senhor de Fronteira, cuja comenda veio a herdar mercê do bom despacho que teve o requerimento de seu pai nesse sentido. Veio a ser trilhante-mor da Casa Real e a ele devemos a edição de *Divinos e Humanos Versos* (Lisboa, 1652) e de *Arte de Galanteria* (Lisboa, 1670). Carlos Alberto Ferreira teve o cuidado de publicar no comentário a esta carta o «Alvará de lembrança» de sucessão de D. Lucas na comenda de Fronteira (*D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, 34-35).

²³⁴ Como em casos anteriormente assinalados, o ms. traz «os castelhanos, isto é, «òs castelhanos», que interpretamos, «aos castelhanos».

²³⁵ Nicolau de Ozy ou Nicolau Doizi ou também Nicolau Doizi de Velasco ou ainda Nicolau Díaz de Velasco é um músico português, «destríssimo tangedor de viola» – melhor, talvez, de guitarra –, da Real Câmara de Filipe IV, autor de *Nuevo modo de cifra para tañer la guitarra con variedad y perfección, y se muestra ser instrumento perfecto y abundantísimo* (Nápoli, Egidio Longo, 1640) onde, no rosto da obra, o seu nome se estampa precisamente como Nicolao Doizi de Velasco, «músico de camara de S.M., y del Señor Infante Cardenal, y al

que é o Palomares²³⁶ de agora; ele o gaba e a mim me pareceu bem ouvindo-lho cantar. Manuel Vélez nos tirará desta dúvida. Nesses dois pedaços vai todo escrito. V. Sr.^a mande-me em que o sirva, a quem Deus guarde.

Madrid, 20 de Julho 623

presente den servicio del Excellentissimo Duque de Medina de las Torres, Príncipe de Stillano, y Sumiller de Corps, etc., Virey, y Capitán General del Reyno de de Napoles». A obra, como diz o seu autor na dedicatória a Margarita de Áustria Branchiforti y Colona, duquesa de Paliano, surgiu de umas lições que o mestre guitarrista deu, a pedido da duquesa, a três suas criadas «diestras en la musica, y excelentes en las bozes, y pasajes, a fin de que se perficionasen, cantando con el aire Español, a que V. E., por su real sangre [devia] ser, y [era] aficionadissima...» (Bartolomé José Gallardo, *Ensayo de una Biblioteca Española de Libros Raros y Curiosos*, Madrid, Imprenta y Fundición de manuel Tello, 1889 [Edición Facsimil], Madrid, Editorial Gredos, 1968], III, 805, n.º 2059; D. Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, ed. cit., III, 493; R. Stevenson / Monica Hall, in Stanley Sadie [Edit.] *Dictionary of Music and Musicians*. London, Grove, 2002 [2.º ed.] VII, 427-428, repetem os dados de Bartolomé Gallardo).

²³⁶ O famoso compositor Juan de Palomares, natural de Sevilha, vivendo ainda nos começos do século XVII, foi bem celebrado por Lope Vega que, lembrando-o em *Peregrino en su patria...*, em *Filomena...*, lhe dedicou um epitáfio nas suas *Rimas* (1604). Também C. Suárez de Figueroa, em lista que recebe de T. Garzoni, o conta entre os grandes executores de guitarra (*Plaza Universal de todas ciencias y artes*, Disc. XL, ed. de M. Jalón, Valladolid, 2006, II, 563; J. B. Trend, «The catalogue of the music in the Biblioteca Medinaceli, Madrid», *Revue Hispanique*, LXXI [1927], 512).

Também eu estou raivoso destes correios de pé, pois não sei quando vem nem quando vai. Pôr porte nas cartas pudera remedear isto, que vilões não lhe dá cuidado senão o que lhe dá proveito. Pelo ordináreo de Lisboa me vingó destes agravos, V. Sr.^a tenha muita saúde que é o que sempre lhe desejo. Com a conclusão do casamento²³⁷ não nos ficou de que dar novas, as que por aqui dão de Inglaterra são de fundações de igrejas, trinta mil católicos desembuçados²³⁸, Sua

²³⁷ Como já se disse em nota anterior, o casamento, *sub conditione* até que fossem aceites por parte do príncipe de Gales as condições impostas no breve papal e pela junta de teólogos espanhóis nomeada para dictaminar sobre o assunto (medidas de tolerância para com os católicos ingleses, garantias religiosas para infanta, criados e filhos, etc.) celebrou-se em 17.7.1623, seguido de vários dias de festas e cortesias: «Este día se efectuaron los casamientos entre la Señora Ynfanta Doña María y el Príncipe de Gales. Fue luego el Príncipe a besar la mano al Rey, y mandó repartir este día cinquenta mil reales, los diez mil a los oficiales de la cavalleriça del Rey, y los quarenta mil a los Criados que Su Magestad le puso de menor quantia, de officios menores y guardas; porque a los cavalleros y oficiales mayores y a toda la Casa, se les havia de dar al tiempo de la partida muy diferentes albricias» (G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 165; A. Almansa y Mendoza, *Obra periodística*, Carta n.º 12, ed. cit., 272; J. H. Elliott, *El Conde-Duque de Olivares. El político en una época de decadencia*, ed. cit., 214-223; R. Rodríguez-Moñino Soriano, *Razón de Estado y dogmatismo religioso en la España del XVII*, ed. cit., 175-177, 189).

²³⁸ A. Almansa y Mendoza, *Obra periodística*, Carta n.º 12, ed. cit., 272, sintetizando as esperanças que os católicos espanhóis e ingleses punham no casamento, também escrevia: «estando todos ciertos que han de ser para gran servicio de Dios nuestro Señor y notable utilidad de la religión cristiana; que pues ahora a los principios afirman los dos embajadores que temos en Inglaterra la innumerable cantidad de católicos que se declaran cada día, y la frecuencia grande que hay de los sacramentos, y del agrado y afabilidad con que son tratados del rey

Majestade festeja os anos da infanta com umas canas em que entra²³⁹, pelo papa se trás luto²⁴⁰, julga-se que será a eleição do que lhe houver de suceder espaçosa que nunca pode ser bom faltar a cabeça da Igreja. Nũa de motes houve grande azáfema estes dias, como vier

y sus ministros y de toda la nobleza y del común, cierto es que en lo de adelante se acrecentará a mejor estado, y para ello se están labrando y edificando templos e iglesias y oratorios».

²³⁹ Á data em que escreve esta carta, D. Francisco apenas podia fazer-se eco das festas que se preparavam para os anos da infanta Maria de Áustria que se celebrariam a 18 de Agosto, seguindo-se, a 21, umas «fiestas reales» com jogos de canas em que entravam o rei e o infante D. Carlos a comemorar a assinatura das capitulações matrimoniais por Carlos Stuart (G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 168; António de Oliveira, *D. Filipe III*, ed. cit., 194-196). Noticiando-as em Lisboa, aquí se publicou uma *Relación de las fiestas reales y iuego de cañas, que la magestad catholica del rey nuestro señor hizo a los veintey uno de Agosto deste presente año para honrar y festejar los tratados desposorios del serenissimo príncipe de Galès, con la señora infanta doña Maria de Austria. Lleva al fin una carta en que trata, como se juraron las capitulaciones por su Magestad, y Principe de Galès de los casamientos, y de la despedida del Principe, y buelta a Inglaterra, y de las grandiosas dadas que su Magestad le dio, y a otros Ingleses Cavalleros y ansi mismo lo que el Principe de galés ofreció al Rey, Reyna, Infanta, e Infantes*. Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1623 (Sousa Viterbo, *A literatura hespanhola em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915, 371-372).

²⁴⁰ «A los 24 [de Julio de 1623] llegó nueva a esta Corte de la muerte del papa Gregorio Décimo Quinto» (G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 166). O papa tinha falecido a 10 desse mês, mas nem G. G. Torquemada nem A. Almansa y Mendoza se referem ao luto, como era natural, do rei por esse motivo. Sucedeu-lhe Urbano VIII. Estas circunstâncias relativas à cúria pontifícia tiveram, naturalmente, incidências na marcha das negociações sobre o casamento de Maria de Áustria e Carlos Stuart (R. Rodríguez-Moñino Soriano, *Razón de Estado y dogmatismo religioso en la España del XVII*, ed. cit., 172-173).

respondida²⁴¹ a enviarei; tive por oposto o marquês de Alenquer, porém ele até nos versos está velho. Para se me consultar de novo a minha pitição se me passou um decreto, não tenho pequenas esperanças de me darem a comenda sem ciroulas compridas. Quanto menos dever ao Conselho, mais estimarei a mercê; têm-se mostrado grosseiros neste meu particular, não todos. Envio segundo tom; a Manuel Vélez deixei o segundo romance meu de que me prezo, porque lhe acho novidade; a toada diz seu dono que por ela merecia louros. Fico ao serviço de V. Sr.^a a quem Deus guarde.

Madrid, 4 de Agosto 623

²⁴¹ Em *Arte de Galanteria* D. Francisco, actualizando tradições, compendia uma série de regras do ritual a que devia obedecer este jogo poético no âmbito palaciano (conf. ed. cit., 141-167).

Segunda vez fico respondido e posto que sem me dar a repostas, segundo o uso, à comenda para o filho; com cinco armadas e não falta quem diga algumas de capitão e morrendo sem nas servir as sirva meu filho, a fazenda será para ele e os encargos para mim. Do que arrebentar avisarei a V. Sr.^a que a mercê não me parece que está aqui em mais que em me desfazerem de endeático.

O príncipe de Gales tem dia assinado a se departir a vinte deste²⁴²; o cardial infante o leva até o mar; El Rei fica-se nos bosques; primeiro, dizem, se desposará Carlos em seu nome com a irmã e tornar-se Ramira Flores. Em Alemanha houve ùa grande rota nos hereges, naquele bispo monstruoso²⁴³. Não sei mais que

²⁴² A menos que a data da carta não esteja certa, haveria então apenas um rumor sobre tal assunto, pois o dia da partida só se tornaria público em 28 de Agosto: seria a 9 de Setembro, e a 24 desse mês embarcaria o príncipe em Santander. O infante-cardial Fernando de Áustria não acompanhou, como chegou a estar previsto, até ao porto de embarque Carlos Stuart, tendo-se o rei e seus irmãos despedido do príncipe inglês em El Escorial (G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 169-178; A. Almansa y Mendoza, *Obra periodística*, Relación n.º 6, ed. cit., 373-381; Gregorio de Andrés, «La despedida de Carlos Estuardo, príncipe de Gales, en El Escorial – 1623 – y la columna-trofeo que se levantó para perpetua memoria» in *Anales del Instituto de Estudios Madrileños*, X, 1974, 113-132).

²⁴³ Não parece fácil precisar a que derrota do exército protestante interveniente na Guerra dos Trinta Anos se refere D. Francisco, pois também não é fácil perceber como possa referir-se à derrota em Stadtohn, junto da fronteira com as Províncias Unidas, que lhe infligiu o conde de Tilly, comandante de um dos exércitos imperiais, em 6.8. 1623, isto é, apenas dois dias antes de que D. Francisco enviara a notícia. De qualquer modo, por «bispo monstruoso» autor aludirá ao príncipe Christian de Brunswick (1599-1626), bispo, ou melhor, administrador da diocese calvinista de Halberstadt desde

diga. Esse soneto fiz a El Rei²⁴⁴ em que acabei de des-
luzir e não de lesongear. V. Sr.^a viva mil anos e mande-
me em que o sirva, a quem Deus guarde.

Madrid, 8 de Agosto 623.

1616, comandante de um dos exércitos protestantes, que, considerando-se o defensor do ideal da causa reformada por que combatia, era tido, pelos católicos, por extremamente fanático e cruel, o que motivou que o conhecessem por «o Louco» (Victor L. Tapié, *La Guerre de Trente Ans*, ed. cit., 135, 136-138, 139, 140, 153-154, 161; Geoffrey Parker, *The Thirty Years War*, ed. cit., 62, 65, 67-68, 94 *et passim*).

²⁴⁴ Não conhecemos este soneto que dir-se-ia «destoar» da temática da poesia hoje conhecida de D. Francisco.

Parte este homem em direitura dessa cidade, por me estriar escrevo por ele; quero que por aqui chegue primeiro a nova que pelo correio de Lisboa por quem já escrevi a V. Sr.^a de como Sua Majestade me havia feito mercê da comenda para filho, porém com cinco armadas de soldado. Enfim, Senhor, tudo o que não for ir à Índia tive por bom e mais com tantas defeculdades. O príncipe de Inglaterra é ido e o Bogingão²⁴⁵ tão mal contente dizem alguns que partiu²⁴⁶. Houve grande repartição de jóias para os desposórios²⁴⁷, mas Deus sabe o que será²⁴⁸. El Rei não lhe consentiu ele que passasse do Escorial, fica já aqui de volta. De Fernão Correa tive ũa carta, diz-me que fica de muleta, dali a

²⁴⁵ Entenda-se o duque de Buckingham.

²⁴⁶ J. H. Elliott, *El Conde-Duque de Olivares. El político en una época de decadencia*, ed. cit., 223, assinala as descortesias de Lord Buckingham para com o conde-duque de Olivares justamente pouco antes de partir.

²⁴⁷ G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 173-175, enumera com pormenor os presentes oferecidos pelo príncipe inglês na sua despedida, e, como simples curiosidade, anotamos que tanto Torquemada como A. Almansa y Mendoza, *Obra periodística*, Relación n.º 6, 377-378, destacam o diamante chamado «el portugués, que era del rey don Sebastián».

²⁴⁸ O que foi, como se sabe, é que o príncipe já em Segóvia, revocou os poderes que tinha dado ao seu embaixador para concluir o casamento logo que chegasse a definitiva dispensa papal em termos mais aceitáveis, o que, como assinalará D. Francisco, aconteceu em Novembro de 1623, quando, da parte britânica, já se havia abandonado o projecto (J. H. Elliott, *El Conde-Duque de Olivares. El político en una época de decadencia*, ed. cit., 223; R. Rodríguez-Moñino Soriano, *Razón de Estado y dogmatismo religioso en la España del XVII*, ed. cit., 189-190). A infanta Maria, de princesa de Inglaterra, passou a rainha de Hungria e depois, conseqüentemente, veio a ser imperatriz da Áustria, e Carlos, casado com Henriqueta de França, foi, como se sabe, degolado.

capitão de Mazagão não vai nada. À vista de ũa fita que se atou numa ferida fiz esse madrigal²⁴⁹, por de repente o mando. Mande-me V. Sr.^a em que o sirva aqui, a quem Deus guarde.

Madrid, 29 de Setembro 623

²⁴⁹ O madrigal anunciado deve ser o que, com o título «A una cinta con que se ligó una herida» vem em *Divinos e Humanos Versos*, ed. cit., 119.

Cá choveu e tem nevado e lá não sei o que será. Sei que desejo a V. Sr.^a enfitos verões e invernos de vida. El Rei se foi aos bosques por falta dos galeões da prata que sobigidões²⁵⁰ dos holandeses não deixaram sair, que como se fora a barra de Goa não deixaram respirar a de Chile, que neste todo vai a parte; esperam-se as pratas e das cortes têm arrebetado 12 milhões a Sua Majestade; o como e quando se litiga (*leis a favor do rei estabelecem, as em favor do povo só perecem*²⁵¹).

O que V. Sr.^a aponta ruído tinha já sido por Alenquer²⁵² que, posto que o seu voto nestas coisas de palácio seja tamanha cousa, a mim parece-me que a cabeça de motes há-de ser feita de maneira e os pensamentos tão uns que a nenhum dos versos dela se possa fazer mote que não venha a encaminhar-se ao que se pergunta nos derradeiros. O marquês quer que leve vários conceitos e que no que se propõe haja foro e contrasenho²⁵³, assim que algũa cousa se lhade deixar para os motes. Com este intento disse que a comodidade com que o tormento se satisfaz não é das defeculdades que ofendem, senão das achadas no mesmo tormento que elustram esta exposição. Tomara eu que alguém me declarara, porque eu não na entendo. Com umas décimas fico a braços; não as mando por estarem

²⁵⁰ Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portugueza*, ed. cit., *sub voce*: «Sobegidão: demasia, excesso; insolência».

²⁵¹ D. Francisco cita precisamente *Os Lusíadas* (IX, 28, vv.9-10).

²⁵² Alude ao marquês de Alenquer de quem discute a opinião sobre a concepção e regras da cabeça de motes e desenvolvimento do respectivo mote, tema que já abordara em carta anterior.

²⁵³ O que se lê no ms. é «contrasendo», palavra que não encontramos dicionarizada; cremos que deverá ler-se «contrasenho», que podemos supor um composto de «senho» (< *signu-*), registado por José Pedro Machado, *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, Lisboa, Editorial Confluência, s.a., II, 1968, com o sentido de «sinal», «marca».

inda em bosquejo. Esse madrigal, sagrado²⁵⁴ da minha perguiça, verá V. Sr.^a quão ronzeiro ando. Inda não atinei dia à partida, nem me arrependi do pensamento de o fazer por esse lugar. Mande-me V. Sr.^a em que o sirva neste, a quem Deus guarde.

Madrid, 13 de Outubro 623

Por ribeiras se anda também por cá sem serem as do Douro que a chuva desenvergonhou-se e tudo é água. Fernão Correa não faria pior assombradas as que V. Sr.^a pisava, que é amigo e não pesado. Sobolas premáticas lhe tenho escrito por todas as vias que alcanço. Ponha-se a valona, que cá não corre outra moeda. Eu inda não estou de todo frio; na jornada que vem me atrevo a passar por onde Dom Gonçalo por mais brasialano que seja no seu livro que aqui li nestas noites e me pareceu bom²⁵⁵. De meu conselho deite-se às prosas. A despenção ingresa dizem que é vinda e que os desposórios se farão logo, porque no clausulado nela não devem reparar os ingreses, depois no cumprimento quiçá que sim. A Senhora Dona Leonor de Gusmão²⁵⁶,

²⁵⁵ Se, como parece, se trata de alguma obra de D. Gonçalo Coutinho – e possivelmente – em prosa, os dados bibliográficos que fornece D. Barbosa Machado não permitem identificá-la. A *Jornada à Villa de Mazagão*, impressa em 1629, nem mesmo ms. a poderia ter lido D. Francisco nesta data, pois é referida aos dias em que D. Gonçalo foi governador da praça (1624-1627) e, por tal, só veio a ser publicada em 1629; é, contudo, muito provável que aluda à *História de Palmeirim de Inglaterra*, e *D. Duardos*, citada pelo Abade de Sever, um título de boa cepa na «palmeirínica» árvore cujo verdadeiro título é, como já referimos, *Crónica do invicto D. Duardos de Bretanha, príncipe de Inglaterra, filho de Palmeirim e da princesa Polinarda*, obra em três partes de que se conhecem hoje vários ms., estudados por Aurelio Vargas Díaz-Toledo, *Os livros de cavalarias portugueses dos séculos XVI e XVII*, ed. cit., 74-80, 177.

²⁵⁶ Possivelmente poderá identificar-se esta D. Leonor de Guzmán com uma dama da infanta Maria de Áustria que na máscara que antecedeu a representação de *La gloria de Niquea* nas festas em Aranjuez (1622) pelo aniversário de Filipe IV, dançou com D. Ana Maria de Guevara (Antonio de Mendoza, *La fiesta que se hizo en Aranjuez...*, in *Obras poéticas*, I, 11) e que, como assinalou Maria Lucília Pires em nota ao soneto que lhe dedicou D. Francisco – «A una dama dejando el

²⁵⁴ Em nota anterior propusemos o sentido para «sagrado» neste contexto.

dama, amanheceu um dia destes freira capucha, às lágrimas com que se sonilizou esta partida a Senhora Dona Maria de Gusmão fiz este soneto que pelo que tem de clareza de Maria Castanha mando a V. Sr.^a, a cujo serviço fico mui prestes, a quem Deus guarde.

Madrid, 25 de Novembro de 623

Se as neves do porto de Guadarrama e o cumprimento de um voto a Guadalupe me não valem, V. Sr.^a tem muita rezão de me chamar nomes; porém, posto que o crédito não fica pera promessas, eu me desempenharei por mais dias do que davam de si alquileres. Cheguei a esta casa navegando neves, aonde fico bem maltratado de um catarro, fruta das estalagens, e sem abrir os olhos a nada de cá, inda que de todo esquecido dos de Madrid. V. Sr.^a mande-me mui boas novas de sua saúde, que aqui fica mais ao perto a comunicação, a quem mando esse soneto ao sítio de Guadalupe²⁵⁷ feito como de a caminho; não dá a cabeça lugar a mais. Guarde Deus a V. Sr.^a.

Lisboa, 13 de Janeiro 624

mundo» (*Divinos e Humanos Versos*, ed. cit., soneto XXXVIII, 86), efectivamente se fez religiosa no mosteiro da Encarnação de Madrid, em 20.11.1623). De acordo com a documentação citada por Maria Lucília G. Pires, a irmã, D. Maria de Guzmán, era igualmente dama da referida infanta.

²⁵⁷ O soneto, escrito «como de caminho» durante a sua passagem, no regresso a Portugal, pelo santuário de Santa Maria de Guadalupe (Cáceres) em cumprimento de um voto, publicou-se em *Divinos e Humanos Versos*, ed. cit., 82.

V. Sr.^a logo me achou castigado como me achou em minha casa sem vir pelo Porto. Aqui estou com valona e e sem saudades da corte, pois, à fé, que os entretenimentos deste lugar que não vi tal despovoado. Inda assim escrevi a Madrid valendo-me de aquilo deixem-me os cuidados²⁵⁸ que eu lhe deixo as festas. Ao campo me vou fartar de sol, que inda sonho com a neve que passei, mas às musas de nenhũa maneira. Em toda a parte me terá V. Sr.^a a seu serviço, a quem Deus guarde.

Lisboa, 21 de Janeiro 624

²⁵⁸ Supondo, como em outros lugares, que a cópia foi, total ou parcialmente, feita por ditado, atrevemo-nos a corrigir o «deixei meus cuidados» que se lê no ms. por «deixem-me os cuidados» que, cremos, exige o sentido.

Ociosíssimo ando neste lugar e tão perguiçoso que nem os melros que já começam a dar gritos despertam as musas. Não sei que é isto; é mortificar de cãs, de mulher e filhos. Com mais lampreias passará V. Sr.^a por lá a Quaresma, porém não com mais favas verdes. Não sei que é isto, que até os pregadores andam ronceiros. Ferrugento pudera mais facilmente andar tudo, segundo tem chovido. Sua Majestade, feito andaluz, anda visitando fronteiras²⁵⁹. Os sebastianistas ressurgiram e o Bandarra tornou aos seus treze por dúzia²⁶⁰. V. Sr.^a mande-me mui boas novas de sua saúde e, se presto para o servir nalguma coisa, mande-me, que não tem maior captivo, a quem toda a família pedem a bênção, a quem Deus guarde.

Lisboa, 2 de Março de 624

²⁵⁹ D. Francisco alude à viagem que Felipe IV fez a Andaluzia, tendo partido a 8 de Fevereiro e regressado a Madrid a 18 de Abril de 1624 (G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 190-193; António de Oliveira, *D. Filipe III*, ed. cit., 278-282).

²⁶⁰ Não sabemos concretamente a que se refere D. Francisco nestes começos de 1624, mas é possível lembrar que nesse ano, em momento que não pudemos determinar, publica António Álvares a primeira parte da *Anacephaleosis da Monarquia Lusitana* de Manuel Bocarro Francês cujas vivências sebastianistas estudou J. Lúcio de Azevedo, *A evolução do Sebastianismo*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1947, 54-59.

Dão-me as cartas depois de idos os correios e deram-me as lampreias a boníssimo tempo. V. Sr.^a em toda a parte me dá de comer e com elas levamos já a Coesma de virão. A ociosidade parece-me que são cãs que os gostos da mocidade já julga a maior idade e não por gostos, por tormentos. Contudo, mandarei no correio que vem ũa carta que escrevi a um castelhano que sobre as empertinências de palácio²⁶¹; se as não acrescenta, tem algũa novidade. Também leva um soneto que é só o que fiz depois que deixei Manzanares²⁶². Dom Francisco Rolim e Dom António Mascarenhas²⁶³ se desafiaram nũa vinha sem uvas; no Limoeiro fica um, outro não sei onde. V. Sr.^a não foge com o corpo a nenhum trabalho, mas foge a mim com o livro dos bispos do Porto²⁶⁴; não sei qual seja a rezão, que os poetas tocam tudo. A toda a hora que me chegar eu fico que me parece bem. Da jornada de El Rei se saberá lá mais frescas novas. O Senhor conde de Olivares caiu, mas não da valia. Fico mui ao serviço de V. Sr.^a a quem Deus guarde e Dona Cecília beija as mãos e todos pedimos ũa bênção.

Lisboa, 27 de Março 624

²⁶¹ Cremos, com Maria Lucília Pires, que esta carta é a que veio a ser publicada em *Divinos e Humanos Versos* (ed. cit., 367-374).

²⁶² O soneto aludido é, por assim dizer, o colofón de *Divinos e Humanos Versos* (ed. cit., 375).

²⁶³ D. Francisco Rolim de Moura ficou já identificado em nota anterior; quanto ao outro fidalgo desafiante é possível que se trate de D. António de Mascarenhas, filho de D. Nuno de Mascarenhas, alcaide-mor de Castelo de Vide, cuja carreira eclesiástica abandonou depois de obter o Doutoramento em Teologia. Casado, dedicou-se aos estudos genealógicos e veio a ser um dos aclamadores de 1640 (D. Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, I, ed. cit., 326).

²⁶⁴ Parece queixar-se D. Francisco por D. Rodrigo da Cunha não lhe ter ainda oferecido o seu *Cathalogo e historia dos bispos do Porto*, Porto, João Rodriguez, 1623, ainda que o esteja esperando a todo o momento.

Erro as horas de correio ou pela tardança das cartas ou porque *las cuentas de los tristes siempre yerran*²⁶⁵. No desejar vida e saúde a V. Sr.^a são assertos. Coimbra se proveio²⁶⁶ e eu hei-de falar verdade: tomara a V. Sr.^a adonde *el Tejo parece ni bien rio ni bien mar*²⁶⁷; nas outras praças houve alterar e o Senhor Henrique Correia mal desposto. Nisto de fortuna vai tudo, falando de telhas abaixo. Leia V. Sr.^a este soneto e essas coplas castelhanas que nũa canção me desempulharei²⁶⁸ no correio que vem posto que ando priguiçosíssimo e que os anos, sem serem muitos, desviam destes jogos e destas danças e por isso não²⁶⁹ culpo Fernão

²⁶⁵ O Senhor de Fronteira adapta uns versos (428-429) de Gil Vicente em *Tragicomedia de Don Duardos*: «Olimba.» «¿ Cuánto tiempo ha, señor / Don Duardos, que partistes / de Inglaterra?» Don Duar. «No lo sé, porque el amor / en la cuenta de los tristes / siempre yerra» (*Tragicomedia de Don Duardos*, editada por Dámaso Alonso, I, Madrid, CSIC, 1942, 51).

²⁶⁶ Cremos que D. Francisco alude à eleição, em 1624, D. João Manuel, bispo de Viseu, como bispo de Coimbra, sucessor de D. Martim Afonso Mexia (†29.8.1623). Contudo, D. João Manuel, só chegaria à sua nova diocese em 19.2.1625 (José Pedro Paiva, *Os bispos de Portugal e do Império: 1495-1777*, ed. cit., 206, 579).

²⁶⁷ D. Francisco em «Prisões e solturas de uma alma» (*Divinos e Humanos Versos*, 334) traz a mesma citação e Maria Lucília G. Pires ao identificá-la com o *incipit* de um romance que vem *Ramilhete de flores. Quarta, quinta e sexta parte de Flor de romances nuevos, nunca hasta agora impresos (...) de muchos, graves y diversos autores. Recopilado no cõ poco travajo por Pedro Flores Librero y a su costa impresso*, Lisboa, por Antonio Alvares, 1593, fols. 217r-218r, permitiu-nos, posteriormente, verificar que igualmente se publicou em *Romancero general, en que se contienen todos los romances que andan impresos, aora nuevamente añadido y enmendado*, ed. cit., 111r-111v.

²⁶⁸ Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portugueza*, ed. cit., *sub voce*, traz »Desempulhar: retorquir, rebater as pulhas ou injúrias grosseiras».

²⁶⁹ No ms. parece estar «nal», que não tem, salvo melhor opinião, qualquer sentido, donde a nossa correção.

Correia. V. Sr.^a sirva-se de mim, a quem Deus guarde e todos pedem a bênção. Jornada vou afiando ao passo, que os governadores me não dão dinheiro, que a jornada era mais de mercenário que de soldado; porém inda está neste vai não vai.

Lisboa, o primeiro de Junho de 624

Em terra fico, mas também nelas se passam tormentos. Ao Senhor Dom João faço meus protestos de que vamos ver as águas do Leça, ele a logrã-las, eu a chorã-las, mas nem às jornadas de tanto gosto há quem corra. V. Sr.^a como nos falta cá, andamos todos desagasalhados e os engenhos ferrugentos, que não há quem estime nem quem condene. Com esta vai a canção feita a uma frol de cabelos²⁷⁰; eu trabalho sem arte e queria que sem aquele efeito que supre esta falta e assim caminho por anduriais²⁷¹.

Pediram-se-me de Palácio, ùa dama, que bem encarecido está o ser mais que mandar, os capítulos em que seguimos *Dom Belianes*²⁷²; estou mandando-os

²⁷⁰ Carlos Alberto Ferreira, *D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, ed. cit., 89-90, publicou o poema segundo o ms. da B.A. 49-III-59.

²⁷¹ Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portugueza*, ed. cit., *sub voce*, regista «Anduriais» como significando «lugares pouco aciados, mas bastante trilhados». Será reminiscência de um verso de Sá de Miranda: «Meus desatinos, onde me levais / Vadiamente assi de monte em monte, / Ou (como dizem) por anduriais?» (*Poesias*, «Elegia a ùa senhora muito lida...», vv. 118-120, ed. cit. 345). Note-se que o insigne lexicógrafo agostiniano atesta o vocábulo com o verso do poeta do Neiva.

²⁷² A D. Francisco pediu uma dama do palácio real de Madrid uns capítulos não sabemos se do *Libro primero del valeroso e invencible Principe Don Belianis de Grecia hijo del Emperador Don Belanio de Grecia. En el qual se cuentan las estrañas y peligrosas aventuras que le subcedieron con los amores que tuvo con la Princesa Florisbella hija del soldan de Babilonia y como fue hallada la Princesa hija del Rey Priamo de Troya. Sacado de lengua Griega en la qual la escrivio el Sabio Friston Dirigido al ilustrre y muy magnifico y reverendo señor don Pero Xuarez de Figueroa y de Velasco, Dean de Burgos...*, Burgos, Martín Muñoz, 1547 (livros I e II); ou se da III e IV parte da novela *en que se cuenta la libertad de las princessas que de Babilonia fueron llevadas, con el nascimiento y hazañas del no menos valeroso principe don Belfloran de Grecia su hijo*, publicadas igualmente em Burgos por Pedro de Santillana, em 1579 (Henry

trasladar e detremino de lhe acrescentar alguns naqueles muros de cristal, se a perguiça me não for à mão. V. Sr.^a mande-me em que o sirva e se acaso se lembra de um soneto feito ao Vasco de Lobeira²⁷³, dizem que pelo infante Dom Luís, mande-mo copiado, que mo pediu Castelo Rodrigo por andar *Amadis* mui valido do infante Carlos, quer por esse justificar que são portugueses aqueles sentimentos. Não basta a margem, perdoe V. Sr.^a a quem Deus guarde.

Lisboa, 22 de Junho 624

Thomas, *Las novelas de caballerías españolas y portuguesas*, ed. cit., 98-100). Ou o pedido referir-se-ia a alguma continuação da novela por D. Francisco? Talvez seja esta, por agora, a hipótese mais provável, se, efectivamente, o correspondente de D. Rodrigo continuou a obra, como parece aceitar, interpretando esta mesma passagem desta carta, Aurelio Vargas Díaz-Toledo, *Os livros de cavalarias portuguesas dos séculos XVI e XVII*, ed. cit. 111, 112, 146-147, 178, em que se assinala a sua V Parte (em português). De qualquer modo, ainda que a obra seja, em larga medida, de D. Leonor Coutinho, condessa da Vidigueira, uma muito chegada parente de D. Francisco de Portugal – que não era o 1.º conde de Vimioso, pois este era seu trisavô, pequeno deslize no quebra-cabeças da homonímia destes Portugais –, D. Francisco Manuel, como assinala Aurelio Vargas, supunha o nosso autor capaz de ter escrito um livro de cavalarias – *D. Belindo (Hospital das Letras*, ed. cit., 78), obra e questões de autoria de que se ocupou detalhadamente o mesmo investigador (*Os livros de cavalarias portuguesas dos séculos XVI e XVII*, ed. cit., 107-124, 142-144).

²⁷³ O poema, variamente atribuído, é, como diz D. Francisco em *Arte de galantería* (ed. cit., 151), de António Ferreira, *Poemas lusitanos*, Ed. crítica, introdução e comentário de T. F. Earle, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 2000, 95.

Mais doente estive que católico, porém os versos foram depois das sangrias e sangria também, mas não em boa veia, com um romance que torno a cabo; suspendi as musas, mandá-lo-ei a V. Sr.^a como perder o fastio dos que lá tem, começa assim, etc.

O largo e a mim estão-me dando pressa os holandeses²⁷⁴, estarão doces, mas *no hay dulce que no amargue* dirá Estêvão de Brito²⁷⁵; com o nome de Dom

²⁷⁴ Referência ao surpreendente ataque dos holandeses à Baía em 10.5.1624 cuja notícia chegou a Felipe IV em Junho, tendo o rei dado imediatamente ordem para se providenciar à sua recuperação, começando por mobilizar a nobreza portuguesa para essa «jornada», o que, com patriotismo e promessas de mercês, foi largamente conseguido. Daí que D. Francisco possa dizer neste momento «aqui ferve tudo em guerra». A cidade foi reconquistada a 1 de Maio de 1625. Dos nomes dos nobres participantes correram listas mais ou menos completas, e, como ele mesmo o dirá, D. Francisco esteve entre os primeiros embarcados, como consta de Bartolomeu Guerreiro, *Jornada dos vassalos da coroa de Portugal pera se recuperar a cidade do Salvador, na Bahya de Todos os Santos...*, Lisboa, Francisco Álvares, 1625, XI («Dos aventureiros casados, que da Coroa de Portugal forão na jornada da Bahya»), 17. Esta célebre «Jornada» motivou Lope de Vega a escrever *El Brasil restituído*, comédia acabada em 23.10.1625 e logo representada, sendo a licença de representação de 29 de Outubro (José Maria Viqueira Barreira, *El lusitanismo de Lope de Vega y su comedia "El Brasil restituído". Estudio bio-bibliográfico, notas y comentarios*, Coimbra, Coimbra Editora, 1950, 21-348; José María Blanco Nuñez, *Reconquista da Bahia, 1625. Portugueses e espanhóis na defesa do Brasil*, ed. cit., 19-27 *et passim*; Hélio Viana, *História do Brasil – I – Período colonial*, S. Paulo, Edições Melhoramentos, 1965 (3.º ed.), Cp. XV, 149-153).

²⁷⁵ Será o «insigne professor de Música, assim theórica como practica», mestre e beneficiado na catedral de Badajoz e na de Málaga, autor de várias peças musicais que, segundo D. Barbosa Machado, constam dos Index da Biblioteca Real impresso por Pedro Craesbeck, em 1649? (*Bibliotheca Lusitana*, ed. cit., I, 753). D. Francisco, sem remeter para

Manuel²⁷⁶ veio a primeira nova, na segunda não se fala nele. Aqui ferve tudo em guerra; desta parece que irão também os bispos; Sua Majestade escreve cartas e confianças, mas as ânímos estão pobres de tudo. Os príncipes não andam contentes: *Caçaste os caçadores*, me lembra que dizia um romance dos lugares. V. Sr.^a viva mil anos, a quem Deus guarde.

Lisboa, 10 de Agosto 624

Estêvão de Brito, emprega a mesma expressão em «Carta a um amigo» de 20.9.1620 (*Divinos e Humanos Versos*, ed. cit., 364).

²⁷⁶ Não sabemos interpretar o que parece sugerir-se aqui sobre alguma oscilação acerca do comando da armada portuguesa de socorro à Baía pelo Cosmógrafo-mor e experimentado general D. Manuel de Meneses († 1628), a cuja morte virá a referir-se D. Francisco. Foi, porém, ele quem acabou por ser nomeado, ainda que as duas armadas (portuguesa e espanhola) viessem a ser reunidas em Cabo Verde, em Fevereiro de 1625, sob o comando supremo de D. Fradique de Toledo que conduziu as operações de recuperação da cidade brasileira (José María Blanco Nuñez, *Reconquista da Bahia, 1625. Portugueses e espanhóis na defesa do Brasil*, ed. cit., 26-28; Francisco Manuel de Melo, «Naufragio da armada. Epanaphora tragica», *Epanaphoras de varia historia portugueza*, ed. cit., 252-253; José Adriano de F. Carvalho, «Silva melodina» in Isabel de Almeida, M.^a I. Rocheta, Teresa Amado (Org.), *Estudos para M.^a I. Resina Rodrigues, M.^a L. Pires, M.^a V. Leal de Matos*, Lisboa, Faculdade de Letras da Univ. de Lisboa, 2007, 487-497).

Um milhão de correios há que não tenho novas de V. Sr.^a. Não serão as ausências do Brasil mais perigosas inda que sejam largas²⁷⁷; nesta todos somos nécios e havendo olhos para a ver; algũa cousa secreta move, queira Deus que ao bem, pois nem boas palavras dão estes senhores que governam. Não falta quem chame brios ao que quiçá que sejam castigos. Eclipses²⁷⁸ não pronosticam borrifos em Portugal e no da Lua acham os estrólocos mistérios. Vou-me ao soneto, mil dias há que não fiz outro²⁷⁹. V. Sr.^a sirva-se de mim e restetua-me o seu favor, a quem Deus guarde.

Lisboa, 19 de Outubro de 624

²⁷⁷ É esta a última carta que temos de D. Francisco antes do seu embarque na armada de socorro à Baía que deixou Lisboa em dia de Santa Cecília, 22.11.1624 (Bartolomeu Guerreiro, *Jornada dos vassalos da coroa de Portugal pera se recuperar a cidade do Salvador, na Bahya de Todos os Santos...*, ed. cit., 26v). Ou a partida ter-se-á dado em 19 de Novembro como diz José María Blanco Nuñez, *Reconquista da Bahia, 1625. Portugueses e espanhóis na defesa do Brasil*, ed. cit., 28?

²⁷⁸ O que traz o ms. é «ichuses» que, evidentemente, como aliás permite, se não mesmo exige, o contexto, há que ler «eclipses».

²⁷⁹ Carlos Alberto Ferreira, *D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, ed. cit., 41, pensa que se trata do título ou do *íncipt* do soneto anunciado. Cremos que D. Francisco apenas quer dizer que há muito não tinha feito um soneto...

Quem chega não pode ter queixa de trabalhos²⁸⁰. V. Sr.^a tem-me nesta casa com saúde e magro e com cãs. Deus seja louvado, que acho vivos todos os amigos, mas minha avó tem-nos deixado mui sóss²⁸¹. Do Brasil escrevi a V. Sr.^a e ao Senhor Luís de Saldanha²⁸² aonde soube que o tínhamos sem um pai bem para ter; se não chegaram as cartas tornarei ao pêsame. Ora, Senhor, as musas também as alejei ao mar²⁸³, os anos pedem já outros cuidados e não têm que tratar de mocidades quem tantas vezes viveu de milagres. V. Sr.^a sirva-se de mim, a quem Deus guarde.

Lisboa, 7 de Novembro de 625

²⁸⁰ É a primeira carta escrita a D. Rodrigo da Cunha depois do seu regresso da jornada da Baía em 14.10.1625 (Carlos Alberto Ferreira, *D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, ed. cit., 42).

²⁸¹ Não sabemos a qual das avós se refere D. Francisco, se à paterna, D. Luísa Giraldes, se á materna, D. Vicência de Castro.

²⁸² O pai de Luís de Saldanha, comendador de Salvaterra e de Alcains, casado este, como já ficou anotado, com D. Maria da Silva, sobrinha de D. Rodrigo da Cunha, era João de Saldanha que já tivera essas duas comendas da Ordem de Cristo (Manuel J. Felgueiras Gayo, *Nobiliário de famílias de Portugal*, IX, ed. cit., 246; D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, V, 4, § 3, ed. cit., 243. É possível – e apenas possível tendo em conta as armadilhas da homonímia –, dado o seu parentesco com D. Rodrigo da Cunha, apreciador, como já se terá percebido, dos livros de cavalarias, e a admiração que por ele revela D. Francisco, que este João de Saldanha seja o que, segundo D. Barbosa Machado (*Bibliotheca Lusitana*, II, ed. cit., 393), possuía na sua livraria a *Crónica do invicto D. Duardo de Bretanha*, de D. Gonçalo Coutinho.

²⁸³ O ms. traz «o mar» que há que ler «ò mar», em que, marca de oralidade, se representa a contração da preposição «a» com o artigo definido «o», daí a nossa opção sem a qual, cremos, não seria imediatamente compreensível o texto.

Parece-me ho²⁸⁴ se envergonha o Sol de nos ver e por isso chove tanto, tais imos sendo, castigos a castigos e nós *siempre a pecar e a rienda suelta*²⁸⁵. Digo-o por mim, que o que na Coresma houveram de ser salmos em lágrimas são lágrimas em versos que me fazem correr *dos veces*: por maus e por mal empregados. Perdoe a Senhora Célia, que *mar es el tiempo y la jornada es corta*. Na volta vai o soneto que é extremado legume para um bispo na santa quarentena. Não sei nova; a Inquisição vai assinando os lentes de Prima, o bom e o mau, inorantes sábios são estes. Sua Majestade uns dizem que virá, outros que não vai nem vem²⁸⁶. Com estes me tenho eu. O Carvão²⁸⁷ prega, os forasteiros levam tudo após si. Eu fico ao serviço de V. Sr.^a a quem Deus guarde e Dona Cecília beija as mãos e todos pidimos a bênção.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 626

²⁸⁴ O ms. tem «ho» que, salvo melhor opinião, não tem aqui sentido; parece-nos que o que devia estar é «hoje» ou, quando muito, «que».

²⁸⁵ Talvez reminiscência de dois versos de Sá de Miranda, Écloga «Célia», vv. 55-56, segundo variantes, apontadas por D. Carolina, correspondentes à ed. de 1614 das *Obras* mirandinas: «Es mucho el pecar nuestro, es sin emienda / Que imos siempre a correr suelta la rienda» (*Poesias*, ed. cit., 298).

²⁸⁶ Trata-se, provavelmente, de um rumor sobre uma eventual viagem de Filipe IV a Portugal, que se justificaria por comparação com a viagem a outros reinos peninsulares – Andaluzia (1624), coroa de Aragão com visita a Barcelona, donde regressou a Madrid (1626).

²⁸⁷ Pensamos que aluda a Fr. Cristóvão Carvão, O. P., «pregador célebre do seu tempo, Mestre jubilado na Theologia, e Qualificador do Santo Officio» que fez imprimir *Sermões vários* em Florença, em 1629 (D. Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, I, ed. cit., 571).

Vai-se-nos V. Sr.^a alongando de Lisboa quando quiríamos que estes lugares no-lo trouxeram a ela²⁸⁸. Enfim, Senhor, também aqui vêm a parar os primazes²⁸⁹, por onde não há desmaiar na esperança. Envoltas nestas saudades tenho já dadas as emboras, não sei se chegaram ao Porto. A Coresma vai de vencida, o Carvão anda envisível, não há dúvida senão que até a palavra de Deus é muito salgada. Fico ao serviço de V. Sr.^a, cheio de cãs e desfeito de poeta. Contudo irão por foliar *Tempestades e batalhas de um cuidado ausente*²⁹⁰ em que os cientes acham podres, mas quem há que os não tenha?, a quem Deus guarde.

Lisboa, 21 de Março de 626

²⁸⁸ D. Rodrigo da Cunha foi nomeado arcebispo de Braga em 12.3.1626 e confirmado por Urbano VIII em 27.1.1627 (*Segunda parte da Historia Ecclesiastica de Braga*, cap. 106, ed. cit., 471).

²⁸⁹ Pelo menos, D. Afonso Furtado de Mendonça, antecessor de D. Rodrigo da Cunha em Braga, passou a ser arcebispo de Lisboa.

²⁹⁰ O autor anuncia a publicação desta sua obra de que dará, mais adiante, alguns pormenores sobre as circunstâncias da sua escrita e da edição.

Já V. Sr.^a irá acabando a visita e Coresma que também se despedirá com internada se lá chove como cá. O correio de Madrid veio sem novas mais que o desterro do duque de Sezar²⁹¹ por desfensor da pátria. Aí não há senão vender, assim dizia a letra que por ela vi.

Inda falam em El Rei vir mais de inverno, as juntas lavram e os coches só a perlados e a governadores se admitem²⁹². *Tenho dito o que sei, no me perguntem más que lo direi*²⁹³. Mande-me V. Sr.^a boas novas de sua saúde, a cujo serviço fico muy prestes, a quem Deus guarde.

Lisboa, 4 de Abril 626

²⁹¹ Será duque de Sessa? Não encontramos, porém, qualquer referência ao desterro do duque de Sessa por esses anos de 1626, Luis Fernández de Córdoba Cardona y Aragón, 6.º senhor desse título (1606-1642). Carlos Alberto Ferreira, *D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, ed. cit., 45, transcrevendo «César», também o identificou com esse duque de Sessa. Possivelmente, D. Francisco faz-se eco de algum boato acerca do desterro deste magnate que não se contava entre favoráveis ao governo de Olivares (H. Elliott, *El Conde-Duque de Olivares. El político en una época de decadencia*, ed. cit., 375, 575).

²⁹² D. Francisco deverá referir-se a qualquer rumor acerca dos ajustes, de carácter restritivo, da pragmática de 1619 sobre o uso dos coches, o que, porém, não se verificou, pois, à data, a concessão de coche, pedido a pedido, vinha-se estendendo (Alejandro López Álvarez, *Poder, lujo y conflicto en la corte de los Austrias. Coches, carrozas y sillas de mano, 1550-1700*, Madrid. Ediciones Polifemo, 2007, 202-219).

²⁹³ D. Francisco, uma vez mais, adapta dois versos de Garcilaso de la Vega que, como de outras vezes, aparecem na cópia ms. com lusismos, «Canción II», vv. 65-67 (*Obras completas*, ed. cit., 36): «Canción, yo é dicho más que me mandaron / y menos que pensé; / no me pregunten más, que lo diré».

No correio passado não escrevi e tive depois dele ido ũa carta de V. Sr.^a cuja saúde seja sempre mui boa. Todos desta pousada ficamos com ela ao serviço de Vossa Senhoria. O tempo vai parecendo Verão; estes filhos não deixam descansar e assim ando já após ũa jornada de Madrid que tenho por de pior degistão²⁹⁴ que a da Baía, porque não sei mais Costa da Guiné que o Conselho de Portugal. Inda não tenho dia; dele avisarei a V. Sr.^a e de lá mandarei novas, porque ainda nos assombram com a vinda de El Rei por este sol. Os couches sentem-se inda mais tirados que rodados, nas senhorias tem maior lugar esta lei, mas o mediojo²⁹⁵ vai-se entroduzindo e virá isto a ser outro Prado de S. Jerónimo *por onde tantas rebuçadas vão*²⁹⁶. Os versos enfastiam-me de maneira que nem nesta Primavera empunhei a pena. Tudo tem no cabo a queda. O arcebispo eleito de Lisboa²⁹⁷ nos dizem que referta²⁹⁸ a pensão se se pagasse mais de Braga, que bom seria para que tivéssemos a V. Sr.^a neste lugar, a quem Deus guarde.

Lisboa, 2 de Maio de 626

²⁹⁴ O ms. traz «desistão» que nos atrevemos a corrigir por «degistão».

²⁹⁵ No ms. corrigiu-se «mediozo» para «mediojo», como também assinala Carlos Alberto Ferreira. Como palavra, não a encontramos dicionarizada nem em português nem em espanhol. Poderá ler-se «médio já»? Aparentemente teria algum sentido.

²⁹⁶ D. Francisco aplica ao célebre passeio do Prado de S. Jerónimo um verso de Sá de Miranda sobre os «jardins de Valencia de Aragão» «Por onde tantas rebuçadas vão» («Carta a D. Fernando de Meneses», v.12, *Poesias*, ed. cit., 251). A mesma citação, já anotada por Maria Lucília G. Pires, em «Carta a um amigo» de 20.9.1620 (*Divinos e Humanos Versos*, ed. cit., 361-362).

²⁹⁷ O referido arcebispo eleito de Lisboa é D. Afonso Furtado de Mendonça que, sendo já vice-rei de Portugal desde Junho de 1626, tomou posse da arquidiocese em 2.5.1627 (José Pedro Paiva, *Os bispos de Portugal e do Império: 1495-1777*, ed. cit., 399-400, 582).

²⁹⁸ Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portuguesa*, ed. cit., *sub voce*: «Refertar: Contender, resistir com razões».

Tenho escrito a V. Eilm.^{a299} não sei se arribaram por lá as cartas. Agora o faço por um caminheiro de Coimbra por quem tive ũa carta de Dom André; quiçá que esta que chegue. Seu antecessor de V. Ilm.^a vai ao governo, depressa teremos lá o sucessor Deus querendo, que posto que o mandar canse, seus doces tem. Ando fraquíssimo galante, que isto de dar das pontas não afina as musas. Na morte do cardeal Gusmão³⁰⁰ fiz este soneto a seu irmão³⁰¹. O que toca em púrpuras

²⁹⁹ D. Francisco que até aqui tratara D. Rodrigo por «Senhoria» – fórmula de tratamento aplicável aos arcebispos, bispos e Grandes de Espanha por todas as pagmáticas desde 1586 e sempre discutido e objecto de muitas excepções –, dá-lhe agora, abreviando-a, como arcebispo de Braga (eleito em 12.3.1626), certamente por o considerar primaz das Espanhas, a fórmula de tratamento – «Senhoria Ilustríssima» – prevista para o arcebispo primaz de Toledo, mesmo quando não era cardeal, igualmente desde 1586, e novamente confirmada pelos *Capítulos de reformación* de 1623 (Madrid, Tomás Iunti, 16).

³⁰⁰ D. Enrique de Haro, «que oy se llama Guzmán, hijo del marqués del Carpio, sobrino del Conde de Olivares, hijo de su hermana», havia sido creado cardeal por Urbano VIII nos começos de 1626; «a los 21 [6.1626] a las quatro de la tarde, murió en esta Corte, de tabardillo, en ocho dias, el cardenal Guzmán, de veinte y dos años, hijo del marqués del Carpio [...] Fue cardenal menos de dos meses, hiço lástima en la Corte su mocedad, y capelo tan corto; si bien tenía ya por la Iglesia, veinte y ocho mil ducados de renta que el Conde su tío le havia dado en menos de dos años. Hiciéronse en una pieça de su casa siete altares, donde el dia siguiente se le dijeron misas. Híçosele muy grande entierro, en que se halló la Corte, en e l Colegio de Santo Tomás» (G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 232, 245-246).

³⁰¹ O irmão era D. Luís Méndez de Haro, fidalgo de grande valimento junto de Filipe IV e sucessor do Conde-duque quer nos títulos nobiliárquicos, quer no governo. O soneto a que se refere D. Francisco, «A la muerte del cardenal D. Enrique de Guzmán», vem em *Divinos e Humanos Versos*, ed. cit., 78 (son. XXX).

bem se pode mandar a um arcebispo primaz. Fico ao serviço de V. Sr.^a sem dar nenhum passo no negócio daqui, a quem Deus guarde.

Madrid, 22 de Julho de 626

57

Pelos rodeios de Lisboa não acaba de chegar ao Porto ùa carta; por outra via vai esta. *Todo lo quiero provar*. As novidades desta corte lá se saberão. Ùa morte tudo abala, eu no fúnebre emprego as musas como V. Eilm.^a saberá nesse soneto feito ao desaparecimento da Senhora marquesa de Iliche³⁰². Devia-lho, que a mim enfastia-me já os versos. Aqui ando desfavorecido do Conselho como sempre. Cansado de contender, mal ou bem respondido, me irei com as envernadas. Os ingleses tornam a bulir com a loiça. V. Eilm.^a veja o que me manda de seu serviço, a quem Deus guarde.

Madrid, 24 de Agosto de 626

³⁰² A marquesa de Eliche era, como dissemos já, D. María de Guzmán (1602 – 1626), filha única do Conde-duque de Olivares, cujo título lhe foi concedido na ocasião do seu casamento, em 9.1.1625, com o seu afastado parente e chefe da casa de Guzmán, D. Ramiro Nuñez de Guzmán, 2.º marquês de Toral, título este que cessou, passando a usar o de sua mulher. As festas quer as das capitulações, quer as do de casamento foram esplêndidas e mereceram notícias detalhadas de A. Almansa y Mendoza (*Obra periodística*, Relación n.º 11, ed. cit., 415-428) e de G. Gascón de Torquemada (*Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 204, 211-212). Compreende-se que, a sua morte, de sobreparto, com 17 anos, em 30.7.1626, «movió a toda la Corte a gran lástima» (G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 248-249). O soneto de D. Francisco, que, aliás lhe dedicou outras composições agradecido pelo seu favor a algumas pretensões suas «esquecidas» no Conselho de Portugal, não foi publicado em *Divinos e Humanos Versos*, contrariamente ao que supôs Carlos Alberto Ferreira e corrigiu Maria Lucília Pires em nota ao soneto indicado pelo ilustre estudioso (*Divinos e Humanos Versos*, son. XXXVIII, ed. cit., 86).

A um caminheiro passei a carta do correio passado, por isso não estranhe V. Sr.^a aquela falta. Com bem má cabeça fico neste de um catarro, mas passeando na Calle Mayor a que não acho coisa boa e, por vida minha, me hão-de custar poucos versos as saudades de Madrid e ando tão priguiçoso que nem tentação de os fazer tenho. Há mil dias, contudo, a Senhora Dona Maria Coitinha³⁰³ tomou os chapins; houve castelhanos que duvidavam muito; no melhor defendi-a com essas cinco redondilhas que pela facilidade branda que é a que se deve às coplas castelhanas mando. O Reformador está retirado antre Lis e Lena³⁰⁴, o Comissário

³⁰³ D. Maria Coutinho, parente próxima de D. Francisco, era filha de D. Francisco da Gama, 4.º conde da Vidigueira, e de D. Leonor Coutinho. Dama das rainhas Margarida de Áustria e Isabel de Bourcon, irmã de D. Vasco Luís da Gama, 5.º conde do mesmo título e 1.º marquês de Niza, foi um das celebradas beldades da corte de Filipe III e de Filipe IV, a ponto de, na «máscara» oferecida aos reis de Espanha, em Abril de 1623, pelo Almirante de Castela, este ter sido o cavaleiro «servidor» de D. Maria Coutinho, «si gloria de la casa de Marialba, mayor lustre de la Hesperia Lusitana» (A. Almansa y Mendoza, *Obra periodística*, Relación n.º 2, ed. cit., 347-354). Veio a ser condessa de Vila Franca do Campo pelo seu casamento, em 1.6.1629, com D. Rodrigo da Câmara, 3.º conde do mesmo título (G. Gascón de Torquemada, *Gaceta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit, 286; D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, X, 4, § 1, ed. cit, 336, 344). As redondilhas a ela dedicadas quando tomou chapins vêm em *Divinos e Humanos Versos*, ed. cit., 135-136.

³⁰⁴ Por «Reformador» há que entender D. Francisco de Meneses, antigo arrábido, inquisidor em Coimbra (1611) e Lisboa (1617), reitor da Universidade de Coimbra e seu reformador (1618) e, desde 1625, bispo de Leiria – daí que, à data da carta, esteja entre o Lis e o Lena –, diocese que deixou ao ser provido na do Algarve em 1627 (Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, [Nova edição preparada e dirigida por Damião Peres], Porto, Livraria Civilização, 1970, II,

Geral de S. Francisco em Goa, Coimbra vai mais devagar. Tudo o que for chegar-se-nos V. Sr.^a para Lisboa lhe desejamos aonde arreventou a Comendador Mor, e não Alencastro³⁰⁵, o marquês dizem de Castelo Rodrigo e a sua comenda maior, querem os descursinos³⁰⁶, que passa a nosso amo Olivares³⁰⁷.

635; José Pedro Paiva, *Os bispos de Portugal e do Império – 1495 – 1777*, ed. cit., 206, 426; C. A. Ferreira, *D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, ed. cit., 47- 48, onde apresenta alguma documentação sobre este bispo de Leiria).

³⁰⁵ Cremos que D. Francisco se refere a D. Afonso de Lencastre (1597-1654), da casa dos duques de Aveiro, a quem Filipe IV fez comendador-mor de Portugal (Ordem de Santiago) antes de 1620 – já assim é nomeado na obra que lhe é dedicada nesse ano e que indicamos a seguir –, marquês de Porto Seguro em 1627 e mais tarde duque de Abrantes e Grande de Espanha. Por morte de sua mulher, D. Ana de Sande, dama da rainha Isabel de Bourbon, em 1650 ordenou-se de sacerdote. A D. Afonso dedicou Francisco de Matos e Sá a *Entrada y triunfo que la Ciudad de Lisboa hizo a la C. R. M. del Rey D. Phelipe tercero de las Españas y Segundo de Portugal, con la explicación de los arcos triumphales que se levantaran en su felicissima entrada*, Lisboa, Jorge Rodriguez, 1620, e a D. Ana de Sande dirigiu Francisco de Francia y Acosta o seu poema *El peñasco de las lagrimas*, Madrid., Viuda de Alonso Martin, 1623, composição que veio a integrar o seu *Jardín de Apolo* (Madrid, 1624), obra a que já fizemos referência (D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, ed. cit, XI, 11, 109-111; D. García Pérez, *Catálogo razonado de los autores portugueses que escribieron en castellano*, Madrid, Imprenta del Colegio Nacional de Sordo-mudos y de Ciegos, 1890, 234-235, 361).

³⁰⁶ Mantivemos, sem o substituir por «discursivos», o «descursinos» do ms., pois, salvo melhor opinião, tem pleno sentido.

³⁰⁷ A nova, já não muito actual, ao parecer, que dá D. Francisco talvez se compreenda um pouco melhor quando sabemos que «A los 23 [de Agosto de 1624], hizo el Rey merced de la Encomienda Mayor de Alcántara (que tenía el Marqués de Castel Rodrigo), al Conde de Olivares; y dejó el Hábito de Calatrava. Y al Marqués le hizo merced de la Encomienda Mayor de Christus en Portugal, para lo que tomó este Hábito,

Mal assim, pior assim, porque o pus nos versos, o ponho na prosa. V. Sr.^a mande-me em que o sirva, ainda atégora não estou pouco tentado a fazer minha jornada por aí, a quem Deus guarde.

Madrid, 28 de Setembro de 626³⁰⁸

y dejó el de Alcántara; con otras mercedes que el Rey le hizo para ygualar la Encomienda Mayor que dejó» (G. Gascón de Torquemada, *Gaceta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 200).

³⁰⁸ A carta, no ms., traz a data de 28.9.1627, o que é, seguramente, uma distração do copista, pois nessa data já tinha regressado de Madrid. Carlos Alberto Ferreira, que deu conta do erro, sem o corrigir, colocou-a correctamente na sua sequência cronológica.

Tenho escrito a V. Ilm.^a por várias vias, se não arribam ao Porto será porque são minhas. De 29 de Agosto se me deu aqui ùa de V. Eilm.^a de então, queira Deus que se logre agora. Pela jornada da Baía me fez Sua Majestade mercê de ùa vida mais na minha comenda. Isto de posteridade cousa desejada é, mas eu não sou de mercês no futuro. Enfim, Senhor, o remo dos filhos cuidado eu que está bem remado, o meu mui de galé tem sido. Aí estão os maus versos que me não podem tirar. Pelo primeiro avisarei a V. Eilm.^a de um desavergonhamento que me fez fazer um amigo: emprimir sem nome umas *Tempestades e batallas de um cuidado ausente*³⁰⁹, obra de entre as enxárcias do galião Santa Ana que tem muitas cousas de frade na prosa e nos versos poucas maníficas. Fico ao serviço de

³⁰⁹ A obra, escrita – total ou parcialmente, haveria que discuti-lo – no galeão «Santa Ana» durante o trágico regresso da jornada da Baía, foi publicada em Madrid, pelos cuidados de um hoje, ao parecer, desconhecido inglês – editor? –, «devotíssimo servidor» de D. Francisco, que, num prólogo profuso e um tanto alambicado, expõe algumas das circunstâncias da arte de galantaria do Senhor da Comenda de Fronteira bem conhecida na corte de Filipe IV e da elaboração de *Tempestades y batallas*. Dedicada a D. Luis Méndez de Haro, a obra, «uma ideia galante e namorada» no dizer de Manuel de Melo, foi escrita com o pensamento na «Senhora Célia», essa «quimera» (a palavra é do próprio autor, como veremos) que motiva tanta da sua produção poética. Sendo o único escrito de D. Francisco publicado em sua vida, até hoje não foi possível localizar qualquer exemplar desta primeira edição que, como protesta o autor, apareceu sem o seu nome – no rosto, talvez, pois a dedicatória a D. Luis Méndez de Haro é por ele assinada e permitia, de algum modo, a identificação –, conhecendo-se apenas a 2.^a edição que, sem rosto próprio (pelo menos nos exemplares que conhecemos), mas com paginação autónoma, apareceu juntamente com a 2.^a edição de *Arte de Galanteria*, Lisboa, António Craesbeeck de Mello, 1682 (Francisco Manuel de Melo, *Hospital das Letras*, ed. cit., 78).

V. Eilm.^a de quem tenho por mui certas todas as mercês, a quem Deus guarde.

Madrid, 5 de Outubro de 626

60

Vem entrando a neve e as musas de Inverno são como negras: andam no borralho. Eu mandei por um caminheiro que daqui partiu versos e prosas a V. Eilm.^a, terá lá visto que foi aquilo mais obedecer que cantar, que *tener qué no lo ha sido*. Os cientes nada agazalham, o que se veio à pena foi entre balas e tormentas. A V. Eilm.^a tenho por tão primaz no juízo de todas as cousas como na dinidade e o saber tudo não embota o bago de ouro. *Salmos que são senão versos?*³¹⁰ Não vem a prestar para pouco quem presta para os filhos que são as ovelhas dos pais de famílias. Isto cuida que não é ter mais vidas na comenda senão ir traspassando a minha. Aqui não há nova que de contar seja; a Rainha fica já fora dos ameaços de doente sobre malparida³¹¹, o Laguna morto³¹² e a marquesa herdeira universal. Eu sempre ao serviço de V. Eilm.^a a quem Deus guarde.

Madrid, 18 de Novembro de 626

³¹⁰ D. Francisco cita, uma vez mais, um verso de Sá de Miranda («Carta a João Roiz de Sá de Meneses», v. 188, *Poesias*, ed. cit., 212).

³¹¹ «A los 3 [de Noviembre de 1626] malparió una hija la Reyna Nuestra Señora» (G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 255).

³¹² «A los 14 [de Noviembre de 1626], sávado en la noche, murió el marqués de la Laguna, Don Sancho de la Cerda; depositóse en el Convento de Monjas Capuchinas. Halláronle cinquenta mil doblones en oro y cien mil ducados en plata doble, que en este tiempo valen 150.000, sin los quartos, que fueron muchos; y mucho mueble, plata labrada y joyas, y la casa en que vivió, que la labró él. Adquiriólo casi todo de tener juego en su casa» (G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 255). O sublinhado é do original.

Com duas cartas de V. Eilm.^a me acho neste princípio de ano. Em tão bom dia festejo a saúde e torno a dar as boas Páscoas que no meu desejo há, inda elas não terão passadas por V. Eilm.^a. Eu me não acabo de ir com o melhor despacho que é um desengano, porque é delúvio isto que chamam Inverno e os caminhos estão envadiáveis. Não ousou a dizer que não sei se o poderei fazer pelo Porto por me não enforçar, porém até não ser ido por outra parte não quero cuidar que o deixarei de fazer. Aqui não há mais que um embaixador trasordinário francês de novo³¹³ e as beatices do conde de Olivares³¹⁴; se por aqui não vêm os filhos, a senhora condessa não está para que eles venham por outra parte. Vamos aos de entendimento em que não vejo nada de manífico o que brotaram as desconmodidades daquela viagem e tua obediência e o que V. Eilm.^a

³¹³ «A los 21 [de Enero de 1627], fue a besar la mano a Su Magestad, a caballo, el Marqués de Rambollete [Rambouillet], Embaixador extraordinário de Francia, con grande acompañamiento. Vino a dar la norabuena del casamiento de la Reyna de Ungría, y a suplicar a Su Magestad diese licencia para que la Señora Reyna de Ungría fuese por Paris, para servir y regalar a Su Magestad y hacerla la costa; y otras cosas fundadas en razón de Estado, que no son para Gaceta. Trajo setenta personas, y a todas hiço el Rey la costa el tiempo que estuvo en la Corte de España» (G. Gascón de Torquemada, *Gaceta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 260).

³¹⁴ Como parece esclarecer a sequência, talvez D. Francisco aluda, com algum humor e pouca simpatia, como muitos do seu tempo, às práticas (esmolos, orações, horoscópios, etc.) a que o conde de Olivares, sempre obsesionado pela falta de filhos – especialmente depois da prematura morte de sua única filha, María de Guzmán, em 1626 –, recorria (directa ou indirectamente) junto de algumas mulheres com fama de santidade (a madre Luísa de Carrión, por exemplo) para obter de Deus o favor de descendência (G. Marañón, *El Conde-Duque de Olivares. La pasión de mandar*, Madrid, Espasa-Calpe, 1972 [6.^a ed.], 176, 202-203).

vê escrito; o inglês devia de se vir atrás daquela tradição de que os Almadás vêm daqueles ingleses que fundaram a vila de Almada³¹⁵, pois sabendo que eu entrava [n]os livros deitou por ali³¹⁶. Eles brindão às vezes. V. Eilm.^a em toda a parte me tem ao seu serviço tão cheio de cãs nesta corte como enfadado de mim mesmo, a quem Deus guarde.

Madrid, 16 de Janeiro de 627

³¹⁵ Em «Prisões e solturas de uma alma», obra escrita, como há-de dizer, durante a sua prisão no castelo de Almada, D. Francisco aludindo à tradição das origens árabes da vila, acrescenta: «outras tradições lhe dão mais gloriosos princípios, como a nobilíssima família daquele apelido», argumentação que retoma na introdução aos «Suspiros», poema igualmente escrito nessas circunstâncias: «Aqui sin alma en su castillo Almada / sin mi me guarda, / cuando honrado debe / el nombre a la familia más honrada...» (*Divinos e Humanos Versos*, ed. cit., 335, 295, respectivamente).

³¹⁶ A mãe de D. Francisco, D. Antónia da Silva, era filha de D. Antão de Almada, capitão mor de Lisboa (D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, ed. cit, X, 2, § III, 361), pelo que, o inglês Tomás Late pode escrever: «V. M. también tiene de británico todo lo que tiene de Almada, cuya ilustríssima familia, tan productora de grandes varones, allá descende de nuestras gentes» (*Tempestades y batallas de un cuidado ausente*, ed. cit, «Prologo», s. p.).

Também cá temos perpéticos³¹⁷ yelos, não se viram tais frios³¹⁸; *los aires andam corrutos e os homens não*³¹⁹, que inda há quem faça mesuras ao governador para o Algarve. Consilheiros de Estado crescem, os bons conselhos faltam e *ni lo tienen y dan consejo*. O Senhor Henrique Correa em desejos mal logra o que merece; do Cabo Verde andou aqui mau rugido. Onde não há nem esperanças é força que se acabe todo o verde. Vossa Ilustríssima lá tem esse seu mundo que será menos peçonhento que estes. *Qué mundos pensáis que vayan allá tras de aquella sierra?*³²⁰ Fico ao serviço de V. Eilm.^a a quem Deus guarde.

27 de Janeiro de 627³²¹

³¹⁷ No ms. lê-se «perpéticos» que, com alguma «habilidade», poderia ler-se «perpétuos»; cremos, contudo, que o sentido é perfeitamente ajustado, pelo que conservamos a estranha forma.

³¹⁸ Para contextualizar estas queixas e outras seguintes sobre o clima, talvez seja interessante ter em conta Geoffrey Parker, *El siglo maldito. Clima, guerras y catástrofes en el siglo XVII*, Barcelona, Planeta, 2013, 41-50 *et passim*.

³¹⁹ O Senhor de Fronteira, se o copista não se equivocou, cita um verso e adapta, em tradução, outro de Sá de Miranda na Écloga «Alexo» (vv. 400-401): «Los aires andan corrutos, / los hombres cada vez más» (*Poesias*, ed. cit., 117).

³²⁰ D. Francisco adapta um verso de Sá de Miranda da Écloga «Alejo»: «Qué mundos piensas que vaian / Allá tras aquella sierra?» (*Poesias*, ed. cit., 115, v. 354-355). D. Francisco voltará a citar este verso mais tarde.

³²¹ Pensamos que esta carta é datável de Madrid, como parece deduzir-se de, na carta seguinte, datada já de Lisboa, lastimar não ter podido, no regresso da corte, fazer caminho pelo Porto, possibilidade já admitida em carta anterior.

Não faltaram desejos pera fazer a jornada pelo Porto, mas o tempo não pormeteu senão tormentas, nelas morreram parentes e amigos e até a mesma pátria, que alcança a perda a toda a redondeza. Não se pode esperar melhora no nosso ir cabeça abaixo. Dos governadores fui chamado pera capitão-mor, pagando a Pedro César; respondi que pera ir servir a El Rei estarei prestes, para dar o dinheiro, que o seu serviço me tinha pobre. Eles chamaram a isto enjeitar, e foi não poder, que de boa vontade fugira desta terra aonde tudo são lágrimas e querem-nos os governadores enxugar com fintas. Fico ao serviço de V. Eilm.^a mui prestes a quem mulher e filhos pedimos úa bênção, a quem Deus guarde.

Lisboa, 6 de Março de 627

Aqui houve cada falso, gente cominheira³²², que não sei que diabo têm estes manhates³²³ que sempre se furtam aos cães e por que não faltassem desastres na terra Dom António de Almeida morreu lastimosamente³²⁴. Tudo nos avisa e tudo nos desengana e nada basta.

V. Eilm.^a me diz o que me convem; não bastou a primeira repulsa, veio a segunda a que também não vim por ser com pressa e por ser sem tempo, que não é rezão mandar a ninguém o que não pode, que até no possível há rezões que sobejam. A Coresma vai com falta até das pregações. As musas acabaram e tudo está fúnebre. V. Eilm.^a tenha larga vida e tem-me aqui a seu serviço mui prestes.

Lisboa, 20 de Março de 627

Dona Cecília e todos pedimos ũa bênção.

³²² Deverá referir-se ao auto de fé de 14.3.1627 (José Lourenço D. de Mendonça – António Joaquim Moreira, *História dos principais actos e procedimentos da Inquisição em Portugal*, ed. cit., 264-265), que segundo D. Francisco foi de «gente cominheira», que, de acordo com Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portuguesa*, ed. cit., *sub voce* «cominheiro» – gente que negociava em cominhos quer, figuradamente, dizer «que faz caso de cousas insignificantes». Poderá traduzir-se por de pouco relevo social?

³²³ Haverá que ler «magnates»? Como «manhates» não encontramos dicionarizada a palavra.

³²⁴ «D. Antonio de Almeida, que foy único, Commendador de S. Martinho de Lardosa, Soalheira e Bemposta na Ordem de Christo; morreo desgraçadamente de huma pedra perdida que lhe deo na cabeça, indo a cavallo pelo pé do Castello de Lisboa, em 10 de Março de 1627» (D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, X, 14, § III, ed. cit., 493).

Até à saída delas sejam boas Páscoas a V. Eilm.^a, que assim lhe desejo todos os tempos inda que o nosso Sá diz *poucos são los ledos*³²⁵. Fico entregue das *Sátiras*³²⁶, não há fartar do que é tão bom e assim sempre as versões serão poucas. O Penaguião³²⁷ já de cá ia curioso, eu ando inábil para tudo e tão fora dos versos que até o lê-los faço de má vontade. Tudo esfriam estes anos. Se V. Eilm.^a quizer mandar, algum curioso se canse nalguns pensamentos dos santos sobolas saudades de Nossa Senhora não ao pé da cruz que é o que ordinariamente pregam, senão dos três dias do sepulcro; desejo eu depor os números e tornar aos versos nesta devoção. O *Adonis* de Marino³²⁸ li estes dias, as flores

³²⁵ D. Francisco cita, parcialmente, um verso de Sá de Miranda, cuja tradução, também parcial, deve ser resultado do ditado da cópia: «No ves los dias que prisa se dan / Unos tras otros? Pocos son los ledos!» («Resposta de Francisco de Sá de Miranda á outra carta de Montemayor», vv. 163-164, *Poesias*, ed. cit., 460).

³²⁶ Quer-nos parecer que se trata de um exemplar de «*Satyras* de Francisco de Saa de Miranda, Impressas no Porto por João Rodrigues, Com todas as licenças necessárias. Anno 1626» que D. Francisco teria recebido por intermédio do arcebispo de Braga.

³²⁷ Deverá referir-se ao 2.º conde de Penaguião, Francisco de Sá de Meneses († 1647), camareiro-mor, em Portugal, de Filipe III e Filipe IV. Depois de 1640, partidário do duque de Bragança, organizou a defesa costeira de Entre Douro e Minho. Os condes de Penaguião, mais tarde marqueses de Fontes e, depois, de Abrantes, contavam, como glórias literárias familiares, João Rodrigues de Sá de Meneses, o poeta do *Cancioneiro Geral*, Sá de Miranda, Francisco de Sá de Meneses, conde de Matosinhos, e, mais proximamente, Francisco de Sá de Meneses, o autor da *Malaca Conquistada* (1634). A respeito desta família haverá sempre que ter em conta a já citada obra de Luís F. de Sá Fardilha, *A nobreza das Letras: os Sá de Meneses e o Renascimento português*, Lisboa, 2008.

³²⁸ *L'Adone* de Giovanni Battista Marino († 1625), o mais longo poema heróico da literatura italiana – 20 cantos, mais de

são muitas, novidade e capricho grande daqueles engenhos não os há por cá. Mande-me V. Eilm.^a em que o sirva a quem toda esta família pede a bênção.

Lisboa, 27 de Abril de 627

66

Já V. Eilm.^a se fará na volta de Braga, se é verdade o que ouvimos. Queríamos que nos trouxeram as dinidades de Vossa Eilustríssima pera mais perto e não que no-lo levaram para mais longe. A chamar mais homens fora necessário a trombeta do Juízo, se anos são esperanças, lá vão enfinitos anos. O fazer de novo lhe será mais fácil que remedear. Segundo as más novas que por aqui andam que, [de] tudo o que nosso é, só as más novas são nossas. Também por cá hei-de fazer deligência, mas os engenhos de lá são mais desocupados. V. Eilm.^a tem-me aqui a seu serviço aonde jagora só a Deus livre as naus que vierem. Guarde Deus a V. Eilm.^a.

Lisboa, 15 de Maio de 627

40.000 versos – foi publicado pela 1.^a vez em Paris (Oliviero di Varano), em 1623, dedicado a Luís XIII, e, logo, no mesmo ano, em Veneza (Giacomo Sarzina), quem o voltou a editar em 1626. O poema, desde 1624, foi objecto de censura eclesiástica, vindo a ser incluído, em 1627, no catálogo dos livros proibidos pelo Santo Ofício romano. São circunstâncias estas que, calibradas, poderão tornar ainda mais interessante a apreciação estética de D. Francisco sobre a obra em que se faz um longo elogio de Galileu, «observador dos céus» (X, 33-47). Conheceria também D. Rodrigo, como parece poder deduzir-se das palavras do seu correspondente, o poema?

Já V. Eilm.^a estará com o peso da sé³²⁹ [de] Braga a quem dirão seus súbitos que imperando foi digno do império. Aqui não há cousa que contar. Achei-me preso na Misiricórdia, vindo de Bouro de ver minha irmã que inda chora as saudades de seu filho³³⁰. O Senhor Dom João diz que hemos de ir algum dia ver estes horizontes, porém não sabiam quando. Todos ficamos ao serviço de V. Eilm.^a a quem Deus guarde.

Lisboa, 9 de Julho de 627

³²⁹ Carlos Alberto Ferreira (*D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, ed. cit., 119, 50, respectivamente) leu «pero de sá» («Pedro de Sá»), mas cremos que é possível ler, sem grande dificuldade, «peso da sé», o que, dado o contexto e sabendo que D. Rodrigo entrou em Braga em 9.6.1627, tem, aparentemente pelo menos, algum sentido.

³³⁰ A irmã, D. Isabel da Silva, estava casada com seu primo co-irmão D. Antão de Almada, Senhor de Pombalinho, que viria a ser um dos conjurados de 1640 e embaixador a Inglaterra. O filho de ambos, D. Lourenço de Almada, embarcara, com 22 anos, no galeão «S. José» governado por D. António de Meneses, da armada de Portugal que, comandada por D. Manuel de Meneses, se perdera no trágico naufrágio no Golfo de Biscaia em 14.1.1627. Parece-nos, por isso, aceitável pensar que na canção «Eliza, lamentando a falta de seu filho, defunto», publicada por Carlos Alberto Ferreira segundo a lição de um ms. da B.A. (*D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, ed. cit., 84-86), pranteia D. Francisco de Portugal este trágico acontecimento familiar (D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, X, 4, § III, ed. cit., 363; C. Alão de Morais, *Pedatura Lusitana*, III, 2, ed. cit., 15; Francisco Manuel de Melo, «Naufragio da armada. Epanaphora tragica», *Epanaphoras de varia historia portugueza*, ed. cit. 192-193; Carlos Alberto Ferreira, *D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, ed. cit., 84-86).

Está-nos tocando arma que o Senhor Arcebispo tem seus desvanecimentos de soldado, e cudo que hão-de ser necessárias as armas eclesiásticas segundo o grande poder com que este ano nos vêm visitar os ingleses³³¹ e cá há um letargo que já começa a ser castigo. V. Eilm.^a também acudira, que vem a ser quase o mesmo pastores e capitães e por lá também o mar tem sua vizinhança. O Senhor Dom João está com bom ânimo e eu desejo de pirigrinar num jubileu e vermos³³² a V. Eilm.^a será a maior devoção. Dom Gonçalo Coitinho tem entrado com borseguins verdes, mas com barba branca; vem mais ministro que poeta. A terra não está para despertar engenhos, se nela há cousa em que possa servir a V. Eilm.^a de crer é que não faltarei, a quem toda a família pede a benção.

Lisboa, 7 de Agosto de 627

³³¹ Talvez se possa compreender esta alusão sabendo, de acordo com D. António Caetano de Sousa, que, sendo D. Rodrigo arcebispo de Braga, «três vezes o mandou o mesmo Rey [Filipe IV] a Vianna a prevenir a defensa daquella Vila, pelo receyo, que teve, de que a Armada Inglesa, entrando naquelles mares, fivesse algum desembarque naquella Villa» (*História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, XIII, 2, §2, ed. cit., XII, 483), notícia que se repete em D. Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, III, ed. cit., 641-642. De qualquer modo, se as datas geralmente apontadas para este encargo real são posteriores, como se pode ver em Avelino de Jesus da Costa, «Centenários natalícios dos arcebispos de Braga D. Frei Baltasar Limpo e D. Rodrigo da Cunha», *Bracara Augusta*, XXXIII [1979], 75-76, nota, deverá ser para um anterior quadro que remete a alusão de D. Francisco.

³³² O ms. traz «veremos», mas cremos que, o contexto, quase exige que se leia «vermos».

Já o senhor Arcebispo deixou a lança de aço e tornou ao bago de ouro, que os ingleses lá avizinharam com França³³³ que tão mimosos nos traz Deus. V. Eilm.^a também tem a quem acudir com as armas, que os primazes também são gerais. Aqui tivemos ontem na comédia que se fez pera desfadar cousas que enfadam. Algum sezudo e todos com as espadas para o ar. Ausentes há e agressores; os corregedores da corte, vindo a buscar os espadachins, me mandaram sobre menagem pera casa. Não me fez bom sangue ser pão que levaram de caminho, mas não sou dos que têm palavras com a Justiça. Fico ao serviço de V. Eilm.^a a quem Deus guarde.

Lisboa, 29 de Agosto de 627

³³³ É possível que D. Francisco aluda às complicadas relações diplomáticas hispano-anglo-francesas deste período (J. H. Elliott, *El Conde-Duque de Olivares. El político en una época de decadencia*, ed. cit., 329), pois parece um tanto difícil de aceitar, como pretende Carlos Alberto Ferreira (*D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, ed. cit., 51) que D. Francisco aluda, passado mais de um ano, à passagem da esquadra inglesa, sob o comando de Lord Wimbledon, diante da costa portuguesa em fins de 1625.

Não faltam desejos de romaria de Nossa Senhora, a Branca³³⁴, como a Dom Gonçalo³³⁵ e assim, Senhor, *lo que no hace un día hace otro día*³³⁶. V. Eilm.^a terá boas novas do Senhor Dom Lourenço³³⁷ que as naus são

³³⁴ D. Francisco refere-se a uma conhecida imagem da Virgem Maria venerada em Braga desde, pelo menos, os começos do século XIV sob a invocação de N.^a S.^a das Neves ou seja Nossa Senhora a Branca. Nos tempos do arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532), devoto do templo romano de *Sancta Maria ad Nives*, construiu-se ou reformou-se a ermida a ela dedicada. «No tempo de o arcebispo D. Rodrigo da Cunha – diz Fr. Agostinho de Santa Maria – que entrou a tomar posse daquela cathedral no anno de 1627, se reparou a ermida, e a fez muyto mais capaz, augmentando-se com algumas obras de novo, como alpendre, coro, retabulos, e outras benefeytorias...» (*Santuário mariano e historia das imagens milagrosas de Nossa Senhora...*, IV, 1, III, Lisboa, Antonio Pedrozo Galvão, 1712, IV, 29-30; D. Rodrigo da Cunha, *Segunda parte da Historia Ecclesiasticada do arcebispo de Braga*, II, LXXXI, ed. cit., 296-297, de quem depende a informação do religioso agostinho; Rodrigo Vicente de Almeida, *Historia da Arte em Portugal. Documentos inéditos*, Porto, Typographia Elzeviriana, 1883, 37-38; Albano Bellino, *Inscrições e letreiros da cidade de Braga e de algumas freguezias rurais*, Porto, Typographia Occidente, 1895, 95-96).

³³⁵ Como em outras cartas, deverá aludir aqui a D. Gonçalo Coutinho.

³³⁶ O correspondente de D. Rodrigo cita, mais uma vez, segundo a edição de 1614, um verso (109) da Écoga «Andrés» de Sá de Miranda (*Poesias*, ed. cit., 322) apontado como variante por D. Carolina Micahelis.

³³⁷ Deve D. Francisco referir-se a D. Lourenço da Cunha († 1633), irmão do seu correspondente, que servia na Índia desde 1594, tendo sido, desde Julho de 1629, membro do Conselho que, por morte do vice-rei D. Fr. Luís de Brito, governou esse Estado até à chegada do seu sucessor, D. Miguel de Noronha, conde de Linhares, em Outubro desse mesmo ano (D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, XIII, 2, §2, ed. cit., XII, 488-489; José F. Ferreira Martins, *Os vice-reis da Índia. 1505-1917*, ed. cit., 125-126).

entradas, que só o que deixamos a Deus é o que se logra. As musas não são para todos os tempos, eu tornarei para trás esse pouco que tinha andado adiante; em casa de um Dom Francisco Manuel³³⁸ se eixercitam os engenhos do lugar que são tíbeos. V. Eilm.^a tem-me a seu serviço com toda a família lhe pedimos ũa bênção, a quem Deus guarde.

Lisboa, 16 de Outubro de 627

³³⁸ cremos que alude ao homem de armas, escritor e diplomata que virá a ser D. Francisco Manuel de Melo, então com 19 anos.

Vêm entrando os maus dias e esta prisão; Misericórdia será boa para a alma, mas é enfadosa para o corpo. Aqui me ando passeando lamas de dia, e de noite borrando papel numa curisidade que não sei se atinarei com ela: um descurso como se há-de deixar galantear a dama e como o há-de fazer um galante, que o *Cortesão*³³⁹ não tinha nenhuma notícia dos nossos modos nem partecularizou isto. A preguiça vai fazendo seu officio. V. Eilm.^a lá nos há-de vir a ter ou mais cedo ou mais tarde. Dom Antão³⁴⁰ correu tormenta na barca e com as mãos nos cabelos e, vindo a sua casa, duas filhas que tinha lhe levou o garrotinho e um neto. Tudo pára na morte, estes pararam no céu. V. Eilm.^a me tem aqui a seu serviço, a quem Deus guarde.

Lisboa, 14 de Novembro de 627

³³⁹ Referência a *Il libro del Cortigiano* (Veneza, Aldo e Andrea d'Asolo, 1528) de Baldassar Castiglione que introduz à justificação da sua *Arte de galantería*.

³⁴⁰ D. Antão de Almada, cunhado, como já sabemos, de D. Francisco.

Tornou a haver³⁴¹ sol no mundo, que os dias de chuvas que por cá houve parece que punham em dúvida esta verdade e a carta de V. Eilm.^a veio passada por água que o correio tocou de Tristão³⁴². Tenha V. Eilm.^a sempre muy boa saúde que a morte de D. Afonso de Noronha³⁴³ na corte fez-nos medo, cá grande mar é esta: *Nuestras vidas son los rios*³⁴⁴. Não me aparte dos termos da galantaria que também pera os que não são cortesões poderão servir, porém nem com isto se escapará de cansada esta obra em que vou com preguiça. V. Eilm.^a tem-me aqui a seu serviço, a quem toda a família pedimos a bênção.

Lisboa, 11 de Dezembro de 627³⁴⁵

³⁴¹ O ms. tem «aver» que, cremos, há que ler «àver», isto é, «a haver», e assim o transcrevemos.

³⁴² Assim no ms.; D. Francisco, porém, teria, seguramente, escrito, como exige o contexto, Tritão, deus do mar, filho de Poseidón (Neptuno).

³⁴³ D. Afonso de Noronha, senhor de várias comendas na Ordem de Cristo, capitão-mor das naus da Índia, governador de Tânger e Ceuta, veio a ser nomeado Vice-rei da Índia (1621), mas «não chegou a governar, por arribar com a Armada a Lisboa». Foi ainda do Conselho de Estado de Filipe IV. Morreu em Madrid. Era o pai de D. Joana de Noronha, que, como se disse em nota anterior, foi marquesa de Caracena (D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, VI, 4, §1, ed. cit., V, 124).

³⁴⁴ Citação do célebre verso das não menos célebres *Coplas que hizo don Jorge Manrique a la muerte del maestre de Santiago don Rodrigo Manrique su padre* (Jorge Manrique, *Poesia*, edición de Vicente Beltrán; Estudio preliminar de Pierre Le Gentile, Barcelona, Crítica, 1993, 147-175).

³⁴⁵ A data desta carta no ms. é de 11.12.1622, o que é seguramente um erro do copista, pois D. Francisco estava então em Madrid e, por outro lado, o que diz acerca da elaboração de *Arte de galantería* é perfeitamente sequencial do que trata na carta anterior sobre a mesma obra. Por isso, corrigindo, como, aliás, propõe Carlos Alberto Ferreira, datamos a carta de 1627.

Por aqui nos faziam V. Eilm.^a chamado à corte, eu já me fazia prestes para o acompanhar, mas, segundo as vodas para que lá dizem convidam, melhor é estar em Braga, que em Madrid *leis em favor do rei se estabelecem*³⁴⁶; o iclipse da Lua foi grande e os astrólogos começam a sonhar males, reinos ressuscitados³⁴⁷ e ao prenóstico de Paris. A gente descontente não deve de falar connosco. No outro correio espero mandar a V. Eilm.^a a introdução da *Galantaria*³⁴⁸ num soneto; o papel me enfastiou de maneira que o não vi mais, que lhe acho muito descansado no referir no que outros disseram, que a pena não dá avareza como a graça. Fico ao serviço de V. Eilm.^a quem Deus guarde. A família pedimos a bênção.

Lisboa, 22 de Janeiro de 628

³⁴⁶ D. Francisco volta a citar *Os Lustadas* (IX, 28, v. 9). O mesmo verso, como anotou Maria Lucília G. Pires, é usado em «Prisões e solturas de uma alma» (*Divinos e Humanos Versos*, ed. cit., 346).

³⁴⁷ O ms. traz «recositados» que, parece-nos, haverá que ler «reçositados», isto é, ressuscitados..., o que é perfeitamente plausível no contexto cultural profético-astrológico desses anos.

³⁴⁸ Refere-se, pensamos, ao soneto que na edição de 1670 vem precisamente intitulado *Introducción* e cujo *incipit* é «Léame, y galantee docto luego» (*Arte de Galanteria*, ed. cit., 49).

Esperamos a V. Eilm.^a nos Estaus que inda que seja menos monarquia é menos trabalhoso império³⁴⁹. Enfim, em Lisboa o aplauso assim o grita. Fernão Correia leva vida de bem casado³⁵⁰ com que se defenderá de câs e versos; não tem nenhuma rezão após tanto³⁵¹ e tão luzido trabalho deixar por acabar um poema³⁵² que houve. Na pátria, os grandes engenhos todos topam em preguiça. V. Eilm.^a lho mande como perlado. Eu tenho dado em arribar à popa das musas para onde caminhava pola bolina e assim sem segunda não mando o soneto, que inda protesta por versos mudados. Veja V. Eilm.^a o que posso eu servir nesta terra, a quem Deus guarde.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 628

Dom Luis de Góngora anda já impresso com pouco luzimento; mandaram-no recolher em Castela, algum zelozo deve de o querer melhorar³⁵³.

³⁴⁹ Este voto de D. Francisco corresponde ao rumor acerca de D. Rodrigo vir a ser nomeado inquisidor geral por morte de D. Fernão Martins de Mascarenhas em 20.1.1628, que era, aliás, seu próximo parente (Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva, *História da inquisição portuguesa, 1536-1821*, ed. cit., 154; Manuel J. Felgueiras Gayo, *Nobiliário de famílias de Portugal*, VI, ed. cit., 586, 589).

³⁵⁰ De acordo com D. Barbosa Machado (*Bibliotheca Lusitana*, II, ed. cit., 22), foi casado com D. Maria de Sottomayor.

³⁵¹ O ms. tem «apostando» que nos parece ser uma aposta sem sentido... A leitura que propomos talvez permite o total sentido da frase, se aceitarmos que o antecedente do relativo «que» é «trabalho» e não «poema».

³⁵² Segundo Joaquim Heliodor da Cunha Rivara, *Catálogo dos manuscritos da Biblioteca Pública de Évora*, ed. cit., 77, o poema termina no canto 12.º com D. Pedro a declarar D. Inês de Castro sua legítima mulher e com o seu traslado fúnebre para Coimbra, etc..

³⁵³ *As Obras en verso del Homero Español que recogio Juan Lopez de Vicuña. Al Illustrissimo y Reverend.mo Señor Don Antonio Zapata, Cardenal de la Santa Iglesia Romana, Inquisidor gene-*

ral en todos los reynos de España y del Consejo de estado del Rey Nuestro Señor. Com privilegio. En Madrid, por la viuda de Luis Sanchez, Impresor del Reyno. Año MCXXVII, ainda a imprimir nos fins desse ano, devem ter sido postas à venda em começos de Janeiro de 1628, mas logo a 27 desse mês foram denunciadas à Inquisição, sujeitas a censura e, mediante a opinião dos censores, mandadas recolher a 3 de Junho de 1628, não sem antes terem circulado livremente. D. Francisco deve deduzir a sua recolha por, provavelmente, conhecer rumores sobre acusações contra a obra que, desde fins de Janeiro de 1628, corriam em Madrid (Dámaso Alonso estudou toda esta questão no seu «Prólogo» à edição fac-simile da de Vicuña, Madrid, CSIC, 1963, XXIII-XLIV).

Não se pode lograr tudo e não lograr nada é forte cousa. Depois de escrever a V. Eilm.^a que fá por capitão-mor das naus na conformidade que ElRei me mandara, arrebetou vizo-rei pera ir nelas Dom Francisco Mascarenhas³⁵⁴, eu pela confiança que se fazia de me elegerem pera as levar me fazia ir; hoje não tenho lugar mais que de capitão de ũa nau. A envenção de me nomearem foi cruel; eu não sou mercador nem tenho com que o ser; ia³⁵⁵ a ser honrado e não a serviço, que há muitos dias que não tenho olhos pera a cobiça nem trato mais que da openião. O ano passado não quis ir buscar um parente velho³⁵⁶, em ano de mais canela não me pareceu que devia de levar menos cãs que as minhas. Nesta confirmidade respondi ao senhor Arcebispo³⁵⁷; quiçá que pareça desatino ser curioso em tempo tão inimigo de opinião. Eu

botei por aqui, se a V. Eilm.^a lhe parecer que fiz o que devia não me ficará nada de que me arrepender, que para as iras do Conselho de Portugal aqui está o peçoço. Guarde Deus a V. Eilm.^a.

Lisboa, 8 de Março de 628

³⁵⁴ D. Francisco de Mascarenhas que deveria ter sucedido como vice-rei da Índia a D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, não o chegou a ser, porque ao ser recebida a ordem de lhe entregar o governo já tinha partido para Portugal comandando a nau «N.^a S.^a do Bom Despacho» que «arribou» em 27.8.1628. Veio a ser, entre 1633 e 1639, conselheiro de Estado do Conselho de Portugal (José F. Ferreira Martins, *Os vice-reis da Índia. 1505-1917*, ed. cit., 123-124; Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso, António Lopes, *As armadas da Índia. 1497-1835*, Lisboa, Comissão N. C. Descobrimientos Portugueses, 2002; Santiago Luxán Meléndez, «Los funcionarios del Consejo de Portugal: 1580-1640», in *Cuadernos de Investigación Histórica*, 12 (1989), 197-228).

³⁵⁵ O ms. traz «hir», mas parece-nos evidente distracção do copista, donde a nossa correcção.

³⁵⁶ O «parente velho» deve ser D. Francisco da Gama, 4.^o conde da Vidigueira, que, abertas as vias de sucessão em Março de 1628, deixava o governo da Índia e regressava a Portugal (José F. Ferreira Martins, *Os vice-reis da Índia. 1505-1917*, ed. cit., 121).

³⁵⁷ Deverá referir-se a D. Afonso Furtado de Mendonça, arcebispo de Lisboa e governador de Portugal (1626-1630).

Não sei se diga mal haja um arcebispo e mal haja um conde³⁵⁸. Para capitão-mor destas três naus me elegeu Sua Majestade fazendo-me mercê dela; meus pés atrás fiz, mas parece que não havia nenhum caminho de dizer de não e assim, posto que tarde e sem outro cabedal que mais que o que El rei dá para biscoito, vou à Índia. Toca de desterro, mas não é bem que quem tem filhos queira parecer tão amigo de ociosidade. V. Eilm.^a me encomende ao Senhor Dom Lourenço da Cunha e veja o que quer de lá. Venha rol e primeiro que tudo me mande encomendar a Deus. Ele guarde V. Eilm.^a mil anos, a quem espero de achar, se não em melhor lugar, porque o não há, ao menos mais perto de nós.

Lisboa, 11 de Março de 628

³⁵⁸ O arcebispo será o de Lisboa, D. Afonso Furtado de Mendonça; o conde não sabemos quem fosse. O conde de Basto? O conde de Portalegre? Ambos tinham governado imediatamente antes de D. Afonso Furtado de Mendonça.

Com um corregedor da corte em casa me achou esta carta de V. Eilm.^a, que Sua Majestade me ordenou após segunda amoestação para a Índia que me metessem no castelo de Almada com guardas. Mercês do tempo e parece que raivas, que eu não causei, e ali é força que as musas tornem às *Saudades*³⁵⁹ e eu vou com um ânimo mui largo lembrando-me do nosso Sá: *se a fortuna igual não for, seja o coração igual*³⁶⁰. O apelido inda que em mim foi emprestado³⁶¹, não se isenta em ninguém de desastres. Pecados há para tudo, mas a inocência defende-me no material. V. Eilm.^a viva mil anos, a quem Deus guarde.

Lisboa, 8 de Abril de 628

³⁵⁹ «Saudades» é um longo poema incluído, com tal título, em *Divinos e Humanos Versos* (ed. cit., 243-259). O título mais completo do poema, de acordo com algum ms. citado por Carlos Alberto Ferreira, seria: «Saudades, ou mortes de um Espirito, dedicados à Senhora Célia, único objecto delas» (Carlos Alberto Ferreira, *D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha* ed. cit., 2).

³⁶⁰ Nova citação, com adaptação ou variante («fortuna» por «bem») da «Écloga Basto» (vv. 389-390) de Sá de Miranda, *Poesias*, ed. cit., 170.

³⁶¹ Cremos que D. Francisco queria dizer que o apelido «Portugal» lhe não vinha por varonia, pois por esta seria «Gama», mudança que data do seu avô, D. Francisco de Portugal, filho do 1.º conde de Vimioso, como se pode verificar em D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, ed. cit., X, 2, § III, 359.

Acho-me com duas cartas de V. Eilm.^a que me têm aliviado grã parte do desterro que parece que faz mais raiva por ser à vista. Aqui passei a Semana Santa aonde remedei ãas redondilhas devotas com nome de *Suspiros*³⁶² que mandarei como as tresladar o tisoireiro da igreja que é aqui meu notário. Eu não tenho nehuma esperança de remissão neste caso, porque sustentar necesdades é calidade que costuma a durar e não acho outro nome a esta prisão que me enfada como se também não tivera meu pouco de Almada. Nela soube da tormenta que o Senhor Dom Manuel³⁶³ tem passado e sinto agora mais a clausura por lhe não poder

³⁶² «Los três suspiros a Cristo en la cruz» que, na realidade são quatro poemas – poema introdutório que tem por epígrafe um verso de Sá de Miranda («Si no se puede más, que suspiremos», Éclg. «Nemeroso») e os «suspiros» propriamente ditos «A Cristo em la cruz» –, apesar de D. Francisco ter tentado, como diz em cartas seguintes, a sua edição, só vieram a ser publicados em *Divinos e Humanos Versos* (ed. cit., 293-310).

³⁶³ D. Manuel de Meneses († 18.7.1628), Cosmógrafo-mor e experimentado general que, como vimos, comandou a armada portuguesa de socorro à Baía em 1625, ficou célebre pela sua estóica serenidade ao ser retratado por D. Francisco Manuel lendo um soneto de Lope de Vega (que, talvez, não fosse de Lope) no auge da tempestade que, no Golfo de Biscaia, tragicamente surpreendeu a armada portuguesa em 14.1.1627, durante a qual a maior parte dos «aventureiros» e da gente da armada perdeu a vida. D. Francisco parece referir-se aqui, mais que à tempestade que vitimou a armada, à «tormenta» por que passou D. Manuel de Meneses em Madrid ao tentar explicar as causas do naufrágio e o seu próprio comportamento (Francisco Manuel de Melo, «Naufragio da armada. Epanaphora tragica», *Epanaphoras de varia historia portugueza*, ed. cit., 252-253; José Adriano de F. Carvalho, «Silva melodina» in Isabel de Almeida, M.^a I. Rocheta, Teresa Amado (Org.), *Estudos para M.^a I. Resina Rodrigues, M.^a L. Pires, M.^a V. Leal de Matos*, Lisboa, Faculdade de Letras da Univ. de Lisboa, 2007, 487-497).

servir na sua sala de moço de recados; hoje me dizem está melhor, eu seguro que o ânimo esteja mui da parte do que Deus ordenar, que ele tem vivido como lhe não fará medo a morte. Deus lhe dê enfenita vida que é pai de pobres. V. Eilm.^a veja o que me ordena neste encerramento, a quem Deus guarde.

Do castelo de Almada, a 6 de Maio de 628

Quem se lembrará de um bichinho da terra tão pequeno quando as aves de altenarias vêm por aí em bolandas é diabo. Pragas de tantos, tudo tem no cabo a queda. Eu serei preso eterno³⁶⁴, porque aqui, segundo o uso, mente-se-me, eles não lhes dá disso. V. Eilm.^a me encaminha aos santos, rogo sem burla, mas, Senhor, *qué haremos a estos nuestros corazones?*³⁶⁵ As redondilhas tenho mandado tresladar, que nunca medrei cousa que soubesse ler. Pelas bocas dos maus também se dizem verdades. Eu estou sem olhos, que ver Lisboa de longe traz-me já quase cego, mas fico ao serviço de V. Eilm.^a a quem Deus guarde.

Do castelo de Almada, 27 de Maio 628

³⁶⁴ D. Francisco voltará a usar esta expressão – «serei preso eterno» / «há-de ser preso eterno» – em «Prisões e solturas de uma alma» (*Divinos e Humanos Versos*, ed. cit., 323) – obra que anunciará a D. Rodrigo em 30.9.1628 – para explicitar o arrastar do seu processo com evidente «sem-justiça», «sem-justiça [que] é um vício de vícios, filho da tirania, ruína da alma e das monarquias».

³⁶⁵ D. Francisco cita novamente a «Resposta de Francisco de Sá de Miranda á outra carta de Montemayor», v. 88 (*Poesias*, ed. cit., 458). Este verso, como assinalou Maria Lucília G. Pires, aproveita-o também o autor em «Carta a um amigo» em 20.9.1620 (*Divinos e Humanos Versos*, ed. cit., 361).

Acho-me preso, castigado sem novas de V. Eilm.^a neste castelo aonde cuido que não pode haver redenção, que quem não tem de que se livrar não pode deixar de arrastar grillhões eternos. A esta conta me foge tudo e seu afillhado de V. Ilm.^a, meu filho Dom António, nos deixou e se fez frade dominico aonde está contente³⁶⁶. Queira Deus esteja também constante. Esse soneto lhe fiz trás aquilo de *A quem como foi pai, fora praceiro*³⁶⁷. Fez-me saudade com a eleição mais que com o sangue, V. Ilm.^a viva mil anos, a quem Deus guarde.

Deste castelo de Almada, 2 de Julho de 628

³⁶⁶ O soneto a D. António de Portugal quando se meteu frade dominicano vem publicado em *Divinos e Humanos Versos* (ed. cit., 85).

³⁶⁷ Trata-se da citação um pouco alterada dum verso (72) da Elegia de F. de Sá de Miranda «A António Ferreira em resposta de outra sua»: «Oh quem como era pai, fora parceiro» (*Poesias*, ed. cit., 463). A citação, devidamente identificada por Maria Lucília G. Pires, encontra-se também em «Prisões e solturas de uma alma» (*Divinos e Humanos Versos*, ed. cit., 344).

Aqui dei ũa pitição que o Senhor Arcebispo diz que favoreceu; não há quem se lembre de me soltar quando tudo são solturas *inda que eu me ria e cale, bem sei eu por que a do vale*³⁶⁸. Pesco ao candeio³⁶⁹, que as noites são capa de presos e tenho já por vida esta descomodidade. O dominico está neste mosteiro de Almada contente e com acções de bom frade; Deus sempre escolhe o melhor. As redondilhas cudo de mandar vender pelo sacamolas³⁷⁰, inda que seja com risco de que se diga *idos mil siloliquios con un ciego*³⁷¹.

V. Ilm.^a sempre me faz mercês, a quem Deus guarde. Deste castelo a 4 de Julho de 628

³⁶⁸ D. Francisco aproveita, aplicando-os ao seu caso, de um modo talvez voluntariamente incompleto, os primeiros versos de umas redondilhas «Sobre a prisão de um seu galego. A seu cunhado Manuel Machado, Senhor da terra d'antre Homem e Cávado»: «Inda que eu ria e cale, / Que me eu faça surdo e cego, / Bem vejo eu por que a do Vale / Correu tanto ao meu galego» (F. de Sá de Miranda, *Poesias*, ed. cit., 61).

³⁶⁹ Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portugueza*, ed. cit., *sub voce*: «Facho que serve para pescar ou caçar de noute».

³⁷⁰ Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portugueza*, ed. cit., *sub voce*: «O tirador de dentes; diz-se por abatimento do mau dentista, o tirador de dentes».

³⁷¹ Supomos que no original de D. Francisco estaria *solilóquios*, mas...

Depois de ter escrito esta a V. Ilm.^a me deram ũa; por certo que inda que não filosofo que faço também rosto a esta sem rezão como quem espera outras maiores, que me dizem que falam estes senhores em perdimento de bens e castigo pessoal. Se o estado o consentira, acolhera-me à Igreja. Fr. João de Portugal³⁷², meu irmão, frade bento, quer que V. Ilm.^a no-la faça de ũa carta para o geral em que o queira nomear e eleger nos que houverem de defender as conclusões no capítulo geral, porque estes ficam nas escolas que e é o que ele quer, se é cousa possível. Honre-nos V. Ilm.^a a quem Deus guarde.

Deste castelo de Almada, de Julho 20 de 628

³⁷² Como dissemos em nota anterior, D. António Caetano de Sousa não dá qualquer irmão de D. Francisco chamado D. João que tenha sido «frade bento». O único dos irmãos com esse nome teria morrido novo, e o único que foi frade chamava-se Álvaro e foi franciscano. Tampouco Alão de Morais e Felgueiras Gayo conhecem este irmão. Note-se, contudo, que um nobiliário consultado por Carlos Alberto Ferreira, mas por ele não bem identificado, dá um D. João, frade bento, como um dos irmãos de D. Francisco (Carlos Alberto Ferreira, *D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sōr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, ed. cit., 3).

Mil correios há que não tenho novas de V. Ilm.^a, será a causa a visita que é também desterro. Eu estou tão natural destas ruínas que as tenho por amigas e às vezes falo com elas em meus versos, que até o engenho tem descomposto esta sem rezão que só agora me parece vai sendo esquecimento. Bom corsário Barba Roxa é este que têm em cadeias, quiçá que venha a dizer, com o poeta, *desdichas me darán fama*³⁷³. A V. Ilm.^a lhe vaticinam o trabalho deste governo quanto mais miserável está e lhe são necessários mais fortes ombros. V. Ilm.^a tem-me em toda a parte a seu serviço, a quem Deus guarde.

Deste castelo de Almada, 24 de Julho de 628

³⁷³ O poeta é Lope de Vega em *El peregrino en su patria*, de quem D. Francisco cita, adaptando-o às suas circunstâncias («me» em vez de «nos»), o último verso de um poema preliminar que fecha o «Prólogo» da novela. Falando com a sua «pátria», Madrid, o «Peregrino» (Lope) crê que até as infelicidades que lhe possam advir da passagem da corte a Valladolid (1601-1606), lhe trarão glória como aconteceu com Tróia. A obra editada, em 1604, em Sevilha por Clemente Hidalgo, conheceu logo outras edições em Madrid (1604, 1605, 1618), Barcelona (1604, 1605), Bruxelas (1608), etc. (Conf. *El peregrino en su patria*, Ed., prólogo y notas de Juan. B. Avall-Arce, Madrid, Castalia, 2001, 67, 38, respectivamente; Clara Loisa Penney, *Printed books – 1468 – 1700 – in the Hispanic society of America*, New York, The Hispanic Society of America, 1965. 586).

A prisão vai durando sem ser sarabanda³⁷⁴ e dura. V. Ilm.^a nunca se descuida de me fazer mercês, eu vou-me furtando às musas, porque sou larasqueiro³⁷⁵; porém não me desobriço das redondilhas nem da *Arte da Galantaria* que tenho já mais em branco, porém ainda da minha letra. Falta-me ũa cabeça de motes que anda nas obras de Dom Manuel de Portugal e outra que anda em Francisco de Sá, mais antigo, que começa *ũa cousa cuidava eu*³⁷⁶. Tenho-me com os motes do nosso padre, se for bom frade. V. Ilm.^a me tem feito muita mercê no acreditar o bento com [o] geral³⁷⁷. As novas darão os cortesões, porque até essa particularidade de preso me falta. Fui ao candeio ũa noite, matei noventa peixes. Fez-me saudades Palença³⁷⁸, tudo o bom se acaba. V. Ilm.^a viva mil anos.

Deste castelo de Almada, 20 de Agosto de 628

³⁷⁴ Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portugueza*, ed. cit., *sub voce*: «Sarabanda: música e dança alegre com meneios de corpo um pouco indecorosa. Figuradamente: reprehensão áspera e severa».

³⁷⁵ Não encontramos dicionarizada esta palavra.

³⁷⁶ Para a questão das cabeças de motes aqui assinaladas, permitimo-nos remeter para *Arte de Galanteria*, ed. cit., 138-139, 134-135, respectivamente.

³⁷⁷ Agradece D. Francisco a recomendação que, a seu pedido, tinha feito de seu irmão D. João, monge de S. Bento, ser nomeado um dos que defenderiam conclusões no capítulo geral.

³⁷⁸ É provável que dadas as relações familiares com Almada e a situação nesse momento de D. Francisco – preso no seu castelo – seja uma alusão a Palença, um lugar da freguesia de Pragal, concelho de Almada.

Vão naus, vêm naus e eu a jazer. O Senhor Arcebispo teve o poder para os ferros, para me tirar deles quiçá que tenha só a vontade. Inda assim tenho por melhor o estar preso, queixoso, que arribado solto. Venha o Demo e escolha. Dom Francisco Mascarenhas sobre vizo-rei o fizeram inquisidor geral, com perdão das mitaras³⁷⁹. Aqui vim de rebuço a ùa febre má que tem nosso parente Dom Antão³⁸⁰, com aperto, posto que hoje ouço amanheceu com algũa melhoria; que não sei que haja em que cuidar senão em suspiros³⁸¹, *sendo tudo tão incerto sendo tão certa a morte*. V. Ilm.^a viva mil anos pela mercê que me faz no frade, a quem todos pedimos a benção.

Desta prisão, a 2 de Setembro 628

³⁷⁹ O mesmo que «mitras», quer dizer, dos bispos. Deverá haver qualquer ironia na afirmação, pois D. Francisco Mascarenhas, leigo, militar, não podia ser provido em semelhante cargo que, curiosamente, estava vago por morte de D. Fernão Martins de Mascarenhas (28.1.1628). O Senhor de Fronteira talvez quisesse dizer ou que D. Francisco de Mascarenhas, «arribado» com a nau que comandava no seu regresso da Índia, e não tendo sido investigado, foi «solto» (v. carta anterior), o que mostrava ser tão poderoso que iria ocupar o cargo, ou que estava relacionado com qualquer investigação acerca da sua prisão e do seu processo. Qualquer das hipóteses permitiria a nossa sugestão sobre o sentido irónico da afirmação.

³⁸⁰ Refere-se, como dissemos, a D. Antão de Almada.

³⁸¹ D. Francisco, no contexto da doença e risco de morte de D. Antão de Almada, joga com o título do seu poema *Suspiros (Los três supiros a Cristo en la cruz)*, então esperando a licença da inquisição para poderem circular e, obviamente, com o «cuidar e suspirar» do *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*.

Aqui embuçado me tomou esta carta de V. Ilm.^a, que a doença de Dom Antão fez-me romper a clausura, hoje me torno aos ferros. Ele fica bem e lá acabarei de remendar a *Arte de galantaria* com as cabeças dos motes que são as que me faltavam que os «Espíritos»³⁸² tenho cá. O gosto vai já dando-se das pontas³⁸³, a prisão dura e *a fortuna faz o engenho frio*³⁸⁴. Não sei cousa de novo, que até esta indulgência de preso me falta e nunca falta quem canse, o ânimo se há cuidados domésticos até cуда. V. Ilm.^a tenha a vida que deseja ou o que dizem estes versos *Vivas, César, lo que importa y tendrás más larga vida*³⁸⁵.

Desta casa, a 9 de Setembro de 628

³⁸² «Espíritos» intitulou uma série de poemas de autores da sua família («os Portugais») e dele próprio em louvor da dama de palácio que servem como que de introdução a *Arte de Galanteria* (Conf. ed. cit., 33-48).

³⁸³ Em carta anterior apontamos o sentido desta expressão.

³⁸⁴ Cita novameente *Os Lusíadas* (X, 9, v. 3).

³⁸⁵ Não conseguimos identificar o autor destes versos que D. Francisco voltará a citar.

Barata é ũa memória do Senhor Conde Duque por ũa prisão; já que não pode ser favor seja ódio, *que es como no haber sido un olvidado y no hay mal que se iguale a no haber sido*³⁸⁶. A consulta que se fez no Conselho, me escrevem, se empatou enriba sem esquecer. Para a fazer corrente serão necessárias as intercessões de minha avó, que por elas temos nós todos os acertos e Dom Antão a saúde. O Inverno botou a perder as vendimas. Que isto levo já daqui: conhecer o boal e o arinto. O mar vai-se enevoando e até estas paredes se cansam já comigo. Vou apolegando³⁸⁷ ũa mistura de prosa e versos a que chamo *Prisões da alma*³⁸⁸, V. Ilm.^a dirá que nada sai à praça; tal e tudo da expulsão de Portalegre³⁸⁹ escreverão outros, tornou a cair na quele

³⁸⁶ São os dois versos finais de um soneto de Lupercio Leonardo de Argensola (*Rimas* de Lupercio y Bartolomé L. de Argensola, Ed., prólogo y notas de José Manuel Blecu, Zaragoza, Institución «Fernando el Católico», 1950, I, 52). Como assinalou Maria Lucília G. Pires, D. Francisco também os utiliza em «Prisões e solturas de uma alma» (*Divinos e Humanos Versos*, ed. cit., 349).

³⁸⁷ Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portuguesa*, ed. cit., *sub voce*: «Apolegar: amassar com os dedos».

³⁸⁸ A obra, com o título «Prisões e solturas de uma alma» veio a ser incluída em *Divinos e Humanos Versos*, (ed. cit., 315-355).

³⁸⁹ Como em carta anterior, refere-se seguramente a D. Diego de Silva, 5.^a conde de Portalegre que, tendo sido governador de Portugal, juntamente com o conde de Basto, de 26.9.1623 até 13.9.1626, ainda se manteve à frente do governo até 6.4.1627, data em que entrou o novo governador, D. Afonso Furtado de Mendonça. Por motivos vários, vagamente evocados por D. António Caetano de Sousa, renunciou à sua casa e ofícios palatinos em seu irmão D. Manrique de Silva e, conservando o título de conde de Portalegre, retirou-se da vida de corte. Ainda assim, não podemos precisar o sentido em que D. Francisco fala da sua «expulsão». Dos negócios do Reino, como parece sugerir, em *Epanáfora Política*, Manuel de Melo? (António de Oliveira, *D. Filipe III*, ed. cit., 418; D. António

do mandar. Tenho-me com Dom Bernardo de Taíde que de bispo em agração³⁹⁰ veio a mamar Guimarães maduro. Guarde Deus V. Ilm.^a, que a sátira *me voy mi paso a paso*³⁹¹.

De Almada, a 30 de Setembro de 628

Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, IX, 3, ed. cit, X, 77-78; Francisco Manuel de Melo, «Epanaphora política» in *Epanaphoras de varia historia portugueza*, ed. cit., 11-12).

³⁹⁰ Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portuguesa*, ed. cit., *sub voce*: «Em agração: incompleto, na flor da idade..., não sair das verduras...», com o que D. Francisco parece indicar que, tendo já alguns benefícios eclesiásticos, D. Bernardo de Ataíde, filho de D. António de Ataíde, 1.^o conde de Castro Daire, vivendo, desde a mocidade, na expectativa de ser bispo, veio a ser nomeado já «maduro», prior da Colegiada de Guimarães, pingue prelatura de que veio a tomar posse em 15.7.1629. Chegou, porém, a ser nomeado bispo de Portalegre, estando em Espanha, quando D. João IV já tinha sido aclamado, pelo que a nomeação não teve efeito. Foi depois bispo de Astorga, Ávila e morreu eleito arcebispo de Burgos (D. António Caetano de Sousa (*História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, II, 7, § 3, ed. cit, 303- 304; Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, ed. cit., II, 645-646).

³⁹¹ Parece-nos uma reminiscência da dedicatória (vv. 64-65) da Écloga «Nemeroso» a António Pereira: «Embiásteme el buen Lasso / Iré paseando [pagando] así mi paso a paso» (F. de Sá de Miranda, *Poesias*, ed. cit., 351).

Chegou tarde, mas chegou um Escrivão do Crime da corte com o capítulo da carta de El Rei de Castela, como dizia o grande Dom Manuel de Portugal, que continha o seguinte:

«Dom Francisco de Portugal, preso no castelo de Almada por aceitar e depois não querer ir à Índia, lhe tirareis as guardas deixando ficar nele sob³⁹² sua menagem».

Não me desconsola muito a duração do castigo que me tem nesta perseguição de honrados que é martírio, que é força que passem os que têm *rosto ao sim, rosto ao não*³⁹³. Deixando isto, V. Ilm.^a tenha muita vida e saúde que este mundo de cá está ou pera o rir sempre ou pera o chorar sempre. Eu não posso dizer como o poeta *o que li e o que escrevi inda me não enfadei*³⁹⁴, porque estou cansadíssimo com este descurso da galantaria, falta-me pera uns espíritos de Portugais³⁹⁵, versos do primeiro conde de Vimioso e Dom Francisco de Portugal³⁹⁶; se nos cancioneiros velhos se

³⁹² O ms. traz «sobre», mas parece-nos que a correcção se impõe.

³⁹³ Nova reminiscência de Sá de Miranda, Écloga «Basto» (v.16), *Poesias*, ed. cit., 156, conhecidíssimo verso que volta a citar em «Prisões e solturas de uma alma» (*Divinos e Humanos Versos*, ed. cit., 345).

³⁹⁴ Ligeiramente deturpados, são os versos 289-290 da carta de Sá de Miranda a Pêro de Carvalho: «Co que li e co que escrevi / inda me não enfadei» (*Poesias*, ed. cit., 224).

³⁹⁵ D. Francisco Manuel de Melo cujas notícias são sempre preciosas, mas nem sempre precisas, conhecedor, em manuscrito, de algumas obras de D. Francisco de Portugal, teve estes «espíritos de Portugais» por uma obra autónoma o que, a ser verdade, poderia indicar que esse conjunto de poemas assim teria circulado ou a assim se apresentaria em algum ms. (*Hospital das Letras*, ed. cit., 78).

³⁹⁶ Afinal, contrariamente ao que sugere em carta anterior, ainda não tinha todos os poemas com que pensava formar essa «antologia» a que chama «espíritos» que, destinados a fechar

topar alguma coisa que escapasse à traça, ao pó da aldeia será dar fim com eles a escrever versos que o cuidado do garrotilho que anda por aqui atrevido não a ajuda. Guarde Deus a V. Ilm.^a.

Deste castelo, 21 de Outubro de 628

Arte de Galanteria, D. Francisco «transplantou» (a palavra é sua) para o começo da obra, servindo-lhe como que de introdução. Nessa pequena selecta de poesia palaciana vêm, efectivamente, incluídos o 1.º conde de Vimioso e D. Francisco de Portugal, sendo este último identificável com o fidalgo que, a não ter seguido a causa do Prior do Crato, teria sido o 3.º conde de Vimioso (D. Francisco de Portugal, *Arte de Galanteria*, ed. cit., 35-36, 37, 178-179).

Tudo o que for castigo mau não pode deixar de durar muito, nem me pode consolar *que mañana es carcelero el que es hoy encarcelado*. Até o ir-me³⁹⁷, preso, curar de alguns achaques a minha casa me negou o Arcebispo por suspeito em meu favor; *de toda a parte venta*³⁹⁸, o ânimo pronto está, mas a carne dói-se. V. Ilm.^a me faz sempre largas mercês. E ou é mulher ou raiva, também enfadam *las blandas musas que alivian el peso*³⁹⁹. Por aqui vão grandes e novos governos todos a desajudar-se a pátria, *sendo todos de um ventre produzidos*⁴⁰⁰, tudo desajudando⁴⁰¹ a tudo. *Cuando Roma conquistaba, Quinto Fabio la regia*⁴⁰²... O garrotilho tem levado ao céu toda a inocência deste lugar, também lhe fogem os

³⁹⁷ O ms. tem «ver-me», mas deverá ser erro, pois o contexto exige «ir-me».

³⁹⁸ F. de Sá de Miranda, canção «A Nossa Senhora», v. 48 (*Poesias*, ed. cit., 88).

³⁹⁹ F. de Sá de Miranda, dedicatória ao duque de Aveiro da Écloga «Andrés», v. 34 (*Poesias*, ed. cit., 318).

⁴⁰⁰ Um novo verso de Luís de Camões, *Os Lusíadas*, VII, 9, v. 4.

⁴⁰¹ Um pequeno borrão e o que parece ser uma correção não permitem decidir com segurança se há que ler «desajudado» ou desajudando»; optamos por esta última leitura por nos parecer mais conforme à sintaxe.

⁴⁰² Trata-se dos primeiros versos de um «Dezir qu'el noble cavallero Gomez Manrique fizo, que yntitulo la esclamaçion e querella de la governaçion», trovas que, com alguma variante, foram parcialmente comentadas em «Introduçion al dezir que compuso el noble cavallero Gomez Manrique, que yntitula: Exclamaçion e querella de la governaçion, al muy noble e muy reverendo señor, su singular señor, Dom Alfonso Carrillo, por la gracia de Dios arçobispo de Toledo, por el Doctor Pero Diaz», Gómez Manrique, *Cancionero* (Publicale con algunas notas D. Antonio Paz y Méliá), Madrid. Imprenta de D. A. Pérez Dubrull, 1885-1886 (Ed. fac-simil, Palencia, Diputación Provincial, 1991), I, 188-193 e II, 230-278, respectivamente.

grandes, eu apelo para as obras, *mal se for, mal se não for*⁴⁰³. Guarde Deus a V. Ilm.^a.

Deste castelo, 4 de Novembro de 628

⁴⁰³ Citação de Sá de Miranda, Écloga «Basto» em variante textual apontada por D. Carolina Michäelis, *Poesias*, ed. cit., 180. Como muito bem anotou Maria Lucília G. Pires, a mesma citação vem igualmente em «Prisões e solturas de uma alma» (*Divinos e Humanos Versos*, ed. cit., 323).

O garrotinho tem feito notável estrago nesta vila. O senhor arcebispo governador me não concedeu dias de preso em casa que lhe pedi pera reparar alguns achaques que me pegaram estas ruínas aonde fico e aonde tenho dados os derradeiros borrões no meu tratado⁴⁰⁴ da *galantaria* que me parece mais frio que este outeiro. De uns pedaços de cancioneiros me remedei nos espiritos. Se V. Ilm.^a baixar a Tomar⁴⁰⁵, como se rugue, arrastando os ferros lhe iremos tomar ũa bênção. O tempo aqui é de Inverno, Braga também dizem que não é abrigada. Em calma e frio se passam as idades e a idade *e tudo mais renova e lá é sem cura*⁴⁰⁶. Mande-me V. Ilm.^a boas novas de sua saúde, a quem Deus guarde.

Desta prisão, 11 de Novembro de 628

⁴⁰⁴ Carlos Alberto Ferreira leu «tralado», mas cremos que é possível ler «tratado», o que, cremos, é mais consoetâneo com o contexto.

⁴⁰⁵ Apesar do que se «rugia», D. Rodrigo não desceu a Tomar aquando da reunião, em Abril de 1629, de alguns prelados portugueses para uma tomada de posição conjunta que de longe se vinha preparando em defesa da Inquisição sob o pretexto do propalado aumento dos cristãos novos e do temor aos privilégios que pudessem ser-lhes concedidos em desfavor do tribunal (José Pedro Paiva, *Baluartes da fé e da disciplina. O enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal: 1536-1750*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, 231-236; João de Figueirôa-Rêgo, «*A honra albeia por um fio*». *Os estatutos de limpeza de sangue nos espaços de expressão ibérica. Seculos XVI XVIII*, Fundação C. Gulbenkian / FCT, Lisboa, 2011, 174-184 (cap. «A junta de bispos reunida em Tomar [1629]»).

⁴⁰⁶ Como facilmente se reconhece D. Francisco cita o último verso do célebre soneto mirandino «O sol é grande...», mas a lição correcta é: «Tudo o mais renova: isto é sem cura» (F. de Sá de Miranda, *Poesias*, 81).

Já eu começo a cair a casa que porta não tinha. O estar o ânimo filósofo não tira de quando em quando fazer a carne seu ofício, mas o fazer da nicissidade ver-tude é força até nos mais sofridos. Para tornar à Índia não vejo nenhuma rezão senão o estar preso, que dizem que com os do Limoeiro se há-de fazer armada deste ano; aqui há novas da nau e das paulinas⁴⁰⁷ contra o Vidigueira, mas ele virá cheio de diamantes⁴⁰⁸ e dar-lhe-á pouco das censuras e ferros de El Rei⁴⁰⁹. As *Prisões* tenho escritas por não ter quem treslade logo mal tudo e ficam como os *Suspiros* mudos. V. Ilm.^a tenha muita saúde, a quem Deus guarde.

Deste castelo 25 de Novembro de 628

⁴⁰⁷ Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portugueza*, ed. cit. *sub voce*: «Reprehensão forte, descompostura acerba».

⁴⁰⁸ Ivone Correia Alves, *Gamas e condess da Vidigueira*, ed. cit., 303-310, publicou o «Inventário dos bens móveis do 4.º conde da Vidigueira e vice-rei da Índia, D. Francisco da Gama» em que muitas verbas registam, efectivamente, diamantes e outras pedras preciosas e metais nobres.

⁴⁰⁹ O conde da Vidigueira, em consequência de actos desafortunados de governo aliados ao que se dizia ser um grande orgulho e consequente prepotência, era tão odiado que os ecos da má vontade que contra ele corria chegaram a Madrid e, depois de ter sido deposto do vice-reinado, se mandaram sequestrar os seus bens. Disso foi encarregado o inquisidor mais antigo de Goa que levou o seu zelo ao ponto de serem apreendidos ao conde papéis particulares. Estes, muitos dos quais interessavam à sua defesa, nem em Goa nem em Lisboa, apesar de reclamados, lhe terão sido devolvidos (José F. Ferreira Martins, *Os vice-reis da Índia. 1505-1917*, ed. cit., 103-104, 121-122; Manuel Xavier, SJ., *Compendio universal de todos os visos reyes, governadores...*, in *Oriente Português*, XIII (1916), 326 e XIV (1917), 11, indica que o vice-rei, preso no paço de Daugun e a sua fazenda confiscada, regressou a Lisboa na nau «Monte Calvário de Jesus», comandada por Jorge de Siqueira Varejão, em 17.3.1628; Ivone Correia Alves, *Gamas e condess da Vidigueira*, ed. cit., 242-243, oferece algumas precisões sobre a difícil situação do conde da Vidigueira evocada por D. Francisco).

Sempre V. Ilm.^a tenha a saúde que lhe desejo, eu tenho feito vida de não ter liberdade e tomo meus gazeios⁴¹⁰ a minha casa; venho inda estar mais preso com desastres no enxoval de Almada, que o castelo não guarda bem despojos. Aqui chove com a entrada de Dezembro feramente sobre muito sol *del tiempo o muy lluvioso o muy enjuto*⁴¹¹. Nestas mudanças se envelhece também o mundo, tudo corre ao seu fim. As musas dormem, sem no⁴¹² ânimo livre mal se filosofa. Das novas da terra não sei nada. Guarde Deus a V. Ilm.^a.

Desta prisão, 2 de Dezembro 628

Tenha V. Ilm.^a mui boas festas, molhadas são elas por cá e até no tempo seco sou preso de molho. Paciência se há mister para tudo da vida. Eu há dias que me têm costumado *para sufrir los de fuera*, como Sócrates dizia. Confesso-me amargurado, que o espírito não pode sofrer tanto: *las olas que otros levantan se vienen romper en mí*⁴¹³. As minhas patranhas não merecem boa letra, são musas de abanamosca⁴¹⁴ quando se costumam de quebra sino. Se sou de préstimo ao serviço de V. Ilm.^a aqui está o desejo, a quem Deus guarde.

Desta prisão, 23 de Dezembro 628

⁴¹⁰ Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portuguesa*, ed. cit. *sub voce*: «Gazeio: Falta à escola ou à lição, por vadiar».

⁴¹¹ D. Francisco repetirá esta metereologia poética, condicionante da vida dos «pobres labradores», mais adiante, que outro não é que um verso da Fábula «Mondego» (v.196) de F. de Sá de Miranda (*Poesias*, ed. cit., 274).

⁴¹² Mantivemos «no» resultante da projecção da nasalidade anterior sobre o pronome pessoal [«sem o»].

⁴¹³ A identificação da autoria desta frase – destes versos? –, igualmente citada em «Prisões e solturas de uma alma», resistiu mesmo a todo o saber de Maria Lucília G. Pires (*Divinos e Humanos Versos*, ed. cit., 346).

⁴¹⁴ Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portuguesa*, ed. cit. *sub voce*: «Abanamosca: palavra de uso familiar a que se antepõe sempre a preposição *de*; emprega-se para exprimir leveza, facilidade, descuido».

Em esta entrada de ano os tenha V. Ilm.^a mui felizes, eu vou durando nesta prisão que, por isso, a conheço mal, porque dura e, às vezes, quando o ânimo não está muito filósofo, tenho nojo de ser tão mofino, mas Deus sabe o que se pode chamar ventura dos virreais depostos e eleitos. Saberá V. Ilm.^a: estes alcatruzes ninguém lhe escapa. Diogo de Paiva⁴¹⁵ *tal es él cual dizen dél*⁴¹⁶: dado aos livros, bom companheiro nas pescarias de cana, o bem que tem Almada. Porém, eu colho antes a clausura com que me furto nesta casa que a do castelo que toca caírei não caírei. Musas, que são lagartos, sempre é bom que durmam; os de Dom Francisco de Quevedo sempre têm graça e não começa sem ela um romance que aqui anda seu também de preso⁴¹⁷. V. Ilm.^a viva o que lhe desejo, digamos milhor

⁴¹⁵ Diogo de Paiva de Andrade (1576-1660), filho do Cronista-Mor Francisco de Andrade, vivia em Almada onde, aliás, faleceu. Poeta em latim, é o autor, entre outros escritos em vários géneros e metros que ficaram inéditos, do poema *Chauléidos libri duodecim...* (Lisboa, Jorge Rodrigues, 1628) e de *Casamento perfeito* (Lisboa, Jorge Rodrigues, 1630), obra esta elogiada, em soneto preliminar, por D. Francisco Manuel de Melo, então com 22 anos (D. Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, I, ed. cit., 687-689).

⁴¹⁶ Verso de F. de Sá de Miranda, Écloga «Alejo», v. 307 («Tal se es él, tal dizen dél») que D. Carolina cita como variante atestada pelas edições de 1595 e 1614 (*Poesias*, ed. cit., 113).

⁴¹⁷ É possível que D. Francisco aluda ao romance que, em algum ms., leva por título «Quevedo estando preso por los negocios del Osuna en Joray» cujo *incipit* «Son las torres de Joray / Calaveras de unos muros / que el tiempo dejó en los güesos / en un castilo difunto...», parece condizer com a situação e circunstâncias de D. Francisco de Portugal, também preso num castelo em ruínas. É, porém, igualmente possível, como propõe Maria Lucília G. Pires para um romance que D. Francisco escreve por estas datas e introduziu em «Prisões e solturas de uma alma», que aluda a uma «jácara» do mesmo autor que começa: «Zampuzado en un banasto / me tiene su majestad...

com o poeta⁴¹⁸: *Vivas, César, lo que importa, que será más larga vida*, a quem Deus guarde.

Destes muros, a 30 de Dezembro de 628

(*Obra completas*. II, *Obras en verso*, ed. cit., 327-328, 191-193, respectivamente; *Divinos e Humanos Versos*, ed. cit., 341, n.º 157).

⁴¹⁸ O ms. traz «co poeta» que desenvolvemos.

Nisso que tenho asas, tenho trás filosofia; cuido pouco do material. V. Ilm.^a terá por lá neves, mas terá também mais livre o sol que logro nestas jinelas e que o Conselho de Portugal não me pode tirar quando me tira a liberdade. Por aqui não ouço cousa que escreva, porque isto de dizerem que se nega a imortalidade da alma em castelo velho é neles⁴¹⁹ leve brinco de junco. As musas se não tornam e o chiu chiu dos pardais não sei eu que as possa acordar que para as madamas Lauras. Mande-me V. Ilm.^a em que o sirva, a quem Deus guarde.

Lisboa, 3 de Janeiro de 629

Os holandeses, segundo a fama, fazem entremeses de castelhanos com pluma e eles, briados, tomando-lhe a prata e ouro que lhe largam fugindo⁴²⁰. *E tudo, sem mintir, puras verdades*⁴²¹; cá criam-se galinhas. Veja, V. Ilm.^a, que muito que sejamos galinhas. Eis aqui as novas que sei: o resto do Conselho afirma-se que marcha para cá onde os que foram dele passam dela e dela; *dói-lhe pouco a dor alheia, querem que nos doa a sua*⁴²². Presos dão novas de enxovia. A Coresma chega-se e eu jubilando em ferros; nela detrimino de dar aos cegos os *Suspiros*. V. Ilm.^a mande-me em que o sirva, a quem Deus guarde, e todos pedimos a bênção.

Lisboa, 9 de Fevereiro de 629

⁴²⁰ Creemos que, dado o seu impacto na opinião pública, nas finanças reais e, mais tarde, na vida do general Juan de Benavides, D. Francisco ainda estará a comentar a notícia da captura, por Piet Heyn, da «Flota de Nueva España» que, ocorrida em 8.9.1628, só veio a ser conhecida em Madrid três meses e meio mais tarde: «A los 22 [Diciembre de 1628], llegó nueva a la Corte, por via de Flandes, de que el Olandés havia tomado la Flota de Nueva España, de que iba por General Don Juan de Benavides y por Almirante Don Juan de Leoz, entrambos del Hábito de Santiago; en la qual dicen yvan las cosas siguientes: Millón y médio en plata registrada, en barras y dineros; Ciento y diez y siete mil y diez y nueva libras de plata en barras, fuera de Registro; Mil y diez y siete cajones de cochinilla silvestre; Seiscientos y diez cajones de cochinilla campeche; Dos mil ciento y doce cajones de añir; Treinta mil y setecientos cueros; Quatrocientos cajones de sedas; trescientos cajones de açúcar; Otros cien cajones que no se havían abierto, dicen que eran de chocolate, y en cada uno suelen venir setenta cajas. Todo lo qual se regula a seis millones y medio» (G. Gascón de Torquemada, *Gazeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 295; J. H. Elliott, *El Conde-Duque de Olivares. El político en una época de decadencia*, ed. cit., 364-365, 369).

⁴²¹ D. Francisco cita, uma vez mais, um verso de *Os Lusíadas* (V, 23, v. 8).

⁴²² Francisco de Sá de Miranda, Écloga «Basto», vv. 324-325, *Poesias*, ed. cit., 168.

⁴¹⁹ O ms. repete aqui «é» [he], que eliminámos.

Tem sido esta lua de alporcar⁴²³ mulheres sendo de alporcar cardos. Uns nadem, outros morrem, assim vai alterando o tempo vário o bem com o mal. Ontem foi dia chuvoso, mas de muitos deciplinantes na Procissão dos Passos; eu não dou nenhum na minha prisão e assim ouço e não vejo e me estou nesta casa *atado a mi fortuna*. Os *Suspiros* não saíram mais da Inquisição, deviam-lhe de achar por onde. V. Ilm.^a não tem mau hóspede no conde que é amigo dos livros⁴²⁴. O entredito⁴²⁵ não é boa lampreia. Eu não sei nada do mundo, a jubileu desenviolara, e noutras, fazendo contas com a consciência, *erradas as pequenas e as maiores*⁴²⁶. Fico ao serviço de V. Ilm.^a e toda a família pedimos a bênção episcopal, a quem Deus guarde.

Lisboa, 10 de Fevereiro de 629

⁴²³ Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portugueza*, ed. cit., *sub voce*: «Alporcar: mergulhar, cobrir de terra a extremidade de um ramo de uma planta».

⁴²⁴ Não descortinamos quem fosse este bibliógrafo ou bibliófilo conde.

⁴²⁵ Foi-nos impossível esclarecer a que interdito, lançado, certamente, pelo arcebispo de Braga em 1629 – pelo Carnaval? Pela Quaresma? –, se refere D. Francisco.

⁴²⁶ Ainda que não assinalado como citação por D. Francisco, trata-se de mais um verso de Sá de Miranda, Écloga «Encantamento», vv. 67-68: «Quanta conta se faz e se desfaz, / Erradas as pequenas e as maiores» (*Poesias*, ed. cit., 480).

Não sei que escreva a V. Ilm.^a, que *las nuevas de acá todas son viejas*. O Vidigueira, depois das trovoadas da Índia, trouxe ordem [de] seu genro⁴²⁷ para que venha para sua casa que é bem galante cousa. Assim prendem e soltam acaso, só eu sou preso de reixa velha⁴²⁸; agora será necessário deixem chegar os framengos, Tristão de Mendonça⁴²⁹ lhe sai a franquear nũas urcas; não sei se poderá ser virote que se perde buscando outro. A Coresma se chega e os *Suspiros* faço conta de os botar de molho nela para as beatas como grãos. V. Ilm.^a

⁴²⁷ Dos genros do 4.º conde da Vidigueira – D. Rodrigo da Câmara (futuro conde de Vila Franca do Campo), D. Luís Lobo (Barão de Alvito, e I.º Marquês de Oriola) e D. Jorge Manuel de Albuquerque (futuro conde do Lavradio) –, aqueles a quem, com alguma probabilidade, poderia referir-se D. Francisco, nesta data, parecem-nos ser D. Luís Lobo, casado com D. Eufrásia Maria de Távora em 8.9.1627, e D. Rodrigo da Câmara, casado com D. Maria Coutinho em 1.6.1628, já que o casamento do outro, não registado por D. António Caetano de Sousa, parece-nos ser mais tardio. Ou será que o tom crítico da referência de D. Francisco se aplicava mesmo a D. Jorge de Albuquerque, individuo «de género inquieto e revoltoso, e não lizo nos seus procedimentos»? (*História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, X, 4, §1, X, 336; XII, 4, § 2, XII, 264).

⁴²⁸ Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portugueza*, ed. cit., *sub voce* «Reixa» regista precisamente a expressão «reixa velha» como «rixa», «inimizade» «já manifesta por actos anteriores».

⁴²⁹ Deverá referir-se a Tristão de Mendonça, da família dos Mendonças Furtado, alcaides-mores de Mourão, que, comendador de Avanca, foi embaixador na Holanda e general da armada da confiança dos mercadores de Lisboa negociantes com o Brasil e que comandava a frota que se perdeu defronte ao Rio das Maças (Sintra) em data que não podemos precisar (Manuel J. Felgueiras Gayo, *Nobiliário de famílias de Portugal*, ed. cit., VI, 1989, 296; Virginia Rau e Maria Fernanda Gomes da Silva, *Os manuscritos do arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1951, I, Doc. n.º 23, 21-23).

mande-me em que o sirva, a quem Deus guarde e todos pedimos a bênção.

Lisboa, 16 de Fevereiro de 629

99

Filósofos de água doce vem isto a ser, mas as tranquilidades não estão nas janelas senão no ânimo e se às vezes está material. Os *Suspiros* mando à Inquisição donde sairão sambenitados; quando assim não seja vendê-los-ão os cegos e comprá-los-ão as beatas. Ainda cuida que vai neles o por que se pode dizer a todos: *estos ciegos guia un ciego*. O Entrudo vai-se começando a botar fora, em tudo me prende mais. Lerei sermonários quando não ouvir sermões. V. Ilm.^a começará a entrar em maior trabalho, posto que aonde tudo são reformações é sempre a Coresma, a quem Deus guarde.

Lisboa, 25 de 629⁴³⁰

⁴³⁰ A falta de referência ao mês na data desta carta levou Carlos Alberto Ferreira a datá-la, talvez por referência à reiteração da notícia sobre os *Suspiros*, de 25 de Janeiro; no entanto, tendo em consideração que nela se diz que «o Entrudo vai-se começando a botar fora» e que na Quaresma, que se aproxima, lerá sermonários – alusões que repete em carta seguinte –, pensamos que esta carta deverá ser de Fevereiro de 1629. Efetivamente, consultado A. Cappelli, *Cronologia, Cronografia e Calendario Perpetuo. Dal principio dell'era Cristiana ai nostri giorni*, Milano, Editore Ulrico Hoepli, 1983 (5.^a Ed. aggiornata), 81, pôde verificar-se que nesse ano a Páscoa caiu a 15 de Abril, pelo que a Quaresma começou a 28 de Fevereiro, o que parece justificar a nossa opção.

O peixe não ajudará os olhos e os anos desajudam-os por mais que digam⁴³¹. Eu vou continuando de ser preso de molho com o bacalhau e quando tudo são pro-digalidades de mercês *yo solo en tanto bien morir me siento*⁴³². Com os *Suspiros* ando às lãs⁴³³, mas haver mister tanta licença até para suspirar é forte contrapeso; dá-los-ei aos cegos, com isto se aliviará tudo, que já dizia Jerónimo Moniz⁴³⁴ que não queria maior filicidade que andar nas guitarras. V. Ilm.^a tempere o estudo e dê algum alívio a tanto trabalho que *sufrir no puede humano seno*, a quem Deus guarde e todos pedimos a bênção.

Lisboa, 4 de Março de 629

⁴³¹ O ms. tem «diga», mas parece-nos que o sentido exige «digam», donde a nossa correcção.

⁴³² Garcilaso de la Vega, *Écloga II*, v. 18, *Obras completas*, ed. cit., 95).

⁴³³ Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portugueza*, ed. cit., *sub voce* «Lã» traz «ir às lãs» com o sentido de pelejar; a expressão empregada por D. Francisco deverá ter um sentido próximo, já que lutava por obter licença inquisitorial para que esses seus poemas pudessem correr.

⁴³⁴ D. Francisco quererá dizer que Jerónimo Moniz apreciava saber divulgados os seus versos ao som das guitarras, mas é difícil determinar a quem alude. Genealógica e cronologicamente poderia pensar-se num Jerónimo Moniz, que serviu em Tânger, filho de Febo Moniz (Manuel J. Felgueiras Gayo, *Nobiliário de famílias de Portugal*, ed. cit., VII, 475). De qualquer modo, encontramos expressão semelhante, a propósito dos poemas que cantavam à viola os estudantes de Coimbra lastimando a morte do P. Jorge de Távora, sj. († 4.4.1599): «E pera creçerem mais ainda nelle [P. Manuel Rodrigues], e em nos as emvejas de tal morte, já os louvores do Padre Távora andam nas violas e musicas de Coimbra, daquy os ouvimos esta noyte de pascoa...» (*Memorial de várias cartas e cousas de edificação dos padres da Companhia de Jesus*, reconstituição do texto e nota preliminar de Joaquim Pinto, Porto, 1942, 112). Note-se que, como revela algumas vezes nesta sua correspondência, D. Francisco mandou pôr poemas seus – romances... redondilhas... – em música para guitarra.

O discreto dos suspiros está no por que se suspira. Os poetas vão-se sempre trás quimeras até naquilo que parece meterial e nesta conta entra a Madre Soror Célia⁴³⁵. Ao satírico sou pouco enclinado, se se veio à pena alguma coisa foi sem particularidade. A décima foi de um engenho safado a quem encarreguei a impressão de que me puderam forrar os cegos, se a vergonha não fizera seu officio, que não me vou trás aquela verdade: todos a tudo o seu acham sal. V. Ilm.^a me consola até no que me confunde; quanto a mim *quem me loa, me amonesta*⁴³⁶. Com maus olhos entrei na Páscoa. Fico aqu ao serviço de V. Ilm.^a.

Lisboa, 28 de Abril de 629

⁴³⁵ A «Senhora Célia» ou também, como aqui, a «Madre Soror Célia» foi a *musa perennis* de D. Francisco, essa «quimera» que, como muito bem diz Maria Lucília G. Pires na sua edição de *Divinos e Humanos Versos* (ed. cit., 293), «ilumina muitos dos seus textos». Por isso, não cremos que valha a pena, sem mais documentos, especular sobre a identidade de Célia que, a ter em conta a arte de galantaria de D. Francisco, só poderia ser uma dama de palácio (solteira) e nunca uma «madre» de família e, talvez, menos ainda uma «madre soror»... Mas, salvaguardemos, haverá sempre a Arte e as artes... Sobre a questão, ainda que sem qualquer esclarecimento, Carlos Alberto Ferreira, *D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha* ed. cit., 9-10.

⁴³⁶ Verso de Sá de Miranda, já citado anteriormente (Carta de 12.12.1620), grafado, como muitos outros, em português e castelhano.

Agora me dou por mais preso, pois isto é já pera ser pai. Não há fugir destes fados, porque é já *lei mui antiga andar tras su mal la gente*⁴³⁷. Ficou este Dom Paulo⁴³⁸ herdeiro da minha tia⁴³⁹ em sua vida; dela cuidava eu que uma filha que tenho mui em erva⁴⁴⁰lhe era melhor ou menos ou mais, depois disto de São Roque tem feito grandes instâncias que quer vir a ser família desta casa e que quando o eu queira aceitar com nome de genro e o dote que nos pede; a todos estes parentes e amigos de cá lhe parece que não devo de o deitar pela porta fora, porque na calidade por úa parte é como eu, por outra não perde nada a renda de

⁴³⁷ Outra citação de Sá de Miranda, Écloga «Alejo», v. 125-126 de uma variante da estrofe 16, segundo a edição de D. Carolina Michäelis: «Pero es costumbre antiga / Andar tras su mal la gente» (*Poesias*, ed. cit., 103).

⁴³⁸ D. Paulo da Gama († 1660), morgado da Boavista, era primo co-irmão de D. Francisco de Portugal e, efectivamente veio a casar com uma filha deste, D. Maria Antónia de Portugal (D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, X, 4, §3, ed. cit., X, 359, 362; Ivone Correia Alves, *Gamas e condes da Vidigueira*, 223-224).

⁴³⁹ Se não nos tivermos perdido nesse *mare magno* que é a árvore genealógica dos Gamas esboçada por Ivone Correia Alves (*Gamas e condes da Vidigueira*, ed. cit., 196, 219, 224), cremos que essa tia seria D. Branca da Gama, senhora do morgadio da Boavista (Palmela), que herdou D. Paulo da Gama, seu sobrinho.

⁴⁴⁰ D. Maria Antónia de Portugal († 1679), cuja data de nascimento não pudemos apurar, devia ser a filha mais nova de D. Francisco, se não nos engana a ordem por que apresenta D. António Caetano de Sousa a sua descendência. Daí que, ao parecer, o Senhor de Fronteira diga que tem «uma filha mui em erva», que, olhando aos usos do tempo – deixamos já em nota o caso do filho do duque de Pastrana e a filha de Don Baltasar de Zuñiga capitulados para casar aos 7 anos –, poderia ser a que nasceu à volta de 20.2.1619, como informa D. Francisco em carta desse dia (Ivone Correia Alves, *Gamas e condes da Vidigueira*, ed. cit., 219, 223)

um conto de património nos herdeiros e fazem disto a conviniência. Eu enquanto V. Ilm.^a mo não diz não me parecerá nada acertado a quem ponho em primeiro lugar na veneração para todas as cousas e a quem Deus guarde.

Lisboa, 26 de Maio de 629

Dão-me estas cartas de V. Ilm.^a sempre ao Domingo e assim *no respondo a cartas tuyas, porque no llegan tus cartas*. Sempre as festejo e sempre as desejo; por cá há pouca luz destas trevas, os pregadores gritam e falam com os⁴⁴¹ judeus, *eles riem-se e homem sua*⁴⁴², mas Deus não dorme, como dizem as velhas, e a nossa miséria tem chegado a tanto que nem à religião parece que acudimos; em Madrid ouvem comédias, bem se lhe pudera dizer co poeta: *Mova-vos sequer riqueza tanta, pois mover-vos não pode a Casa Santa*⁴⁴³. Os versos, o ânimo, tudo é terra e muita terra, mas por i me leva a dor, não sei por onde. V. Ilm.^a sirva-se de mim e bote-nos ũa bênção a toda a família, a quem Deus guarde.

Lisboa, 2 de Fevereiro de 630

⁴⁴¹ A cópia traz «cos» [«cos judeus»] que, naturalmente, desenvolvemos.

⁴⁴² D. Francisco adapta um verso da Écloga «Basto» (v. 323) de F. de Sá de Miranda: «Eles bebem, homem sua; /Doi-lhes pouco a dor alhea; / Querem que nos doa a sua» (*Poesias*, ed. cit., 168).

⁴⁴³ Nova citação de *Os Lusíadas* (VII, 11, vv. 7-8).

*Lobos tão bravos de seu natural van a la aldeia de su serrania*⁴⁴⁴ e a verdade é que os pecados têm-nos feito ovelhas no ânimo como V. Eilm.^a lá saberá. Forçadamente nos querem estes holandeses fazer amargar açúcar⁴⁴⁵. Esta era de trinta vai parindo monstros e não é o menor de todas as eras a morte que deu Dom Jorge de Meneses a Dona Lionarda⁴⁴⁶, sua mulher, com oito adagadas sem nenhuma ocasião se não foi fazê-lo senhor de oito mil cruzados. O senhor arcebispo de Lisboa⁴⁴⁷, segundo eu entendo, posto que dizem que está melhor, bem *puede* servir-lhe este *luego morir*, se os seus vaticínios forem tão certos como arzeoados. Os desejos de todos mais perto quererão a V. Eilm.^a a quem eu e toda a casa pedimos a bênção e não tenho tirado outro fruto de curar-me senão

⁴⁴⁴ O Comendador de Fronteira cita, com alguma variante mais, dois versos da Écloga «Célia» de F. de Sá de Miranda de acordo com variantes registadas por D. Carolina: «Lobos tan bravos de su natural / Vienense a la aldea de la serrania» (*Poesias*, ed. cit., 296, vv. 5-6).

⁴⁴⁵ Provavelmente, alusão à ocupação do Recife (Pernambuco) pelos holandeses em 14.2.1630 (José María Blanco Nuñez, *Reconquista da Bahia, 1625. Portugueses e espanhóis na defesa do Brasil*, ed. cit., 90; Hélio Viana, *História do Brasil – I – Período colonial*, ed. cit., 153-156).

⁴⁴⁶ Refere-se à morte de D. Leonarda de Tavares, Senhora de Mira «entre Aveiro e Buarcos», casada, em primeiras núpcias, com António Tavares, seu primo co-irmão, que, depois de viúva, casou, em 1627, com D. Jorge de Meneses «que sem haver della filhos a matou sem causa» (C. Alão de Moraes, *Pedatura Lusitana*, III, 2, ed. cit., 46, 47); Carlos Alberto Ferreira (*D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, ed. cit., 59, precisa, sem indicar a fonte, que D. Jorge de Meneses, depois do crime, fugiu do país e morreu frade.

⁴⁴⁷ D. Afonso Furtado de Mendonça só veio a falecer em 2.6.1630 (Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, ed. cit., II, 637).

haver mister de outra cura para a que fiz. Guarde
Deus a V. Eilm.^a.

Lisboa, 4 de Março de 630

Não vai o Verão regalado, porque falta até os que cá dão as sentenças; *nieve mal digo dispensada de una estrella*. Tudo são esterlidades e saudades. O conde de Arcos⁴⁴⁸ morreu em nove dias, o marquês de Alenquer também dão por morto⁴⁴⁹, assim nas desigualdades das idades e dos engenhos se passeia sempre igual *pálida muerte*⁴⁵⁰. V. Ilm.^a, posto que lá soem estes des-

⁴⁴⁸ Não foi possível aclarar a quem se refere D. Francisco. O conde dos Arcos em Portugal, nesta data, era, como já se disse, D. Luís de Lima Brito Nogueira, feito conde desse título, em 1620, que só veio a morrer em 1647 (D. António Caetano de Sousa, *Memórias históricas e genealógicas dos Grandes de Portugal*, ed. cit., 155, 157, 435, notícias que repete, apenas precisando o ano da sua morte, João Carlos F. Cardoso Castelo Branco e Torres, *Resenha das famílias titulares do Reino de Portugal*, Lisboa, 1838). Referir-se-á à morte de um titular espanhol? Provavelmente, mas não encontramos referências à morte de um conde de Arcos neste ano de 1630; contudo, em Madrid soube-se, em 19 de Janeiro desse ano, da morte do duque de Arcos (G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 312). Ainda que notícia dada com largo atraso, é possível perguntar se D. Francisco não terá escrito conde de Arcos por duque de Arcos, personagens e títulos diferentes, muito embora a precisão «morreu em nove dias» e a exactidão da notícia referente ao marquês de Alenquer posam pôr em caua a nossa sugestão.

⁴⁴⁹ «A los 16 [de junio 1630], antes de amanecer, murió el marqués de Alenquer, Conde de Salinas, del Consejo de Estado de Su Magestad» (G. Gascón de Torquemada, *Gaçeta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 314). Em notas anteriores ficaram alguns apontamentos sobre este poeta e antigo vice-rei de Portugal.

⁴⁵⁰ A frase – «assim nas desigualdades das idades e dos engenhos se passeia sempre igual *pálida muerte*» – parece-nos uma reminiscência de um divulgado verso de Horácio – *Pallida mors aequo pulsat pede pauperum tabernas regumque turres* (*Odes*, I, 4, vv.14-15) –, tão conhecido que M. de Cervantes o citou como exemplo que o «Desocupado lector», aspirante a «erudito a la violeta», poderia trazer à colação sempre que quisesse falar «del poder de la muerte» (Miguel de Cervantes, *Don*

contentamentos vêm-se de mais longe. Em pazes de Inglaterra falam aqui, serão pera que não nos temamos de tudo. Veja V. Ilm.^a o que me manda de seu serviço, a quem Deus guarde.

Lisboa, 22 de Junho de 630

Quijote de la Mancha, Ed. dirigida por Francisco Rico, Barcelona, Crítica, 1998, 14). É o que, de certa maneira, fazia Lope em *El divino Africano*, comédia sobre a conversão de Santo Agostinho, dedicada a D. Rodrigo da Cunha, já bispo do Porto, publicada na *Decimaoctava parte de las comedias de Lope de Vega Carpio*, Madrid. Juan González, 1623, 51v-77v, quando Deodato explica o «segundo modo» da Metonímia: «Es cuando pasa el efecto / del nombre a la misma causa, como en el libro primero / Horacio llamó a la muerte / Pálida, porque es su efeto / hacer pálidos los rostros...».

Estamos todos gritando por V. Ilm.^a, o povo e as profecias do arcebispo morto⁴⁵¹; se nos isto faltar estaremos muito pior com a primazia de Braga. Não sei se me corra mais de não ter sabido da pitição que Dona Cecília tinha feito a V. Ilm.^a, se de lhe puder parecer a V. Ilm.^a que poderia eu buscar ter saias para lhe fazer pedir a V. Ilm.^a, não me envergonha, nem o dever-lhe a muita mercê que me faz tenho por encárregos que pesem. O não me adiantar nas súplicas são desconfianças de pobre e em nenhum tempo eu fio da minha preguiça que seja o primeiro nelas, porque até isso têm os ricos por si. Ao conde de Atouguia⁴⁵² dei poucas graças pela lembrança que me disse fizera a V. Ilm.^a e a Dona Cecília também, porque eu tenho-me por melhor valia e por ter por certos que havia de haver maiores madrugadores. Passou praça a silencio de soberba, não me seja contado em vaidade. Da Índia há boas novas, não dos prelados, que o de Gôa e Cochim⁴⁵³ são mortos. Com esse soneto ao meu cum-

⁴⁵¹ Mesmo que não saibamos quais as suas profecias, pensamos que D. Francisco alude a D. Afonso Furtado de Mendonça, arcebispo de Lisboa, governador de Portugal, falecido em 2.6.1630.

⁴⁵² Deverá referir-se ao 5.º conde de Atouguia, D. Luís de Ataíde, casado com D. Filipa de Vilhena, a «célebre matrona ornada de grandes virtudes» que virá a ser celebrizada por Almeida Garrett (D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, XIII, 2, §1, ed. cit., XIII, 16; VIII, 6, IX, 254).

⁴⁵³ Refere-se ao arcebispo de Gôa Fr. Sebastião de S. Pedro, ESA. († 7.11.1629), e ao bispo de Cochim, Fr. Luís de Brito e Meneses, ESA. († 29.7.1629) que, bispo de Meliapor, fora nomeado para a diocese de Cochim em 1627, mas nunca terá sido confirmado e não chegou a ir a essa diocese. Eram ambos criaturas do poderoso arcebispo de Gôa, vice rei da Índia (1608-1609) e depois arcebispo de Braga (1612-1617), D. Aleixo de Meneses, ESA. (Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, ed. cit., II, 701, 691; José F. Ferreira

prir anos rançoso⁴⁵⁴ e de musas com cãs acabo esta.
Que Deus guarde a V. Ilm.^a.
Lisboa, 26 de Julho de 630

Martins, *Os vice-reis da Índia. 1505-1917*, ed. cit., 109-110; José Pedro Paiva, *Os bispos de Portugal e do Império: 1495-1777*, ed. cit. 411-412).

⁴⁵⁴ O soneto enviado é o que, sob a epígrafe «A cumprir anos o autor», veio a ser publicado em *Divinos e Humanos Versos* (ed. cit., 76).

Inda não perdemos a esperança de V. Ilm.^a vir a este desterro defender-nos dos pós, mas, o que não há dúvida, é o que, como diz o Góngora, *la púrpura del Tyro grana es de polvo al último suspiro*⁴⁵⁵. Eu sempre que V. Ilm.^a passar os portos irei ser adalid⁴⁵⁶, posto que os desenganos anteciparam-se às cãs, elas deservergonham-se: *Qué mundos pensáis que vayan allá tras de aquella sierra?*⁴⁵⁷ V. Ilm.^a mande-me em que o sirva, que o silêncio e o meu ânimo nunca é descuido e sempre obrigação quer fale quer cale. Deus guarde V. Ilm.^a.

Lisboa, 12 de Outubro de 630

⁴⁵⁵ D. Francisco aqui equivocou-se, pois a frase citada não é de Góngora, mas dois versos do auto sacramental *El gran mercado del mundo* de P. Calderón de la Barca (*El gran mercado del mundo*, ed. crítica de Ana Suárez Miramón, Pamplona – Kassel, Univ. de Navarra- Reichenberger, 2003, vv. 882-883).

⁴⁵⁶ A forma mais corrente em português era «adail» no sentido de «guia», «caudilho» (Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portuguesa, sub voce* «adail»).

⁴⁵⁷ Já na carta anterior tinha D. Francisco citado estes versos de Sá de Miranda.

Tenha V. Ilm.^a paz e vida e saúde largos anos, neste começo do ano lhos desejo e, enfim, sempre, que os que não podemos mais assim pagamos nestes nadas. V. Ilm.^a nos enriquece e dá de comer do pouco e do muito e a esta conta todos lhe pedimos. As musas andam frias e os frios tais que parece que até esta carga nos passou Castela. Bernardo Roiz⁴⁵⁸ esteve mui apertado, da idade deve de ser, apertámo-lo de alcateia sobolos papéis, está gentio no queimá-los e, quanto a mim, com a vaidade de cuidar que são bons, o engana o diabo; estonce⁴⁵⁹ lhe lembrei que só V. Ilm.^a o podia julgar e emparar, suposto que fará bem de não emprimir, que agora corre outra moeda, não sei se pior. Guarde Deus a V. Ilm.^a.

Lisboa, 28 de Outubro de 630

Dona Cecília e a família todos pedem a bênção

⁴⁵⁸ D. Francisco já deste poeta tinha falado em carta anterior.

⁴⁵⁹ Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portuguesa*, ed. cit., *sub voce* «Estonce: então»; Carlota Almeida de Carvalho, *Glossário das poesias de Sá de Miranda*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1953, 175.

O veranico de São Martinho entra com bom sol, o pão vale caro, mas com o vinho e com o porco passarão alguns se for barato. V. Ilm.^a por lá terá mais trabalho, que os clamores dos pobres soam muito nos ouvidos dos perlados. Eu ando às varas⁴⁶⁰ e nas musas de todo acabado; a verdade é que sem estimação, que tudo se entrega à traça, ao pó. Da aldeia de Madrid veio correio sem nenhuma cousa que de contar seja; falam em pazes de Inglaterra. Isto é o que ouço e estou sempre ao serviço de V. Ilm.^a a quem Deus guarde todos pedimos a bênção.

Lisboa, 9 de Novembro de 630

⁴⁶⁰ Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portuguesa*, ed. cit., *sub voce* «Vara», não regista «andar às varas», mas traz «corrido à vara», «pôr-se à vara» com o sentido, respectivamente, de perseguido pela Justiça, averiguar, o que, sabendo-se que D. Francisco tinha problemas com a Justiça, talvez ajude a compreender o sentido da expressão utilizada.

Parece que o título de governador é também um chapéu de sol, se já os não defendem de sezões os alvitres⁴⁶¹; atégora o mal e bem deve de estar nas mentes, o que não poderá faltar é que nesta vida tudo mente. Eu ando ensoado⁴⁶², de maneira há muitos dias que nem ler versos sei: *Vão nos anos decendo já do Estio*⁴⁶³. Se V. Ilm.^a reduzir Fernão Correia à igreja tornará a ser moço, posto que este nome abade vejo-lhe pouca eleição; com as musas trágicas as poderá fazer todas as calamidades da pátria, não pôr olhos em misérias, dolos, volver-os enxutos. A passo mui largo vai isto declinando, sem que se possa dizer *se este Maio não foi de anhos, outro virá melhorado*⁴⁶⁴. Guarde Deus a V. Ilm.^a muitos anos.

Lisboa, 23 de Agosto de 631

⁴⁶¹ Há, evidentemente, que entender «alvitres».

⁴⁶² D. Francisco já utilizara esta palavra na 1.^a destas suas cartas.

⁴⁶³ O autor adapta um verso de L. de Camões: «Vão os anos decendo, e já do Estio...» (*Os Lusíadas*, X, 9, v.1).

⁴⁶⁴ Com alguma variante registada por D. Carolina Michäelis, D. Francisco recorda-se, uma vez mais, de uns versos de F. de Sá de Miranda, Écloga «Basto», vv. 149-150 (*Poesias*, ed. cit., 161).

Sobre vinte dias de Nossa Senhora do Cabo⁴⁶⁵ respondendo a tua carta de V. Ilm.^a, fiz minhas algazarras à boa saúde que V. Ilm.^a tem: assim seja muitos anos. Fernão Correa é bom vizinho e V. Ilm.^a põe-no entre fontes. Eu fiz naquela charneca esse soneto chamiçeiro⁴⁶⁶, nua cortiça ficou ali aos devotos; a choldabolda⁴⁶⁷ não o deixou limar muito e eu para tudo estou já ronçeiro. Mande-me V. Ilm.^a em que o sirva, a quem Deus guarde.

Lisboa, 27 de Setembro de 631

⁴⁶⁵ O comendador de Fronteira foi de romaria à ermida de Nossa Senhora do Cabo Espichel que «os antigos chamavam Promontorio bárbarico» onde uns «venturosos homens da Caparica» descobriram, pelos anos de D. João I, a milagrosa imagem que nela se venera. Padroado da casa de Aveiro, talvez desde os anos do 1.º duque, D. Jorge de Lencastre, na sua festa «há comedias, correm-se touros, e muytos outros festejos em louvor da Senhora» (Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário mariano...*, II, 2, LXXIV, ed. cit., II, 474-479; Agostinho Gomes, *Nossa Senhora do Cabo Espichel*, Sesimbra, Câmara Municipal, 1998).

⁴⁶⁶ O soneto chamiçeiro, isto é, próprio de ter sido feito nas chamiças, silvestre, é o que veio a ser publicado em *Divinos e Humanos Versos* com o título «A Nossa Senhora do Cabo» (ed. cit., 83).

⁴⁶⁷ Fr. Domingos Vieira, *Thesouro da língua portuguesa*, ed. cit, *sub voce*: «Choldabolda: termo chulo. Bulha, tumullto, confusão».

Até nos duques de Bargaça não há já mais que ruínas, *este tiempo que lo tiene, todo destruye*: agora se diz que lhe tornam à sua casa Guimarães⁴⁶⁸; se tudo fora seu, não fora pior. Os versos não os sigo há dias e de cá foi reparada a dureza desse, a V. Ilm.^a não se lhe esconde nada até nas cousas de que não faz caso: quis dizer que como o respeitar se fizera respeito particular, logo perdera tudo. Já escrevi que o soneto se fizera de choldabolda. Aqui arrebitou, recebido, segundo ele diz, por procuração, um filho de Ambrósio Pereira⁴⁶⁹

⁴⁶⁸ Carlos Alberto Ferreira em nota a esta carta aponta um alvará de Filipe III de Portugal respeitante à restituição da alcaidaria de Guimarães ao duque D. Teodósio, em 1627, facto que talvez seja o que, com algum atraso, mereceu o comentário de D. Francisco (*D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, ed. cit., 61).

⁴⁶⁹ O casamento anunciado, como algo não confirmado («segundo ele diz», isto é, por informação do pretendente) não deverá ter-se realizado, pois cremos que talvez se trate de um filho de Ambrósio Pereira Berredo, comendador de S. Mamede de Mogadouro, Capitão de Tânger e General da armada de Portugal, cunhado de D. Francisco – D. Cecília de Portugal era irmã de Ambrósio Pereira, ambos filhos de António Pereira Berredo –, e de D. Joana de Meneses, filha de Henrique Correia da Silva, alcaide-mor de Tavira, mas não encontramos qualquer filho seu que se relacione com o pretendido casamento (C. Alão de Morais, *Pedatura Lusitana*, III, 2, 123; D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, X, 15, ed. cit., X, 526; Manuel J. Felgueiras Gayo, *Nobiliário de famílias de Portugal*, ed. cit., IV, 445; VIII, 115). Em atenção a uma futura edição da poesia de D. Francisco de Portugal pode sugerir-se aqui que a canção «A Senhora Donna Cecília indo vestida de luto por seu irmão a ser madrinha de hũ seu sobrinho» que publicou Carlos Alberto Ferreira, segundo um ms. da T.T. (*D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, ed. cit., 93-94) poderia, com alguma probabilidade, referir-se à morte de Rui Pereira Berredo, seu irmão, que «passou à Índia e lá morreo servindo naquelle Estado»

com a filha de Luis da Cunha, o Ruivo, com umas gadelhas no Barreiro e isso bastou; em apertada religião entrará. Luis da Cunha sinte as badeladas da Senhora Dona Joana e de Tristão da Cunha⁴⁷⁰, eu seguro que se ouçam em Braga. Se há cousa em que sirva a Vossa Ilustíssima aqui estou, aqui estou, a quem Deus guarde.

Lisboa, 28 de Outubro de 631

(D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, X, 15, ed. cit., X, 526, 527).

⁴⁷⁰ Ainda que não tenhamos logrado identificar cabalmente esta «senhora Dona Joana» e este «Tristão da Cunha» parece-nos que os homónimos apontados, como hipótese, por Carlos Alberto Ferreira (*D. Francisco de Portugal, Cartas escritas ao sôr Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha*, ed. cit., 61) não são aceitáveis por razões de cronologia, pois o que aponta o benemérito investigador, depois de ser «o mais desgraçado governador» Angola (1666-1667), ainda viveu para ser governador das armas de Trás-os-Montes (João C. Feo Cardozo Castello Branco, *Memórias contendo a biographia do vice-almirante Luíz da Motta Feo e Torres. A historia dos governadores e capitaens generaes de Angola*, Paris, Fantin Livreiro, 1825, 198-199). Sabendo que as notícias da carta são rumores, poderia, então, sugerir-se, também como mera hipótese, que o Tristão da Cunha referido fosse o morgado de Paio Pires e das Cachoeiras, filho de Luís da Cunha e de D. Joana de Meneses. Este Tristão da Cunha, chamado «o D. Quixote», foi casado com D. Antónia da Silva, filha de D. Antão de Almada, Senhor de Pombalinho, e de D. Isabel da Silva (ou de Portugal), irmã de D. Francisco, era parente de D. Rodrigo, o que pode dar um certo visio de acerto à nossa hipótese (D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, X, 4, § 4, ed. cit., X, 367; Manuel J. Felgueiras Gayo, *Nobiliário de famílias de Portugal*, IV, ed. cit., 151).

Bom foi recolher antes da envernada, tudo são *desconciertos del tiempo o muy lluvioso o muy enjuto*⁴⁷¹. Bom varejo houve no Brasil⁴⁷² e na Índia⁴⁷³, *de toda a parte venta*⁴⁷⁴. Aqui andam sonetos ao touro que El Rei matou de ũa jinela⁴⁷⁵, lembrou-me aquilo do

⁴⁷¹ D. Francisco traz de novo um verso de Sá de Miranda que já citara em carta anterior.

⁴⁷² Cremos que D. Francisco aplica aqui uma reminiscência sua da Écloga «Encantamento» (vv. 218-219) de F. de Sá de Miranda: «e bom varejo / Dizem que [...] houve ogano ...» (*Poesias*, ed. cit., 485). Poderá referir-se quer, como já havia feito em carta anterior, ao ataque dos holandeses a Recife (14.2.1630) cuja notícia chegou a Madrid em 2.5.1630, quer à sua derrota em 12.9.1631 pela armada espanhola de Antonio Oquendo com a colaboração de Francisco Valdecilla, almirante da armada portuguesa (G. Gascón de Torquemada, *Gaceta y nuevas de la corte de España desde el año 1600 en adelante*, ed. cit., 314; José María Blanco Nuñez, *Reconquista da Bahía, 1625. Portugueses e espanhóis na defesa do Brasil*, ed. cit., 90; Hélio Viana, *História do Brasil. – I – Período colonial*, ed. cit., 153-156).

⁴⁷³ Não será fácil precisar a que «varejo» – e em que direcção – se refere aqui D. Francisco, mas poderá pensar-se, por exemplo, nos «prodígios de valor em Ceilão, restabelecendo por lá o prestígio das armas portuguesas» que, durante o vice-reinado do conde de Linhares (1629-1630), operou D. Constantino de Sá e Noronha (José F. Ferreira Martins, *Os vice-reis da Índia. 1505-1917*, ed. cit., 127).

⁴⁷⁴ Este verso de Sá de Miranda já fora citado por D. Francisco em carta de 4.11.1628.

⁴⁷⁵ O correspondente de D. Rodrigo da Cunha alude seguramente a alguns dos poemas com que foi celebrado o tiro com que, nas festas de aniversário do príncipe Baltasar Carlos, Felipe IV, pedindo «el arcabuz... le tomó con gala, y componiendo la capa con brio, y requiriendo el sombrero con despejo, hizo la puntería, con tanta destreza, y el golpe con acierto tanto, [...] mató al toro...». Na data em que escreve D. Francisco, ainda não tinha aparecido a grande compilação que José Pellicer y Tovar dedicou ao assunto com *Anfiteatro de Felipe el Grande [...] Contiene los elogios que han celebrado la Suerte que hizo en*

Góngora: *porque en África su abuelo mató un león cuartanario dende una palma subido de cinquenta arcabuzazos*⁴⁷⁶; também fiz o meu; vindo-me à mão os mandarei a V. Ilm.^a, sequer para se lerem ao fogo no ócio destas noites, *si hay tiempo en ti perdido*⁴⁷⁷. Guarde Deus a V. Ilm.^a.

Lisboa, 21 de Novembro 631

el Toro, en la Fiesta Agonal de 13 de octubre de MDCXXXI, Madrid, Juan González, 1631, mas só aparecido depois de 14.1.1632, data da «Suma de tassa». Nesta magna antologia colaboraram os portugueses António López da Veiga, Dr. Miguel da Silveira, o então jesuíta P. Francisco de Macedo, António Resende, Dr. Fernando Cardoso, Juan Pereira Corte Real (v. carta n.º 1) e Francisco Ruiz de Vasconcelos (Ed. cit., 27r, 30v, 31r, 36v, 41r, 43v, 52r, 72v respectivamente).

⁴⁷⁶ Com alguma variantes, cita o Senhor de Fronteira uns versos que o seu autor, de L. de Góngora, põe na «boca» de «un rocín português fidalgo» – «Porque en África su abuelo / mató un león cuartanario / desde una palma subido / de cuarenta arcabuzazos» (Luis de Góngora, *Obras completas* [Romance 38], ed. cit., 125).

⁴⁷⁷ D. Francisco aplica ao arcebispo de Braga parte de um verso da dedicatória de *Fábula Europa* ao duque de Alba, D. Fernando de Toledo: «Alterna el gusto, alterna ya el oído / En el tiempo, si ay tiempo en ti perdido» (*Obras de D. Juan de Tarsis, conde de Villamediana, Correo Mayor de Su Magestad*, ed. cit., 293).

Não me restetuiram mais os sonetos do touro, eu mando o meu que foi fora de tempo; o que corre *seus avessos tem*, mas⁴⁷⁸ quem há í que os não tenha? Mande-me V. Ilm.^a mui boas novas suas que sempre lhe desejo, a quem Deus guarde.

Lisboa, 22 de Dezembro de 631

⁴⁷⁸ O que traz o ms. é: «o que corre seus avessos tem-nos, quem há í que os não tenha?» A nossa leitura, um tanto violentamente, é certo – lendo «tem, mas» por «tem-nos» –, procurou dar algum sentido à frase. Aliás, D. Francisco aproveita aqui, uma vez mais, um verso de Sá de Miranda na *Écloga «Basto»* (v. 303), que, pertencendo à 1.^a e 2.^a edição da obra mirandina, D. Carolina regista como variante da lição ms. que segue (*Poesias*, ed. cit., 167).

Índice onomástico*

- Acquier, Marie-Laure, 40
 Alenquer, Marquês de, v. Silva y Mendoza, Diego de Silva, 16, 29, 79, 80, 85, 91, 120, 121, 126, 128, 165, 251
 Albuquerque, Jorge Manuel de, 241
 Albuquerque, Martim de, 53
 Alemán, Mateo, 68
 Aliaga, Luis de, 73
 Almada, André de, 28, 56, 65, 67, 68, 87
 Almada, Antão de, 65, 67, 195, 202, 207, 224, 261
 Almada, Lourenço de, 202
 Almansa y Mendoza, Andrés de, 91, 93, 114, 115, 119, 121, 125, 126, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 154, 158, 159, 161, 163, 187, 188
 Almeida, António de, 198
 Almeida, Fortunato de, 188, 227, 249, 253
 Almeida, Isabel de, 178, 216
 Almeida, Manuel Lopes de, 14, 66, 74
 Almeida, Rodrigo Vicente de, 205
 Alonso, Dámaso, 173, 211
 Alves, Ivone Correia, 92, 233, 246
 Alvito, Barão de, v. Lobo, Luís, 241
 Amado, Teresa, 178, 216
 Andrade, Diogo de Paiva de, Andrés, Gregório de, 162
 Aragão, Francisca de, 115, 116
 Arcos, Conde dos, v. Nogueira, Luís de Lima Brito e, 145, 251
 Ares Montes, José, 63
 Argensola, Bartolomé, Leonardo de, 226
 Ariosto, Ludovico, 118
 Arrais, Amador, 30
 Artiga, Miguel, 97
 Asensio, Eugenio, 149
 Askins, Arthur, 72
 Astrain, Antonio de, 51

* Por razões óbvias, não se registam D. Francisco de Portugal e D. Rodrigo da Cunha.

- Ataíde, António de, 93, 227
 Ataíde, Bernardo de, 227
 Ataíde, Luís de, 253
 Atouguia, Conde de, v. Ataíde, Luís de, 253
 Áustria, María de, 20, 108, 129, 140, 146, 159, 167
 Avalue-Arce, Juan B., 222
 Avendaño, Cristóbal de, 35
 Azevedo, J. Lúcio de, 10, 89, 91, 171
 Azevedo y Zúñiga, Manuel de, 116
- Bandarra, Gonçalo A., 138, 171
 Barbeiro, José Manuel, 18
 Barberini, Francesco, 22, 23
 Barros, Amândio Jorge Morais de, 10
 Basto, Conde de, v. Castro, Diogo de, 19, 81, 104, 135, 214, 226
 Bellino, Albano, 205
 Belmonte Bermúdez, Luis, 23
 Bennassar, Bartolomé, 150
 Benavente, Conde de, v. Pimentel y Quiñones, António, 121
 Benavides, Juan de, 239
 Benítez Claros, Rafael, 129
 Bernardes, Diogo, 72, 88, 110, 126, 127, 146
 Berredo, António Pereira, 15, 260
 Blanco Nuñez, José María, 63, 177, 178, 179, 249, 262
 Boccaccio, Giovanni, 39
 Böhl de Faber, Nicolás, 83
 Borja, Carlos, 115
 Borrego, Manuel, 91
 Bourbon, Isabel de, 18, 19, 21, 76, 104, 108, 114, 120, 125, 128, 130, 189
 Bouza Álvarez, Fernando, 107
 Bragança, Duarte de, 20, 23
- Bragança, Francisco de, 21, 23, 90
 Bragança, Teotónio de, 90
 Brito, Estêvão de, 177, 178
 Brito, Luís de, 205, 253
 Brown, Jonathan, 18
 Brunswick, Christian de, 113, 161
 Buendía, Felicidad, 155
- Cabral, António, 90
 Cadornega, António de Oliveira, 74
 Calderón, Rodrigo, 90, 95
 Câmara, Rodrigo da, 188, 241
 Camões, Luís de, 33, 133, 165, 209, 225, 230, 239, 248, 258
 Cappelli, A, 243
 Caracena, Marquesa de, v. Noronha, Joana de, 76, 77, 208
 Carreño, Antonio, 43, 49
 Carvalho, Carlota de Almeida, 256
 Carvalho, José Adriano de Freitas, 13, 104, 135
 Carvão, Cristóvão, 161, 162, 181
 Case, Thomas A., 43
 Castanheira, Conde da, v. Ataíde, António de, 93, 227
 Castelo Rodrigo, Marquês de, v. Moura, Cristóvão de; Corte Real, v. Manuel de Moura, 87, 108, 115, 123
 Castillo, Pedro, 36
 Castillo Gómez, Antonio, 29, 36, 37
 Castro, Diogo de, 81, 104
 Castro, Félix Machado de Silva e, 68
 Castro, Joana de, 104
 Castro, Vicência de, 15, 28, 65, 180
- Castro Daire, Conde de, v. Ataíde, António de, 93, 227
 Cerda, Sancho de La, 125, 193
 Cervantes, Miguel de, 251
 Chagas, António das, 10
 Cirurgião, António, 65
 Colomès, Jean, 63
 Cordeiro, Jacinto, 72, 77, 120
 Correia, Anrique, 57, 64, 87
 Corte Real, João Pereira, 64, 263
 Corte Real, Manuel de Moura, 87
 Costa, Avelino de Jesus da, 28, 31, 68, 203
 Costa, Francisco de França e, 21, 53, 96, 99
 Cotarelo y Mori, E., 97, 109, 110, 111
 Coutinho, Fernando, 27
 Coutinho, Gonçalo, 20, 72, 143, 167, 180, 205
 Coutinho, Ignacio, 35
 Coutinho, Jerónimo, 112
 Coutinho, Luís, 20
 Coutinho, Maria, 21, 24, 108, 146, 188, 241
 Cueva, Isabel de La, 19, 114, 121
 Cunha, Lopo da, 87
 Cunha, Lourenço da, 205, 214
 Cunha, António Álvares da, 27, 33
 Cunha, Nuno da, 35
 Cunha, Pedro da, 27
 Curto, Diogo Ramada, 9, 37
- Dadson, Trevor J., 80, 85, 91, 120
 Dauphin, Céline, 28
 Delorme, Jean, 107
 Dias, Jerónimo, 71
 Doizi de Velasco, Nicolau, 156
- Earle, Thomas F., 176
 Elliott, J. H., 18, 84, 100, 111, 113, 116, 130, 135, 140, 146, 158, 163, 183, 204, 239
 Ericeira, Conde de, v. Meneses, Diogo de, 23
 Ettinghausen, Henry, 91
- Fardilha, Luís de Sá, 96, 267
 Faro, Dinis de, 20, 122
 Faro, Estêvão de, 66, 122
 Fernández de Castro, Pedro, 73
 Fernández de Córdoba, Gonzalo, 113
 Feros, Antonio, 74, 90
 Ferreira, António, 176, 219
 Ferreira, José Augusto, 27, 32
 Ferreira, Carlos Alberto, 11, 12, 15, 16, 21, 22, 25, 26, 70, 72, 76, 79, 85, 88, 93, 95, 98, 101, 105, 119, 121, 123, 126, 145, 146, 147, 148, 151, 156, 175, 179, 180, 183, 184, 187, 190, 202, 204, 208, 215, 221, 232, 243, 245, 249, 260, 261
 Figanière, Federico F. de la, 146
 Figueirôa-Rego, João de, 232
 Filipe IV, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 31, 34
 Fontes, Francisco, 12, 77
 Frusto, Henrique, 143
 Fumaroli, Marc, 40, 55
- Galende Díaz, Juan Carlos, 150
 Gales, Príncipe de, v. Stuart, Carlos, 20, 129, 138, 140, 146, 148, 154, 155, 158, 159, 161
 Gallardo, Bartolomé José, 64, 157

- Gama, António da, 70, 76
Gama, Francisco da, 91, 188, 212, 233
Gama, João Saldanha da, 22, 84
Gama, Paulo da, 25, 246
Gama, Vasco da, 14
García Pérez, Domingo, 189
Gascón de Torquemada, Gerónimo, 20, 23, 70, 73, 74, 76, 77, 83, 91, 93, 99, 102, 105, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 119, 121, 125, 126, 128, 130, 131, 132, 135, 136, 138, 140, 141
Gayo, M. Felgueiras, 65, 84, 180, 210, 221, 241, 244, 260, 261
Giaffreda, Christian, 48
Girodon, Jean, 10
Gomes, Agostinho, 259
Gómez, Esperanza, 50
Gómez de Sandoval, Cristóbal, 74, 131
Gómez de Silva Mendoza y La Cerda, Rui, 125
Góngora, Luis de, 19, 34, 38, 42, 63, 97, 101, 108, 110, 129, 148, 153, 210, 255, 263
González de Amezua, A., 43
Guarino, Battista, 118
Guerreiro, Bartolomeu, 177, 179
Guevara, Antonio de, 17, 167
Guilán, o Cuidador, 143
Guilhem, Claire, 150
Guinote, Paulo, 212
Guzmán, Gaspar de, 18, 84
Guzmán, María de, 24, 119, 136, 151, 156, 168, 187, 194
Gusmão, María de, v. Guzmán, María de, 24, 119, 136, 151, 156, 168, 187, 194
Haro, Enrique de, 165
Heliche, Marquesa de, v. Guzmán, María de, 24, 119, 136, 151, 156, 168, 187, 194
Hermès, Delphine, 37
Horácio, 251
Huerga, Álvaro, 150
Infantes, Victor, 7, 68
Jalón, Mauricio, 157
Lacerda, Fernão Correia de, 32, 35, 53, 67
Lacerda, Henrique Correia de, 20
Laguna, Marquês de, v. Cerda, Sancho de La, 125, 193
Late, Tomás, 18, 195
Lemos, Conde de, v. Fernández de Castro, Pedro, 45, 56, 73, 119
Lencastre, Jorge de, 105, 259
Lencastre, Madalena de, 122
Lerma, Duque de, v. Sandoval y Rojas, Francisco de, 18, 73, 74, 79, 90, 116
Lezcano Tosca, Hugo, 44
Lima, Diogo de, 10
Lima, Francisco de, 93
Lima, Jorge de, 99
Lima, Lourenço de, v. Nogueira, Lourenço de Lima Brito e, 112
Lobato, María Luísa, 128
Lobo, Francisco Rodrigues, 11, 13, 37, 38, 95
López Álvarez, Alejandro, 183
Lossa, Antonio de, 109
Lourenço, Maria Paula Marçal, 104, 108, 114, 136
Macedo, Francisco de Santo Agostinho de, 49, 53
Machado, Diogo Barbosa, 14, 28, 33, 35, 36, 45, 48, 54, 77, 79, 91, 92, 93, 120, 128, 148, 157, 167, 172, 177, 180, 181, 203, 210, 236
Machado, José Pedro, 165
Maldonado, Maria Hermínia, 25
Manrique, Gómez, 230
Manrique de Cárdenas, Ana María, 104
Manrique, María, v. Manrique de Lara, Maria de Cárdenas, 105
Manrique de Lara, Maria de Cárdenas, 105
Mansfeld. E., 107
Manuel, João, 173
Manuel, Jorge, 71, 76
Marañón, Gregorio, 194
Marbán, Juan de, 109
Mascocci, Guiuseppe, 89, 210
Marigno, Emmanuel, 40
Marino, Giovan Battista, 39
Martellotti, G., 123
Marques, José, 7, 33, 66
Martínez Comeche, Juan Antonio, 49, 50
Martínez Hernández, Santiago, 90, 95
Martínez Millán, José, 104, 107, 108, 114, 136
Martins, José Ferreira, 92, 205, 212, 233, 262
Mascarenhas, António de, 172
Mascarenhas, Fernão Martins de, 210, 224
Medina de las Torres, Duque de, v. Núñez de Guzmán, Ramiro Felipe 149, 157
Melo, Francisco Manuel de, 10, 25, 63, 135, 140, 178, 191, 202, 206, 216, 227, 228, 236
Méndez de Haro, Luis, 110, 185, 191
Mendonça, Afonso Furtado de, 148, 182, 184, 212, 214, 226, 249, 253
Mendonça, José Lourenço D., 91, 95, 198
Mendonça, Tristão de, 241
Mendoza, Antonio de, 104, 105, 108, 109, 120, 128, 129, 167
Menéndez Pidal, Ramón, 72
Meneses, Aleixo de, 66, 253
Meneses, António de, 20, 119, 202
Meneses, Diogo de, 23
Meneses, Francisco de, 188
Meneses, Francisco de Sá de, 96, 199
Meneses, Joana de, 10, 260, 261
Meneses, Jorge de, 249
Meneses, Luís de Brito e, 253
Meneses, Manuel de, 23, 178, 202, 216
Meneses, Maria de, 65
Mexia, Martim Afonso, 81, 173
Micaëllis, Carolina, 13, 65, 147, 205, 231, 246, 258
Millé y Giménez, Isabel, 108
Millé y Giménez, Juan, 108
Mira de Amescua, A., 55, 56
Miranda, Francisco de Sá de, 77, 80, 84, 97, 18, 149, 199, 218, 239
Moniz, Jerónimo, 244
Montebelo, Marquês de, v. Castro, Félix Machado de Silva e, 68
Monterrey, Conde de, v. Azevedo y Zuñiga, Manuel de, 116
Morais, Cristóvão Alão de, 65, 67, 76, 87, 115, 202, 249, 260
Moreira, António Joaquim, 91, 95, 198

- Morujão, Isabel, 10
Mota, Mendo da, 24, 138
Moura, Cristóvão de, 87, 108
Moura, Francisco Rolim de, 64, 172
- Neri, F., 115, 123
Nogueira, Lourenço de Lima Brito e, 112
Nogueira, Vicente, 9, 35, 36, 43, 53, 55
Noronha, Afonso de, 208
Noronha, Joana de, 77, 208
Núñez de Guzmán, Ramiro Felipe, 149, 157
- Olival, Fernanda, 18, 80, 85
Olivares, Conde, v. Guzmán, Gaspar de, 18, 84, 109, 116, 119, 126, 156, 172, 185, 189, 194
Oliveira, Ana Lúcia Pinheiro de, 10
Oliveira, António de, 23, 74, 80, 81, 108, 130, 140, 141, 171, 226
Oliveira, António Gomes de, 75
Oquendo, António de, 262
Oriola, Marquês de, v. Lobo, Luís, 241
Ortiz de Villena, José, 52
Osmán II, 107
Ozy, Nicolau de, v. Doizi de Velasco, Nicolau, 156
- Paiva, José Pedro, 29, 52, 66, 89, 173, 189, 210, 232, 254
Palomares, Juan de, 157
Parker, Geoffrey, 113, 162, 196
Pastrana, Duque de, v. Gómez de Silva Mendoza y La Cerda, Rui, 79, 125, 135, 136, 246
- Paz y Mélia, Antonio, 230
Pegado, Afonso Ribeiro, 99
Pegado, César, 14, 66
Pellicer y Tovar, José, 34, 64, 262
Pereira, Vicente, 69
Peres, Damião, 188
Pérez Cuenca, Isabel, 80
Pérez Gómez, Antonio, 72, 95
Pessoa, Fernando, 20
Petrarca, Francesco, 123, 153
Pimenta, Maria Cristina, 151
Pimentel, Leonor, 19, 120, 121,
Pinheiro, Rodrigo, 31
Pires, Maria Lucília G., 7, 12, 22, 67, 87, 121, 147, 167, 168, 172, 173, 187, 209, 218, 226, 231, 235, 236, 245
Pizarro Llorente, Henar, 114, 136
Pinto, Joaquim, 244
Poiblan, Danièle, 28
Portalegre, Conde de, v. Silva, Diego de, 107, 214, 226
Portugal, António de, 65, 219
Portugal, Cecília de, 15, 65
Portugal, João de, 221
Portugal, Lucas de, 14, 16, 67, 156
Portugal, Manuel de, 223, 228
Portugal, Maria Antónia de, 246
Portugal, Mariana de, 15
Portugal, Martinho de, 15
Portugal, Nuno Álvares de, 81
Pozzo, Cassiano del, 23
Prieto, Melquíades, 50
Profetti, Maria Grazia, 48
- Quental, Bartolomeu do, 10
Quevedo, Francisco, 20, 25, 37, 38, 80, 155, 236
- Rau, Virgínia, 241
Redondo, Augustin, 155
Resende, André de, 36
Rico, Francisco, 252
Rivers, Elías L., 85
Rocheta, Maria Isabel, 178, 216
Roiz, Bernardo, 12, 32, 53, 77, 256
Rodrigues, Manuel Augusto, 7, 68
Rodrigues, Francisco, 10, 11, 13, 37, 38, 51
Rodríguez-Moñino Soriano, Rafael, 147, 158, 159, 163
Rosales, Luis, 80, 97, 109, 110, 126, 129
Rozas, José Manuel, 153
Ruiz de Alarcón, Juan, 20
Ruiz Casanova, José Francisco, 108, 109
- Sá, Mem de, 33
Saíz de Robles, Federico Carlos, 100
Saldanha, Luís, 84
Salinas, Conde de, v. Silva y Mendoza, Diego de, 16, 79, 80, 120, 121, 126
Sánchez, el Bueno, 35, 55, 81
Sánchez de Badajoz, Garci, 127
Sandoval, Catalina de, 119
Sandoval y Rojas, Francisco de, 73
Santa Maria, Agostinho de, 205, 259
S. Pedro, Sebastião de, 253
Sapegno, N., 123
Sarmiento, Maria da Conceição Morais, 10, 64
Serafim, João Carlos G., 35, 36
Serrão, Joel, 135
Sierra Blas, Verónica, 29, 36, 37
- Siete Iglesias, Marquês de, v. Calderón, Rodrigo, 90, 95,
Silva, Antónia da, 14, 195, 261
Silva, Diogo da, 135
Silva, João da, v. Silva, Juan de, 84, 107
Silva, Juan de, 84, 107
Silva, Maria Fernanda Gomes da, 241
Silva, Maria da, 15, 28, 84
Silva, Pedro da, 20, 123, 127
Silva, Vitor M. Aguiar e, 67, 75
Silva y Mendoza, Diego de, 79, 80, 85, 91, 120, 121, 126
Silveira, Miguel da, 20, 23, 99, 100, 149, 263
Silveira, Rodrigo da, 20
Simón Díaz, José, 99, 115
Soeiro, Manuel, 45
Sotto Mayor, Diogo Pereira, 30
Sousa, Antonio Caetano de, 14, 15, 32, 66, 70, 76, 77, 84, 87, 91, 92, 93, 98, 104, 105, 108, 112, 145, 180, 188, 189, 202, 203, 205, 208, 215, 226, 227, 241, 246, 253, 260, 261
Sousa, Luís de, 88, 93
Sousa, Manuel Faria e, 46, 87
Stuart, Carlos, 140, 146, 154, 159, 161
Suárez de Figueroa, Cristóbal, 157
Suárez Miramón, Ana, 255
- Tapié, Victor L., 101, 107, 113, 162
Tassis y Peralta, Juan de, 97, 110
Tavares, Leonarda, 249
Távora, Francisca de, 21, 108, 134, 153

Távora, Jorge de, 244
 Távora, Margarida de, 108
 Teixeira, Heitor Gomes, 74
 Tenorio, Cristóbal, 109
 Terrasa Logano, Antonio, 14,
 126, 136
 Thomas, Henry, 89, 175-76
 Toledo, Francisco de, 83
 Toledo, Pedro de, 128
 Tasso, Torquato, 93, 118
 Teles, Rui, 20, 145
 Torquemada, Antonio de, 89
 Torres, João Carlos F. Castelo
 Branco e, 251
 Tosantos, Plácido de, 46
 Trend, J. B., 157

 Uceda, Duque de, v. Gómez
 de Sandoval, Cristóbal, 18,
 73, 74, 131
 Udaondo Alegre, Juan, 44

 Valdecilla, Francisco, 262
 Valgoma y Díaz Varela,
 Dalmiro, 19
 Vargas Díaz-Toledo, Aurelio,
 143, 167, 176
 Vasconcelos, Francisco Luís de,
 12, 13, 15, 25, 67, 138, 263
 Vasconcelos, Jorge de Amaral
 e, 10
 Vega, António López de, 99
 Vega, Garcilaso de la, 85, 101,
 121, 139, 183, 244
 Vega, Lope de, 19, 34, 35, 38,
 42-56
 Veiga, António Lopes da, 53
 Velasco, Álvaro, 35

 Vélez, Manuel, 70, 152, 157,
 160
 Velloso, José M. Queiroz, 115
 Viana, Hélio, 249, 262
 Vicente, Gil, 173
 Vidigueira, Conde da, v.
 Gama, Francisco da, 91,
 146, 188, 212, 233, 241
 Vieira, António, 10, 17, 25
 Vieira, Domingos, 63, 64, 84,
 85, 87, 100, 111, 112, 113,
 117, 129, 130, 137, 139,
 142, 165, 173, 175, 184,
 198, 220, 223, 226, 227,
 233, 234, 235, 240, 241,
 244, 255, 256, 257, 259
 Vila Carneiro, Zaida, 155
 Vila Franca do Campo, Conde
 de, v. Câmara, Rodrigo da,
 188, 241
 Villahermosa, Duque de, 17,
 115
 Villamediana, Conde de, v.
 Tassis y Peralta, Juan, 19, 42,
 80, 97, 108, 109, 110, 111,
 127, 129, 130, 153, 263
 Vila Nova de Cerveira,
 Visconde de, v. Nogueira,
 Lourenço de Lima Brito e,
 112, 145
 Virgílio, 45
 Viterbo, Francisco de Sousa,
 99, 159

 Xavier, Manuel, 92, 233

 Zúñiga, Baltasar de, 116, 125,
 126

Este
 livro, *Epistolário a*
D. Rodrigo da Cunha
(1616-1631), editado pelo
 CITCEM – U. Porto e pelas
 Edições Afrontamento, foi com-
 posto e impresso nas oficinas da grá-
 fica Rainho & Neves, Lda., Santa
 Maria da Feira, dando-se por acabado
 no dia 20 de Maio de 2015, Festa de
 S. Bernardino de Siena, O. F. M.,
 trezentos e noventa e nove anos
 depois da 1.^a carta aqui publicada.

Colecção *Via Spiritus* – II Série: Espiritualidade e Corte

1. José Adriano de Freitas Carvalho
– *Poesia e Hagiografia*
2. Diogo Bernardes
– *Várias Rimas ao Bom Jesus*
Edição, introdução e notas de
Maria Lucília Gonçalves Pires
3. *Pais e Nobres I – Cartas de instrução para a
educação de jovens nobres (Sécs. XVI-XVII)*
Compilação, leitura e edição de José Adriano
de Freitas Carvalho
- José Adriano de Freitas Carvalho
*Pais e Nobres II – A descendência portuguesa de
um texto célebre. A Instrucción de Juan de Vega
a seu filho Hernando de Vega (1548)*
4. D. Francisco de Portugal
Arte de Galantería
Edição e notas de José Adriano de Freitas
Carvalho
5. D. Francisco de Portugal
Divinos e Humanos Versos
Introdução e notas de Maria Lucília Gonçalves
Pires
6. D. Francisco de Portugal
*Epistolário a D. Rodrigo da Cunha (1616-
-1631)*
Edição, introdução e notas de José Adriano
de Freitas Carvalho

Em Preparação:

- Fr. Hernando de Talavera, O.S.H.
Avisación a la condesa de Benavente
- Luís de Abreu de Melo
Avisos para o paço
- D. Manuel de Portugal
Obras

